



Prevenir violências de gênero: Experiências e Aprendizagens na América Latina e Caribe Hispânico (2010-2020)

INFORME COMPLETO



Iniciativa
Spotlight



CISCSA
CIUDADES FEMINISTAS



Esta é uma iniciativa impulsionada pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito da Iniciativa Spotlight, uma aliança global da União Europeia e das Nações Unidas que busca eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. Na América Latina, a Iniciativa Spotlight é implementada por ONU Mulheres, PNUD e UNFPA, com participação ativa de mecanismos intergovernamentais, organizações da sociedade civil e outras agências do Sistema das Nações Unidas.

A presente investigação se realizou no contexto da Iniciativa Prevenir violências de Gênero: Experiências e Aprendizagens na América Latina e o Caribe; promovida pelo Programa Regional Spotlight do Sistema de Nações Unidas e da União Europeia, e impulsada por UNFPA - LACRO, CISCOSA - Ciudades Feministas y Colectiva Feminista para el Desarrollo Local.

Esta investigação foi possível graças ao apoio do Programa Regional Spotlight para pôr fim à violência contra as mulheres e as meninas e o femicídio/feminicídio na América Latina.

A Iniciativa Spotlight não se faz responsável dos pontos de vista, terminologia e procedimentos expostos neste documento já que são exclusiva responsabilidade de suas autoras.

Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA

Neus Bernabeu
Rocío Muñoz López
Alejandra Alzérreca

Coordenação geral

Ana Falú
Morena Herrera

Coordenação equipe técnica

Paola Blanes

Pesquisadoras principais

Sonia Baires
Paula Morales

Assessoras de investigação

Maite Rodigou
Rita Segato
Teresa Incháustegui

Assessoras da Colectiva Feminista para el desarrollo local

Laura Romero
Milagro Alvarado

Assistentes de investigação

Vanessa Cubas
Belen Fragueiro
Clanci Rosa
Paola Ruiz Lisman

Equipe de comunicação

Florencia Brandolini
Rocio Mana
Fátima Cruz

Correção destilo

Luciana Almada
Laura Romero

Design e diagramação

Viviana Di Campli
Fernanda Salinas

Design Web

Bahia Flores

Tradução ao português

Zoraida Ahumada

APOIOS

Coleta de dados

Laura Patricio
Paula Gaviglio
Julia Crosa

Georreferenciação de experiências

Renzo Polo





ÍNDICE DE CONTEÚDOS

	Listado de siglas e acrônimos	6
	Apresentação	9
	Introdução	11
CAPÍTULO 1	As violências: aproximações conceituais	17
	1.1 Os caminhos das violências que se intersectam	19
	1.2 Normas sociais de gênero	20
CAPÍTULO 2	A prevenção das violências, avances e desafios	25
	2.1 Avances normativos	25
	2.2 Avances institucionais	30
	2.3 Rumo à modelos integrais de prevenção	31
CAPÍTULO 3	Estratégia metodológica	39
CAPÍTULO 4	Múltiplas e diversas experiências	43
	4.1 Experiências das organizações sociais, feministas e de mulheres	54
	4.1.1 Visibilização e reconhecimento das VBG	54
	4.1.2 Sensibilização e campanhas em torno às violências	57
	4.1.3 Capacitação	59
	4.1.4 Fortalecimento de redes e processos organizativos	61
	4.1.5 Inclusão social, participação política e autonomia econômica	63
	4.1.6 Ocupação e apropriação do espaço público	64
	4.1.7 Ações territoriais	66
	4.1.8 Exigibilidade de direitos e acesso à justiça	68
	4.1.9 Estratégias multiagentes: fortalecendo o diálogo das organizações sociais, de mulheres e feministas com o Estado	71
	4.1.10 Trabalho com homens e masculinidades	75
	4.1.11 Trabalho com infâncias e juventudes	77
	4.2 Iniciativas Governamentais	79
	4.2.1 Sensibilização em torno às VBG	82
	4.2.2 Capacitação e fortalecimento de capacidades	83
	4.2.3 Atenção das mulheres em situação de violência: os centros de atenção integral e a prevenção secundária	87
	4.2.4 Experiências de Educação Sexual Integral	90
	4.2.5 Autonomia e sustentabilidade econômica das mulheres	93
	4.2.6 O trabalho com homens e masculinidades	95
	4.3 Experiências impulsadas por agências intergovernamentais	98
	4.3.1 Sensibilização e campanhas	100
	4.3.2 Fortalecimento de capacidades	102
	4.3.3 Estratégias multiagente	104
	4.3.4 Estratégias educativas	105
	4.3.5 Participação política e empoderamento das mulheres	106

4.3.6	Prevenção das violências nos espaços públicos	107
4.3.7	Iniciativas impulsadas por instancias intergovernamentais de integração regional/subregional	109
4.4	Outros agentes comprometidos com a prevenção: Universidades e setor privado	111
4.4.1	As universidades	111
4.4.2	Experiências desenvolvidas no e pelo setor privado	115

CAPÍTULO 5

O que não funciona na prevenção das VBG	117
5.1 Não reconhecer a especificidade das VBG	117
5.2 Não reconhecer as interseccionalidades das VBG	118
5.3 Não delimitar claramente o campo da prevenção	119
5.4 Focalizar as intervenções na prevenção secundária, uma vez que a violência está já instalada	120
5.5 Construir abordagens descontextualizadas para a prevenção das VBG	121
5.6 Desenvolver estratégias pontuais e fragmentadas para prevenir as VBG	123
5.7 Contar com maior informação não necessariamente previne as VBG	125
5.8 Não contemplar a participação das mulheres, jovens, meninas e dissidências sexuais e a articulação com as organizações sociais nas propostas de prevenção	125
5.9 Falta de institucionalidade das estratégias de prevenção das VBG	126
5.10 Débil sistematização, monitoramento e avaliação das ações	128
5.11 Ênfase no fortalecimento da autonomia individual das mulheres, entendidas como sujeitos vulneráveis	129

CAPÍTULO 6

Os caminhos promissórios para a prevenção das violências	131
6.1 Indicadores sobre os caminhos promissórios para a prevenção das VBG	132
6.1.1 Impacto	132
6.1.2 Integralidade e interseccionalidade	133
6.1.3 Consistência e sustentabilidade	134
6.1.4 Inovação	135
6.1.5 Participação e mobilização socio-comunitária	135
6.2 Acertos e fortalezas nas experiências relevadas	136
6.2.1 Desafiar e impugnar as Normas Sociais e Culturais do Heteropatriarcado	137
6.2.2 Analisar e compreender as VBG de maneira situada e interseccional	138
6.2.3 A geração de conhecimento como orientadora da ação	140
6.2.4 Combinar e complementar linhas estratégicas de intervenção	140
6.2.5 Fortalecer as autonomias coletivas de mulheres e dissidências sexuais	143
6.2.6 Fortalecer as organizações de mulheres, feministas e de dissidências sexuais	145
6.2.7 Apostar à transformação mediante processos a meio e longo prazo	147
6.2.8 Questionar a masculinidade hegemónica a partir de dispositivos comunitários	148
6.2.9 Incorporar as dimensões subjetivo-corporais às propostas de prevenção	150

CAPÍTULO 7

Recomendações	153
7.1 Enfoques críticos para a prevenção das VBG	153
7.1.1 Implementação efetiva de enfoques integrais para a prevenção das VBG	153
7.1.2 Fortalecer os espaços de intercâmbio sobre estratégias, metodologias e boas práticas para a prevenção das VBG	154
7.1.3 Gerar conhecimentos e fortalecer mecanismos de monitoramento sobre os tipos emergentes de VBG e suas manifestações	155

7.2	Estratégias para transformar normas sociais de gênero e prevenir as VBG	155
7.2.1	Aprofundar o debate público sobre a necessidade de transformar as normas sociais que sustentam as VBG	155
7.2.2	Favorecer a sustentabilidade e ampliação dos processos prometedores de prevenção das VBG	156
7.2.3	Atualizar conteúdos e inovar metodologias para a geração de experiências educativas que propiciem modelos alternativos de relação entre os gêneros	156
7.2.4	Promover o envolvimento e as alianças de múltiplos agentes	157
7.2.5	Fortalecer as estratégias comunitárias para a prevenção das VBG	157
7.3	Fortalecimento das organizações de mulheres e feministas	158
7.3.1	Promover o reconhecimento e o fortalecimento das organizações de mulheres feministas	158
7.3.2	Fortalecer as instâncias e mecanismos de participação das organizações sociais	158
7.4	Fortalecimento institucional	159
7.4.1	Promover a criação de programas e planos específicos e incrementar o orçamento público para a prevenção das VBG	159
7.4.2	Desenvolver estudos regionais e nacionais para identificar os obstáculos e travas que dificultam a abordagem integral das VBG nas instituições governamentais	159
7.4.3	Fortalecer as capacidades para a avaliação periódica de planos, programas e projetos, assim como a sistematização dos processos impulsados	160
Referências bibliográficas		161
Anexos		
1	Critérios de identificação para o relevamento de experiências	169
2	Listado de pessoas e instituições entrevistadas	171
3	Glossário	177
Agradecimentos		181
Índice de tabelas e gráficos		
Tabela Nº 1:	Normas contra a violência: Entre a primeira e a segunda geração	26
Tabela Nº 2:	Experiências relevadas por país e por agente	41
Tabela Nº 3:	Indicadores promissórios nas experiências relevadas	42
Gráfico Nº 1:	Níveis de Prevenção das VBG	32
Gráfico Nº 2:	Níveis de Intervenção preventiva	33
Gráfico Nº 3:	Experiências relevadas segundo tema que abordam	44
Gráfico Nº 4:	Experiências relevadas segundo população objetivo	46
Gráfico Nº 5:	Sentidos sobre a prevenção nas experiências relevadas	47
Gráfico Nº 6:	Estratégias desenvolvidas pelas organizações sociais, feministas e de mulheres para prevenir as VBG	53
Gráfico Nº 7:	Estratégias de Prevenção desenvolvidas por instâncias governamentais	81
Gráfico Nº 8:	Estratégias desenvolvidas pelas agências do Sistema de Nações Unidas	99
Gráfico Nº 9:	Indicadores promissórios nas experiências relevadas	132
Gráfico Nº 10:	Caminhos promissórios para prevenir as VBG	136

LISTADO DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

A

- ACNUR:** Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- ACOVILL:** Associação Cooperativa de Vivenda a Libertad-
- AECID:** Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- AHCY:** Associação de Homens Contra a Violência-Nicaragua
- AMJUPRE:** Associação de Mulheres de Juntas Paroquiais Rurais do Equador
- ANADES:** Associação Nuevo Amanecer -
- AVGM:** Alerta de Violência de gênero contra as Mulheres, México

C

- CBC:** Fundação Centro Bartolomeu das Casas-El Salvador
- CCM:** Centro Cidade Mulher ÑandeKerayvoty Renda-Paraguai
- CECASEM:** Centro de Capacitação e Serviço para a Integração da Mulher-Bolívia
- CECOVIM:** Centros Especializados para a Erradicação das Condutas Violentas-México
- CEDAW:** Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- CEM:** Centro Emergência Mulher-Peru
- CEPAL:** Comissão Econômica para América Latina e El Caribe
- CESEMA:** Centro de Serviços Educativos em Saúde e Meio Ambiente-Nicaragua
- CEVI:** Comitê de Expertas em Violência contra as Mulheres do MESECVI
- CLACSO:** Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
- CLADEM:** Comitê de América Latina e o Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres
- CNCLVD:** Conselho Nacional Consultivo de Luta Contra a Violência Doméstica-Uruguai
- COMULIA:** Comissão de Mulheres Adolescentes de Lima Metropolitana-Peru
- ComVoMujer:** Programa Regional Combater a Violência contra as Mulheres na América Latina, Cooperação Alemanha-GIZ
- CONAVIM:** Comissão Nacional para Prevenir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres-México
- CONPES:** Conselho Nacional de Política Econômica e Social-Colômbia
- Convenção Belém do Pará: Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher
- CORDES:** Associação Fundação para a Cooperação e o Desenvolvimento Comunal de El Salvador
- CP:** Código Penal

D

- DDHH:** Direitos Humanos
- DDSSRR:** Direitos Sexuais e Reprodutivos

E

- ECAP:** Estudos Comunitários e Ação Psicossocial-Guatemala
- ENIA:** Gravidez não Intencional na Adolescência-Argentina
- EIS:** Educação Integral em Sexualidade
- ESI:** Educação Sexual Integral

F

- FAO:** Organização para as Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FUSA AC:** Associação civil argentina especializada em serviços integrais de saúde e direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens

G

- GRUN:** Governo de Reconciliação e Unidade Nacional, Nicaragua
- GIZ** (sigla em alemão): Agência Alemã para a Cooperação ao Desenvolvimento no Exterior

H

- HIVOS:** Agência Holandesa de Cooperação para o Desenvolvimento

- I** **IDRC:** Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento-Canadá
INAMU: Instituto Nacional das Mulheres-Costa Rica
- L** **LIE:** Lei de Igualdade, Equidade e Erradicação da Discriminação contra as Mulheres-El Salvador
LGBTTIQ+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Transsexuais, Intersexuais, Queer e Mais
- M** **MAM:** Mecanismos para o Avanço da Mulher
MERCOSUR: Mercado Comum do Sul
MESECVI: Mecanismo de Seguimento da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres
MINEDU: Ministério de Educação do Peru
- O** **OCAC:** Observatório Contra o Assédio de Rua-Guatemala
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM: Organização Internacional para as Migrações
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OMS: Organização Mundial da Saúde. WHO é a sigla em inglês
OPS: Organização Panamericana da Saúde
ONU: Organização das Nações Unidas
- P** **PLANOVI:** Política Nacional de Prevenção da Violência contra as mulheres-Costa Rica
PLANEG: Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero, República Dominicana
PNEF: Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (Plano Nacional de Luta contra o Feminicídio)-Brasil
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUCP: Pontifícia Universidade Católica do Peru
- R** **REDI:** Rede pelos Direitos pelas pessoas com Deficiência-Argentina
REDLAC: Rede de Mulheres Rurais de América Latina e o Caribe
RMAAM: Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosur
RUGE: Rede Interuniversitária pela Igualdade de gênero e contra as Violências-Argentina
- S** **SICA:** Sistema de Integração Centro-americana
SIG: Selo de Igualdade de Gênero
SIPIAV: Sistema Integral de Proteção à Infância e Adolescência contra a Violência-Uruguaí
SNU: Sistema de Nações Unidas
SWISSAID: Fundação de Ajuda Suíça para o Desenvolvimento
- U** **UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação
UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas
UNGS: Universidade Nacional de Geral Sarmiento-Argentina
UNITY: Canal da Universidade Nacional de Geral Sarmiento-Argentina
USAC: Universidade San Carlos de Guatemala
- V** **VCM:** Violência Contra a Mulher
VBG: Violência Baseada em gênero
VG: Violência de Gênero
VCMN: Violência contra Mulheres e Meninas





APRESENTAÇÃO

A Iniciativa Spotlight é uma iniciativa global entre a União Europeia e as Nações Unidas para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas. O Programa Regional para América Latina é liderado por PNUD, ONU Mulheres e UNFPA; centra suas ações na redução da violência contra as mulheres e as meninas e o femicídio/feminicídio, através do fortalecimento das políticas públicas, a transformação de normas sociais de gênero e o fortalecimento e melhora de dados estadísticos de qualidade a fim que possam ser comparáveis a nível regional.

O Fondo de População das Nações Unidas (UNFPA) se centra nas estratégias necessárias para acelerar a consecução de três resultados transformadores: a) pôr fim à necessidade insatisfeita de planejamento familiar; b) pôr fim às mortes maternas evitáveis; e c) pôr fim à violência de gênero e às práticas nocivas, incluídas a mutilação genital feminina, o matrimônio infantil, precoce e forçado. Os três resultados estão interconectados sob o princípio de “Não Deixar Ninguém Atrás”, considerando os fatores e as características que se associam com a discriminação e a exclusão.

No enquadramento da iniciativa Spotlight, o Fundo de População das Nações Unidas vem implementando o Programa Global de Serviços Essenciais para Mulheres e Meninas que Sofrem Violência. Este procura fortalecer a qualidade e acesso aos serviços de resposta à Violência Contra Mulheres e Meninas (VCMN) desde um enfoque de Direitos humanos, centrado nas necessidades das sobreviventes de violência com enfoque intercultural e interseccional.

“Prevenir as violências de Gênero. Experiências e aprendizagens na América Latina e El Caribe Hispano”, é um documento de grande importância na medida que aborda o grande desafio de identificar o que funciona e o que não funciona na prevenção das violências na região. Esta proposta desenvolvida pelo Centro de Intercâmbios e Serviços CISCOSA-Cidades Feministas (Argentina) e a Coletiva Feminista para o Desenvolvimento Local de El Salvador, surge no âmbito da convocatória lançada pela Oficina Regional do Fondo de População das Nações Unidas UNFPA-LACRO no enquadramento da Iniciativa Spotlight.

O estudo revisa 668 experiências em 19 países¹ da região dos últimos 10 anos. A metodologia adota um enfoque qualitativo e exploratório, buscando identificar experiências que permitam construir aprendizagens sobre a prevenção das violências baseada em gênero a partir da informação disponível publicamente. O estudo nos propõe uma análise das experiências resumidas em três grandes núcleos (i) Transformar imaginários, práticas e estereótipos sexistas, (ii) Lograr maiores níveis de equidade e (iii) Assistir e acompanhar a mulheres em situações de violência. Por outro lado, podem se revisar as experiências organizadas por diversos agentes: organizações sociais, feministas e de mulheres, governos, agências do Sistema de Nações Unidas e outros agentes segundo as estratégias desenvolvidas para prevenir as Violências Baseadas em Gênero.

¹Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

A respeito das experiências impulsadas pelas organizações sociais, feministas e de mulheres se identifica que as estratégias estiveram centradas em capacitação, visibilização e reconhecimento da violência baseada em gênero, acesso à justiça, estratégias multiagentes, trabalho com infâncias e juventudes, trabalho com homens e masculinidades, campanhas, entre outras. Das experiências impulsadas pelos governos a maior parte foram implementadas por instituições governamentais e outras respondem a alianças entre dependências de governo e alguma agência do Sistema de Nações Unidas; estas estratégias se centram na atenção às mulheres em situação de violência, capacitação e fortalecimento de capacidades, educação sexual integral, autonomia econômica das mulheres e masculinidades. A respeito das estratégias desenvolvidas pelas agências do SNU estas se orientam ao fortalecimento de capacidades estatais, promoção de participação política, experiências educativas, campanhas, entre outras. Note-se que algumas iniciativas desde as universidades e o setor privado também tem sido identificadas no estudo.

Finalmente, sobre a base da revisão das experiências, o estudo nos propõe uma análise chave e fundamental do que não funciona na prevenção da Violência Baseada em Gênero. A revisão identifica as dificuldades que se apresentam em algumas experiências e como estas se traduzem em obstáculos para avançar em ações efetivas para prevenir as Baseada em Gênero. Identificar o que não funciona é relevante para avaliar e redefinir ações e estratégias desenvolvidas e com isto, gerar os impactos favoráveis para a prevenção e atenção da VBG. Nesse contexto, reconhecemos a importância de incorporar uma análise interseccional na abordagem da violência e delimitar as ações que efetivamente contribuem a modificar suas causas. Por outro lado, o estudo nos adverte a importância de assumir as violências como um fenômeno transcultural, resultado das normas sociais de gênero e de fatores individuais, comunitários e sociais que intervêm em sua configuração.

“Prevenir as violências de gênero. Experiências e aprendizagens na América Latina e o Caribe Hispano”, é um aporte substancial para a incidência e fundamentalmente para a geração de política pública orientada à prevenção e atenção da VBG e o femicídio/feminicídio. Alentamos sua leitura crítica e esperamos contribua à discussão e reflexão das organizações de mulheres diversas, feministas, governos, academia e agências do Sistema de Nações Unidas.

**Oficina Regional do Fundo de População
das Nações Unidas, UNFPA-LACRO**

INTRODUÇÃO

Esta publicação, que com muito agrado apresentamos, é produto de um trabalho coletivo desenvolvido por um grupo extraordinário de pessoas muito comprometidas, com o direito a uma vida sem violências para as mulheres e meninas, em todas as diversas interseções de suas múltiplas identidades. A coordenação do mesmo esteve a cargo das diretoras do Centro de Intercâmbios e Serviços CISCOSA-Cidades Feministas, situado em Córdoba, Argentina, e da Coletiva Feminista para o Desenvolvimento Local de El Salvador. Foi uma rica experiência em tempo recorde, na qual pudemos somar conhecimentos e esforços para poder abordar o grande desafio de conhecer “O quê funciona e quê não funciona na prevenção das violências na região”.

Esta proposta surge a partir de uma convocatória competitiva, lançada pela Oficina Regional do Fundo de População das Nações Unidas UNFPA-LACRO, no contexto da Iniciativa Spotlight, com o objetivo de dar conta das ideias e ações impulsadas e os diversos agentes envolvidos, na prevenção das Violências Baseadas em gênero (VBG) no último decênio (2010-2020). O enquadre que propôs UNFPA-LACRO foi o de considerar América Latina e El Caribe Hispano falante, uma região complexa, que, por um lado, segue sendo a mais desigual do mundo e, por outro, foi a mais abatida pela pandemia do COVID-19, o qual pôs em evidência e magnificou as profundas desigualdades estruturais que afetam mais cruamente às mulheres, e evidenciou a complexidade e persistência das VBG.

Assumimos este desafio, e o fizemos desde uma proposta consultiva, convencidas da importância da participação de quem estão envolvidas e comprometidas em cada experiência situada e, ao mesmo tempo, com a convicção de que as redes feministas da região, seriam aliadas nesta procura por visibilizar nas experiências achadas o quê é promissório, os obstáculos, as ausências e os requerimentos, nesta difícil matéria das VBG. Así, desde fines de 2020, CISCOSA e a Coletiva Feminista pelo Desenvolvimento Local, ambas integrantes da Rede Mulher e Hábitat para América Latina e da Articulação Feminista Marcosur, trabalhamos de maneira conjunta com este objetivo.

Conforme dados da CEPAL (2022), a pandemia implicou grandes retrocessos em términos socioeconômicos, crescendo a pobreza extrema a Níveis observados 27 anos atrás. Neste contexto, América Latina é a região que ao mesmo tempo expressa com mais força neste século XXI, as resistências das mulheres e dissidências sexuais, com alguns avances impensáveis até faz muito pouco. As mulheres tomaram as ruas por milhões, em cada cidade se replicaram os reclamos por #NiUnaMenos (Argentina, 2015), a partir do descontentamento do assassinato de mulheres; a Marea Verde logrou, com persistência ineludível, conquistar a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez na Argentina (2020), assim como a despenalização do aborto na Colômbia em 2022. Isto último, depois de uma década da iniciativa aprovada em Uruguai e com logros semelhantes no México, onde as mobilizações lograram que a Suprema Corte despenalize a interrupção voluntária da gravidez em 2021, sentença que tem sido antecedida e precedida em 12 dos Estados da Federação de estados Mexicanos. As mulheres se visibilizaram presentes nas ruas, reclamando seus direitos, como um novo sujeito político emergente.



Estes avances representam algumas das evidências sobre as resistências das mulheres, ainda quando na maioria dos países da região, o direito de decidir sobre o próprio corpo, continua sendo uma dívida para com elas. América Latina e El Caribe continua sendo uma região em onde a gravidez forçada em meninas e adolescentes permanecem com índices inalteráveis, quando em outras partes do mundo se registra tendências à baixa.

Ao mesmo tempo, foi decisivo para as autonomias das mulheres, suas condições econômicas, agudizadas nesta pandemia, possivelmente por estar sobrerrepresentadas no mercado informal e por ser quem realiza as ocupações de maior precariedade, em áreas de serviço e sem segurança social, empregos que foram os primeiros a ser suspensos durante a crise do COVID-19. Estas mulheres em maioria estão em condições de pobreza e indigência e, no panorama da região caracterizada por ter maiores brechas econômicas, são as mais desiguais.

Às violências econômicas, o câmbio climático e a tremenda depredação da natureza, que configuram uma situação crítica para a humanidade, e que afetam em particular às mulheres e dissidências sexuais, em razão de seus papéis e assinações sociais, se adicionam os cuidados. Algo que também evidenciou a pandemia são os trabalhos de cuidado que realizam as mulheres, resultado da divisão sexual do trabalho instalada e naturalizada pelo patriarcado, com enormes consequências para suas vidas cotidianas, em uma sobrecarga de tempo, o bem mais escasso em suas vidas. O tempo é um vetor decisivo na vida das mulheres e a carência do mesmo, unido às violências nos âmbitos privados e públicos, são um limite a suas liberdades e direitos.

O encargo não foi simples. As cifras são assustadoras e sabemos que, a pesar dos esforços invertidos nas últimas décadas, as Violências Baseadas em Gênero e contra as mulheres, as meninas e dissidências, persistem. Também aprofundam e se complexaram em maiores ou novas manifestações da pedagogia da crueldade (Segato, 2018), na procura de disciplinar aos corpos das mulheres e suas vontades. Violências disciplinatórias que se expressam, ademais, nas homo-lesbo-transfobias, racismo, xenofobias, e toda forma de discriminação. Há um claro componente colonial, racista, misógino, de alto desprezo por estas vidas de quem põe em valor o que é igual, por sobre o que é diferente.

As Violências Baseadas em Gênero continuam sendo uma das mais graves violações aos direitos humanos das mulheres e das dissidências sexo-genéricas. Persistem e se manifestam nos espaços domésticos, nos diferentes âmbitos públicos, como adquirem novas manifestações ante às fortes transformações que o mundo das comunicações e a virtualidade tem trazido, e também se evidenciam nas violências digitais. Desse modo não é menor, as violências políticas que buscam, nas hostilidades, gerar temores contra quem se assomam ao mundo masculinizado do político, assim como a quem desde suas lideranças sociais assumem a defesa dos direitos humanos, do ambiente, dos bens comuns e dos territórios, entre outros.

Conhecer o quê funcionou e o quê não funcionou na prevenção das violências impli-



cou em primeiro lugar, uma abordagem teórico-conceitual sobre o quê se entende por prevenção. Para quem levamos um compromisso de décadas na defesa da autonomia dos corpos, na luta contra as violências, foi central trazer ao debate conceitos, teorias, abordagens, gerar intercâmbios, para poder aprofundar no tema. Ao mesmo tempo se focalizou a importância de conhecer o quê se faz e se fez na região, para classificar, ponderar e sistematizar o realizado, pondo em valor a fera do coletivo, a capacidade de acionar e de mobilizar em cada bairro, em cada cidade, na região, por cada grupo, ONG e Estados. Embora, isso continua sendo um desafio urgente para as organizações sociais, de mulheres e feministas; para os governos e as agências multilaterais pela persistência das VBG.

Tem transcorrido quase três décadas desde que as feministas lograram as leis contra as violências, as chamadas de primeira geração, inspiradas no processo e resultado da Conferência de Belém do Pará (1994). Não obstante, e a pesar do invertido pelo feminismo atuante de diversas maneiras, pelos Estados, pela cooperação internacional; ainda contando com investigações, estudos, com propostas inovadoras, as violências persistem. Continuam assassinando e violentando as mulheres, e o ativismo feminista desenvolve cada vez mais, múltiplas e originais estratégias coletivas para poder incidir nos Estados e na sociedade em seu conjunto.

Assumimos junto a UNFPA-LACRO o compromisso desta investigação, que teve um amplo alcance ao incluir 19 países e uma diversidade de abordagens de prevenção das violências. Isto se realizou na incerteza da pandemia do COVID-19, na impossibilidade do contato interpessoal, de poder visitar as experiências para recavar evidências. O trabalho se desenvolveu de forma virtual, e se realizou com participação e colaboração do feminismo da região, com representantes de diferentes organizações; ao mesmo tempo que em consultas com o Grupo de Referência em Prevenção de UNFPA-LACRO. O conjunto do processo contou com os aportes de valiosas assessoras, a Dra. Rita Segato (Argentina-Brasil), a Dra. Maite Rodigou Nocetti (Argentina) e a Dra. Teresa Incháustegui (México), que contribuíram a validar a metodologia desta investigação e em particular aportar nos debates conceituais e teóricos. Sua colaboração foi decisiva para afinar agendas temáticas, e produzir consensos sobre os usos e as expectativas em redor de uma investigação inédita em nossa região.

A identificação das experiências que recopilamos procurou dar conta da diversidade de agentes e estratégias de prevenção desenvolvidas na região a partir de critérios estabelecidos e dos temas propostos por UNFPA-LACRO e o Grupo de Referência, sem pretender construir uma mostra representativa. É importante dizer que incluímos iniciativas que a priori poderiam não ser consideradas como experiências de prevenção propriamente ditas, porém que se apresentavam a si mesmas como iniciativas inscritas no campo da prevenção das VBG. Trabalhamos sobre 668 experiências identificadas, com uma estratégia metodológica qualitativa e exploratória que possibilitou nos aproximar a partir da informação disponível publicamente; não sempre a desejada e buscada, o que constituiu um dos maiores desafios para o trabalho.

Um suporte substantivo foram os estudos prévios, investigações e antecedentes sobre



a matéria desenvolvidos em outros continentes, fonte de aprendizagem e inspiração aos quais se somaram outros trabalhos e estudos da região. Tudo o que foi dito, é a base sobre a qual construímos nossa estratégia para dar conta do desafio de conhecer na prevenção de violências em distintas interseções: “O quê funciona e o quê não funciona na prevenção das violências na região”.

O trabalho se centrou em identificar, recopilar e analisar experiências de prevenção de VBG desde uma perspectiva integral e inclusiva; mapear e georreferenciar, com alcance regional, experiências de prevenção das VBG desenvolvidas por uma diversidade de agentes institucionais e das organizações sociais; gerar evidências sobre estratégias, obstáculos e facilitadores da prevenção das VBG, e identificar iniciativas promissórias analisadas a partir de um conjunto de critérios e indicadores; todo durante um tempo recorde de um ano.

Os descobrimentos deste estudo que nos enriqueceu, permitiu debates profundos, a consulta com diferentes grupos de feministas na região que somaram no mesmo sentido, permitem afirmar a necessidade de reforçar os enfoques de gênero, de direitos humanos, assim como a análise interseccional e a dimensão multicultural nas ações de prevenção das violências contra as mulheres e meninas. Por um lado, se bem o enfoque de gênero e o enquadre dos direitos humanos estão sendo incorporados formalmente de maneira progressiva no planejamento de políticas públicas e programas desenvolvidos tanto pelas organizações sociais como por governos, por outro lado sua implementação efetiva nas abordagens das VBG e a incorporação na prevenção, continua sendo um desafio. De igual maneira é de ressaltar a importância de identificar as condições e barreiras de acesso à informação e às ações e políticas estatais, um tema decisivo que demanda ajustes.

Por outro lado, os resultados colocam de manifesto a necessidade de favorecer a sustentabilidade e ampliação dos processos, promovendo o envolvimento e as alianças multigênerais. Construir aprendizagens através dos espaços de intercâmbio, seguir fortalecendo o tecido social-comunitário para favorecer lideranças que promovam a construção de novas e mais normas sociais que tenham zero tolerância às distintas expressões e manifestações das VBG.

Finalmente, o informe corrobora que o fortalecimento às organizações feministas e de mulheres deve seguir sendo central, pois não só tem um papel de produção de conhecimento e desenvolvimento de experiência, senão por sua vez, são quem proporcionam um aporte valioso à prevenção das violências.

Poderão revisar as experiências recopiladas, que se encontram localizadas conforme a distribuição geográfica em um mapa interativo, o qual se organiza também por temas de abordagem das VCMN e segundo estratégia das experiências que foram consideradas dentro da mostra regional. As mesmas contribuem adicionalmente a ilustrar sobre alguns aspectos significativos para a prevenção e onde localizá-los no conjunto das diferentes experiências que tem se definido como promissórias. Conhecer é decisivo para poder argumentar e assim, com criatividade e compromisso, pensar em alternativas para fazer



mais eficazes os esforços na prevenção das violências, e modificar as normas sociais de gênero que justificam a discriminação e as condutas e ideias sociais que as sustentam, reproduzem e aprofundam.

Convidamos vocês para conhecer este trabalho, realizado com enorme compromisso e rigorosidade. Esperamos resulte para vocês em uma ferramenta para se aproximar à multiplicidade de enfoques que abordam a prevenção das VBG e aprender delas. Confiamos em oferecer este produto como um insumo importante para o necessário debate político que nos permita seguir construindo, por um lado, enquadres mais dinâmicos de interpretação sobre as violências e que, ao mesmo tempo, possam ser justos com a genealogia que antecede, inovadores porém considerados das evidências contundentes, e que recupera trajetórias e forças da história que nos antecede e, assim, contribuir com a época que abre trilha, para transformar as condições que permitem à persistência das VBG.

O estudo está dividido em sete capítulos. O primeiro desenvolve a aproximação conceitual sobre as VCMN e sua prevenção. O segundo capítulo apresenta os avances normativos a respeito das leis, políticas e planos nacionais relacionados com as VBG assim como da institucionalidade para o tema, os modelos existentes de prevenção e os desafios que enfrentamos. O terceiro explica a estratégia metodológica utilizada. O quarto capítulo apresenta os resultados do estudo, onde se refletem as múltiplas e diversas experiências segundo os agentes: organizações sociais, feministas e de mulheres, governos, agências intergovernamentais, universidades e empresas. Um quinto capítulo aborda o que não funciona para a prevenção das VBG, identificando obstáculos persistentes nas experiências analisadas. O sexto capítulo comparte reflexões sobre os caminhos que destacamos como promissórios para a prevenção das violências recuperando as evidências das experiências relevadas, detalhando os critérios e indicadores sobre o que consideramos promissório no campo da prevenção das VBG e os acertos e fortalezas nas iniciativas. E o sétimo e último capítulo apresenta as recomendações derivadas dos resultados do estudo.

Queremos agradecer à magnífica equipe que trabalhou junto a nós, na produção desta publicação: em primeiro lugar, a Paola Blanes da equipe de trabalho de CISCOSA, quem assumiu a coordenação técnica do estudo, junto a Sonia Baires, Paula Morais e à equipe de colaboradoras que aportou esse trabalho minucioso na etapa de relevamento das experiências. De igual modo, agradecemos também a confiança e os aportes de Alejandra Alzérrecas quem acompanhou todo o processo de trabalho, e a Neuss Bernabeu, gestora da iniciativa que fez possível que este esforço se realizasse.

Esperamos que a leitura destas páginas resulte sugestiva, e permita promover perguntas que motorizem processos tendentes a fortalecer processos, nossas ações e compromissos contra as violências contra as mulheres, as meninas e as dissidências sexo genéricas.

Ana Falú, Diretora executiva do CISCOSA, Argentina.
Morena Herrera, Coletiva Feminista para el desarrollo local, El Salvador.





1. AS VIOLÊNCIAS: Aproximações conceituais

A Violência contra as Mulheres foi inicialmente entendida como o conjunto de atos de caráter íntimo –em tanto privados e pessoais– que ocorriam no âmbito doméstico. Quando no ano 1994, porém, a Organização de Estados Americanos emite a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção de Belém do Pará), com caráter vinculante para os países membros, esta situação muda. A Convenção reconhece e nomeia formas que vão além da violência física e do lar, e se dá sustento político a uma conceitualização mais ampla, aludindo inclusive à responsabilidade da comunidade e do Estado (Ambrona, 2008).

Muito antes, já nos anos 1980, o movimento feminista da América Latina e El Caribe Hispânico tinha visibilizado a violência contra a mulher como um problema de grande magnitude e graves consequências. Em alguns países, nos processos de transição à democracia, o tema se instalou na agenda pública nacional, em diálogo com Belém do Pará. Os instrumentos internacionais não foram alheios ao impulso feminista como tampouco o foram as diversas normas nacionais na matéria, inicialmente centradas no que se denominou violência doméstica. Abarcar à sociedade e ao Estado supôs considerar a violência contra as mulheres como um problema de poder, “produto de um sistema estrutural de opressão de gênero” (Sagot, 2008: 218), e “não como um problema individual, privado, familiar ou relacional, senão como

um problema público, intimamente vinculado com a cidadania, isso é, com a distribuição social dos direitos e deveres, das cargas e os benefícios” (Sagot, 2008: 219).

Nas últimas duas décadas, os debates sobre as Violências contra Mulheres se ampliaram ao reconhecimento da diversidade. As mulheres indígenas e as afro-descendentes visibilizaram as violências específicas que vivem, ressaltando a interseccionalidade das violências de gênero com outras marcadas pela pertencimento étnico-racial, a classe, a idade, etc. Confluíram assim com os questionamentos à heteronormatividade inicialmente impulsados pelas lesbianas. Igualmente, as mulheres travestis e trans se constituíram também em agentes fundamentais neste processo. No ano 2001, na 45ª Sessão da Comissão da Condição da Mulher de Nações Unidas, que se começa a incluir às meninas na nomenclatura das violências contra as mulheres, em plural, em reconhecimento da especial situação de vulnerabilidade na qual se encontram. O papel jugado pelas organizações feministas tem sido catalizador na definição e reconhecimento de todas as violências contra as mulheres como um problema social, e como um assunto de justiça, cidadania, direitos humanos e saúde pública.

As Violências contra Mulheres e Meninas são produto de relações de poder desiguais, integradas na estrutura social, porém também na ordem simbólica e política, na linguagem, no sistema econômico, jurídico e nas instituições. Para Sagot

(2008), na violência se expressam uma combinação de fatores baseados em normas sociais que justificam um sentido de posse dos homens sobre as mulheres; no controle por parte deles dos recursos materiais e as decisões na família; e em concepções culturais de masculinidade associadas ao controle, o domínio e a honra. Persiste, ainda na atualidade e com diferentes características, a invisibilidade dessas violências, pois se continua pregando que pertencem ao âmbito privado. Em segundo lugar, se arrastam, todavia, pautas de socialização de gênero que habilitam aos homens a exercer violência contra as mulheres, como forma de 'corrigir' comportamentos que não se adequam ao papel designado de mãe, esposa e dona de casa; a violência aparece, assim natural e imutável. E finalmente, em terceiro lugar, sua impunidade, ao ser considerada como natural e privada, não é plausível de ser julgada e por tanto, tampouco sancionada como violação de direitos.

Na primeira década deste século, as Violências contra Mulheres e Meninas (VCMN) se ressemantizaram como Violências Baseadas em Gênero (VBG) ou Violências de Gênero (VG) oferecendo uma perspectiva mais afinada sobre sua multidimensionalidade, politizando-a, ao inscrevê-la em dinâmicas de poder legitimadas estrutural, social e culturalmente. Apesar das diferenças conceituais, o uso habitual estendido na atualidade muitas vezes apresenta indistintamente os termos VCMN e VBG, o qual tem contribuído a simplificar perspectivas e tem sido assinalado como um risco respeito dos avanços atingidos. A ampliação da perspectiva e a conceitualização das violências como VBG, ao mesmo tempo que tem permitido complexizar sua concepção e seu alcance, não tem sido isenta de de-

bates e conflitos. A nomenclatura Violência Baseada em Gênero tem sido assinalada por encobrir e aligeirar -sob o conceito de gênero - a carga semântica que implica falar de violência dos homens contra as mulheres, "partindo da ideia de que o gênero é um termo neutro que evoca mas não nomeia" (Ambrona, 2008: 138), considerando-o um eufemismo que oculta a quem exerce e a quem padece (Rivera, 2001). No presente estudo se utilizará VBG com o objetivo de simplificar a leitura. Embora, é necessário sublinhar a tensão presente nos debates sobre estas nomenclaturas. Por isso, se reserva o uso de VCMN ou VG de maneira específica, ao contextualizar experiências ou agentes particulares que se posicionam claramente e argumentam em torno ao uso de alguns destes termos de forma explícita.

As Violências Baseadas em Gênero são condutas ou ações que tendem a danar, discriminar e até ocasionar a morte de mulheres e meninas, quem se encontram na base do sistema social patriarcal. Nessa direção, os estudos em torno às masculinidades e as dissidências sexuais tem ido mais além do binarismo homem-mulher, ampliando-o contra toda pessoa que se afaste do mandato heterossexual do sistema de gênero, suas normas sociais e valores culturais. Assim, as VBG podem se referir a uma ampla gama de situações que vão desde a violência conjugal e outras formas de violência que se dão na intimidade do espaço familiar até chegar à violência homofóbica e o denominado "crime de ódio" contra pessoas lesbianas, gays, bissexuais ou trans.

São três as expressões das Violências Baseadas em Gênero com suas diferenças específicas: a violência exercida contra as mulheres e as meninas; a violência entre homens para marcar a su-

premacia frente a outros homens; e a violência contra as pessoas LGBTQ+ pois não correspondem às normas de gênero. Estas formas de violência se retroalimentam através de diversos elementos: conceitos normativos, jurídicos, científicos, religiosos, educativos, as instituições e organizações sociais-família, escola, mercado de trabalho, entre outras-, os símbolos culturais e a configuração da identidade pessoal (Scott, 1996).

te pela semântização das violências, nas seguintes páginas não se invisibilizam as múltiplas afetações que vivem algumas populações em particular. Mas ainda, resulta imprescindível considerar a prevenção das Violências Baseadas em Gênero desde um enfoque integral que expresse a opressão de gênero sobre mulheres, jovens, meninas e dissidências, e a particularidade que assume na vida de grupos que são especialmente vulnerados.

Reconhecendo a tensão deste deba-

1.1 OS CAMINHOS DAS VIOLÊNCIAS QUE SE INTERSEIAM

Uma ampla diversidade étnica, racial e cultural se expressa na América Latina e El Caribe Hispano, regiões atravessadas pela desigualdade e a pobreza. Para o ano 2020, se registrava um incremento das cifras de pobreza extrema, atingindo a 86 milhões de pessoas. A pandemia de COVID-19 agravou esta tendência (CEPAL, 2022). Os impactos diferenciais da pandemia na vida das mulheres e dissidências sexuais segundo raça/etnia, condição socioeconômica, portadores de deficiência, etc. instalaram perguntas sobre a sobrecarga de tarefas das mulheres no sistema de cuidados, o assédio e abuso sexual crescentes em meio do confinamento familiar e sem contar com os serviços públicos de proteção, e a migração pelo continente em busca de paliativos à emergência econômica.

Outras manifestações das violências já se expressavam nos deslocamentos das populações afrodescendentes, indígenas e rurais ante os empreendimentos extrativistas; a migração forçada pela

pobreza ou os conflitos armados; a exploração laboral e sexual de mulheres; o assassinato e a perseguição a defensoras de direitos humanos. Estas, entre muitas outras situações, mostram a complexa trama na qual se estruturam e manifestam as Violências Baseadas em Gênero, desafiando sua conceição estreita e avançando na apropriação de instrumentos que permitam enfrenta-las, como o conceito de interseccionalidade. Sendo as desigualdades de gênero transversais a outras desigualdades existentes, incidem de maneira diferencial em mulheres e dissidências sexuais impactando nas barreiras para o acesso e desfrute dos direitos. A orientação sexual e a identidade de gênero são fatores que aprofundam situações de violência expressadas, por exemplo, nas barreiras para o acesso à justiça ou os serviços de saúde, onde as dissidências sexuais são violentadas ou revitimizadas (CLADEM, 2015).

Kimberlé Crenshaw acadêmica norteamericana foi quem, a mais de duas dé-

cadadas atrás, difundiu o conceito de interseccionalidade, o mesmo que alimentado pelo pensamento feminista afro-americano, revelou como as desigualdades são produzidas pelas interações entre os sistemas de subordinação de gênero, orientação sexual, etnia, religião, origem nacional, (dis)capacidade¹ e situação socioeconômica. Cada um destes sistemas se retroalimenta contribuindo a manter e reforçar as desigualdades que sofrem as mulheres em geral, porém que impacta mais cruelmente em algumas, como indígenas, afrodescendentes, pobres, etc. É assim que estes sistemas se constituem uns aos outros dinamicamente no tempo e no espaço. (Crenshaw, 1989 citada na Barbera, 2016). Em resumo, não se trata de somar as diversas desigualdades, mas sim de analisar a forma como estas se “interseccionam” iluminando certas estruturas de poder. A interseccionalidade como conceito e enfoque contribuem a visibilizar estes entrecruzamentos das opressões e desigualdades.

El concepto tem se divulgado nos âmbitos acadêmicos e feministas na América Latina, aportando à análise sobre como diferentes fontes estruturais de desigualdade mantém relações recíprocas (Platero, 2012:26). As Violências Baseadas em Gênero afetam a grupos diversos de maneira diferenciada, vinculando-se a outros sistemas de dominação, em formas difíceis de separar analiticamente. O desafio continua sendo desmantelar as causas estruturais que sustentam e articulam sistemas de opressão interdependentes. Para isto seria necessário não só reconhecer os impactos diferenciados das violências nas vidas da diversidade de mulheres e dissidências sexuais, senão também abordar integralmente as causas de sua subordinação. Neste sentido, é necessário recuperar a dimensão política e prática do conceito de interseccionalidade ao interior dos movimentos sociais e considera-lo não só como perspectiva analítica ou teórica, mas sim como motor da ação política (Gandárias, 2017; a Barbera, 2017; Arenas Conejo, 2015).

1.2 NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO

As normas sociais podem se definir como um conjunto de expectativas, crenças e regras informais compartilhadas por um determinado grupo de pessoas. Segundo Bicchieri (2019), uma norma social é uma pauta de conduta à que as pessoas preferem se submeter por expectativa empírica –a maioria das pessoas de seu entorno se adaptam a ela– e por expectativa normativa –as pessoas de seu entorno acreditam que devem se ajustar a ela–. Tais normas são parte de comportamentos e crenças interdependentes, reproduzidas de geração em geração; heranças culturais sedimentadas com o

passo do tempo. Nessa direção, as normas sociais de gênero se vinculam a regras e expectativas compartilhadas que distinguem o comportamento esperado em função a uma ordem hierárquica, moldando os corpos, as práticas, as experiências e as crenças, desde o modelo de masculinidade hegemônico (Marcus e Harper, 2015).

Para transformar as normas de gênero é necessário cambiar as normas sociais, o qual está intimamente vinculado com situações e experiências da vida cotidiana. E desde a primeira infância: permanentemente as pessoas interatuam com

¹ O termo alude a deficiência, a autora faz um jogo de palavras separando o prefixo em espanhol para ressaltar o aspecto em potência da palavra: (dis)capacidad equivalente a (minus)valia.

os imaginários de gênero de seu entorno e as normas associadas sobre como devem pensar e se comportar os meninos e as meninas, obstaculizando sua capacidade para imaginar formas alternativas às instituídas. Em consequência do anterior, os imaginários e as normas podem estabelecer os limites do pensar e do fazer, contribuindo para que as desigualdades de poder e recursos apareçam como naturais, ou como normas morais e, por tanto, inalteráveis (UNFPA, 2020).

De acordo a Rita Segato a esfera dos costumes, da moral, e os sentidos que orientam as práticas estão regidas pela ordem do status, enquanto que a esfera das leis e direitos está regida pela ordem do contrato. A autora apresenta ao gênero como um sistema de status, uma estrutura hierárquica onde as mulheres tem uma posição subordinada, que perdura e convive com sistemas de contratos que estabelecem a igualdade formal entre homens e mulheres: por atrás do contrato igualitário, permanece vital o sistema de status que ordena o mundo em gêneros desiguais. Uma das estruturas elementais da violência é, justamente, a tensão constitutiva e irreduzível entre ambos sistemas (Segato, 2003: 144). Por tanto, não é suficiente avançar em matéria de direitos e sanção de leis -ordem do contrato-, se não há avanços e transformações nas normas sociais de gênero -ordem de status-.

Conforme os aportes do enfoque de normas sociais, no processo de modificá-las, é necessário um câmbio nas expectativas sociais, tanto empíricas como normativas, já que estas são as que sustentam e dão sentido a uma norma (Bicchieri e Mercier, 2014). Este processo deve ser coletivo e coordenado, já que, se as pessoas tem mais oportunidades de argumentação, espaços seguros e plata-

formas para deliberar sobre os valores, o comportamento novo se adotará mais rápido (UNFPA, 2020: 51). Os espaços para deliberações, debates em público, o diálogo com o Estado e diversas instituições e serviços, podem contribuir à construção coletiva de formas de relação social alternativas, e neste sentido a câmbios mais profundos e perduráveis.

Complementando esta perspectiva, o ponto de partida para o debate sobre a prevenção deveria ser o patriarcado, como o primeiro sistema de dominação e subordinação na história da humanidade, caracterizado principalmente por uma distribuição desigual de poder entre homens e mulheres nas que estas se encontram em desvantagem generalizada. Como aponta Essayag (2018), desde a teoria de gênero, o modelo tradicional ou patriarcal que descreve como devem se comportar os verdadeiros homens se tem sido chamado modelo de masculinidade hegemônica, e tem outorgado privilégios a muitos homens em detrimento das mulheres e daqueles homens que decidem se afastar do paradigma tradicional de masculinidade.

Estes privilégios, baseados nos padrões socioculturais que moldam a conduta dos homens, são "o selo distintivo do patriarcado". A masculinidade hegemônica, suas atitudes misóginas que reproduzem as relações desiguais de poder e moldam a subordinação das mulheres, são os principais impulsores das Violências contra Mulheres e Meninas e daquelas Baseadas em Gênero. De acordo a OEA/MESECVI (2017) abordar urgentemente a cultura patriarcal é um imperativo porque influi a forma em que as medidas de prevenção geral se põem em prática.

A masculinidade hegemônica se materializa na sociedade de diversas formas entre as quais destacam as múltiplas

violências: contra as mulheres, contra os homens mesmos e contra o meio ambiente. Seriam dois os sistemas principais que orientam e sustentam o patriarcado:

a) padrões de escolaridade que reproduzem a ordem social e, particularmente, a ordem de gênero; e, b) a estrutura universal das economias que privilegiam aos homens e subordinam às mulheres no trabalho remunerado (OEA/MESECVI, 2017). Tendo em conta o exposto, que poderia ser considerado como dado descritivo da realidade das mulheres na América Latina e no mundo, cobra outra dimensão se analisamos de modo relacional, desde um olhar focado naqueles privilégios masculinos que se sustentam à custa do trabalho e da subordinação das mulheres.

A violência tem sido o método mais utilizado pelos homens para tramitar os conflitos micro e macrossociais, desde aqueles do interior dos lares até as guerras. Neste sentido, a masculinidade hegemônica supõe um abuso de poder, uma prova de dominação sobre outros – em particular as mulheres– que exige aos homens provarem seus atributos de maneira constante: potência econômica, bélica e sexual. Conforme Segato (2020) o mandato de masculinidade é de violência, de dominação; o sujeito masculino tem que construir sua potência e “espetacularizá-la” aos olhos dos outros. Assim, ainda que o mandato da masculinidade se expressa mais explicitamente nas violências contra as mulheres, meninas e meninos, também resulta um imperativo de violência contra outros homens e contra si próprios.

Mais de 20 anos de estudos e debates no campo das masculinidades tem permitido reconhecer tanto estas múltiplas formas de subjetivação masculina, assim como também visibilizar qual é seu papel na reprodução das desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, se reconhece a

relevância de transformar discursos e práticas sexistas e na necessidade de construir políticas e normativas de igualdade de gênero que involucrem aos homens em atitudes e comportamentos mais equitativos. Nesse sentido, tem se avançado, em reconhecer o papel que ocupam os homens já não só entanto agressores, mas também como possíveis facilitadores para lograr a igualdade de gênero e eliminar as diferentes formas de violência contra as mulheres (MenEngage, em Essayag 2018).

Aguayo e Nascimento (2016) defendem igualmente que se observam avances na compreensão da violência masculina contra as mulheres, contando-se já com algumas avaliações de programas de prevenção destinados a homens e sistematizações sobre serviços e programas de atenção a homens que tem exercido violência contra uma parceira. Também se conta com um acumulado de produção teórica e de investigações sobre diversidade sexual, que dá conta das discriminações e violências contra as pessoas LGBTTIQ+, do estigma ao redor de práticas homoeróticas²; e o papel da homofobia na construção das masculinidades e das discriminações sociais e institucionais. Igualmente, tem se ampliado a atenção sobre o tema da paternidade e a escassa participação dos pais no cuidado, a criação e as tarefas domésticas, ao entender como o trabalho remunerado e o sistema sexo-gênero contribuem à reprodução dos mandatos tradicionais de gênero e a posição subordinada das mulheres. Produto disto é que se insiste, cada vez más, na importância de incluir aos homens nas políticas de igualdade de gênero.

Além disso, segundo Aguayo e Nascimento (2016), o desafio continua sendo avançar em uma maior politização da

²Consideram-se as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, sem que implique necessariamente a associação de maneira direta ao discurso sobre as identidades, e entendendo que ditas práticas –e os relatos construídos sobre as mesmas– excedem a genitalidade como aspecto central da eroticidade. (Gallego, 2011).

agenda dos homens pela igualdade de gênero, e intensificar as políticas e intervenções com homens que tenham um enfoque transformador. De igual maneira, afirmam que é necessário intensificar o diálogo e intercâmbio entre coletivos, redes e academia que trabalham com masculinidades, com o feminismo e o movimento de mulheres, e assim orientar as transformações a nível sociocultural que continuam sendo necessárias para questionar e transformar o patriarcado.

Essayag (2018), por sua parte, afirma que, para alcançar novas masculinidades pacíficas e não violentas, se devem

promover masculinidades cuidadoras; ou seja, promover uma ética do cuidado e uma empatia masculina. Nesse sentido, o autor ressalta a necessidade de sortear ao menos dois obstáculos. Por uma parte, a focalização exclusivamente nas mulheres dos instrumentos legais e as políticas públicas que fazem referência ao gênero. Por outra, há escassez de recursos econômicos e capacidades instaladas tanto das organizações sociais como da institucionalidade pública, para desenvolver programas integrais de promoção de masculinidades não violentas e corresponsáveis.





2.

A PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS, AVANCES E DESAFIOS

Desde a década de 1990, América Latina e o Caribe Hispânico contam com políticas e legislação a respeito das Violências Baseadas em Gênero, que tem conseguido ampliar cada vez mais sua compreensão e visibilidade. Não obstante, apesar da sua instalação como um assunto de agenda pública, continuam sendo uma grave ameaça aos direitos humanos e ao desenvolvimento de nossos países. Tanto as organizações feministas como as agências internacionais coincidem em que os níveis de violência continuam sendo inaceitáveis. O feminismo na região, décadas atrás, tinha alentado a criação de redes de organizações de base territorial, organismos não governamentais que abogaram pelo cumprimento das políticas públicas e o monitoramento das ações governamentais sobre a violência. Apesar deste ativismo, os compromissos assumidos pelos Estados não necessariamente têm se cumprido cabalmente. As vulnerabilidades de uma institucionalidade democrática constantemente ameaçada, somada ao

transfundo conservador das forças sociais e políticas na região estariam entre as causas (Vargas e Cuevas, 2020).

De acordo com os dados coletados pela OMS, na região das Américas a prevalência de violência física e/ou sexual por parte do parceiro à mulheres entre 15 e 49 anos no curso de sua vida foi 25% em 2018, e a prevalência ao menos uma vez durante o ano prévio foi de 7% (WHO, 2021). O reconhecimento dos graves impactos das violências se expressa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda de Desenvolvimento 2030 impulsados pelas Nações Unidas, que compromete aos países do mundo na erradicação da violência contra as mulheres e as meninas. Assim se compreende que a redução da violência contra as mulheres é um fator catalítico para a consecução dos ODS e é fundamental para o alcance da paz, a produtividade econômica, os direitos, a justiça e a coesão social, em síntese, para o desenvolvimento Sustentável (objetivos 5 e 16).

2.1 AVANCES NORMATIVOS

Dando cumprimento aos acordos da Convenção Belém Do Pará, os países latino-americanos têm avançado no reconhecimento jurídico das Violências contra Mulheres e Meninas ampliando cada vez mais sua compreensão sobre desses fenômenos, e formulando legislação específica a nível local, e o estabelecimento de normas e sanções cíveis, penais e administrativas. Embo-

ra, tanto no interior de cada país como entre os países da região, as diferenças são significativas respeito a seus alcances, sua compreensão do fenômeno que abordam, e seu nível de implementação efetiva. Segundo PNUD e ONU MULHERES (2017) na análise da diferença entre a primeira geração de leis contra a violência e as leis denominadas integrais, não podem ser ignorados os processos

políticos que aconteceram durante anos entre uma e outra geração.

Como se pode observar na seguinte tabela, os primeiros quadros legais estavam constrictos somente à violência no âmbito doméstico, daí sua denominação de Violência Intrafamiliar ou Violência Doméstica. Esta etiqueta exibiu uma

neutralidade de gênero que ignorou as relações de poder estruturais entre homens e mulheres. Desde essas primeiras legislações até as atuais, sancionadas a partir dos anos 2000, os movimentos feministas incidiram em processos políticos que redundaram em importantes câmbios no discurso e a cultura política.

TABELA Nº1
NORMAS CONTRA a VIOLÊNCIA:
ENTRE a PRIMERA E a SEGUNDA GERAÇÃO

PAÍS	ANO DE APROVAÇÃO	LEIS
Argentina	1994	24.417. Lei de Proteção contra a Violência Familiar
	2009	26.485. Lei de proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que desenvolvam suas relações interpessoais
Bolivia	1995	1674. Lei contra a Violência na Família ou Doméstica
	2013	348. Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência. Inclui violência feminicida
Brasil	2006	11.340. “Lei Maria da Penha” de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Chile	1995	19.325. Lei de violência intrafamiliar
	2005	20.066. Lei de violência intrafamiliar
Colômbia	1996	294. Lei por meio da qual se desenvolve o artigo 42 da Constituição Política e se ditam normas para prevenir, remediar e sancionar a violência intrafamiliar.
	2008	1257. Lei que dita normas de sensibilização, prevenção e sanção de formas de violência e discriminação contra as mulheres. Reformas a CP de Procedimento Penal, Lei 294 de 1996 e outras disposições.
Costa Rica	1996	7586. Lei contra Violência Doméstica
	2007	8589. Lei de penalização da violência contra as mulheres
Cuba	1987	Arts. 298 e 300 do Código Penal, que tipificam a violação e a violência sexual
Equador	1995	103. Lei contra a violência à mulher e a família
	2018	Lei orgânica integral para a prevenção e erradicação da violência de gênero contra as mulheres
El Salvador	1996	902. Lei contra a violência intrafamiliar
	2012	520. Lei especial integral para uma vida livre de violência para as mulheres
Guatemala	1996	97. Lei para prevenir, sancionar e erradicar a violência intrafamiliar e sua regulamentação
	2008	22. Lei contra o femicídio e outras formas de violência contra a mulher
Honduras	1997	132. Lei contra a violência doméstica



Foto: medionegro.org

PAÍS	ANO DE APROVAÇÃO	LEIS
México²	2007	Lei geral acesso das mulheres a vida livre de violência
Nicaragua	1996	230. Lei de reformas e adições ao Código Penal para prevenir e sancionar a violência intrafamiliar
	2012	779. Lei Integral contra a Violência às Mulheres e de reformas à Lei 641. Código Penal.
Panamá	2001	38. Lei que reforma e adiciona artigos ao Código Penal e Judicial, sobre violência doméstica e maltrato às crianças e adolescentes.
	2013	82. Lei que adota medidas de prevenção contra a violência nas mulheres e reforma o Código Penal para tipificar o feminicídio e sancionar os fatos de violência contra a mulher
Paraguai	2000	1.600. Lei contra a Violência Doméstica
	2016	5.777 777 Lei de proteção integral às mulheres contra toda forma de violência
Perú	1993	26260. Lei de Proteção Frente à Violência Familiar
	2015	330364. Lei para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres e os integrantes do grupo familiar
República Dominicana	2007	Reforma ao Código Penal define VCM (Art.309-1), violência doméstica e Intra familiar (Art. 309-2) e tipifica a violação sexual dentro de uma relação de casal (Art. 332)
Uruguai	2002	17.514. Lei de Violência Doméstica
	2018	19.580. Lei Integral de Violência Baseada em gênero e contra as Mulheres
Venezuela	1998	36.531. . Lei sobre a violência contra a mulher e a família
	2007	Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência

Fonte: Elaboração própria, em base ao Observatório sobre Equidade de Gênero, CEPAL, fevereiro de 2022.

² O México não teve uma lei federal contra a violência familiar como outros países. Alguns estados aprovaram leis similares, a partir de que o Distrito Federal em 2016 aprovou a Lei de Assistência e prevenção da violência familiar.

As leis de segunda geração buscam superar a neutralidade de gênero e sua aprovação tem impactado na compreensão e na abordagem das violências nos países da região, ainda que com matizes entre eles. A aprovação de leis complementárias que abordam as violências no âmbito público, por parte dos países com legislações de primeira geração, de

igual modo que a aprovação de leis específicas ou reformas ao código penal sobre o feminicídio, faz que a divisão entre leis de primeira e segunda geração se desvanença ou se haja tornado mais complexa. As características que diferenciam às leis de segunda geração com as de primeira geração se mostram a seguir.

Características de leis de segunda geração



1. **Tipificam diversas expressões da violência: física, psicológica, sexual, obstétrica, simbólica, mediática, etc.** Além, incluem outras manifestações como a da violência econômica ou patrimonial, que não estavam reconhecidas na Convenção Belém do Pará.
2. **Reconhecem que estas manifestações da violência são perpetradas não só no âmbito privado senão também no público.**
3. **Retomam os “novos contextos de criminalidade” como são o narcotráfico ou as gangues criminais juvenis que, por sua vez, demarcam territórios que são o alvo de ataque das novas expressões que assume a violência contra as mulheres.**
4. **Consideram a diversidade do coletivo social das mulheres, e as formas diferenciais que as violências impactam sobre algumas mulheres devido a determinadas condições específicas que exacerbam a violência exercida contra elas.**
5. **Reconhecem a clara responsabilidade do Estado, por ação ou omissão, e designam as competências dos diferentes agentes e responsáveis de aplicação da lei com maior precisão.**
6. **Colocam o acento na atenção integral das vítimas/sobreviventes e seus entornos através da aplicação de medidas de prevenção, atenção, sanção e reparação.**

Fonte: PNUD e ONU MULHERES (2017)

Na atualidade, 13 dos 19 países estudados contam com leis de segunda geração (68%), das quais oito foram sancionadas entre 2010 e 2018. Quatro países continuam com leis de primeira geração (Brasil, Chile,

Costa Rica, Honduras). A República Dominicana por sua vez, só há tipificado a violência doméstica e intrafamiliar como delito em seu Código Penal, enquanto Cuba continua sem legislação específica (ainda

com preparação da Agenda do Estado cubano para o avanço das mulheres que se apresentou no dia 8 de março de 2021).

Além disso, todos os países com exceção de Cuba, tem aprovado leis ou reformas penais para tipificar o feminicídio.

Assédio sexual callexero

Em vários países se têm realizado avances para o reconhecimento de múltiplas manifestações das violências, ampliando sua conceição para aquelas que ocorrem nos espaços públicos, a nível simbólico, nas instituições, entre outras. Cabe destacar a Argentina, o Chile, o Peru e a Costa Rica que mediante leis ou reformas tipificaram o assédio sexual na rua, enquanto Uruguai o incluiu dentro de sua lei integral. A Guatemala há lançado uma Política Pública contra a Violência Sexual para o período 2019- 2029.

Violência digital

Em quanto às violências de gênero cometidas em meios eletrônicos, alguns países têm-nas incluído em suas normativas penais. O México, por exemplo, reconhece a violência digital e tipifica este delito através de reformas do Código Penal encaminhadas a sancionar as agressões que violem a intimidade sexual das pessoas através de meios digitais, que têm sido chamada “Lei Olimpia”. El Salvador, por sua parte, há tipificado as sanções à distribuição sem consentimento de material pornográfico por meios eletrônicos (2019).

Violência política

Nos últimos anos, alguns países da região têm incluído leis que sancionam a violência política por motivo de gênero: Argentina (2019), Uruguai (2018), Paraguai (2016) e Panamá (2013). A princípios de 2020 também o Equador aprovou uma reforma à Lei Orgânica Eleitoral e de Organizações Políticas que tipifica a violência política de gênero como uma infração eleitoral. A Bolívia, o México e recentemente o Peru têm tipificado o assédio e/ou a violência política de gênero mediante uma estrutura legal, que inclui regulações dirigidas aos partidos políticos e leis específicas para combater a violência de gênero no âmbito político.

Femicídio/ Femicídio

Respeito do reconhecimento legal e tipificação do femicídio tem sido a Costa Rica o primeiro país em incorporá-lo na sua legislação (2007). Seguidamente foi reconhecido legalmente também na Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guatemala, Honduras, Panamá, México e Venezuela.

Fonte: Elaboração própria.

Neste reconto é importante apontar a desproteção jurídica na qual se encontra a População LGBTTIQ+, submetida a elevados níveis de violência por sua identidade de gênero. Unicamente na Bolívia, no Equador e em Cuba reconhecem constitucionalmente de maneira específica a proteção contra a discriminação às pessoas LGBTTIQ+. Por sua parte, só na Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Uruguai têm avançado no reconhecimento dos direitos à identida-

de de gênero autopercebida⁴ (Quitéria, 2017). No caso da Argentina e do Uruguai a normativa estabelece ademais que todos os tratamentos médicos de adequação de gênero devem ser incluídos e garantidos nos sistemas de saúde.

Em decorrência com as legislações previas à década e as reformas mais recentes, os países da América Latina e o Caribe Hispânico deram passagem à formulação de políticas e planos nacionais e subnacionais⁵, orientados à prevenção,

4. A identidade de gênero autopercebida refere à vivência interna tal como cada persona sente-a de acordo ao seu gênero, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído no momento de nascer.

5. As legislações subnacionais apresentam características dissimilares na região e no interior dos países federados, ressaltando que algumas delas entram em tensão com as leis nacionais vigentes.

atenção e sanção das violências contra mulheres e meninas, com uma paulatina ampliação no olhar sobre as violências⁶. Na atualidade nos encontramos com planos nacionais e políticas que reconhecem as violências Baseadas em Gênero em países do Cone Sul; igualmente na Centro América e a Região Andina se têm aprovado planos e políticas para garantir uma vida livre de violência para as mulheres.

Resumindo, em 15 dos 19 países estudados (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, o Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana e

Uruguai) contam com planos que abordam esta problemática, e alguns como Argentina, Uruguai, Equador e Peru denominam a seus planos contra a Violência de gênero ou as Violências por Motivos de Gênero. Outros, como Costa Rica incluem a perspectiva intergeracional, mostrando tudo isso uma evolução para abordagens mais integras. Por outra parte, quatro países abordam as violências baseadas em Gênero, como parte de políticas e planos nacionais de desenvolvimento (Nicaragua) ou para a equidade de gênero e igualdade de oportunidades (Cuba, Panamá e Venezuela).

2.2 AVANCES INSTITUCIONAIS

Os organismos encarregados do planejamento e execução destes planos e programas são os Mecanismos para o Avanço da Mulher (MAM), instâncias governamentais encarregadas de transversalizar a perspectiva de gênero nas políticas públicas, dirigindo e coordenando as políticas de igualdade de gênero e de erradicação da violência. Sua consolidação, nos últimos 30 anos, da conta de um avanço na institucionalidade na região latino-caribenha. Os 19 países objeto da presente investigação contam com MAM, com arranjos institucionais e níveis de hierarquia diferentes no interior dos Estados nacionais. Seus avanços e retrocessos dão conta da debilidade institucional das democracias latino-americanas assim como também do nível de prioridade que os sucessivos governos concedem à igualdade de gênero e a prevenção das VBG em seus planos de gestão⁷.

A pesar destas debilidades CEPAL (2019) afirma que a institucionalidade de gênero na América Latina e o Caribe apresenta uma tendência à consoli-

dação, já que um 60% dos países conta com MAM com altos níveis de hierarquia política, a pesar das resistências que podem gerar retrocessos em suas competências e funções. A hierarquia dos mecanismos refere a sua localização dentro do aparelho do Estado, o qual repercute na potestade direta ou indireta sobre sua distribuição orçamentária e suas capacidades de incidência em outras áreas governamentais. Oito dos 19 países estudados contam com MAM com rango de Ministério (Argentina, Brasil, Chile, Nicaragua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Venezuela) e um de Vice-ministério (Bolívia); sete assumem a figura de Secretaria, Conselho o Instituto bajo a órbita direta da Presidência da Nação (Colômbia, Costa Rica, Equador, o Salvador, Guatemala, Honduras, México), e três estão subsumidos dentro de um Ministério (Cuba, Panamá, Uruguai).

Em geral, os MAM incluem dentro de seus compromissos elaborar e promover políticas públicas e planos para eliminar as violências baseadas em Gênero. Consideram igualmente quatro eixos

6. Alguns dos países que incursionaram nos planos e políticas de prevenção das VCM antes da década estudada são a Guatemala, a Venezuela, o Uruguai e o Brasil (entre 2004 e 2005), o Paraguai e o Peru (2009).

7. "Os Mecanismos Nacionais e Regionais das Mulheres na América Latina e Caribe Hispânico" (2016) Victoria Díaz García. Oficina Regional de ONU Mulheres para as Américas e o Caribe Panamá. ONU Mulheres. <https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2016/mecanismos-nacionales-y-regionales-de-la-mujer>

de intervenção: prevenção, atenção, sanção e reparação. Não obstante, como já se tem mencionado, são as políticas de atenção a mulheres em situação de violência as que concentram em geral a maior atenção e os recursos. A prevenção muitas vezes não ocupa um lugar concreto dentro de sua estrutura, senão que se apresenta como um passo mais no contínuo dos quatro eixos mencionados. Quando se faz referência específica a esta, a tendência nas estratégias que se implementam é a realização de campanhas de sensibilização, por um lado; e a formação e capacitação em diversos âmbitos, por outro. Em menor medida, apresentam linhas dedicadas à investigação e produção de conhecimentos.

Tanto o nível de hierarquia dos MAM, como a existência de mecanismos in-

terinstitucionais formais para facilitar sua capacidade de incidência em outras áreas de governo, a participação ativa das organizações da sociedade civil e a disponibilidade de orçamentos suficientes resultam fatores chave para a implementação de políticas e ações eficazes (PNUD, 2020). Em 15 países da América Latina e Caribe Hispânico se conta com mecanismos interinstitucionais criados legalmente e vigentes e em 10 destes se inclui a participação de organizações da sociedade civil, através de instancias consultivas ou assessoras. Embora, o fortalecimento da institucionalidade não necessariamente tem implicado avanços similares na implementação das políticas de prevenção das violências, que continuam ocupando um lugar residual na abordagem da problemática.

2.3 RUMO ÀS MODELOS INTEGRAIS DE PREVENÇÃO

O termo prevenção aparece como polissêmico, dando lugar a uma multiplicidade de ações, que costumam se apresentar de maneira isolada do que articuladas em políticas consistentes e mantidas. Em geral, as principais estratégias se relacionam com a implementação de campanhas de sensibilização, ações educativas, capacitação, conscientização e/ou fomento e divulgação de atitudes, valores e práticas de respeito aos direitos humanos e a uma vida livre de violência (Essayag, 2017).

Por outro lado, quando nos aproximamos a experiências e políticas de prevenção das Violências Baseadas em Gênero aparecem diversos enfoques sobre possíveis vias de abordagem. Soledad Larrain (2007) associa esta pluralidade de perspectivas à escassez de boas prá-

ticas no âmbito dos programas de prevenção e à falta de consenso e de definição, fundamentalmente nas políticas e planos nacionais. Em ocasiões, a prevenção aparece identificada com a sensibilização ou capacitação; em outras se apresenta ligada à demanda de melhoras nos serviços de atenção e ao aumento dos orçamentos necessários. No entanto, não só se põe em jogo de que maneira se compreendem as violências senão como estas aproximações marcam o horizonte de ação frente às mesmas.

A prevenção é um conceito empregado de maneira extensiva no campo da saúde. Partindo dos danos e lesões temporais ou permanentes nas mulheres como consequências de ter sofrido violência, o tema se inscreveu no âmbito da saúde particularmente da saúde pública. Porém

este conceito há evoluído no tempo, podendo se identificar atualmente três enfoques diferentes, que na prática e segundo as regiões e contextos se aplicam de forma estrita ou complementar. Estes são: o epidemiológico, o ecológico o socio-ecológico e o de direitos humanos.

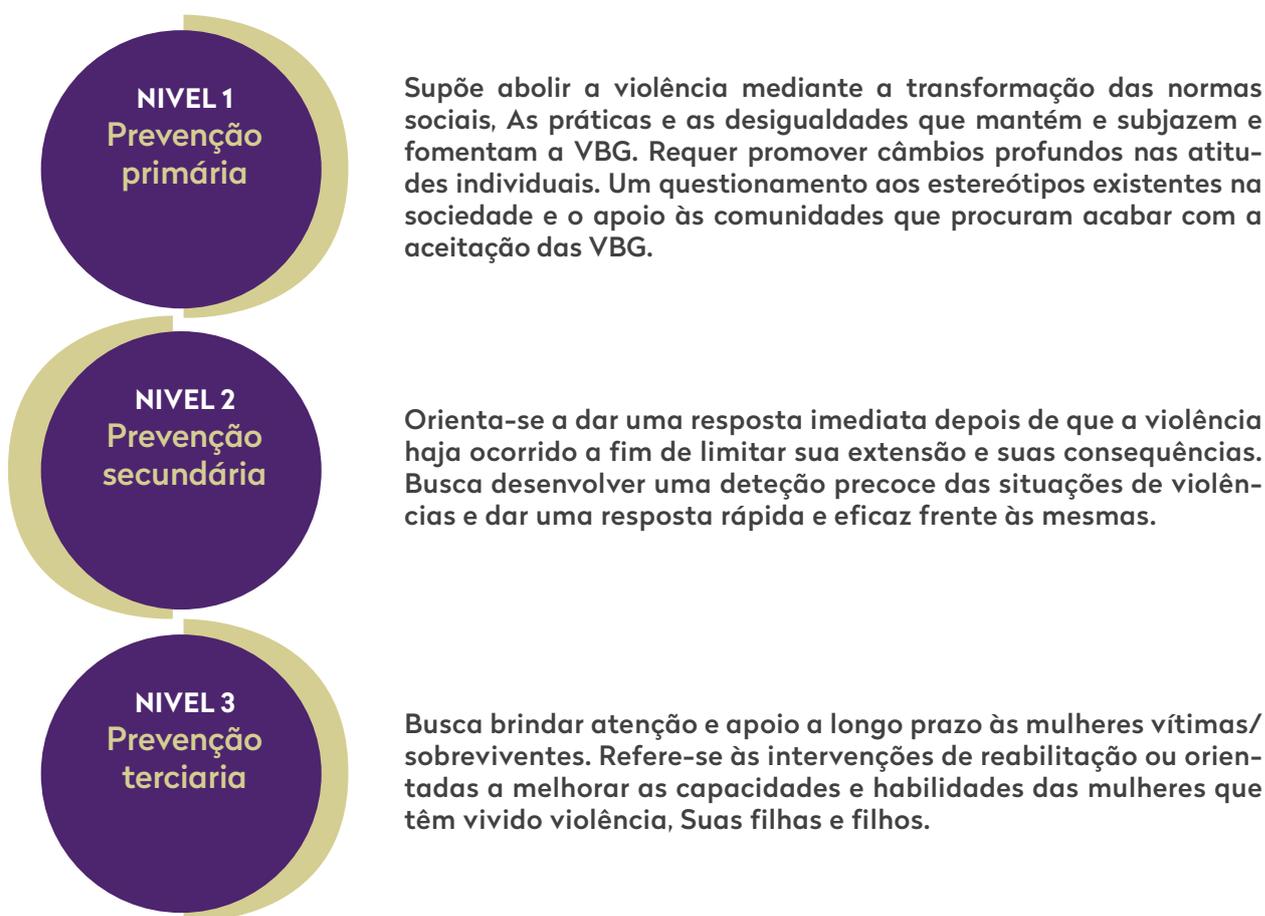
El modelo epidemiológico, emulando o que ocorre com doenças epidêmicas, estipula três níveis clássicos: prevenção primária, secundária e terciária. Nessa direção, a prevenção supõe deter as violências antes de que ocorram ou que desencadernem maiores consequências. A prevenção primária desenvolve ações tendentes a evitar as violências, enquanto que a secundária se orienta a dar uma

resposta imediata depois de que esta haja ocorrido, se encaminhando a limitar sua extensão, consequências e reincidência. Finalmente, a prevenção terciária se propõe brindar atenção ou lograr um resultado reparatório a longo prazo para as mulheres sobreviventes afetadas pelas VBG (ONU, 2006).

Este paradigma costuma associar a violência à doença e, por tanto, às ideias de contágio, patologia, pandemia e cura. Segundo este enfoque, de igual modo que ocorre com outras doenças, as violências se sucedem naturalmente. Desde esse ponto de partida, a prevenção se propõe antecipar a que ocorram certas

GRÁFICO Nº1

NIVELES DE PREVENÇÃO DAS VBG



Fonte: Elaboração própria, baseada em ONU, 2006.

condutas, trabalhando no diagnóstico dos sintomas próprios de um estado de enfermidade em curso, para reduzir seu impacto.

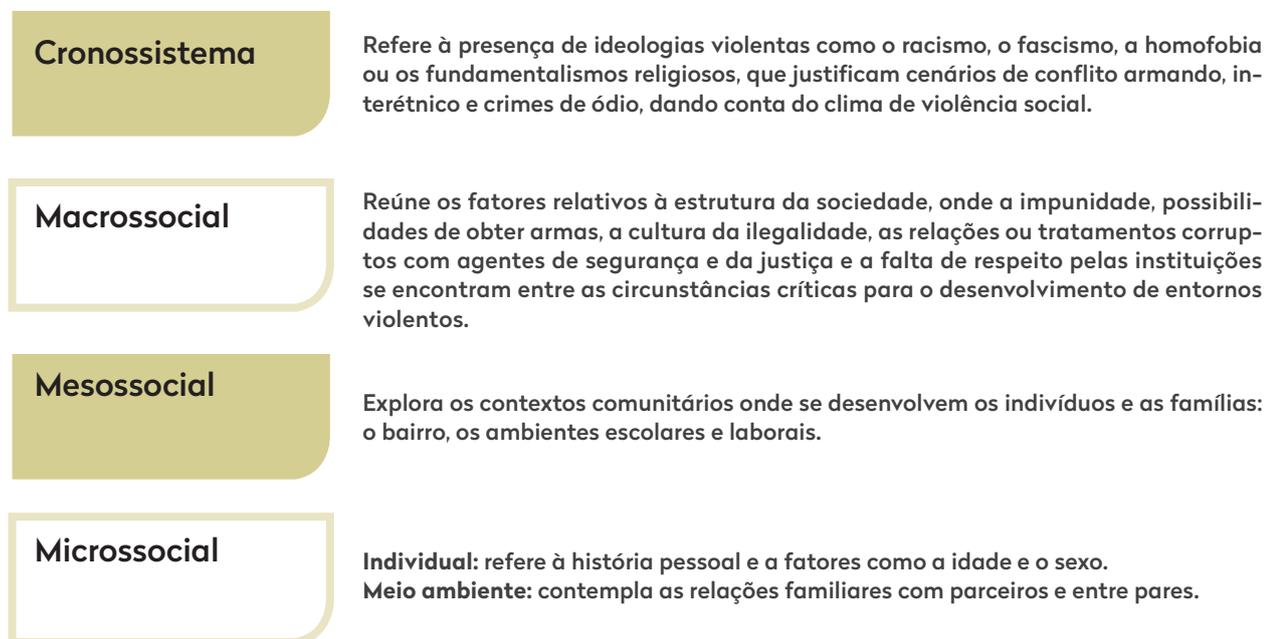
Por sua parte, o Modelo Ecológico para a Atenção da Violência elaborado por Heise (1994), a partir da proposta de Bronfenbrenner (1979) parte da concepção de que cada sujeito está imerso em uma multiplicidade de níveis relacionais –individual, familiar, comunitário e social– onde podem se produzir distintas expressões e dinâmicas de violência (Incháustegui e Olivares Ferreto, 2011). Neste sentido, o modelo compreende as violências contra as mulheres por parte de seus

parceiros como um fenômeno multicausal e enfatiza a necessidade de analisar os diferentes determinantes e fatores de risco que concorrem desde distintos sistemas: a história pessoal, o microsistema familiar, o exossistema ou a comunidade e o macrosistema, ou sociedade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) assumiu este enfoque no ano 2003, contemplando estes quatro níveis para a abordagem das relações, condições e agentes que contribuem ao comportamento violento das pessoas e nos riscos que os incrementam que se tornam, como tem se mencionado anteriormente, em níveis de intervenção preventiva⁸ (Incháustegui e Olivares Ferreto, 2011)

GRÁFICO Nº2

NIVELES DE INTERVENÇÃO PREVENTIVA



Fonte: Incháustegui y Olivares Ferreto, 2011

8. No nível microssocial os antecedentes de condutas agressivas ou de autodesvalorização, as adições ou situações de crise individual devido às experiências de violência ou outras são fatores que predispõem para o comportamento violento e podem ser fatores de risco. No nível mesossocial as faltas de oportunidades para o desenvolvimento pessoal, somado à presença de comportamentos delitivos contribui a que se torne rotineira e tolerável a convivência violenta e potência o risco de padecê-la ou infringi-la. Isto sem que seja possível estabelecer uma relação entre estas situações e variáveis sociodemográficas como o nível educativo ou o nível de ingresso.

Assim, o Modelo Ecológico compreende as violências contra as mulheres e meninas, Baseadas em Gênero como um fenômeno polifacético e multicausal. No entanto, em algumas ocasiões seu uso costuma tender a simplificar sua potência analítica ao considerar a relação entre os diferentes níveis em términos de causa-efeito. Como resultado, se desvanecem as tramas complexas do poder patriarcal e as violências em tanto estruturantes e fundantes de um sistema cultural e social que articula múltiplos mecanismos de opressão e subordinação.

A invisibilização do complexo entramado das violências e seu constante dinamismo, evidência seu caráter contextual e relacional, ou seja, a alta capacidade que tem para operar como um contínuo, ainda que a fotografia fixa que ainda prevalece em nossos imaginários seja a do ato violento. Neste sentido, tornar complexa a compreensão e a abordagem das violências, supõe ir além das recomendações prescritivas sobre câmbios condutais –que se realizam sob uma lógica individual de pessoas que tomam consciência para modificar condutas–. Implica também contemplar as linguagens com as que definimos às violências, os espaços e tempos que associamos a elas e as cargas de responsabilidade que historicamente têm recaído sobre sujeitos individuais, assim como considerar também como se reproduzem e/ou transformam os umbrais de tolerância social respeito delas.

O terceiro enfoque, de Direitos Humanos, põe em foco os referentes jurídicos e normativos internacionais e regionais que se convertem em ferramentas para a prevenção e proteção de direitos humanos; incluindo a sanção e reparação

justa para as sobreviventes (Moreno Uriza, 2015). Este modelo é adotado geralmente pelas instituições que velam pelo cumprimento de ditos acordos internacionais e regionais. Baseado na responsabilidade internacional dos Estados sobre a proteção e garantia dos direitos humanos das mulheres vítimas de violência, o Comitê de Expertas do MESECVI distingue no Terceiro Informe Hemisférico sobre a implementação da Convenção Belém do Pará, a prevenção geral da prevenção específica ou especial (OEA/MESECVI, 2017:28). A prevenção geral refere à adoção de medidas integrais destinadas a reduzir os fatores de risco e eliminar as possíveis causas, tais como as relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens; a discriminação; e os padrões estereotipados de comportamento, práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação. Igualmente, requer de um entorno político favorável a estes câmbios e de um entorno institucional que preveja mecanismos para a proteção das mulheres; que conte com oficinas e procedimentos de denúncia; políticas públicas e programas para a prevenção, atenção e erradicação da violência contra as mulheres. Por sua parte, a prevenção específica se refere às atuações concretas e ao cumprimento do dever de devida diligência estrita, as atuações dos funcionários públicos, o processamento dos autores, assim como a reparação das sobreviventes. Segundo isto, devem se identificar os sucessivos passos que deveriam recorrer as mulheres até conseguir a devida justiça e a reparação do dano que devem receber as sobreviventes, por um lado, e que devem proporcionar e garantir as autoridades dos serviços prestados, pelo outro. (OEA/MESECVI, 2017:33).

Requerimientos aos estados no cumprimento dos compromissos para prevenir as VBG



1. Um quadro jurídico configurado com normas destinadas a sancionar e prevenir todas as formas de violência contra a mulher, acordes com a definição de violência contra as mulheres contemplada na Convenção de Belém do Pará. Para isso são necessárias normas de natureza penal, civil e administrativas, e outras que se considerem necessárias.
2. No âmbito educativo se requer de um conjunto de normas que assegurem que as mulheres e meninas recebam nas entidades educativas uma educação livre de violência, de estereótipos de gênero e sem discriminação.
3. Medidas positivas, tais como planos nacionais que se considerem prioritários para assegurar o exercício dos direitos humanos das mulheres em condições de igualdade; que incluam entre outros, processos formativos, de sensibilização e transformação cultural e que impulem a autorregulação de meios – incluindo as TIC – e sua vedoria através de organismos autônomos com participação cidadã e, por sua vez, a promoção do cumprimento da normativa internacional, respeitando tanto a liberdade de expressão -incluindo o direito à informação e a comunicação das meninas e as mulheres- como o direito à não discriminação.
4. Mecanismos de monitoramento eficazes e eficientes com informação e estadísticas claras, que analisem as diferentes situações de violência que vivem as mulheres e as meninas e que permitam a transparência e a publicidade necessária para que exista uma ampla participação dos agentes e atoras chamadas a avaliar, monitorar e participar nos processos de adequação das medidas existentes.
5. Um contexto financeiro básico e compromissos orçamentários suficientes para garantir a execução destas políticas.

Fonte: OEA/MESECVI, 2017: 34

Levando em consideração os aportes e limitações destes enfoques, integrando a multicausalidade das violências e os diferentes níveis de intervenção, assim como o enfoque de direitos humanos neste estudo, se considerará como pre-venção das VBG todas aquelas ações impulsadas para evitar que estas ocorram, desde uma compreensão complexa das mesmas que situe às mulheres em sua diversidade, condições e opressões específicas e que assuma a necessidade de modificar suas causas estruturais, promovendo simultânea e integralmente medidas de corto, mediano e longo

prazo, cujo resultado seja uma transformação das normas sociais e de gênero.

Coincidimos com Cos-Montiel em seu interrogante sobre das possibilidades de prevenir a violência como se tratasse de uma doença contra a qual só bastaria se vacinar. A complexidade da problemática faz necessário construir respostas complexas que definam muito melhor o quê se entende por violência e que vajah mais além das respostas legislativas e penais que até o momento não têm logrado detê-la. O desafio, sem lugar a dúvidas, segue sendo dar respostas institucionais que avancem

simultaneamente com medidas de reparação às vítimas, de reeducação aos vítimas, e de câmbios nos mandados da masculinidade e a feminidade.

Por outra parte, a **interseccionalidade** que alude igualmente a uma compreensão mais complexa das violências e opressões que vivem a diversidade de mulheres segundo sua raça/etnia, condição socioeconômica, deficiência, grupo de idades, entre outros, ainda que esteja sendo apresentada como um enfoque necessário, todavia constitui um desafio metodológico que, integrando-o à definição, quiçá nos

nero. As políticas e ações integrais a curto, mediano e longo prazo são necessárias para que as transformações socioculturais que tendem ser a longo prazo realmente se tornem em práticas cotidianas.

Em base a que foi exposto, existe consenso em que a prevenção deve apontar a transformar as relações de poder entre os gêneros desde enfoques integrais e holísticos, que promovam um câmbio no discurso público e as normas sociais, assim como também em incorporar aos homens nas políticas de educação, prevenção, detecção precoce e atenção, para promover condu-



A Prevenção das VBG contempla todas aquelas ações que buscam evitar que as violências ocorram, desde uma compreensão complexa das mesmas, reconhecendo às mulheres em sua diversidade de condições e opressões específicas e assumindo a necessidade de modificar suas causas estruturais. Promove simultânea e integralmente medidas de curto, mediano e longo prazo, orientadas à transformação das normas sociais e culturais de gênero.

obrigue a fazê-lo. Esta perspectiva da prevenção requer uma visão que tente evitar as soluções homogeneizantes para mulheres e situações diversas.

Do mesmo modo, a prevenção das VBG supõe questionar as raízes históricas, sociais e culturais do sistema patriarcal, impugnando as normas que continuam avalizando uma estrutura baseada no exercício de poder e nas desigualdades de gênero. Estas não só são discriminatórias, senão que preservam benefícios a homens adultos e inclusive adolescentes homens, que gozam de maior liberdade e acesso a recursos respeito das meninas (UNFPA, 2020). Os câmbios em legislações e políticas públicas podem catalisar algumas modificações, mas não necessariamente impactam sobre as normas sociais de gê-

tas não violentas e uma menor tolerância social orientada às VBG. Não obstante, continua sendo um desafio construir caminhos de ação que permitam efetivamente desenvolver e manter processos nesse sentido. Sistematizar e construir conhecimentos sobre o que há funcionado e sobre os esforços que têm resultado estéreis na região, pode dar pistas sobre aquilo que é necessário fortalecer e redirecionar.

Finalmente, é necessário reiterar que a implementação de políticas públicas gerais e de ações integrais e coerentes que respondam aos contextos e situações específicas das mulheres continua sendo um desafio na América Latina e Caribe Hispano. As expertas convocadas pela Organização de estados Americanos insistem na importância de harmonizar⁹ o quadro jurídico relativo à prevenção e sanção das vio-

lências, assim como também garantir as partidas orçamentárias suficientes para a execução de políticas públicas e planos de prevenção, atenção, sanção e erradicação progressiva das violências nos âmbitos público e privado (OEA/MESECVI, 2017). Mais recentemente apontam que, o caminho para avançar na prevenção das violências, ademais dos câmbios legislativos, deveria se focar em construir e fortalecer mecanismos efetivos que garantam a implementação das normas e dos programas para erradicar a violência, e que todos estes esforços sejam medíveis não só em cobertura senão também em seu impacto real (OEA/MESECVI 2020).

O setor educativo, neste sentido, tem sido indicado como agente chave para contribuir à prevenção das VBG, através da incorporação de educação não sexista em seus currículos e como responsável também de implementar modelos de educação sexual integral ou educação integral da sexualidade. Estes aspectos se têm tornado cada vez mais relevantes para a construção de enfoques transformadores que permitam modificar as normas sociais de gênero que mantêm as violências. Do mesmo modo que o trabalho em torno à participação social, política e econômica das mulheres, tendentes a fortalecer suas autonomias (CEPAL, 2022). Em paralelo, e com maior força nos últimos anos, o trabalho com homens e masculinidades há mostrado ser um aspecto relevante para modificar as normas sociais de gênero. No começo centrado quase exclusivamente na atenção a homens que exercem o têm exercido violências desde uma perspectiva psicológica e individual, se observa um crescente desenvolvimento de iniciativas que buscam questionar o mandato de masculinidade hegemônica, já seja com jovens ou com a População de homens em geral.

Assim mesmo, e apesar de que na Amé-

rica Latina e o Caribe Hispânico tem se avançado em uma estrutura de direitos formais, é muito recente o desenvolvimento de políticas e ações tendentes à transformação de normas sociais. Analisando as políticas de prevenção a nível global, porém em particular aquelas desenvolvidas em países de renda baixa ou média baixa, Michau e outras (2015) apontam que as políticas de prevenção incluem pelo geral atividades pontuais como oficinas centradas na violência de parceiros ou campanhas de conscientização pública a grande escala sobre as Violências contra Mulheres e Meninas. Estas propostas, afirmam, são necessárias, porém não suficientes para abordar a problemática. As autoras identificam obstáculos para a implementação de programas integrais de prevenção, como a ênfase posta na sensibilização sem complementá-la com outras estratégias que promovam câmbios nas atitudes, normas e comportamentos.

De outro lado, se aponta a falta de uma análise coletiva prévia à implementação de ações, que gere consensos sobre o quê se entende por Violências Baseadas em Gênero e quais são as habilidades e o apoio que se precisam para lograr um câmbio significativo. Identifica-se também a tendência das ações de prevenção em se focar em um só grupo ou População objetivo -homens ou mulheres que sofrem violência- no setor -saúde, segurança ou poder judicial-, sem uma abordagem multissetorial que permita que os esforços não fiquem isolados. Finalmente, as autoras concluem em que as intervenções dirigidas ao câmbio de atitudes dos sujeitos de forma individual não têm sido muito exitosas devido à magnitude do problema, pelo que aconselham o trabalho a nível comunitário, que permita lograr transformações mais amplas e sustentadas a nível populacional (Michau e outras, 2015).

9. A harmonização refere ao processo que busca diminuir as barreiras ou inconsistência entre diferentes sistemas jurídicos que vão incorporando normas comuns ou similares.



3.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Esta investigação adotou um enfoque qualitativo e exploratório, buscando identificar experiências que permitam construir aprendizagens sobre a prevenção das Violências Baseadas em Gênero. Um olhar atento aos sentidos sobre a prevenção, as tensões entre o que se pretende abordar e as estratégias desenvolvidas para realizá-lo, entre outras questões, foram aspectos em permanente discussão.

El planejamento se construiu como um processo aberto, flexível e em diálogo entre as experiências e os debates conceituais e metodológicos que, ao mesmo tempo que foram o ponto de partida, se foram aprofundando e problematizando. Uma dificuldade que atravessou o processo de trabalho é que a prevenção das VBG continua sendo um campo insuficientemente definido pela diversidade de agentes que trabalham em torno às violências. O papel secundário que ocupam as abordagens preventivas no contínuo de prevenção, atenção, sanção, erradicação, há contribuído também a configurar o campo como inespecífico. Isto supôs, por um lado, uma aproximação aos processos através dos quais as experiências se construíram como propostas preventivas e, do outro, à maneira como os agentes envolvidos enunciavam e conceitualizavam as violências e sua prevenção. De igual maneira, se buscou recuperar e situar os contextos particulares nos que se construíram e desenvolveram estas estratégias em cada país, para compreender os fatores que coadjuvam o planejamento, a configuração de certas

estratégias por sobre outras, e os aspectos habilitantes ou obstaculizantes na implementação.

A estratégia metodológica se orientou assim mesmo a partir dos enfoques das epistemologias feministas (Blazquez Graf, 2010). Isto supõe reconhecer as relações desiguais de poder entre os Gêneros, assim como evidenciar as posições de subordinação e privilégios relativos que os sujeitos ocupam na tarefa de construir conhecimentos. Estas premissas éticas e políticas configuraram a perspectiva desde a qual nos aproximamos ao complexo entramado de realidades latino-americanas e os saberes e fazeres produzidos desde a particularidade de cada território. Perspetiva que buscou visibilizar as interseções entre Gênero, classe, idade, raça, etnia, sexualidade, religião, como lugares de dominação imbricados entre sí, que estão presentes nas experiências de prevenção às que tentamos aproximar-nos.

A PROPOSTA DE TRABALHO SE DESENVOLVEU ATRAVÉS DOS SEGUINTES PASSOS:

a) Grupo de referência e processo de validação

El Grupo de Referencia em Prevenção da Iniciativa Spotlight¹⁰ foi quem guiou e validou o processo de trabalho. Tanto a proposta inicial como os critérios de identificação das experiências e de aquelas promissórias foram consultados com este espaço. Além do mais, se realizaram consultas virtuais com representantes das oficinas país de UNFPA e com pesquisadores e pesquisadoras que têm desen-

¹⁰ O Grupo de Referencia Prevenção da VBG baseada na Evidencia – Região LAC é um espaço consultivo conformado por expertas, organizações da sociedade civil e representantes das Agencias do Sistema de Nações Unidas. Encarrega-se de dar assessoramento técnico e orientar o trabalho de investigação para a geração de evidencia do que funciona em matéria de prevenção da VBG, com seu conhecimento técnico e seus experiencias de trabalho em prevenção.

volvendo estudos similares o que abordam temas incluídos na presente proposta. Estes espaços de consulta permitiram receber retroalimentação conceitual ou metodológica que há resultado de grande valor para o trabalho de indagação.

b) Apertura do debate e a indagação

Desenvolveram-se de maneira virtual nove Reuniões de Consulta com referentes de organizações, redes feministas, e feministas acadêmicas, nas que participaram 71 pessoas¹¹. Desta forma, se realizaram oito entrevistas individuais a referentes do MESECVI, COMMCA, a Divisão de Assuntos de gênero da CEPAL, e de Agências do Sistema de Nações Unidas. O objetivo do diálogo nestes espaços foi identificar pontos críticos nos debates sobre a prevenção das VBG na região, apresentar e difundir a proposta de trabalho para gerar apoios e validar os critérios para o reconhecimento de experiências.

c) Relevamento e mapeio de experiências

Uma vez construídos os critérios de identificação das experiências¹², o rele-

vamento se levou a cabo através de: 1) a procura direta por internet, tratando de cobrir todos os países da região; 2) um formulário de contato direto com as experiências, difundido através das redes sociais e correio eletrônico; 3) a solicitude de informação, via correio eletrônico, aos 19 Mecanismos para o Avanço das Mulheres -MAM- dos países da região e a outros ministérios relevantes a nível nacional¹³; assim como também a instituições encarregadas das políticas de gênero a nível estadual em Argentina, Brasil e México; e 4) a solicitude de informação, via correio eletrônico, a Agências do Sistema de Nações Unidas¹⁴, Fundos de Mulheres e outras agências de cooperação.

Longe de pretender construir uma mostra representativa, a identificação das experiências buscou dar conta da diversidade de agentes e estratégias de prevenção desenvolvidas na região, a partir dos critérios estabelecidos¹⁵. Desse modo, se identificaram 668 experiências¹⁶. Incluiu-se uma breve síntese de cada uma destas experiências e sua georreferenciação na página web da iniciativa¹⁷.

11. As reuniões se organizaram da seguinte maneira: 1) com referentes de países do Cone Sul -Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay e Brasil-; 2) com referentes de países Andinos -Peru, Ecuador, Colômbia e Venezuela-; 3) com referentes de El Salvador, Guatemala e Honduras; 4) com referentes da Costa Rica, Panamá, Cuba e República Dominicana e 5) com referentes da Nicaragua e redes mesoamericanas. Outras quatro reuniões de consulta convocaram a referentes de organizações de México que trabalham especificamente sobre alguma população o tema específico para nossa indagação: jovens, mulheres indígenas, masculinidades e diversidade sexual.

12. Os critérios de identificação das experiências relevadas se encontram detalhadas no Anexo N°1

13. Dos 19 países consultados, só nove Mecanismos de Avanço da Mulher contactados enviaram informação pertinente sobre experiências de prevenção desenvolvidas na última década: Argentina, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguay, Peru e Uruguay.

14. Enviaram-se solicitudes de informação a UNFPA, PNUD, OMS/OPS, ACNUR, UNICEF, OIM.

15. Para conhecer o listado completo de pessoas e instituições consultadas para o relevamento ver Anexo N°2.

16. Partiu-se de uma definição ampla de experiência que nos permitisse considerá-las como processos sócio-históricos dinâmicos e complexos, que abarcam um conjunto de dimensões objetivas e subjetivas da realidade histórico-social. Supõem: a) o contexto como condição de possibilidade para seu desenvolvimento; b) situações particulares institucionais, organizativas, grupais ou pessoais que fazem de cada experiência única e irrepetível; c) uma concatenação de ações, já sejam intencionadas ou imprevistas, planejadas ou emergentes; d) o entrecruzamento de percepções, sensações, emoções e interpretações de cada uma das pessoas e coletivos/instituições que vivem essas experiências, quer dizer de seus protagonistas; e) incluem determinados resultados ou efeitos que modificam em todo ou em parte os elementos ou fatores existentes anteriormente; f) constroem relações entre as pessoas e os coletivos envolvidos, que sempre são relações de poder: de subordinação, de resistência, de opressão, de solidariedade ou de crescimento mutuo (Jara, 2018).

17. As experiências encontram-se georreferenciadas em <https://www.prevenirviolenciasdegenerolac.org/>

TABELA Nº 2
EXPERIÊNCIAS RELEVADAS POR PAÍS E POR AGENTE

PAÍS	ORG. SOCIAIS	GOVERNOS	SNU	UNIVERSIDADES	ALIANÇA DE AGENTES	OUTROS AGENTES	TOTAL
Argentina	28	19	2	8	5	3	65
Bolivia	9	2	1	-	4	1	17
Brasil	37	46	1	-	5	-	89
Chile	14	4	-	-	-	-	18
Colombia	29	7	-	1	7	-	44
Costa Rica	7	12	-	1	3	-	23
Cuba	4	3	2	-	3	1	13
Equador	14	2	1	1	4	1	23
El Salvador	13	8	1	1	-	1	24
Guatemala	18	3	2	3	3	-	29
Honduras	5	2	-	1	1	-	9
México	35	47	2	1	4	1	90
Perú	26	18	1	1	7	-	53
Nicaragua	24	1	1	-	-	-	26
Paraguai	9	5	1	-	5	-	20
Panamá	1	3	2	-	2	-	8
República Dominicana	3	4	2	-	1	-	10
Venezuela	8	5	1	-	-	-	14
Uruguai	2	18	1	-	8	1	30
Regionais							
o subregionais	33	-	16	-	8	6	63
Total	319	209	37	18	70	15	668

Fonte: elaboração própria em base a 668 experiências relevadas, 2021.

d) Aspectos promissórios nas experiências de prevenção

A matriz inicial de experiências se depurou através de outra matriz que ordenou a informação para logo após analisar estas uma por uma. Através de uma série de indicadores sobre o quê é promissório nas experiências de prevenção se analisaram

iniciativas que respondiam aos critérios estabelecidos e das que se conta com informação sobre seu processo de implementação, seus resultados ou impactos. E se elaboraram fichas de cada uma destas iniciativas, realizando uma consideração qualitativa sobre das dimensões abordadas pelos indicadores propostos.

TABELA Nº 3
INDICADORES DO QUÊ É PROMISSÓRIO NAS EXPERIÊNCIAS RELEVADAS

INDICADORES	DIMENSÕES DO INDICADOR ¹⁸
Impacto	<ul style="list-style-type: none">● Transformação de normas sociais● Promoção de autonomias das mulheres● Legitimidade das ações
Integralidade e interseccionalidade	<ul style="list-style-type: none">● Abordagens situadas● Planejamentos flexíveis● Interseccionalidades das VBG desde a perspectiva dos agentes
Consistência e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none">● Coerência e consistência.● Sustentabilidade econômica, política e social
Inovação	<ul style="list-style-type: none">● Temas e subtemas de novidade● Estratégias e metodologias inovadoras
Participação e mobilização socio-comunitaria	<ul style="list-style-type: none">● Involucramento de grupos e agentes● Enfoque e tipo de participação

Fonte: elaboração própria, 2021.

Estes indicadores foram construídos pela equipe de trabalho e validados pelo Grupo de Referência em prevenção da iniciativa Spotlight; buscam contribuir à reflexão sobre os aspectos promissórios no campo das intervenções

preventivas. Longe de estabelecer um modelo ideal de ação, recolhem e analisam dimensões que poderiam resultar inspiradoras para fazer mais eficazes os esforços que buscam prevenir as VBG na região.

¹⁸ O desenvolvimento detalhado sobre cada um dos indicadores e suas dimensões pode ser consultado no capítulo Nº6 “Os caminhos promissórios para a prevenção das violências”.

4.**MÚLTIPLAS E DIVERSAS EXPERIÊNCIAS**

Na última década, ao compasso de uma expansão das vozes que interveem na definição das violências, tem se instalado um campo de disputa discursiva e política, onde convivem uma multiplicidade de sentidos, enfoques e perspectivas sobre o problema, alguns deles contraditórios ou em tensão. Estes esforços por uma maior compreensão sobre as VBG, suas manifestações, suas causas, e suas articulações com outros sistemas de opressão, não necessariamente se condizem com avanços nas intervenções e ações que buscam abordá-las e, em particular, preveni-las. Temos avançado muito mais na análise e nos debates sobre as violências, que na identificação das estratégias mais eficazes para evitá-las.

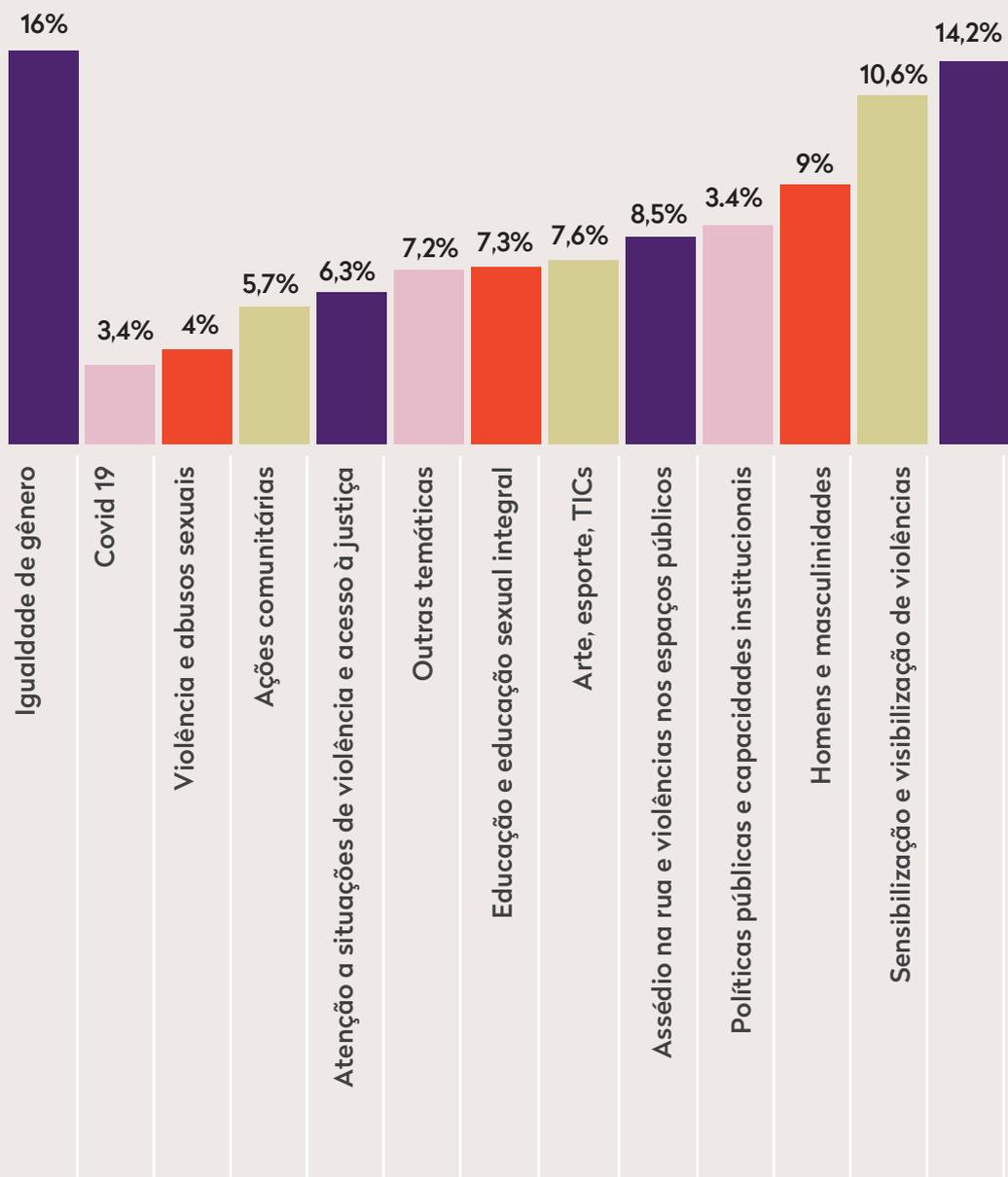
As experiências mapeadas neste estudo refletem uma diversidade de sentidos

sobre o quê é e como fazer prevenção das VBG. Em muitas delas se encontram definições tautológicas ou imprecisas que mantêm a importância de modificar as causas que geram as violências, ainda que sem se focar em ações e estratégias que as combatam, senão na reparação de suas consequências. De outro lado, associar a prevenção a uma ampla variedade de iniciativas implica o risco de perder efetividade no intento de abordá-lo como todo: reduzir riscos, sensibilizar, capacitar, potenciar os serviços de atenção e fazê-los mais acessíveis, involucrar a uma multiplicidade de agentes e fortalecer as redes comunitárias, a institucionalidade e as capacidades estatais, transformar normas e mandatos de Gênero, empoderar às mulheres de diferente origem étnico racial, jovens e dissidências sexuais.



GRÁFICO N° 3

EXPERIÊNCIAS RELEVADAS SEGUNDO TEMA QUE ABORDAM



Fonte: elaboração própria, em base a 668 experiências relevadas, 2021.

Como se observa no Gráfico N°3, as 668 experiências sobre prevenção recolhidas no estudo têm enfatizado em sua apresentação o mesmo nível de temas, estratégias e em simultâneo, espaços territoriais de ação. A prevenção das VBG aparece debilmente definida; inclusive

algumas delas poderiam não ser consideradas especificamente em tanto tais¹⁹. As imprecisões e indefinições sobre as teorias de câmbio ou hipótese de ação costumam ser recorrentes.

Esta diversidade da conta de posicionamentos diferentes sobre quais são as

¹⁹. Em uma análise preliminar identificamos um listado de 21 estratégias desenvolvidas pelas experiências mapeadas.

transformações necessárias para evitar as violências. Algumas experiências orientam suas ações para a dimensão individual das VBG, buscando fortalecer às mulheres diversas e suas capacidades para evitar riscos específicos. Enfatizam o empoderamento, o fortalecimento de decisões ou eleições pessoais, as capacidades individuais para enfrentar situações, as atitudes ou comportamentos frente ao problema. Outras partem da consideração dos entramados sociais e comunitários que produzem, reproduzem, mas também que impugnam as violências. Buscam desenvolver formas de abordagem coletivo das mesmas, involucrando a uma multiplicidade de agentes e colocando no debate a distribuição desigual de poder e o reconhecimento entre os gêneros, como estruturante das VBG.

Junto com o amplo número de estratégias desenvolvidas se encontrou também um grande leque de agentes, incluídos alguns não tradicionais como universidades, instituições religiosas e empresas, que aparecem na última década impulsando iniciativas de prevenção das VBG. De recente data também são as abordagens de violências cada vez mais específicas, como o assédio sexual na rua, a violência política ou as violências digitais contra mulheres, meninas e jovens. Também, estão os que se instalam em contextos singulares, vincula-

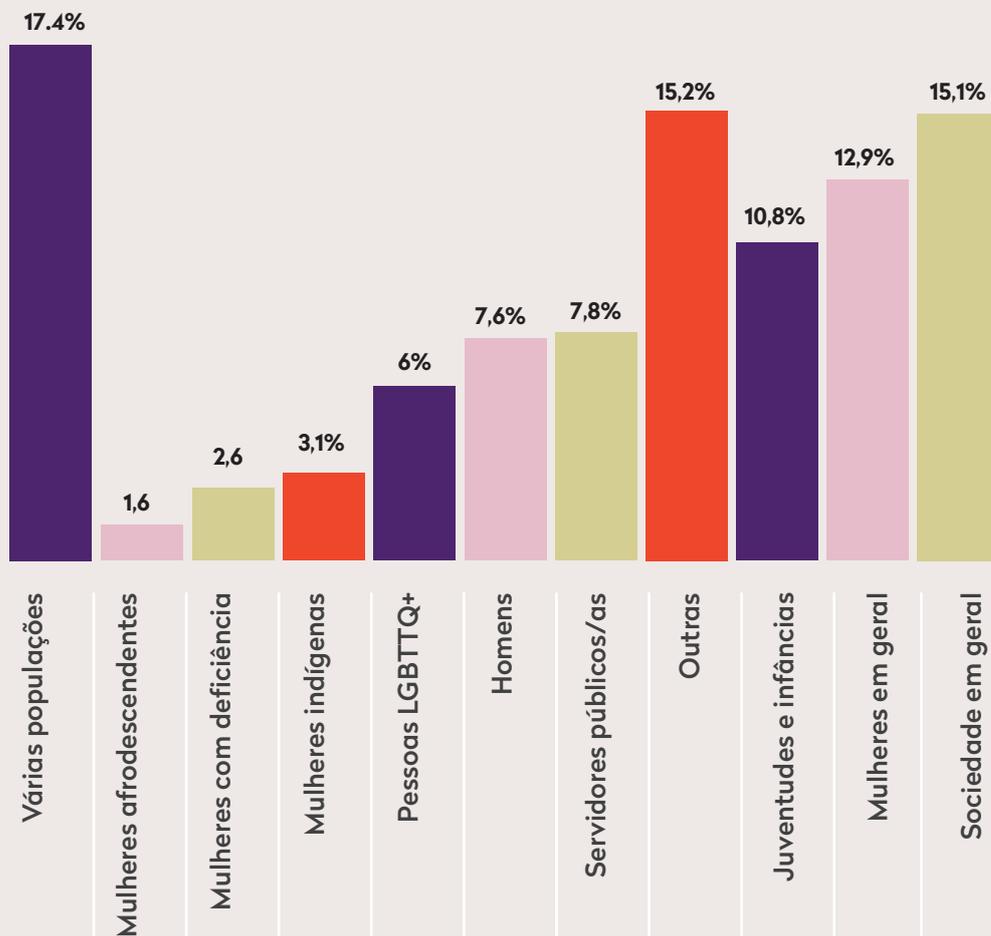
dos a fenômenos sociais recentemente reconhecidos e atendidos: violência nas fronteiras, no contexto de correntes migratórias, e violência sexual em refúgios durante emergências humanitárias ou bem, as violências contra defensoras de direitos humanos em conflitos territoriais.

Outro aspecto a sublinhar é que um 65% das 668 experiências relevadas, são projetos ou intervenções a curta ou média duração (menos de três anos) e 20% são ações de comunicação como campanhas ou ações pontuais com um tempo de duração de entre seis meses e um ano. As intervenções se realizam em diferentes escalas. Desde projetos pontuais desenvolvidos por organizações feministas de base comunitária em pequenas localidades, bairros ou comunidades periféricas até programas regionais de grande alcance.

Como se aprecia a seguir no Gráfico N°4, é também diverso o público objetivo das intervenções. Algumas iniciativas abordam as interseccionalidades entre as VBG e outros marcadores de exclusão de populações específicas, como as orientadas a prevenir as violências contra mulheres jovens indígenas com deficiência, pessoas indígenas LGBTTIQ+. Embora, quase a metade das experiências (45,4%) estão dirigidas à um público amplo definem-no vagamente a População objetivo de suas ações (sociedade em geral, várias populações, mulheres em geral)²⁰.

20. A categoria "Várias populações", faz referência às experiências que mencionam como destinatárias das ações a uma multiplicidade de agentes, incluídas em algumas das demais categorias mencionadas, sem priorizar nenhuma em particular. A categoria "Outras", por sua parte, contempla a trabalhadoras sexuais, profissionais da saúde, camponesas, acadêmicas/os, mulheres sobreviventes de violência.

GRÁFICO Nº 4 EXPERIÊNCIAS RELEVADAS SEGUNDO a POPULAÇÃO OBJETIVO



Fonte: Elaboração própria, em base a 668 experiências relevadas, 2021.

Finalmente, se encontrou que muito poucas experiências apresentam sistematizações ou avaliações que dão conta de seus logros, resultados e aprendizagens. A ausência ou a débil reflexão sobre a própria prática continua sendo um obstáculo para aprender dos erros e fortalecer aqueles aspectos que puderem estar indicando caminhos mais promissórios.

Neste estudo se propõe uma análise das experiências que refletem três gran-

des núcleos de sentidos sobre o quê é e como se faz prevenção das VBG na nossa região, que poderiam ser resumidos como:

° **Transformar imaginários, práticas e estereótipos sexistas**

° **Lograr maiores níveis de equidade**

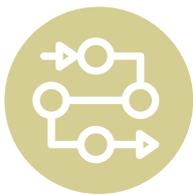
° **Assistir e acompanhar a mulheres em situações de violência**

GRÁFICO Nº 5

SENTIDOS SOBRE A PREVENÇÃO NAS EXPERIÊNCIAS RELEVADAS



Fonte: Elaboração própria, em base a 668 experiências relevadas, 2021.



Transformar imaginários, práticas e estereótipos sexistas

A instalação das VBG como problemática pública e o questionamento à tolerância social em torno às mesmas aparece como condição necessária para sua prevenção e, em algumas ocasiões, como ação ou repertório de ações preventivas em si mesmas. Para algumas experiências, isto supõe promover a desnaturalização das desigualdades de Gênero, explicitando seus determinantes sociais e as articulações destas violências com outros sistemas de opressão, o colonialismo, o racismo, o capacitismo²¹. Estas experiências tornam complexas a compreensão das violências ressemantizando-as, ainda que nem sempre suas propostas de ação permitam identificar claramente quais são os caminhos possíveis ou desejados para desarticulá-las.

Compreender e ampliar as capacidades para reconhecer as violências é entendido como uma contribuição a sua prevenção. Difundir informação sobre os tipos e manifestações de violências que se reconhecem legalmente é uma estratégia desenvolvida com frequência nos países que contam com leis de primeira geração. Esta ênfase colocada na informação como motor de transformação nas normas sociais de Gênero, resulta problemático já que poderia simplificar processos sociais, culturais e subjetivos complexos, que excedem a lógica causal entre conhecimento e ação. Em um sentido distinto, algumas experiências promovem câmbios nas formas em que se identificam as VBG e no papel que as pessoas ocupam na produção e reprodução de estereótipos e mandatos de Gênero, como outra possível via para modificá-los.

Alguns movimentos feministas jovens, afrodescendentes e indígenas, a partir de diversas ações entre elas artístico-políticas, buscam construir novas narrativas

sobre as mulheres e pessoas LGBTTIQ+ desde valores positivos e a expressão de seus desejos, eleições, e formas particulares de conceber seus corpos, sua sexualidade, suas capacidades individuais e sua potencialidade política coletiva, afirmando seus direitos ao prazer, à autodeterminação, afirmando e ampliando as alianças entre diversas agendas e posicionamentos feministas. Em geral, são as organizações feministas as que afirmam a necessidade de se afastar das concepções vitimistas das mulheres e reclamam para si o direito a reivindicar novas formas de existência.

O âmbito do que é público –a rua, os territórios, inclusive os meios de comunicação e as redes sociodigitais–, aparecem como cenários privilegiados de disputa de sentidos e representação. Em algumas experiências desenvolvidas pelas organizações de mulheres e feministas, o espaço público é também cenário para visibilizar suas demandas respeito à inação ou ineficácia da intervenção estatal orientada às violências.

O questionamento à masculinidade hegemônica está no centro de várias experiências que apostam pela transformação de normas, imaginários e práticas sexistas. Isto implica não só ações com homens agressores para desconstruir os mandatos tradicionais de masculinidade, senão também o trabalho sobre o gênero nas relações sexo-afetivas, tanto com homens como com mulheres, identificando ditas práticas sexistas inclusive em organizações sociais ou instituições. Sobre masculinidades não violentas ou novas masculinidades, tem se tematizado com uma multiplicidade de agentes, cujo eixo costuma considerar aos homens como quem exercem as violências, porém também como sujeitos condicionados pelos mandatos de masculinidade. As experiências que transformaram imaginários

21. Baseia-se nos preconceitos contra às pessoas com deficiência. O capacitismo é uma ideologia, uma perspectiva, um modo de ver o mundo que mantém um conjunto de ideias, de crenças e também de práticas que estabelece um único modo de entender o corpo humano e sua relação com o entorno, partindo da consideração de que há determinadas capacidades más valiosas que outras, e quem as possuem são melhores ou superiores que o resto das pessoas (Campbell, Fiona Kumari em Toboso, M., 2021).

e estereótipos sobre as masculinidades hegemônicas buscaram visibilizar outras formas de ser homem, questionando a essencialização na divisão sexual e social do trabalho, especificamente nas tarefas de cuidado.

Transversalmente a estas ações –às vezes entendidas como ações pontuais e outras como estratégias integrais–, se faz presente a noção de empoderamento assim como uma tensão entre as abordagens que privilegiam a dimensão individual ou a dimensão coletiva do problema.

Em términos individuais, o empoderamento refere à autoestima, a confiança das mulheres em si mesmas, a autopercepção e valorização de sua agência e supõe que o reconhecimento das próprias capacidades, potencialidades e direitos, abre a possibilidade de identificar situações de VBG, reconhecer riscos, pedir ajuda, ou ter maiores ferramentas para enfrentá-las e superá-las para a construção de seu projeto de vida. A prevenção das VBG é aqui resultado não da transformação social das estruturas de poder patriarcais, senão fundamentalmente das possibilidades de dotar às mulheres com ferramentas psicológicas, emocionais e econômicas individuais, para construir um desenvolvimento pessoal saudável que lhes permita “reparar” as consequências psicológicas e emocionais das violências²².

Quando as experiências incorporam o empoderamento em términos coletivos, fortalece as possibilidades das mulheres e as dissidências sexuais como coletivo para avançar na ampliação de suas autonomias, definidas em seus próprios términos, de sua voz e agência como grupo social, assim como a potência para im-

pugnar desde o que é coletivo as normas sociais que sustentam as violências. Esta abordagem põe também no debate a distribuição desigual de poder e o reconhecimento entre os Gêneros, como estruturante das VBG.

Lograr maiores níveis de equidade

Para muitas das experiências relevadas prevenir as VBG supõe, fundamentalmente, avançar no logro da equidade entre os Gêneros, de acordo ao paradigma que considera as autonomias físicas, de toma de decisões e econômica, de maneira inter-relacional e interdependentes²³. Isto implica a consideração de âmbitos nos quais continuam persistindo discriminações, omissões e desvantagens estruturais que colocam às mulheres diversas e pessoas LGBTTIQ+ em situações de vulnerabilidade respeito aos homens.

Os direitos das mulheres e a igualdade de gênero continuam sendo um campo atravessado por fortes disputas, em que o tema da sexualidade gera as maiores resistências. Igualmente, supõe identificar os processos de socialização que estruturam, desde idades muito precoces, a desigualdade nas relações de poder entre os sexos e gêneros moldando os papéis e estereótipos. A educação sexual, na última década chamada ESI –Educação Sexual Integral– ou EIS –Educação Integral em Sexualidade– tem sido foco das intervenções estatais na região abrindo um debate explícito sobre estas temáticas. No entanto, o quê se ensina e para quê se ensina educação sexual apresenta também divergências entre os diferentes países e contextos²⁴.

Por uma parte, encontra-se ainda for-



22. O risco desta noção de empoderamento é que pode ser entendida em términos meritocráticos, sem reconhecer o bem minimizando os efeitos nas subjetividades dos sistemas de opressão e a distribuição desigual de poder nas sociedades patriarcais (Bentancor, 2011).

23. Estes três sentidos se ligam às considerações de CEPAL respeito das autonomias, entendidas como autonomias físicas, na tomada de decisões e econômica, inter-relacionadas e interdependentes. Para sua consulta veja <https://oig.cepal.org/es/autonomias>.

24. Os avances em torno à ESI nos últimos anos na região, fundamentalmente como política governamental, tem sido os mais resistidos, debatidos e questionados pelos sectores conservadores. Ações como a Campanha “Con mis hijos no se metan”, que surge no Peru em 2016 e tem também forte presencia na Colômbia e outros países da América Latina, e a avançada conservadora no Paraguay, que em 2017 conseguiu que se eliminara a palavra “gênero” do projeto de Lei de Violência contra as mulheres em seu tratamento na Câmara de Deputados, e que o Ministério de Educação proibira a difusão de materiais referentes à teoria de gênero em instituições educativas, dão conta de uma estratégia regional que logra pressionar por retrocessos nas políticas de gênero em vários países.

temente arraigado o modelo biologista de educação sexual, que aborda a sexualidade em termos da anatomia e fisiologia reprodutiva e se enfoca na prevenção da gravidez adolescente e do VIH Sida. Desde esta perspectiva, a prevenção das VBG, resulta mais bem ignorada e quando se tematiza, se relaciona com evitar condutas de risco no exercício da sexualidade adolescente, que aparece em termos morais indicada como irresponsável ou “descontrolada” (Baez, 2016). Outras experiências que abordam a educação em sexualidade, avançam na inclusão de conteúdos sobre gênero, relações de gênero, diversidade sexual e direitos humanos. São aquelas que se postulam como educação sexual integral ou educação integral em sexualidade. Algumas também problematizam a heterossexualidade obrigatória e a matriz sociocultural de sua produção. Nestas, majoritariamente, se reforça o respeito pela diversidade sexo genérica de uma maneira ampla e geral, onde o quê é diverso é o “outro”, o diferente, o que escapa da norma, ainda que não a questione explicitamente.

Dois temas aparecem ligados à ideia de lograr avances na igualdade de gênero como condição para prevenir as VBG. Um deles é a participação política das mulheres diversas e pessoas LGBTTIQ+, entendida tanto como um fim em si mesma, como um meio para contribuir ao fortalecimento dos processos democráticos na região²⁵. Outras experiências promovem a participação política de mulheres e jovens nos debates e as ações públicas e comunitárias, como exercício para o fortalecimento de sua voz e de sua agência, sobre todo em contextos nos que as vozes das mulheres têm sido histórica e culturalmente negadas ou invisibilizadas, como é

o caso particular das mulheres indígenas, afrodescendentes, com deficiência, rurais, entre outras. O princípio “Nada sobre nós sem nós”²⁶ dá conta desta necessidade de fortalecer a voz, o relato e a demanda em nome próprio respeito aos problemas que as afetam e as respostas que acreditam necessárias para afrontá-los.

Descobrem-se também experiências promovidas por organizações feministas que impugnam as formas tradicionais de fazer política, buscando ativamente construir novos itinerários de ação, inovadoras estratégias, distintas formas de organização e de disputa. Os mandatos coletivos, as mesas interpartidárias, as redes e articulações territoriais, os tribunais populares, são alguns exemplos de ensaios para a construção destas alternativas. A democratização dos espaços de participação, sua horizontalidade, a impugnação tanto ao patriarcado como ao capitalismo, o racismo e o colonialismo como sistemas de opressão interdependentes são o foco nestas experiências. Impulsa-se assim o fortalecimento da voz de sujeito política feminista, que torna complexa cada vez mais suas demandas e busca instalar debates e agendas integrais. Respeito às Violências Baseadas em Gênero e as Violências contra Mulheres e Meninas, junto com o reclamo constante e urgente de prevenção dos femicídios/feminicídios, que impactam na região por seu alcance e crueldade, a agenda feminista expande a concepção das violências, incluindo novas manifestações e pondo no debate as violências institucionais e crônicas do sistema.

A autonomia econômica é o outro tema abordado por algumas experiências que a consideram um suporte para a prevenção das VBG. Segundo o Observatório

25. Neste sentido, algumas experiências se orientam em promover a maior presença das mulheres em partidos políticos e processos eleitorais nos que, a pesar dos avanços, as mulheres continuam ocupando menos quantidade de cargos ou se concentram nos de menor hierarquia. Ademais da disputa da arena política tradicional como espaço de representação, estas experiências apostam em alcançar uma maior e melhor inclusão das problemáticas que afetam, preocupam e motivam às mulheres e dissidências sexuais na agenda democrática.

26. Este lema alude à necessária participação das mulheres nas decisões de políticas públicas que lhes afetam. Começou a se usar em inglês nos anos 1990 e por sua vez retomaram-no os ativistas sudafricanos pelos direitos das pessoas com deficiência, Michael Masutha e William Rowland (Tomado da coluna de Patricia Reyes de AMJA Chubut do Diário Jornada de Argentina, 6 de abril 2020).

da CEPAL, “a autonomia econômica se explica como a capacidade das mulheres de gerar ingressos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições que os homens. Considera o uso do tempo e a contribuição das mulheres à economia”²⁷. Nas experiências relevadas, afirma-se que a autonomia econômica contribui a prevenir as violências em ao menos dos sentidos. Por uma parte, melhora as possibilidades de desenvolvimento e as alternativas nos projetos de vida das mulheres e pessoas LGBTTIQ+, alcançando maiores níveis de inclusão social, acesso a recursos e educação. Por outro lado, se reafirma que a autonomia econômica facilita às mulheres que vivem situações de violência, uma alternativa a uma relação violenta, ou bem não regressar a esta, ao gerar ingressos que garantam sua subsistência.

Cursos de capacitação em ofícios, promoção de empreendimentos e microcréditos são algumas das ações que as experiências desenvolvem nessa linha. Também foram relevadas propostas que promovem a organização cooperativa e a autogestão como modelo alternativo de geração de ingressos. Em estas iniciativas, a dimensão coletiva e solidária permite incluir um olhar diferente em torno tanto à geração de ingressos, ao colocar em questão o individualismo como o valor promovido e exacerbado pelo capitalismo, assim como a divisão social e sexual do trabalho.

No caso das iniciativas que focalizam nas pessoas LGBTTIQ+, particularmente travestis e trans, buscam facilitar a geração de ingressos promovendo alternativas laborais mais além do trabalho sexual. Esta é em geral quase a única possibilidade de supervivência que encontra esta população, sendo particularmente vulnerável às violências sexuais, institucionais e inclusive a crimes de ódio.

Atender e acompanhar a mulheres em situações de violência

Atender e acompanhar a mulheres em situação de violência persiste como sentido associado à prevenção, em tanto prevenção secundária. Lograr melhoras nos serviços de atenção é a ideia força que ordena muitas das estratégias que desenvolvem os governos. Nessa linha trabalha-se para melhorar a acessibilidade geográfica e cultural dos serviços para as mulheres, enfatizando a atenção da demanda, já sejam consultas ou denúncias. Fornecer medidas de proteção e contribuir à reparação e restituição de direitos são assim os objetivos principais.

Evitar riscos maiores para as mulheres que se encontram atravessando situações de violência-qualquer seja sua modalidade-, é também algo entendido como prevenção para muitas das experiências relevadas. Receber respostas rápidas e eficientes é central para evitar a violência letal, assim como também as gravíssimas afetações à integridade e a saúde das mulheres e pessoas LGBTTIQ+. É por isso que “acompanhar” às mulheres e pessoas LGBTTIQ+ em situação de violência (e a seus familiares) é a principal preocupação de muitas organizações de mulheres e feministas frente às violências. A nível local, as alertas nos bairros ou comunitárias, ou as estratégias para dar aviso rápido às autoridades -sobre tudo as policiais- frente às situações de urgência, são visualizadas como ações básicas de prevenção. Também se associam a este propósito as iniciativas que promovem a denúncia judicial desde um momento inicial, para facilitar a intervenção estatal e evitar maiores danos.

Estas e outras estratégias de acompanhamento das mulheres na chamada Via Crítica (Sagot, 2000), se propõem facilitar o caminho, acompanhar às mulheres privilegiando a qualidade e calidez da



27. <https://oig.cepal.org/es/autonomias/autonomia-economica>, fevereiro 2022.

atenção, evitando julgá-las, e fundamentalmente chegar antes ou cobrir os déficits das políticas públicas de atenção das violências. Desde esta perspectiva, prevenir é construir ou ativar redes de sustento e apoio, fazer pontes com os serviços governamentais, dar albergue ou proteção quando os serviços de emergência não estão acessíveis. Do mesmo modo, supõe denunciar os obstáculos que tem as mulheres em esta rota crítica e a dupla vitimização da que são objeto, e propor câmbios nos procedimentos das políticas públicas para evitá-la.

Neste sentido, favorecer o acesso à justiça é também identificado como um aspecto chave para a prevenção das VBG, em tanto aponta a modificar o tratamento que os Estados prestam a estas violências e a fortalecer a eficácia do direito como elemento de dissuasão das condutas violentas. Em termos gerais, desde uma noção restringida do acesso à justiça, se relaciona com lograr investigações ágeis, transparentes e com perspectiva de gênero e intercultural nos casos de VBG, diminuindo os níveis de impunidade e desconfiança. Para algumas experiências, supõe um ato de reparação para as vítimas, que reconhece os danos causados.

Outras, de povos originários, visam a modificar o tratamento das VBG por parte dos sistemas de justiça indígena, respeitando suas cosmovisões e suas formas de organização social e política.

Por outra parte, o trabalho com homens agressores para evitar a reincidência das VBG se apresenta também como prevenção em algumas experiências. No entanto, se avança de igual modo no reconhecimento de que são necessárias transformações prévias, que impugnem as construções da masculinidade hegemônica que habilita a instalação das violências.

A diversidade de sentidos identificada nas múltiplas experiências registradas expõe a necessidade de intensificar na análise das mesmas, com um olhar posto mais especificamente nas estratégias utilizadas. A continuação, as experiências mapeadas, organizadas por agente-organizações sociais, feministas e de mulheres, governos, agências do Sistema de Nações Unidas, outros agentes, –e segundo as estratégias desenvolvidas para prevenir as VBG. Muito longe de ser representativas, as experiências mencionadas buscam dar conta da diversidade dos esforços realizados nos últimos dez anos na região para prevenir as violências.

4.1 EXPERIÊNCIAS das ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, FEMINISTAS E DE MULHERES

Nesta seção identificar-se-ão iniciativas heterogêneas, de variado alcance e desenvolvidas em diferentes escalas e organizações, sejam associações civis, fundações, institutos, etc. que estão na categoria Organização não Governamental e que, em geral, desenvolvem suas ações com financiamento da cooperação internacional. Também se encontram espaços não formalizados de ativismo feminista,

redes e articulações locais, nacionais ou regionais, pequenos grupos ou coletivas feministas de mulheres afros, indígenas, ou de dissidências sexuais.

Uma particularidade das iniciativas desenvolvidas por esta variedade de organizações é que não só impulsam projetos, programas ou campanhas de prevenção das VBG, mas também seu processo or-

ganizativo es, em si mesmo, uma estratégia de prevenção logo que concatenam ações que visam a instalar a preocupação sobre as violências nos espaços e debates públicos, incidindo no cumprimento dos direitos a viver livres de violência. Com frequência este ativismo tem uma forte presença nas redes sociais e adota formas expressivas artísticas e performativas nos espaços públicos; são intergeracionais, porém têm uma impronta juvenil e forte mobilização social e comunitária como estratégia de ação. Interpelar, gerar incomodidade, fazer público o descontentamento social frente à impunidade são parte do repertório destes espaços de ativismo, que contribuem a corroer a tolerância frente às violências. A maioria destas experiências não se encontram sistematizadas ou avaliadas, pela limitação de recursos disponíveis ou porque não é uma prioridade para a organização.

Uma menção especial merece as experiências desenvolvidas por ativistas cujo discurso e ação visam a fortalecer a relação entre mulheres através da sorori-

dade e o autocuidado – ou autocuidado – como princípios, e a organização coletiva e horizontal como forma de construção feminista.

Estas iniciativas são impulsadas de maneira autogestionária e na década passada têm combinado estratégias, projetos e processos com diferentes ancoragens territoriais e alcances. Têm brindado um forte impulso às mobilizações sociais massivas nos últimos anos na região, contribuindo a instalar publicamente temas, debates e propostas respeito aos direitos das mulheres e dissidências sexuais, cobrando uma visibilidade social e política inédita em muitos países.

Entre as estratégias que desenrolam as organizações sociais, de mulheres e feministas, encontramos um amplo repertório de ações, que apresentam uma maior variedade e complementariedade entre suas propostas, em comparação às experiências relevadas que, na última década, têm desenvolvido as instâncias governamentais e outros agentes.

GRÁFICO Nº 6

ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, FEMINISTAS E DE MULHERES PARA PREVENIR AS VBG



4.1.1 VISIBILIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DAS VBG

Visibilizar as VBG é uma estratégia que aparece mencionada de modo recorrente e é objetivo central de uma ampla variedade de experiências mapeadas. Ainda que muitas delas não poderiam ser consideradas como de prevenção, a visibilização das violências as constrói como problema social, gerando evidências sobre sua relevância e impactos e demandando atenção das políticas públicas. Neste sentido cria as condições para o desenvolvimento de ações específicas de prevenção. De igual maneira, supõe um trabalho constante de instalação da problemática na agenda pública, que busca contra-arrestar os discursos antidireitos das forças neoconservadoras, que de maneira constante avançam nos países latino-americanos e caribenhos.

Através de diversas ações se busca instalar no debate social e das políticas públicas uma diversidade de expressões das violências em tanto vulneração de direitos. Para algumas experiências visibilizar supõe “colocar luz” sobre aspectos, manifestações, formas particulares ou impactos das VBG que até o momento não têm cobrado maior interesse ou reconhecimento público. Trata-se de fazê-las vi-

síveis já seja para um grupo específico de pessoas, a sociedade em geral, o Estado ou suas instituições em particular. Outras experiências vão além, impugnando os sentidos sobre as violências, incluídas as do Estado. Disputam assim novas formas de compreensão das VBG, desde uma perspectiva contextualizada e histórica do papel da violência nas relações entre os Gêneros. Reivindicam, assim mesmo, a agência e coletividade como atributos cujo reconhecimento impulsionam os feminismos (Pintos e Vega Solís, 2002).

Nos últimos anos nos países de América Latina e o Caribe Hispano, acontecimentos sociais e políticos particulares têm contribuído a visibilizar a grande escala as VBG e seus impactos na vida de mulheres, jovens e meninas. Em sua qualidade de mobilizações emergentes, se têm constituído em movimentos globais e regionais com amplas repercussões. Dois deles são destacáveis: o movimento Ni una Menos, surgido em Argentina em 2015 e a performance do grupo Las Tesis “El violador eres tú”, iniciada em Chile em 2019 que se estendeu e multiplicou não só nos países da região, senão no mundo ²⁸.

28. De igual maneira, em vários países da região, e com as redes sociodigitais como ferramenta, se impulsa em 2016 a Greve Internacional de Mulheres 8M, no contexto da comemoração do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. O paro ou greve, como estratégia histórica de demanda do movimento de trabalhadores por melhoras de suas condições laborais, reinventada pelo movimento feminista (Gago, 2019) se constitui como proposta para a visibilização da situação de vulneração na que as mulheres e dissidências sexuais se encontram não somente nos âmbitos laborais, mas também devido ao não reconhecimento de seu trabalho e seu aporte à manutenção das economias através das tarefas de cuidado não remunerado que realizam. Convoca-se assim, a “deter” as atividades laborais, de cuidado, assim como também as práticas de consumo que alimentam ao sistema que oprime a mulheres e dissidências.



O MOVIMENTO NI UNA MENOS

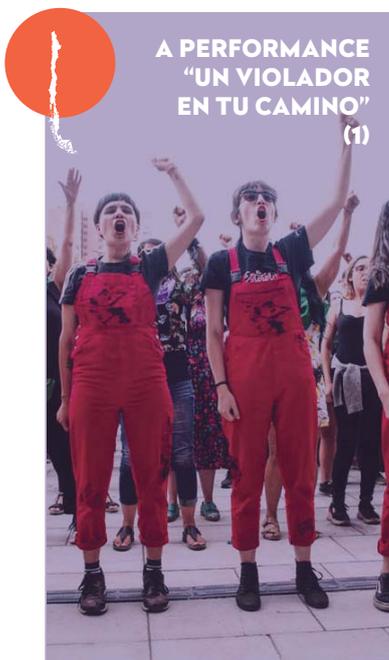
Surge na Argentina em 2015 porém se multiplica em vários países da região como uma potente expressão de ciberativismo político impulsionado por feministas. É impulsionado pela indignação social ante a escalada femicida no país e, por um movimento de mulheres que desenvolveu variadas estratégias comunicacionais, assim como uma importante rede militante no território nacional. O elemento disparador da ação massiva foi a aparição em março e maio dos cadáveres de duas mocas desaparecidas.

A concentração do dia 3 de junho de 2015 na Plaza do Congresso em Buenos Aires, à qual assistiram ao redor de 250.000 pessoas entre organizações de mulheres e feministas, movimentos políticos e sociais, sindicatos, artistas e numerosas figuras públicas, se reconhece como ponto de partida deste movimento. Além do mais, se replicou em mais de 120 pontos do país atingindo a confluência de mais de 400.000 pessoas em total.

As redes sociodigitais, especialmente Facebook e Twitter, foram um espaço fértil para o debate, a argumentação e a mobilização. As demandas e consignas impactaram na agenda pública e foram incorporadas pelos meios massivos de comunicação, o que permitiu revitalizar e tornar complexos os debates sobre as diferentes manifestações, causas e consequências das VBG.

“Entre os dias 11 de maio e 3 de junho de 2015 houve 643.613 tuits com o hashtag #NiUnaMenos. 687 políticos se mostraram em redes sociais com o cartel #NiUnaMenos: 180 intendentos, 99 deputados, 34 senadores, 11 governadores e por então os pré-candidatos presidenciais. 834 organizações sociais, desde ONG até sindicatos, clubes e associações de vizinhos aderiram pelas redes. 213 personalidades da Argentina e 20 de outros países de América Latina tuitaram a consigna. #NiUnaMenos se tornou trending topic [palavra ou frase mais repetida em uma rede social] mundial no dia 3 de junho de 2015” (Díaz & López, 2016: 47)

Além do mais, este movimento transcendeu as fronteiras argentinas repercutindo em outros países da região latino-americana, entre os quais se registram Chile, Uruguai, Peru e México, onde se realizaram passeatas e concentrações multitudinárias. No Uruguai se levaram a cabo mobilizações em mais de 15 departamentos; no Peru, a marcha realizada o 13 de agosto contou com a presença do presidente e vice-presidenta da República, assim como vários ministros. E no México, agrupações de mulheres, feministas e organizações políticas realizaram uma concentração para denunciar os feminicídios. Outros países como Guatemala, Bolívia, Paraguai, Espanha e França se incluíram na consigna e à greve nacional de mulheres que se convocou no ano 2016 na Argentina, organizando manifestações em distintas cidades. (Accosatto & Sendra, 2018).



A PERFORMANCE “UN VIOLADOR EN TU CAMINO” (1)

Também conhecida como [“El violador eres tú”](#) é uma atuação participativa de protesta, criada e levada a cabo pelo coletivo feminista LAS TESIS da cidade de Valparaíso, no Chile, para denunciar as violações aos direitos das mulheres e dissidências no contexto das protestas acontecidas nesse país em outubro de 2019. Teve a sua base um estudo de autoras feministas e estava originalmente pensado como uma obra de teatro, porém o estalido social e a violência sexual exercida pelos carabineiros sobre os corpos das mulheres ativistas, fez que se acelerara sua apresentação pública bajo outro formato.

El performance consiste na interpretação por mulheres de todas as idades com os olhos vendados com telas negras e a portação do lenço verde no pescoço (associado à despenalização do aborto). As intérpretes se acomodam em linhas e realizam uma coreografia cantando uma canção que se pronuncia contra o patriarcado, o assédio nas ruas, a violação sexual, o feminicídio, a desapareção forçada e a inação estatal e a impunidade, apontando às instituições estatais como cúmplices dos violentadores com a frase «El violador eres tú».

Foi apresentada por primeira vez na praça Aníbal Pinto, na praça Vitória e frente à Segunda Comisaría de Carabineros de Chile, em Valparaíso, no dia 20 de novembro de 2019. Logo se apresenta novamente em Santiago no dia 25 de novembro, com a participação de 2000 mulheres, como parte do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher. Esta interpretação foi gravada e viralizada em redes sociais, se tornando em uma espécie de hino global contra as violências direcionadas às mulheres.



**A PERFORMANCE
“UN VIOLADOR
EN TU CAMINO”
(2)**

O êxito desta performance teve como transfundo o cansaço das feministas frente as violências crescentes e a inação estatal. Desde 2016 e 2017 vinham se levando a cabo importantes mobilizações. Em 2018 se produz o “maio feminista”, como foram conhecidas às tomadas e greves universitárias para protestar pela ausência ou ineficácia de respostas estatais frente às denúncias por assédio e abuso sexual a professoras e estudantes em distintas universidades do país. Para o mês de junho desse ano, mais de 32 universidades tinham se aderido a esses protestos.

Com a viralização do vídeo nas redes sociais, seu alcance transcendeu o Chile e se fez mundial quando organizações feministas de diversos países adotaram e traduziram a performance para acompanhar suas lutas e reivindicar demandas locais pelo cese e punição dos feminicídios e a violência sexual. Os registros dos meios de comunicação indicam que tem se apresentado em ao menos 42 países e nas ruas das cidades como México, Lima, Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, Madrid, Paris, Nueva York, Bruxelas, entre outras (Rodigou Nocetti, 2021).

De igual maneira, as mobilizações feministas têm contribuído em instalar debates sobre violências políticas contra as mulheres, como as realizadas para reclamar justiça pelos assassinatos de defensoras de direitos humanos como o de Berta Cáceres em Honduras em 2016, ou de Marielle Franco no Brasil em 2018; a violência sexual contra as mulheres por parte das forças de segurança no Chile em 2019 ou na Colômbia em 2021. Estas violências, anos atrás invisibilizadas nas agendas públicas da região, têm se instalado como preocupação social e governamental.

Nesta línea, a produção de conhecimentos e os observatórios têm sido estratégias articuladas por organizações e redes sociais, feministas e de mulheres afrodescendentes, indígenas, com deficiência e LGBTTIQ+ para ampliar o reconhecimento, compreensão, e promover o debate público sobre as VBG, identificar suas causas, dimensões e impactos. Com a evidência se visa também a construir caminhos de ação para abordá-las e fazer mais eficazes as intervenções posteriores. Neste sentido o “Observatório de Trata de pessoas de Bolívia” impulsado pelo Centro de Capacitação e Serviço para a Integração da Mulher –CECASEM– se propõe

desde 2017 como uma instância de seguimento, investigação, análise e reflexão sobre a problemática no país, para o monitoramento das políticas e ações referentes à prevenção, proteção e sanção da trata de pessoas.

Desde estudos de prevalência ou a aplicação de enquetes planejadas e aplicadas com rigorosidade com amplas mostras probabilísticas da população, até investigações qualitativas que indagam sobre a percepção de grupos particulares sobre violências específicas, a produção de conhecimento é reconhecida como estratégia chave para avançar e fortalecer as ações de prevenção das Violências contra Mulheres e Meninas e Violências Baseadas em Gênero. É o caso, por exemplo, da investigação [“Ser periodista em Twitter: violencia de genero digital en América Latina”](#), um estudo desenvolvido em sete países da região pela Asociación Civil Comunicación para la Igualdad (Argentina) e as Asociación Sentido (Colômbia), entre 2019 e 2020. Também a [“Investigação sobre as violências que vivem as jovens dentro das organizações estudantis em Nicaragua”](#), que [Subversivas](#) realizou em 2018, com assessoramento da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Sede

Costa Rica, buscando visibilizar as VBG que vivem as ativistas estudantis dentro de suas organizações e a necessidade de

fortalecer processos de formação político feminista em seu interior.

4.1.2 SENSIBILIZAÇÃO E CAMPANHAS EM TORNO ÀS VIOLÊNCIAS

A sensibilização de diferentes agentes respeito das VBG tem sido incluída como recomendação em numerosos estudos e informes que recolhem e analisam experiências ou boas práticas de abordagem das violências (Essayag, 2018; MESECVI, 2017; Bérubé e Alegre, 2015; Rioseco Ortega, 2005). Nas experiências mapeadas neste estudo se apresenta ligada, por um lado, ao reconhecimento social de diversas manifestações das VBG e, do outro, à interpelação dos sujeitos, as comunidades e as instituições públicas, em tanto agentes que intervêm na produção e reprodução das violências. O exposto anterior supõe comover as sensibilidades sociais, morais e éticas respeito a estas violências em tanto violações aos direitos humanos, incidindo em reduzir os níveis de tolerância social.

A difusão de materiais de comunicação e o desenvolvimento de oficinas são as ações de sensibilização privilegiadas por muitas das experiências relevadas. Os produtos comunicacionais ressignificam algumas das cenas na vida cotidiana das mulheres como situações

de violência, ao apontar imaginários e práticas sexistas que permeiam as relações sociais sem que sejam qualificadas como violentas, discriminatórias ou estereotipantes. Ao nomear estas situações como VBG, se busca modificar as formas nas que são compreendidas individual e socialmente, desatualizando-as. Algumas propostas focalizam na sanção social ou no reconhecimento dessas situações como violências por parte das leis ou normativas. Outras vão um pouco mais além e propõem alternativas de resolução mostrando possíveis formas de ação ou reação frente às mesmas, já sejam individuais ou coletivas.

A utilização de dispositivos artísticos e culturais é um recurso também frequente nas experiências relevadas que se enfocam na sensibilização. As ruas e praças são os espaços privilegiados para desenvolver estas ações que apelam à performance, o desenho mural, o teatro na rua e outros, interpelando estereótipos, imaginários e práticas sexistas ou discriminatórias.



GUARDIANAS DE LA DIVERSIDAD



É uma proposta impulsada em 2020 pela Colectiva Mujeres con Capacidad de Soñar a Colores de Sololá, em Guatemala, com o objetivo de sensibilizar em torno aos direitos das pessoas com deficiência. A proposta consiste em uma série de podcast e comics que constroem personagens baseadas na vida real que desenvolvem superpoderes para poder enfrentar as violências que vivem em sua cotidianidade como mulheres com deficiência. As histórias, construídas em base a vivências das integrantes da coletiva, contam de um mundo cinza, aborrecido e monótono, no qual as Guardiãs vi verão grandes aventuras para ganhar um lugar como mulheres com deficiência. Cada capítulo aborda um âmbito no que as mulheres com diversidade vivem discriminações e violências: o mundo digital, a participação política, os direitos sexuais e reprodutivos e o direito a decidir sobre seus próprios corpos.

Por último, se relevaram experiências que não buscam somente questionar explicitamente estereótipos ou práticas sexistas que mantêm as VBG, mas também que se propõem reivindicar o direito à existência de grupos ou comunidades especialmente afetados pelas mesmas. São iniciativas que buscam instalar narrativas sobre formas de vida particulares que reivindicam para si o direito a existir e a ser reconhecidas como dignas de ser vividas. O foco não está posto em denunciar violências, discriminações ou vulneração de direitos contra sujeitos particulares, senão em celebrar existências que entendem que em si mesmas desafiam as lógicas do patriarcado. É o caso de ações de pessoas com deficiência, mulheres negras, indígenas trans, assim como também de pessoas LGBTTIQ+ com deficiência que reivindicam seu direito a uma sexualidade livre e prazenteira, ou bem que reivindicam suas práticas culturais ancestrais. Por exemplo [“Fantasias Caleidoscópicas”](#), uma proposta fotográfica desenvolvida por Caleidoscópicas—Mulheres com Deficiência de São Paulo, Brasil—, que visa a desmitificar o tabu da sexualidade das pessoas com deficiência, reivindicando o direito ao prazer e reconhecendo a beleza dos corpos que são considerados anormais desde os padrões do capacitismo.

Uma menção especial merece as chamadas Tecnologias da Informação e a Comunicação -TICs como suporte para as ações de sensibilização. A massividade e extensão do uso das redes sociais têm contribuído a que sejam um meio privilegiado para difundir tanto informação como diferentes propostas que buscam a transformação de normas e práticas sociais que produzem e reproduzem as VBG.

De outro lado, os aplicativos de celular móveis e as plataformas digitais am-

pliam o alcance das mensagens, apresentando conteúdos de modo atrativo e incluindo propostas interativas que favorecem um maior envolvimento do público. Outras experiências recorrem às mídias tradicionais de comunicação como as rádios comunitárias ou os projetos socio comunitários ou educativos com ancoragem nas rádios locais. Em contextos rurais ou de baixa conectividade, o rádio é um meio de comunicação privilegiado para difundir informação, serviços e promover os direitos das mulheres. Exemplo disto é o “Proyecto Radiofónico Bene leahj”, orientado a comunidades indígenas de Ixtlán de Juárez, México. A proposta, impulsada em 2018 pela Asociación Enfoque Bene leahj, buscou sensibilizar em torno aos direitos humanos das mulheres, incidir na incorporação destes direitos no sistema normativo indígena, e na implementação de estratégias de prevenção das VBG.

As campanhas articulam as ações de sensibilização de uma parte importante das iniciativas mapeadas, seja através da difusão de informação por meio de produtos gráficos ou audiovisuais em diferentes formatos, ou combinando estas ações com oficinas, espaços educativos ou outras instâncias de reflexão coletiva. Não obstante, um número importante destas campanhas não proporciona dados sobre a elaboração de seus conteúdos, os contextos nos que se baseiam ou a população específica à que se dirigem. O empoderamento das mulheres e a prevenção das VBG pareceram, ao mesmo tempo, se dar por sentado a partir da difusão de informação.

Muitas destas campanhas, dirigidas à sociedade em geral, explicitam a intenção de conseguir transformações institucionais nas políticas públicas ou nas normativas que abordam as violências.

Não obstante, nem sempre incluem mensagens ou ações concretas dirigidas especificamente às autoridades governamentais ou a quem decidem as políticas. O que tentam várias delas é gerar maior apoio público sobre o tema em questão para catalisar as respostas institucionais esperadas. Exemplo disso é a Campanha “¡Cuidado!, o machismo mata”, que a Rede Chilena contra as violências edita de maneira anual desde 2006.

Outro tipo de campanhas promovem que as mulheres, desde sua própria voz, compartilhem as experiências de assé-

dio ou abuso que têm vivido. Assim se busca comover os imaginários sociais dando conta da forma que as violências impactam na vida cotidiana e a subjetividade das mulheres. Ao mesmo tempo, contribuem a questionar a maneira em que as mulheres são responsabilizadas pelas violências que vivem, como mecanismo de invisibilização das mesmas. Assim como no caso da iniciativa “[Chega de FiuFiu](#)” de Think Olga, Brasil, que em 2013 convidou às mulheres de São Paulo, a compartilhar suas experiências de assédio sexual nos espaços públicos.



O [Curso de Capacitação “Defensoras e Defensores dos Direitos à Cidadania Instituto Maria da Penha de Brasil”](#) é um exemplo a respeito disso. O Instituto Maria da Penha (IMP) no Brasil impulsiona este curso desde 2010 em Recife (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará) com o objetivo de promover câmbios de atitude na cidadania perante o tema da violência doméstica contra as mulheres. Além do mais, busca gerar uma cultura de sensibilização, conscientização e de ações para combater a violência doméstica através da capacitação de diversas audiências, formando multiplicadores capazes de detectar situações de vulneração de direitos, especialmente no tema da violência contra as mulheres.

O curso aborda temas como a cidadania, os direitos das mulheres, a violência doméstica, a saúde das mulheres, entre outros, com uma duração de 60 horas. É levado a cabo em universidades, colégios e em áreas de vulnerabilidade social. O IMP reporta que mais de 900 pessoas capacitadas anualmente e aproximadamente 4.500 delas têm se visto afetadas indiretamente.

Este curso é ministrado como parte do Programa de Formação de Defensores dos Direitos da Cidadania (DDDC), o qual busca contribuir com o Estado em quanto a criar mecanismos técnico-pedagógicos para, segundo o art. 1 da Lei n. 11.340/2006, “frenar e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher e demais tratados internacionais ratificados pela República Federativa de Brasil”.

4.1.3 CAPACITAÇÃO

Em geral se assume que a capacitação consiste em um processo pedagógico que promove que as pessoas participantes adquiram novos conhecimentos e ferramentas que orientam o desenvolvimento de habilidades e atitudes para afrontar de maneira diferente o tema que se enfrenta. No entanto, apesar de que a capacitação é uma das estratégias mais utilizadas na última década, é

difícil avaliar seus impactos. Quando é a única estratégia de ação, estas iniciativas aparecem isoladas ou fragmentadas e não costumam contar com uma avaliação que permita conhecer seus alcances e resultados; muitas vezes se dá por sentada a relação entre a transmissão de informação e a modificação de imaginários, práticas e atitudes sexistas. De igual modo, muitas destas experiências não

explicitam os critérios para a seleção dos conteúdos que oferecem, sendo estes em geral estandarizados, com adaptações menores segundo o público objetivo. A maioria das propostas, por sua vez, se desenvolvem com um número reduzido de encontros ou sessões²⁹.

Entre as experiências orientadas para processos e práticas pedagógicas encontramos uma diversidade de propostas conceituais e metodológicas, algumas mais centradas na transmissão de conteúdos, outras que incorporam técnicas vivenciais como dimensão fundamental para o trabalho sobre a prevenção das VBG. As experiências que incorporam a vivência própria às instancias de capacitação em geral desenvolvem estas ações com modalidade de oficinas. Nas oficinas, aquilo que promove a reflexão e o debate são conteúdos conceituais ministrados, porém também as vivências

das pessoas participantes, são enunciadas em primeira pessoa. Partem assim de compreender que a transformação das normas e práticas sexistas que produzem e reproduzem as violências supõe a revisão das formas nas que se articulam e impactam nas histórias dos sujeitos concretos. Nessa revisão, ao mesmo tempo, se promove a agência pessoal e coletiva para motorizar as transformações.

Em geral, as oficinas reúnem sujeitos ou grupos que compartilham experiências similares respeito à vinculação com as VBG em seu entrecruzamento com outros tipos de violências e opressões, o qual permite uma base comum para os debates e o intercâmbio. Experiências deste tipo reúnem a mulheres de uma mesma comunidade, a pais/mães ou cuidadores, a mulheres afrodescendentes ou mulheres com deficiência, entre outras.



Os Cursos sobre Estrategias contra la Violência são desenvolvidos em Matagalpa, na Nicarágua, pelo Grupo Venancia Comunicación e Educación Popular Feminista, de maneira incessante desde 2010 até 2020. Estes são encontros de capacitação que reúnem mulheres de distintas localidades da zona norte do país com o objetivo de oferecer ferramentas para identificar as causas e os efeitos da violência machista para se defender ante elas, assim como se acompanhar mutuamente entre as mulheres. Este acompanhamento, afirma a organização, se torna imprescindível frente aos déficits que reconhecem nos serviços públicos de atenção às mulheres que vivem situações de violência, ante os quais a organização comunitária se torna fundamental.

Os encontros presenciais têm se desenvolvido em diferentes municípios e regiões como Waslala, Estelí, Jinotega, Muy Muy, Chagüite Grande, San José de Bocay, Somoto e Matagalpa. Como resultado da iniciativa, o Grupo reconhece que as participantes conseguem identificar as causas e manifestações das violências e diferentes formas de enfrentá-las e preveni-las. Assim se produzem nelas câmbios nas formas de pensar e atuar, em torno à violência em suas próprias vidas e no trabalho de acompanhamento de outras mulheres. Em 2020, as sessões se realizaram de maneira virtual, articulando assim mesmo com outras redes feministas e do Movimento de Mujeres Jóvenes.

As ações de capacitação complementam outras ações que desenvolve a organização, como ações comunitárias e produção de conhecimentos que sistematizam em um Observatório de Violências. O Grupo se define como um coletivo de mulheres que facilita processos de educação e comunicação popular feminista que busca contribuir ao desenvolvimento do movimento de mulheres em Nicarágua, fortalecendo a autonomia e o crescimento pessoal, apoiando a integração de mulheres urbanas e rurais, jovens e adultas criando espaço para a confluência da diversidade de identidades.

29. Para Ortega Rioseco (2005: 11), tanto pela magnitude como pela complexidade do problema, a capacitação "deve ser abordada desde una perspectiva que vincule a existência deste fenómeno sociocultural e de valor, à defesa dos direitos humanos, o exercício da cidadania e a intensificação da democracia". Para a autora, se bem a capacitação pode melhorar em um curto prazo, os conhecimentos e as práticas, os câmbios nas culturas institucionais são imprescindíveis para alcançar impactos sustentáveis. Também Larrain (2002) tem advertido que uma das limitações dos programas de prevenção na região, tem sido sua focalização na capacitação como ações isoladas e fragmentadas.

A educação popular é mencionada em algumas das experiências de capacitação relevadas como o enfoque metodológico e político no que enquadram sua proposta dirigida a pequenos coletivos comunitários. A dimensão afetiva é central em estes processos, que buscam

recuperar assim mesmo as especificidades dos mandatos e estereótipos de gênero na cultura local, e as formas particulares nas quais se têm reproduzido ou transformado na história compartilhada de comunidades e contextos concretos.

4.1.4 FORTALECIMENTO DE REDES E PROCESSOS ORGANIZATIVOS

A geração de espaços de encontro e organização de e entre mulheres ou dissidências sexuais é uma das estratégias distintivas e mais recorrentes entre as organizações sociais e feministas. A tentativa em fortalecer processos organizativos promove o reconhecimento de um sujeito coletivo que, em chave política, impugna as normas sociais e estereótipos do sistema heteropatriarcal –em alguns casos em sua articulação com o racismo e o colonialismo– e propõe ações tendentes a remediá-las. A articulação entre mulheres e suas organizações permite ampliar suas possibilidades de ação, gerando maiores possibilidades para a incidência social e política, consolida os sistemas de apoio e os fatores protetores frente às VBG, favorecendo uma compreensão mais integral destas violências, suas causas e as possibilidades para abordá-las e preveni-las. O exemplo disto é [“Mujeres rurales diversas del Ecuador: firmes em nossos saberes, persistentes em nossos direitos”](#), iniciativa desenvolvida entre 2011 e 2012 pela Associação de Mulheres de Juntas Paroquiais Rurais do Equa-

dor-AMJUPRE. A ação teve por objetivo fortalecer às mulheres rurais organizadas através de AMJUPRE como parte da Rede de Mulheres Rurais de América Latina e o Caribe-REDLAC, promovendo o reconhecimento de seus direitos sociais e políticos. Os espaços de encontro e o intercâmbio de experiências foram ações chave no desenvolvimento da proposta. Através destes, a iniciativa buscou favorecer a articulação política das mulheres rurais a nível internacional, impulsando a definição de propostas sobre suas necessidades e o fortalecimento de suas estratégias para a incidência política a nível local. As demandas por ações que permitam frear as violências contra as mulheres em todas suas manifestações são parte fundamental de sua agenda de trabalho, na que partem do reconhecimento de que o modelo sociocultural patriarcal, a cultura da submissão, os estereótipos de gênero e as barreiras que impedem o acesso a espaços de toma de decisão postergam a construção das mulheres rurais como sujeitos de direitos.



ASOCIACIÓN DE MUJERES DE JUNTAS PARROQUIALES RURALES DEL ECUADOR



A Asociación de Mujeres de Juntas Parroquiales Rurales del Ecuador (AMJUPRE) foi criada no ano 2005 a partir da necessidade de contar com um espaço no que as mulheres eleitas às Juntas Paroquiais Rurais possam se relacionar entre si para compartilhar seus papéis e responsabilidades no exercício do poder local.

Esta associação impulsiona entre 2011 e 2012 o projeto “Mujeres rurales diversas del Ecuador: firmes en nuestros saberes, persistentes en nuestros derechos”, como parte da Rede Latino-americana e do Caribe de Mulheres Rurais – REDE LAC.

A iniciativa incluiu a organização do III Encontro Latino-americano e do Caribe de Mulheres Rurais – III ENLAC, como espaço de encontro, intercâmbio de experiências e elaboração de propostas desde a perspectiva de mulher rural sobre os temas considerados como prioritários: terra, água, violência de gênero, Direitos e participação política, mulher rural e TIC. Participaram 270 mulheres de 16 países do continente.

Ao longo de 12 meses de execução do projeto se geraram as condições necessárias para que as mulheres potenciessem suas redes, intercambiem experiências, estabeleçam propostas de câmbio conjuntas sobre os temas que consideram prioritários para seu desenvolvimento, marquem linhas de ação conjunta e realizem ações de incidência política para demandar a inclusão das reivindicações das mulheres rurais nas políticas públicas, conseguindo a assinatura de acordos de compromisso por parte de diferentes instituições para incorporar as propostas das mulheres locais à política local, provincial e nacional, segundo as áreas de competências no âmbito de cada nível descentralizado de governo. É por isso que, ao finalizar o projeto, 17 governos locais (paroquiais e municipais), 2 governos provinciais, 5 governos nacionais e 1 organismo internacional em Equador (ONU Mulheres) haviam adotado propostas de políticas e projetos, apresentados pela agenda regional das mulheres rurais que favorecem o exercício dos direitos sociais, civis e políticos das mulheres rurais. Assim, como fruto deste processo se elabora a Declaratória das Mulheres Rurais de América Latina e o Caribe com as 16 demandas principais que se detalham na Agenda Política das Mulheres Rurais, assim como um Plano de Ação para a incidência política no âmbito local. Estas propostas se têm socializado e aterrizado em diferentes pontos a nível local, alcançando uma incidência política local com um enquadre de ação regional, para contribuir ao exercício pleno dos direitos sociais e políticos desde uma perspectiva de gênero e ruralidade. A incidência se concretiza com a assinatura de acordos com 17 Governos Locais (paroquiais e municipais), 2 Governos Provinciais, 5 Ministérios e ONU Mulheres Equador.



REDE DE MULHERES NEGRAS DO NORDESTE



A “[Rede de Mulheres Negras do Nordeste](#)”, impulsionada pelo Instituto Odara de Salvador da Bahia, no Brasil, surge em 2012 com a intenção de construir articulações entre jovens, mulheres e lésbicas negras do nordeste brasileiro, com a intenção de fortalecer as organizações de mulheres negras e incidir nas políticas públicas que buscam diminuir o racismo, o sexismo e a lesbofobia. O enfrentamento das violências contra as mulheres e o reconhecimento de seus direitos sociais, políticos e econômicos são parte fundamental de seus debates e reflexões como Rede. O Instituto Odara trabalha, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da autoestima das mulheres negras e a autovalorização através do conhecimento sobre sua ancestralidade e a conscientização sobre o valor social de seu trabalho, geralmente ligado ao trabalho doméstico remunerado. Também, a Rede de Mulheres Negras da Bahia se define como um espaço político de organização e fortalecimento coletivo de mulheres negras, que trabalham para a construção da igualdade social, racial, de gênero e pelo Bom Viver.

4.1.5 INCLUSÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AUTONOMIA ECONÔMICA

O reconhecimento da situação de maior vulnerabilidade das mulheres e dissidências sexuais nos contextos profundamente desiguais de nossos países, visibiliza as articulações entre as múltiplas opressões que continuam marcando suas vidas cotidianas. Prevenir as VBG, para algumas das experiências relevadas, supõe então fortalecer a inclusão social e econômica das mulheres e dissidências, e em particular aquelas das comunidades mais impactadas pela pobreza estrutural e pelas discriminações e segregações raciais, étnicas, por orientação sexual ou pelas lógicas capacitistas. Isto implica ampliar suas possibilidades para o acesso a direitos civis e políticos, porém também a direitos econômicos, sociais e culturais. Favorecer a geração de ingressos, consolidar as trajetórias educativas, promover o reconhecimento de práticas culturais tradicionais ou fortalecer a participação política de mulheres e dissidências são alguns dos objetivos que se têm proposto estas experiências.

No campo dos direitos laborais, se encontram interessantes experiências com população LGBTQ+, que visam a favorecer o acesso à educação e/ou explorar formas coletivas de geração de ingressos, como estratégia para a inclusão social e a prevenção das violências que vive esta população. Em tal sentido são relevantes tanto a iniciativa de [Educa-ción Abierta Transvida](#) em Costa Rica como o [Bachillerato Popular Travesti-Trans Mocha Celis](#), em Buenos Aires, Argentina, que serviu de inspiração para a primeira. Também experiências de geração de trabalho cooperativo, como a [Cooperativa Textil Estilo Diversa LGBT](#) da Cidade Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Estas experiências re-

sultam relevantes para a prevenção das VBG em tanto aportam à construção de alternativas frente às condições de exclusão social que atravessam as vidas das pessoas travestis e trans, contribuem a fortalecer suas redes de contenção, suas possibilidades de acesso ao trabalho e às políticas públicas de saúde, educação, etc.

Em torno à participação política nos encontramos por uma parte com programas ou projetos que apoiam a participação de mulheres, jovens, indígenas, afrodescendentes e as dissidências sexuais nos processos eleitorais, já seja como candidatas ou como votantes. Prevenir as VBG nestas experiências se relaciona com contribuir ao fortalecimento das mulheres como sujeito, potenciando sua voz a respeito dos temas que requerem atenção pública. Desse modo, questionam a tutela e as discriminações que as atravessam nos âmbitos públicos, incorporando o tema das múltiplas manifestações das VBG na agenda pública.

São dissimilares as aproximações das experiências orientadas a promover a autonomia econômica das mulheres ou pessoas LGBTQ+. Por um lado, estão as enfocadas em fortalecer às mulheres em tanto empreendedoras individuais, do outro algumas experiências que se propõem gerar processos coletivos e de apoio mútuo para a geração de ingressos. Nesta direção o [Instituto Omolará](#), organização de mulheres negras de Ríode Janeiro, Brasil, colocou em andamento em 2013 um processo de acompanhamento para a conformação da “Rede Rosa de Mulheres Violeta do Batam”, com o objetivo de promover a autoestima, a independência econômica das mulheres locais e suas autonomias.



“Sumamos Mulheres”, da organização Kuña Rogá do Paraguai trabalhou desde 2019 através de Centros de Formação Política para mulheres que projetavam se lançar como candidatas para as eleições internas municipais. Assim, busca impulsar a cidadania ativa das mulheres potenciando sua participação e representação política para uma democracia real nos departamentos de Itapúa, Misiones, Ñeembucú, Caazapá e Guairá.

Propuseram-se fortalecer suas capacidades e habilidades para ocupar cargos de representação, construindo lideranças individuais e coletivas que reflexem os interesses e as necessidades das mulheres, ainda que invisibilizadas na agenda pública. De maneira complementar, se desenvolveram Laboratórios de Ideias, espaços de debate e construção de propostas sobre os direitos das mulheres e as VBG. Estes laboratórios se orientaram a elaborar uma estratégia interpartidária e interdepartamental para a incidência política nos partidos e movimentos sociais que permita a incorporação destes temas em suas plataformas e planos de ação.

A maioria destas experiências parte de reconhecer o lugar subordinado que ocupam as mulheres no mercado laboral, devido, entre outras coisas, à responsabilidade das tarefas de cuidado que tradicionalmente recai sobre elas. Também pelo maior impacto que a pobreza tem em suas vidas, em particular para as mulheres afrodescendentes, mi-

grantes, indígenas e camponesas e para as dissidências sexuais. A dependência econômica é reconhecida como um forte obstáculo para sair de situações de violência nas relações de casal. É por isso que a geração de ingressos é o foco de muitas destas ações, não só como meio para se sustentar economicamente, mas também para fortalecer sua autoestima.

4.1.6 OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

As normas sociais de gênero abonam a divisão e segregação entre o âmbito privado e público como espaço feminino e masculino respectivamente. Por este motivo, questionar essa divisão, favorecendo o uso e disfrute dos espaços públicos por parte das mulheres, é o foco das estratégias desenroladas por algumas das experiências relevadas. Algumas delas se enfocam no tema da mobilidade e o trânsito seguro pelos territórios urbanos. Favorecem a autonomia das mulheres, facilitando o acesso a outros direitos como a educação, a saúde, o trabalho, a participação política. A promoção do uso da bicicleta como meio de recreação e de transporte seguro é a estratégia escolhida por várias destas experiências.

É o caso da iniciativa de [“Carishinas en bici”](#) de Quito, Equador, que desde 2010 disputam o sentido da palavra quechua “carishina”, que se usa despectivamente para apontar atitudes masculinas nas mulheres. Através do Programa “Fadas Madrinhas”, as mulheres com experiência em ciclismo urbano ensinam a mulheres de diferentes idades e etnias a andar em bicicleta e as acompanham em seus primeiros trânsitos, fortalecendo assim mesmo redes de solidariedade e apoio entre elas. Complementam este programa com uma plataforma virtual, “Bici Zona”, na qual mapeiam lugares da cidade onde existe infraestrutura para ciclistas: estacionamentos, oficinas ou lugares com kits de emergência.



CHICAS BICI-BLES

“Chicas Bici-bles” é uma experiência com jovens e adolescentes desenvolvida em Oaxaca entre 2018 e 2020 por Solidariedade Internacional Kanda A.C. - Sikanda.

El projeto se enquadra em uma iniciativa maior de Promoção Juvenil Comunitária, e busca fortalecer a autonomia das jovens de zonas vulneráveis de Oaxaca, favorecer seu trânsito seguro até a escola e promover seu reconhecimento e fortalecimento como jovens. As participantes recebem uma bicicleta ao promediar o projeto, oficinas de ciclismo e mecânica básica, sessões de autocuidado físico e emocional. Além do mais, realizam saídas coletivas para reconhecer sinais de pedido de auxílio entre mulheres ciclistas, fortalecer suas lideranças, autoestima, cuidado mutuo, autonomia e saúde. Ademais, a bicicleta se usa como ferramenta e mecanismo para visibilizar e fortalecer às adolescentes em contextos de riscos, permitindo definir estratégias para reduzir as desigualdades por gênero, promover formas de mobilidade seguras e, sobretudo, seu reconhecimento e dignificação.

Outra estratégia implementada para favorecer o uso e a apropriação dos espaços públicos é o incentivo do esporte como atividade que facilita o encontro e a promoção dos direitos das mulheres. A maioria destas experiências trabalha com jovens, meninos e meninas, em geral através do futebol, prática associada tradicionalmente aos homens, porém cada vez mais expandida entre as jovens e as meninas. Através da prática esportiva, as jovens disputam com seus pares homens o uso do espaço público em bairros e comunidades, ao mesmo tempo

que questionam as normas sociais sexistas a respeito do corpo das mulheres, promovendo assim a igualdade de gênero mediante a ação coletiva. O Projeto “Futebol Feminino” desenvolvido no Plano Internacional entre 2013 e 2019 no Estado de Maranhão, Brasil, se orientou a modificar os padrões de desigualdade de gênero enraizados nas comunidades, por meio de atividades de campeonatos e treinamentos de futebol para meninas, acompanhados por oficinas educativas que abordam temas como violência, equidade de gênero e sexualidade.



MAPAS DE LO EFÍMERO Y LA RED MIAA

Mapas de lo Efímero y la Red MIAA relevam e mapeiam, desde 2017, relatos anônimos de mulheres e dissidências sexuais, de situações de assédio e abuso no espaço público em Argentina, México e Colômbia. Os relatos se orientam a recuperar sentimentos e vivências subjetivas e as marcas ou impactos que estas situações deixam em suas vidas. A informação é usada como insumo para gerar intervenções artísticas nos espaços públicos mapeados. A modo de reparação simbólica do dano vivido, estas intervenções fazem presentes no público os relatos da violência, que de outra maneira é tramitada de maneira privada. O registro fotográfico das intervenções artísticas é incluído posteriormente no mapa. Desta maneira, se promove a resignificação desses espaços, já que ficam marcados não só pelo fato de violência ali ocorrido, senão também pela ação reparatória.



4.1.7 AÇÕES TERRITORIAIS

As experiências que mencionam realizar intervenções territoriais são aquelas que ancoram as abordagens sobre as VBG nos contextos mais próximos onde se encontram as mulheres e os grupos com os que se trabalha. Buscam trazer serviços, fortalecer redes de apoio, contenção e prevenção das violências, inclusive em comunidades nas que os serviços estatais não chegam ou chegam de uma maneira deficitária. Em geral se faz referência a comunidades periféricas, rurais ou periurbanas, marcadas pela pobreza e as desigualdades sociais, econômicas e culturais. Em muitas ocasiões não se compartilham maiores especificidades sobre o contexto específico, dando por sentadas essas características.

As redes de acompanhamento, contenção e/ou assessoramento a mulheres que estão atravessando situações de violência são o foco das intervenções de várias destas experiências. Algumas põem ênfase em contribuir a fazer mais acessível e menos hostil a “rota crítica”, entendida como o “processo que se constrói a

partir da sequência de decisões tomadas e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e as respostas encontradas em sua procura de soluções” (Sagot, 2000: 89). De tal modo, tenta-se sortear obstáculos para acessar aos serviços de atenção do Estado, não só geográficos, senão também respeito do trato que recebem as mulheres que acodem a eles.

O acompanhamento a mulheres em situação de violência, em algumas ocasiões, é realizado por outras que têm atravessado elas mesmas por estas situações. É o caso da organização [Mujeres Activando](#) que surge e trabalha em um bairro periférico da cidade de Córdoba, Argentina desde 2015, nucleia a mulheres jovens que têm conseguido sair de situações de violência de casal e têm se organizado para promover espaços de encontro através de ferramentas culturais, com o objetivo de prevenir as VBG.

Este acompanhamento em geral, supõe um processo para se formar como defensoras ou promotoras comunitárias, mediante



Mujeres Activando é um espaço de mulheres organizadas de bairro Villa Bustos, Córdoba, Argentina que trabalha para prevenir a violência contra as mulheres nos bairros populares da cidade. Articulam suas ações com instituições universitárias, profissionais e comunitárias, buscando “um forte impacto no imaginário social-cultural das mulheres de Córdoba, a partir da disputa simbólica resultante da ação de produzir e fazer circular criações artísticas que mostrem diversos modos possíveis de habitar/desabitado o “ser-mulher”, potenciando a autonomia e o valor da organização coletiva” (Facebook Mujeres Activando).

Através de distintas ferramentas artísticas e culturais trabalham para prevenir e erradicar as violências contra as mulheres, meninas e meninos. Desde sua conformação no ano 2015 desenvolvem oficinas de escritura criativa para a prevenção das violências de Gênero, espaços educativos para meninos e meninas, formações em saúde integral das mulheres, entre outras ações. As integrantes da organização se têm formado como Promotoras comunitárias e mantêm sua formação de maneira continua.

Também se vinculam e realizam ações conjuntas com organizações nos bairros e instituições de saúde e educação da zona, buscando que suas abordagens sejam mais integrais. Desde 2015, no mês de novembro realizam no bairro um festival artístico e cultural denominado “Activando contra as violências”, que reúne à comunidade para visibilizar suas vozes e suas lutas contra as violências de gênero, onde as infâncias e as juventudes são protagonistas de suas histórias e transformações.

o qual podem construir as ferramentas necessárias para desenvolver essa tarefa. Um exemplo é o caso das iniciativas de [“Defensoras comunitarias”](#) de Mulheres Unidas em Saúde e Desenvolvimento, de Costa Rica e das [“Promotoras Comunitarias para a prevenção de Violencia contra las mujeres”](#), do Centro de Promoción de la Mujer Gregoria Apaza, de Bolívia.

A incorporação da prevenção das VBG em processos de desenvolvimento comunitário³⁰ mais amplos é outra das estratégias em algumas das experiências relevadas. Também onde é que as comunidades assumem a responsabilidade social de todos seus agentes na reprodução de normas, imaginários e práticas machistas e se propõem ações para abordá-las. O fortalecimento comunitário nestas experiências é tanto um fim em si próprio como uma condição de possibilidade para o desenvolvimento de ações de prevenção das VBG.

A vinculação e articulação do problema destas violências com outros interesses e necessidades emergentes nas comunidades é um catalizador do envolvimento de diferentes agentes. Para este propósito resulta fundamental construir e conhecer as construções culturais, a memória histórica e a trajetória específica das comunidades envolvidas. Assim é o caso de [“Mujeres rurales libres de violencia construyen movimiento en la diversidad”](#), um projeto desenvolvido por Pontos de Encontro em seis municí-

pios de Nicaragua e Honduras, entre 2017 e 2020, orientado a fortalecer a trama local, motivando e incentivando o interesse em debater, participar e promover os direitos das mulheres. A seguir se buscou ampliar a base comunitária de mulheres organizadas e ao mesmo tempo se trabalhou em grupos de reflexão com homens e líderes comunitários, em sua maioria com vínculos familiares com as primeiras.

A organização comunitária e o envolvimento de diversos agentes e grupos da comunidade para a prevenção das VBG formaram parte importante, assim mesmo, do processo de trabalho da Campanha [“Cero Tolerancia con la Violencia Sexual en la Infancia y Adolescência”](#) desenvolvida entre 2018 e 2019 pela Colectiva Las Rebeldes, da Comunidade Santa Marta, na Colômbia. A iniciativa buscou involucrar a todos os membros da comunidade para gerar incidência a nível local nas instituições públicas, propiciar maior vigilância de pais, mães e educadores/as em relação à situação de meninas, meninos e adolescentes e, assim mesmo, propiciar processos de reparação para pessoas sobreviventes de violência sexual.

Este tipo de iniciativas necessita de ações que implicam processos a mediano ou longo prazo, para construir processos participativos baseados na confiança e em um profundo conhecimento das realidades comunitárias.



PROMOVIENDO LOS DERECHOS DE MUJERES Y JÓVENES

“Promoviendo los derechos de mujeres y jóvenes en los municipios de Tecoluca y Zacatecoluca” está sendo implementado pela Asociación Fundación para la Cooperación y el Desarrollo Comunal de El Salvador-CORDES y Ayuda en Acción nesse país. Em 2020, em coordenação com a Unidade de gênero de Zacatecoluca e com o apoio do Programa Cidade Mulher do governo nacional, levaram atenção médica e apoio psicossocial a mulheres, meninas e meninos de comunidades rurais localizadas na zona sul do município de El Salvador, através de “serviço móvel de atenção”. O enfoque geral deste projeto, foi o de fortalecer a acessibilidade das mulheres rurais aos serviços estatais, incluídos aqueles que acompanham a mulheres em situação de violência. Muitos destes serviços não estão ao alcance das mulheres destas comunidades que se encontram afastadas do eixo urbano do município. Para CORDES, o trabalho articulado com agentes locais é importante para poder fortalecer o trabalho que as diferentes instituições realizam no município.

30. Pelo desenvolvimento comunal se entende o produto da ação que se produz quando a comunidade toma consciência de seus problemas e se organiza de maneira autogestionária para resolvê-los, desenvolvendo tanto seus próprios recursos e potencialidades como apoios externos (Montero, 1984).

4.1.8 EXIGIBILIDADE DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

A exigibilidade como princípio de materialização dos direitos, implica a exigência, exercício e promoção dos valores ou direitos fundamentais dos seres humanos, já seja de maneira individual ou coletiva. Desde a lógica jurídica, um direito é exigível quando fica claro nas leis quais são as obrigações do Estado com os e as titulares deste (Sosa Salazar, Campoverde Nivicela e Sánchez Cuenca, 2019). No campo da prevenção das VBG as organizações sociais contribuem na incorporação na agenda pública de novos temas, aspectos e realidades que, sem estar regulamentadas normativamente, podem atentar contra direitos humanos básicos. Dessa forma, não só interpelam ao Estado em tanto responsável de garantir direitos, senão também a outros agentes e à sociedade em seu conjunto em seu papel na

reprodução social das normas e práticas patriarcais.

O exercício que as organizações sociais, de mulheres e feministas vêm desenvolvendo para monitorar os compromissos estatais assumidos nas convenções internacionais que protegem os direitos das mulheres é um exemplo deste tipo de estratégias. Este é o caso dos Informes Sombra que as organizações feministas vêm apresentando ao Comitê de expertos/as da CEDAW. Estes informes servem de contraponto aos apresentados pelos Estados e costumam incorporar uma perspectiva crítica sobre a informação oficial. Os Informes Sombra analisam os avances das políticas públicas desde uma perspectiva feminista, fortalecendo a construção de alianças entre as organizações.

Por outra parte, a elaboração de Agen-



APORTANDO A LA CONSTRUCCIÓN DE UN SISTEMA JUDICIAL QUE PROCESA, SANCIONE Y REPARE ADECUADAMENTE LA VIOLENCIA SEXUAL

Aportando a la construcción de un sistema judicial que procese, sancione y repare adecuadamente la violencia sexual” é um exemplo de experiência que busca prevenir as VBG abordando ou tema de acesso à justiça. O projeto foi desenvolvido pelo Estado para a defesa dos direitos da mulher -DEMUS, entre 2013 e 2015, em seis cidades do Peru, com apoio do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Erradicar a Violência contra as Mulheres. Propôs-se desenvolver um trabalho de incidência, a partir da formação de mais de 700 líderes de 75 organizações sociais, para fortalecer a resposta institucional do sistema de justiça e melhorar o acesso à justiça das mulheres no processamento judicial de casos de violência sexual. Contribuiu à formação de magistrados e magistradas e a promover o diálogo e a interlocução política das líderes com as autoridades judiciais. De igual modo, realizou campanhas de sensibilização para a população em geral.

A iniciativa alcançou a aprovação de modificações procedimentais e administrativas no sistema de justiça a nível nacional e local, para melhorar a qualidade de atenção das mulheres que vivem violência sexual. Ao finalizar o projeto se identificou como desafio o monitoramento da aplicação efetiva das modificações logradas. Entre os logros alcançados cabe mencionar: 1) a aprovação de dois Acordos Plenários da Corte Suprema, que implicam melhoras substanciais no tratamento das vítimas nos processos de investigação e judicialização dos delitos contra a liberdade sexual; 2) a aprovação de um protocolo sobre a constituição de declaração única a vítimas de violência sexual em prova antecipada no distrito judicial de Junín. 3) o incremento de 100 defensores públicos e 4) o estabelecimento da formação em gênero como parte da linha fundamental na trama curricular da Academia da Magistratura.

das para a exigibilidade de direitos, já sejam temáticas ou setoriais, forma parte do repertório de estratégias incluídas no relevamento de experiências. Estas agências identificam obstáculos no acesso a direitos particulares das mulheres, já seja por insuficiência, inadequação ou ausência de políticas públicas que os abordem. Pelo geral incluem demandas e propostas concretas que ressaltam não só as prioridades das organizações de mulheres frente às violências e sua prevenção, senão também o tipo de respostas que consideram necessárias construir sobre a problemática. Um exemplo deste tipo de processos é a iniciativa [“Mujeres Manabitas empoderadas en el ejercicio de una vida libre de violencia”](#), projeto levado adiante entre 2019 e 2020 em nove cantões de Manabí, Equador, pelo Coletivo de Mujeres Tejedoras Manabitas, junto à Fundação Desafío. Segundo o próprio Coletivo de Tecedoras, o maior logro do projeto foi que as mulheres locais se animaram a alçar sua voz para exigir seus direitos frente às autoridades locais.

Por outra parte, entre as experiências mapeadas se identificam iniciativas que tematizam sobre o acesso à justiça como condição necessária para a prevenção das VBG. De maneira geral, o acesso à justiça é o direito que têm todas as pessoas a utilizar as ferramentas e mecanismos legais para que lhes reconheçam e protejam seus direitos. Em seu informe “Acesso à justiça para mulheres vítimas de violência”, a Comissão Interamericana de direitos Humanos-CIDH afirma que a falta de investigação, julgamento e sanção da maioria dos casos de violência contra as mulheres nas Américas promovem uma cultura de impunidade e tolerância frente a elas. Isto repercute diretamente na falta de confiança por parte das mulheres nas instituições de justiça. Em torno a esta

situação, não se têm advertido avances significativos na década analisada neste estudo (OEA/ MESECVI, 2021).

Por outra parte, cabe ressaltar os diversos sentidos que adquirem a noção de reparação como eixo de abordagem das VBG nas experiências relevadas. Segundo C. Sánchez Lucumí e S. Oliveros Ortiz (2014), a reparação integral a mulheres que têm atravessado situações de violência supõe pôr em andamento as ações, recursos e medidas eficazes de restituição, indenização e reabilitação. O direito à reparação integral deve abarcar assim todos os danos e prejuízos sofridos, assim como também a garantia de abordar e minimizar os efeitos das violações aos direitos humanos, individuais e coletivos (Joinet, 2007).

PNUD e ONU Mulheres (2016) afirmam que, na região, as poucas estratégias de reparação que existem estão, em sua maioria, centradas no outorgamento de microcréditos para a geração de ingressos das vítimas, em programas de emprego e formação profissional, a assistência psicológica, jurídica e social, o acesso a viviendas ou a insumos médicos. Para Segato (2021) a reparação transformadora não supõe só a necessária restituição de direitos entendidos desta maneira, senão que implica também a modificação das condições de vulnerabilidade previas às violações aos direitos humanos. O que se procuraria é que as mulheres não permaneçam na mesma situação estrutural de violência e discriminação que habilitou tais violações, com certa garantia de não repetição das mesmas.

Entre as experiências relevadas, a reparação não aparece tematizada nesses termos, mas pelo contrário, se encontram algumas referências à sanção, em termos individuais e coletivos em tanto reparação

dos danos causados pelas Violências contra Mulheres e Meninas, e Violências Baseadas em Gênero. O empoderamento em papel-chave coletivo, a articulação de redes e o acompanhamento entre mulheres são nomeados como estratégias para contribuir a desprivatizar as violências e “sanar” as feridas.

Um exemplo de estratégias em torno ao acesso à justiça e a sanção coletiva é a experiência do [“Tribunal popular de la mujer contra la impunidad”](#), desenvolvido pela organização social Observatório da exigibilidade da Paz, Bolívia, desde o ano 2015.

Em algumas experiências esta ideia aparece vinculada às noções do Bom Vi-

ver, como reivindicação e proposta dos povos indígenas, ligadas à necessidade de viver de maneira harmônica com a natureza, entre as pessoas e em comunidade, recuperando os ritmos naturais da vida e questionando as lógicas extrativistas dos corpos e a natureza que impõe o sistema capitalista. É o caso da experiência de “Tecidos e territórios livres de violência e violação sexual para as mulheres”, impulsada desde 2008 pela coletiva [Actoras de Cambio](#) de Guatemala. Como aposta à reparação, a organização realiza processos de sanção -formação com mulheres de diversas comunidades indígenas guatemaltecas.



TRIBUNAL POPULAR DE LA MUJER CONTRA LA IMPUNIDAD



O [“Tribunal popular de la mujer contra la impunidad”](#) é um instrumento de exigibilidade que se propõe contribuir a facilitar o acesso à justiça e combater a impunidade em torno às VBG. A iniciativa consiste em que advogadas aliadas de reconhecida trajetória realizam uma sorte de “auditoria jurídica” sobre casos julgados de VBG e emitem uma Resolução Social, denunciando os erros processuais identificados. Esta resolução é enviada a todas as autoridades dos órgãos judiciais, Ministério Público, Força Especial de Luta contra a Violência-FELCV da Polícia Boliviana, à Assembleia Plurinacional de Deputados e Senadores e à Secretaria Plurinacional da Mulher.

Com este recurso o Observatório tem atingido a revisão de um dos casos analisados, revertendo a sentença exculpatória do agressor. De igual maneira, tem conseguido instalar no debate público a necessidade de combater a impunidade nos processos judiciais sobre estes casos.

O Tribunal funciona desde 2015 e tem intervindo em mais de vinte de casos até a atualidade. O fim do Tribunal é visibilizar a situação de vulneração de direitos nos tribunais de justiça que geram impunidade, questionam os déficits do sistema de justiça e denunciam os incumprimentos de deveres das e os funcionários da justiça em suas tarefas às instancias correspondentes.

É importante destacar que o Observatório está ativo na denúncia pública de casos de feminicídios e os processos judiciais até sua finalização. Sua Agenda mínima para frenar a violência contra as mulheres e feminicídios contém seis eixos estratégicos: 1) a modificação e aplicação da Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência; 2) a procura de um sistema de justiça sensível ao gênero e intercultural; 3) o acesso a serviços de qualidade com garantias e condições seguras; 4) o diálogo democrático multiagente sobre despatriarcalização, direitos das mulheres e não à violência para com as mulheres e meninas; 5) Igualdade formal vs Igualdade substantiva na aplicação das leis; e 6) Políticas públicas integrais de não à violência.

O Tribunal é uma das várias ferramentas utilizadas pela organização para promover justiça para as mulheres e exigir o cumprimento de seus direitos.

4.1.9 ESTRATÉGIAS MULTIAGENTES: FORTALECENDO O DIÁLOGO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, DE MULHERES E FEMINISTAS COM O ESTADO

As estratégias multiagentes são mais complexas que as mencionadas anteriormente: como seu próprio nome sugere, trabalham com uma diversidade de agentes, buscando articular e fortalecer os diálogos entre as organizações sociais e o Estado, em seus diferentes níveis. Em geral são programas ou projetos de ao menos dois ou três anos de duração que incidem, já seja de maneira paralela ou consecutiva, em fortalecer as capacidades das instituições e serviços encarregados da

abordagem das VBG. Assim sendo sua intencionalidade é a de melhorar o acesso das mulheres e dissidências sexuais a políticas públicas que abordem de maneira eficaz e eficiente as problemáticas ligadas às violências, apelando ao papel do Estado como garante de direitos. Na maioria das vezes, reconhecem que a implementação das ações governamentais frente às violências é débil ou ineficaz. A partir disto almejam tanto contribuir ao planejamento de novas políticas públicas como



MUJERES INDÍGENAS MI CIUDAD, MI ESPACIO: RESPUESTAS LOCALES FRENTE A LA VIOLENCIA Y LA DISCRIMINACIÓN



Mujeres indígenas. Mi ciudad, mi espacio: Respuestas locales frente a la violencia y la discriminación procurou que mulheres, adolescentes e meninas indígenas amazônicas de Satipo, Junin, se sintam mais seguras de usar e desfrutar dos espaços públicos, reduzindo sua vulnerabilidade frente à violência e discriminação étnico-racial. Entre 2017 e 2020 se implementou com o apoio do Fondo Fiduciário de Nações Unidas para a eliminação da violência contra as mulheres e teve como beneficiárias primárias a 600 mulheres e meninas indígenas dos povos asháninkas, nomatsiguengas e kakintes com ênfase naquelas que se mobilizam periodicamente aos centros urbanos desde suas comunidades para realizar trâmites ou aceder a oportunidades laborais e educativas.

O projeto se propôs resultados tangíveis em três áreas: (1) Organizações de mulheres indígenas colocam na agenda pública o tema da discriminação e violência que as afeta nos espaços públicos; (2) Autoridades implementam políticas públicas e obras de infraestrutura que garantam espaços públicos seguros; (3) Atores não tradicionais (comerciantes, transportistas, maestras/os, etc.) se sensibilizam e desenvolvem ações de prevenção contra a discriminação e violência que afetam às mulheres indígenas em espaços públicos. Sobre a primeira área as ações incluíram: um programa de capacitação com líderes indígenas/não indígenas e jornadas de debate sobre as ferramentas que identificam situações de discriminação /violência contra mulheres e meninas indígenas; se elaboraram e apresentaram propostas sobre a prevenção das violências ante o Comitê Provincial de Segurança Cidadã e se realizaram foros de debate sobre as propostas elaboradas pelas organizações de mulheres para incluir na agenda de segurança cidadã a temática de violência e discriminação.

Sobre a segunda área de resultados, se elaborou participativamente um mapa de criminalidade sob encargo das mulheres e meninas indígenas e outras instituições, utilizando a metodologia "marchas exploratórias", e um "Informe da violência e discriminação contra as mulheres e meninas indígenas em espaços públicos" e sua elaboração de protocolos e reuniões de validação para sua aprovação. A seguir se estabeleceram cinco dispositivos legais para a prevenção e atenção da violência e discriminação étnico-racial contra mulheres e meninas indígenas amazônicas, a partir dos quais as mulheres disseram se sentir mais seguras.

Respeito da terceira área, 487 agentes não tradicionais têm desenvolvido ações de prevenção contra a discriminação e a violência e três instrumentos de gestão política local têm coletado as recomendações do Informe da violência e discriminação contra as mulheres, adolescentes e meninas indígenas em espaços públicos, elaborado pelo projeto.

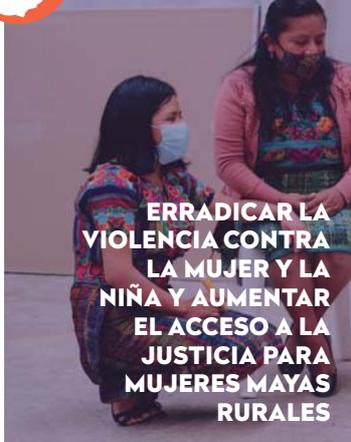
a melhorar as que já são existentes.

Fortalecer as capacidades estatais supõe otimizar as atitudes das instâncias governamentais para dar conta, através de suas políticas públicas, dos níveis máximos de valor social, tendo em conta as restrições contextuais e as definições coletivas sobre quais são os problemas públicos fundamentais e qual é o valor social específico que a resposta estatal deveria prover ao respeito (Repetto, 2004). Nestes processos, a participação ativa e vinculante das organizações sociais e feministas e o diálogo entre estas e os agentes estatais, resulta de vital importância para a construção de respostas estatais que abordem de maneira eficaz as VBG.

A maioria das experiências relevadas que trabalham neste sentido, desenvolvem ações tanto a nível da institucionalidade, como no fortalecimento das organizações sociais para melhorar suas capacidades de incidência. Buscam assim gerar as condições para diálogos políticos mais eficazes com as autoridades e a função pública. A maioria destas experiências se desenvolvem no nível local, em municípios ou comunas, sendo este o terreno mais auspicioso para tal tipo de abordagens. Em geral

são impulsionadas por Organizações não Governamentais, que mobilizam e articulam com organizações ou grupos comunitários, ou bem promovem a ampliação da base de mulheres organizadas para estabelecer o diálogo com os governos locais. Em alguns casos também são estas organizações catalizadoras quem intermediam entre as organizações de mulheres e as autoridades políticas.

O fortalecimento dos diálogos entre uma multiplicidade de agentes é a estratégia privilegiada também em outras experiências de trabalho com mulheres e autoridades indígenas. Os importantes obstáculos com os que se enfrentam as mulheres indígenas para aceder às políticas públicas, e a frequente invisibilidade de suas realidades específicas por parte das mesmas tem vindo se problematizando cada vez mais na região e é o foco de muitas destas experiências, que buscam uma maior compreensão das dimensões das VBG nas comunidades indígenas, suas particularidades e suas possíveis abordagens desde o respeito às identidades culturais e étnicas locais. Exemplo disto é a experiência [“Mujeres indígenas: mi ciudad, mi espacio”](#), levada a cabo en-



**ERRADICAR LA
VIOLENCIA CONTRA
LA MUJER Y LA
NIÑA Y AUMENTAR
EL ACCESO A LA
JUSTICIA PARA
MUJERES MAYAS
RURALES**

“Erradicar la violencia contra la mujer y la niña y aumentar el acceso a la justicia para mujeres mayas rurales” foi uma iniciativa impulsada por Women’s Justice Initiative em 16 comunidades rurais mayas do município de Patzún, Guatemala, entre 2016 e 2019. Desse modo se propôs melhorar o acesso de mulheres e meninas indígenas a serviços multissetoriais essenciais, seguros, e adequados para por fim à VCMN e melhorar sua prevenção através de câmbios em comportamentos, práticas e atitudes. Sua estratégia consistiu em desenvolver cursos de alfabetização legal para mulheres mayas e assessoria legal para aquelas que atravessam situações de violência. A sua vez, capacitaram a líderes comunitários e autoridades locais, identificando aqueles referentes que por seu compromisso foram logo convocados como agentes de câmbio para levar adiante planos de ação em suas comunidades. De igual modo, capacitaram a agentes da polícia e funcionários judiciais, contribuindo a uma maior compreensão das necessidades específicas das mulheres mayas que vivem violência nas comunidades rurais. Logo dessas ações, construíram planos de ação comunitários para combater a VCM em oficinas participativos com tomadores de decisões, incluindo prefeitos auxiliares, líderes religiosos, parteiras e provedores de saúde.

tre 2017 e 2019 por Flora Tristán, na província de Satipo, Peru, em articulação com a Mesa de Diálogo Provincial da Mulher.

Os componentes participativos, o lugar das mulheres como expertas, a combinação de ações de sensibilização que recuperam práticas culturais tradicionais das comunidades indígenas e o envolvimento das autoridades indígenas e os homens nos processos de trabalho resultam chaves e interessantes neste tipo de experiências. Dessa forma, o papel das organizações sociais como catalizadoras de de-

bates e melhoras na prestação de serviços e na articulação interinstitucional.

Este tipo de iniciativas, fincadas em comunidades particulares e comprometendo às autoridades locais também são iniciativas de mediano ou longo prazo, que têm mostrado nos últimos anos alguns caminhos interessantes para atingir melhoras nas ações de intervenção. Os câmbios nas gestões administrativas e os obstáculos na institucionalidade são reconhecidos como desafios para a sustentabilidade dos logros alcançados.

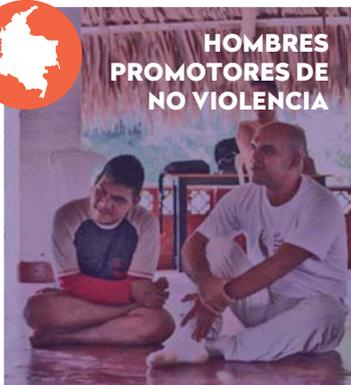
4.1.10 TRABALHO COM HOMENS E MASCULINIDADES

De as 319 experiências relevadas de organizações sociais e feministas, um 10% aborda o trabalho com homens ou sobre masculinidades. Algumas delas se propõem gerar evidências, promover debates ou prover linhas de ação e argumentos para abordar a construção de masculinidades não hegemônicas. Outras iniciativas se propõem gerar a modificação das crenças e os comportamentos dos homens através de grupos de reflexão ou terapêuticos, cujos eixos giram em torno às VBG, os mandatos de masculinidade, e as tarefas de cuidado.

Com grupos de homens jovens o foco costuma estar posto na sexualidade e a anticoncepção. Este é o caso da iniciativa [“De los madrazos a los abrazos”](#), desenvolvida pelo Coletivo Homens e Masculinidades e o Coletivo Sem Fronteiras em Bogotá, Colômbia, entre 2006 e 2015 em um colégio secundário da zona sul dessa cidade. O trabalho com exercícios corporais, de reconhecimento e cuidado do próprio corpo e o dos demais tem contribuído, segundo suas protagonistas, a diminuir a gravidez e as práticas de violência entre os jovens e para com as jovens.



HOMBRES PROMOTORES DE NO VIOLENCIA



Uma destas é a iniciativa Plan de Formación de Hombres Promotores de No Violencia, desenvolvida pelo Círculo de Homens de Cali, Colômbia, que trabalhou entre 2014 e 2016 com estudantes universitários de várias comunidades e também, como projeto piloto, com homens que cumprem condena por violência familiar em estabelecimentos penitenciários. Desde o Círculo de Homens alegam que os vínculos entre homens nos grupos se constroem a partir de exercícios de autorreflexão e desde o compromisso de reconhecer nas próprias vivências e experiências corporais os privilégios, males-tares e as opressões que vivem ou exercem como homens. Também o reconhecimento da possibilidade de construção de alternativas coletivas e individuais. O intercâmbio vivencial e emocional é o foco do trabalho nestes espaços de reflexão entre homens, que a organização mantém estão orientados à ressocialização.

Um dos dispositivos utilizados por várias das experiências relevadas para o trabalho sobre masculinidades, em particular com homens jovens, são as oficinas vivenciais. Nestes grupos, o registro no corpo da experiência pessoal respeito às relações de gênero tem um lugar protônico. Partindo das dinâmicas lúdicas se exploram as emoções nos homens, muitas vezes reprimidas ou manifestadas em tanto ira que desencadeia reações violentas. O conhecimento e a conexão com o próprio corpo é o que se favorece, em grupos de pares, como aquilo que contribui a gerar ambientes de confiança. Exemplo disso é o Programa de Masculinidades do Centro Bartolomé de las Casas-CBC, no enquadre do Projeto [“Masculinidades género y religión”](#), desenvolvido em Guatemala e Honduras desde 2011.

Por sua parte, o programa [“Nuevas habilidades para hombres”](#) de Homens pela Equidade A.C. de México, vem desenvolvendo faz mais de duas décadas metodologias de trabalho grupal com homens desde um enfoque re-educativo. A proposta consiste em que eles aprendam a identificar as crenças, sentimentos, problemas de comunicação, sensações corporais, experiências de vida e pressões sociais que sustentam suas condutas de violência de gênero no âmbito doméstico. A partir disso se promove que exercitem técnicas e habilidades que lhes permitam levar a cabo crenças e condutas igualitárias com seus parceiros, filhos e filhas no âmbito familiar. Buscando se afastar da perspectiva de trabalho com homens que exercem violência como problema de saúde mental ou judicial, propõe abordar a desconstrução da masculinidade como

um problema político e estrutural, com o objetivo de deter a violência contra as mulheres.

No entanto, a corresponsabilidade nas tarefas de cuidado tem sido abordada no enquadre de projetos que buscam fomentar a construção de novas masculinidades como estratégia para prevenir as VBG.

Uma perspectiva diferente no trabalho com homens encontramos em algumas experiências que abordam a vinculação entre masculinidades e delinquência. Ainda que não é maioritário, é um enfoque que segue estando presente em iniciativas de trabalho com homens jovens. Nestas iniciativas, o modelo socioecológico é utilizado para descrever os diferentes fatores envolvidos na construção das masculinidades e sua relação com a delinquência, porém dando peso fundamental aos fatores individuais como as determinantes. O delito juvenil é visto como uma forma de expressão da masculinidade hegemônica assim como também um fenômeno de inadaptação social que poderia se relacionar com uma etapa da vida. É o caso da iniciativa [“Jóvenes Transformando Jóvenes. Modelo de prevención de la Violencia Juvenil y de Género”](#), de Prosuperación Familiar Neolonesa- Supera AC, que trabalhou em Monterrey, México, durante 2018. Partiram da ideia de que existem momentos determinantes de reafirmação da masculinidade e da virilidade dos jovens, que ante a ausência de um trabalho ou famílias estáveis como componentes que contribuem a representar uma “masculinidade adequada”, encontram no comportamento delitivo uma forma de expressão de sua masculinidade (Supera AC, 2015). A or-



CONSORCIO PRO-CUIDADOS



O “Consortio Pro-Cuidados” de El Salvador articula os esforços da Associação Cooperativa de Vivenda La Libertad 13 de Enero -ACOVILL, a Asociación Nuevo Amanecer de El Salvador-ANADES, la Colectiva Feminista para el Desarrollo Local y la Fundación Centro Bartolomé de las Casas-CBC. A iniciativa conta com o apoio de WeEffet e do PNUD. Uno dos pilares do consorcio é a aposta a fortalecer a corresponsabilidade dos homens rurais, camponeses e indígenas nos trabalhos de cuidados. Deste modo, buscam posicionar no imaginário e a agenda pública os cuidados como um direito, o qual implica o reconhecimento do aporte social e econômico que realizam as mulheres através do trabalho não remunerado no lar, que mantém as desigualdades de gênero. Promover o envolvimento dos homens nas tarefas de cuidado contribui a democratizar as relações dentro das famílias, a liberar tempo para que as mulheres possam desenvolver projetos pessoais e a gerar um ambiente positivo de valorização das mulheres e do trabalho que realizam. Assim se contribui a transformar as normas sociais de gênero que mantém as VBG, e através disso, a preveni-las.

ganização apresenta a iniciativa como um modelo de prevenção da delinquência juvenil e a violência de gênero, centrado nos homens como agressores.

As campanhas são também uma estratégia frequente entre as iniciativas que abordam o questionamento à masculinidade hegemônica e buscam sensibilizar aos homens e à sociedade em geral ao respeito. Entre as experiências relevadas nos encontramos com campanhas de variada envergadura e alcance, algumas das quais combinam a difusão de mensagens com formatos diversos com outro tipo de dispositivos pedagógicos como oficinas de reflexão ou outras atividades. As ações em geral dirigem suas mensagens aos homens, porém buscam sensibilizar sobre os estereótipos de masculinidade a nível social; são ações de difusão de mensagens através de diferentes suportes, que não explicitam seus alcances ou impactos.

A Campanha do Laço Branco, é um exemplo de campanha de alcance regional, sendo uma iniciativa global surgida a princípios dos anos '90 em Canadá. Nasce orientada a sensibilizar em

torno às VBG e atualmente segue tendo presença na Argentina/Uruguai, Brasil, Chile e Equador. Realiza ações de conscientização, sensibilização e educação à população em geral, especialmente a homens jovens e meninos, através de recursos educacionais. A nível local, se identificaram iniciativas de sensibilização que se desenvolvem com formatos diferentes, mantidos no tempo. O que buscam é instalar o debate sobre os impactos da masculinidade hegemônica e sua relação com as VBG a nível local. É o caso do programa radial “[Fuera Máscaras](#)” impulsado em Altos de Chiapas, México, pelo coletivo La Puerta Negra A.C desde fins dos anos 1990.

De igual modo, relevamos iniciativas de campanhas sobre masculinidades orientadas a jovens. Fazendo uso das redes sociais como meio privilegiado de socialização deste setor da população, se difundem mensagens que buscam questionar mitos e estereótipos de gênero com diversos formatos e alcances. Em alguns casos, se avança com dispositivos que permitem uma maior interação. Também o desenvolvimento de festivais ou outros eventos artístico-

culturais são ações que se incorporam a estas campanhas como estratégia para ampliar a difusão das mensagens que se propõem instalar. Por exemplo o caso da [Campanha Mitos Falsos](#), implementada em Nicaragua entre 2014 e 2015 com o impulso de FED-HIVOS, que atualmente continua ativa através da iniciativa Transformando Nuestra Masculinidad, de Puntos de Encuentro e Fundación Luciérnaga e o Instituto de Estudios Estratégicos y Políticas Públicas- IEEPP de Nicaragua que se propõe fomentar os cuidados nas relações, ações de diálogo, afetividade entre os homens e o respeito às mulheres entre jovens de 13 a 16 anos.

Em outras das estratégias relevantes, o trabalho com masculinidades é incorporado como um componente específico dentro de uma estratégia mais ampla, ainda que em geral mantendo algum espaço de trabalho exclusivamente com homens.

As experiências que buscam abordar o tema das masculinidades desenvolvendo linhas de ação complementárias com agentes diversos são também parte do repertório de estratégias implementadas pelas organizações sociais. Estas são iniciativas de mediano prazo, em geral impulsadas por ONG, que articulam suas ações desde várias linhas e a partir de alianças estratégicas previamente estabelecidas. Da mesma maneira que as já mencionadas estratégias multiagente, visam fortalecer aos coletivos da sociedade civil com base territorial, a formar ou capacitar respeito ao tema e a favorecer ações de incidência política para lograr câmbios a nível institucional a escala local ou comunitária. Exemplo disto é a iniciativa [“Involucrando a los hombres para la eliminación de la violencia de género en Nicaragua”](#), impulsada entre 2010 e 2015 por Trócaire, em articulação com onze

organizações comunitárias. Por sua parte o projeto “Fortalecimiento de las capacidades de hombres y mujeres para relacionarse desde la equidad de género y generacional en las organizaciones copartes de SWISSAID en la región Caribe”, implementado pelo Colectivo Hombres y Masculinidades da Colômbia, desde 2010 desenvolveu através de um enfoque de gênero, espaços mistos e intergeracionais de formação, para reflexionar sobre as lógicas masculinas hegemônicas das comunidades rurais. Esta iniciativa se apoiou nos processos organizativos já existentes, o qual possibilitou contar com uma predisposição ao trabalho que foi chave para alcançar os objetivos previstos. Dessa forma, resultou fundamental a adoção do paradigma do Bom Viver como princípio que privilegia uma ética do cuidado para com a vida e a saúde das mulheres e os homens.

Outras iniciativas similares neste sentido são o [“Programa Regional GenerAcción: Masculinidades en Centroamérica”](#), é um esforço coordenado desde 2011 pelo programa de Masculinidades Escuela Equinoccio del Centro Bartolomé de las Casas de El Salvador; e o [“Programa H”](#), impulsado em 2002 por Promundo, ECOS, e o Instituto PAPAI em Brasil; e Saúde e gênero em México, desenvolvido em mais de 15 países até a atualidade.

De igual modo do que foi observado nas propostas de intervenção multinível que abordam outras temáticas, estas experiências se articulam com processos organizativos comunitários prévios e são programas de mediano prazo, que permitem o desenrolamento de uma multiplicidade de estratégias articuladas entre si que são motorizadas e mantidas pela participação comunitária.

4.1.11 TRABALHO COM INFÂNCIAS E JUVENTUDES

O trabalho orientado à prevenção de VBG com jovens ou sobre juventudes também se apresenta desde uma diversidade de enfoques, temáticas e estratégias. Em geral estas abordagens não incluem uma problematização ou contextualização do sujeito jovem, variando inclusive sua consideração em termos etários. Meninos e meninas, adolescentes e jovens aparecem em algumas experiências como sinónimos ou contínuos, sem maiores definições. Aquelas experiências que descrevem ou contextualizam um pouco mais sobre os sujeitos com quem trabalham, são as desenvol-

vidas com jovens indígenas.

Entre os temas mais abordados encontramos sexualidade e gravidez adolescentes e as violências nas relações de casal, em algumas ocasiões como preocupação desde uma perspectiva autocêntrica, sem maior informação sobre como os e as jovens significam ou constroem estas temáticas como problema a abordar. Muitas das iniciativas que trabalham sobre violências nas relações de casal abordam a problemática desde a concepção de namoros não violentos, e buscam em geral oferecer ferramentas às pessoas adultas que interatuam com jovens, para a de-



FORMACIÓN DE BRIGADISTAS PARA LA PREVENCIÓN DE NOVIAZGOS VIOLENTOS Y EMBARAZO ADOLESCENTE

“Formación de Brigadistas para la prevención de noviazgos violentos y embarazo adolescentes”, é uma iniciativa desenvolvida pelo Centro de Promoción de la Mujer Gregoria Apaza, del Alto, Bolívia, e sistematizada em 2017. Consistiu em um processo de formação dirigida a adolescentes de unidades educativas do nível secundário, com a finalidade de prevenir a violência em relações de namoros e promover o exercício pleno dos direitos sexuais e reprodutivos concentrando-se na prevenção de gravidez adolescentes. Também se buscou que os e as adolescentes adquiram competências e se constituam em referentes frente a seus pares e comunidades para a prevenção da VBG. Os e as brigadistas impulsaram um grupo de orientação primária, uno de “ciberbrigadistas”, levaram adiante um programa de rádio, e realizaram intervenções em mobilizações sociais através de uma murga ou banda de música que com instrumentos rudimentares entoam canções em um tono jocoso sobre o tema em questão. O que chama a atenção, nesta experiência, que não se explicitam, ao menos nos materiais aos que tivemos acesso, as diferenças entre homens e mulheres jovens em suas vivências respeito aos temas que abordam, ou as diferenças que poderiam permeiar seu papel como brigadistas frente a seus pares.

teção precoce destas violências.

Os direitos sexuais e reprodutivos dos e as jovens, é também tema chave para a prevenção das VBG nas experiências que trabalham com juventudes. Assim como em torno a outros temas, se identifica uma grande diversidade de enfoques para sua abordagem. A educação sexual e educação sexual integral se mencionam em várias experiências como campo a abordar, sem maiores reflexões sobre sua definição ou seu alcance. Em torno

a este tema, enquanto que algumas experiências põem ênfase na difusão de informação sobre anticoncepção, outras trabalham com uma noção mais complexa de sexualidade em sua relação com as VBG e sua prevenção. Em estas últimas, a autonomia nas decisões sobre o corpo, os projetos de vida e o questionamento à maternidade como destino para as mulheres cobram um lugar protônico.

As escolas e outros espaços educativos não formais são também cenários privi-

legiados para o trabalho com jovens em torno à prevenção das VBG. Em ocasiões o foco não está na cultura escolar ou na instituição educativa como espaço de in-

tervenção, mas sim que consideram a escola como cenário para trabalhar com os e as jovens como público cativo. Outras experiências buscam, ademais, instalar



A Red por los Derechos Sexuales y Reproductivos en México (ddeser) foi impulsada por Equidade de Gênero, Cidadania, Trabalho e Família A.C. Em 2003 e mantida de maneira sistemática até a atualidade. Trabalha em 12 estados mexicanos e durante estes anos tem formado e fortalecido uma Rede de promotoras e promotores jovens que realizam ações de capacitação entre pares, atividades lúdicas de difusão e sensibilização, e conversas informativas e manifestações artísticas públicas. Ressaltando seu objetivo é o de difundir, defender, exigir e vigiar o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito ao acesso ao aborto legal e seguro, desde um olhar intercultural e de respeito à diversidade, em zonas urbanas e em comunidades indígenas e rurais.

modificações em seus currículos ou dinâmicas institucionais.

Outras experiências buscam promover e fortalecer a participação política das jovens indígenas como estratégia para a prevenção das violências, focalizando sobre os gravidez adolescentes e as uniões precoces ou o matrimônio a uma idade precoce. O empoderamento das jovens, através de sua participação ativa, crítica e igualitária na vida política, social e cultural de suas comunidades é impulsada como estratégia para a construção de projetos alternativos de vida e como forma de questionamento dos mandatos de gênero que lhes impõe a maternidade precoce e as tarefas de cuidado como destino inevitável.

Outrossim é o caso da "[Escuela de empoderamiento político y liderazgo para adolescentes y mujeres indígenas](#)", iniciativa conjunta do Centro de Culturas Indígenas do Peru-CHIRAPAQ e Plano Internacional no departamento Loreto, Peru, iniciada em 2018 e com data de finalização em 2022. A iniciativa parte de considerar os graves impactos das altas taxas de gravidez adolescentes a nível lo-

cal. Ademais de trabalhar em espaços de formação com jovens e adolescentes entre 14 e 21 anos para fortalecer suas capacidades em temas de igualdade de gênero, também o faz com suas mães, pais ou cuidadoras para fortalecer a valorização positiva e o apoio de sua participação política e a liderança, desde um enfoque de gênero e pertencimento cultural. De igual maneira, trabalha com autoridades tradicionais e líderes comunitários com o objetivo de lograr o apoio das jovens e adolescentes organizadas em processos de toma de decisões, em torno à defesa de seus corpos e a igualdade de gênero.

Outra iniciativa interessante é o Projeto "[Q' ak nu' Q'aslemal](#)", executado pelas Mulheres do Oriente de Guatemala entre 2017 e 2019, no município de Totonicapán, Guatemala. Aliás, buscou formar e capacitar a meninas e adolescentes indígenas de 8 a 16 anos de idade em diversos temas, contribuindo à geração de oportunidades e projetos de vida alternativos que previnam a gravidez adolescentes, as uniões precoces e fundamentalmente buscam evitar a ocorrência da violência sexual.



POR MÍ, POR TI, POR LOS DOS



Por Mí, Por Ti, Por los Dos é um programa promovido pela Fundación Avon para la Mujer, a Fundación Natalia Ponce de León e a Universidad El Bosque entre os anos 2018 e 2020. A seguir seu objetivo geral foi desenvolver estratégias e habilidades nos e nas adolescentes que permitam construir relações afetivas equitativas com o fim de contribuir a prevenir as violências contra as mulheres em suas relações de casal desde um enfoque de direitos e de gênero. Nasce como um programa que busca um câmbio de narrativas e de comportamentos para a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento feminino e o respeito dos direitos humanos.

A população objetivo foram adolescentes colombianos/as escolarizados entre os 15 e os 19 anos das cidades de Medellín, Bogotá, Cali e Barranquilla, com uma meta de trabalhar com 700 adolescentes e 128 multiplicadores/as para um total de 828 pessoas beneficiadas diretamente. Em cada cidade o Programa se levou a cabo com grupos de 25 adolescentes para um total de 100 participantes por cidade fazendo um total de 400 estudantes; e grupos de 30 formadores por cidade fazendo um total de 120. Estes formadores teriam a meta de replicar com ao menos 75 estudantes em sua cidade.

Sua implementação consistiu em oficinas para adolescentes, desenvolvidos em uma maleta lúdico-pedagógica denominada “Caixa de Ferramentas”. Os temas abordados são: a) Desenvolvimento Psicoafetivo, Sexualidade e Sentidos; b) Papéis, Estereótipos e Amor próprio; c) Amor Romântico; d) Empoderamento, direitos humanos e direitos Sexuais e Reprodutivos e e) Autoconhecimento.

O desenvolvimento da estratégia se trabalhou com as autoridades locais que se encarregaram de escolher as instituições educativas, aos formadores e formadoras que participaram como multiplicadores do Programa e de escolher o universo de adolescentes que se beneficiaram com a estratégia. Incluiu quatro fases desde seu início em Fevereiro de 2018 a Dezembro de 2020: Alistamento, Planejamento, Implementação e Avaliação e Sistematização. Como resultados da experiência se reportam 1.000 estudantes impactados diretamente e 4.000 pessoas indiretamente.

4.2 INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

Esta seção apresenta experiências orientadas à prevenção das VBG levadas a cabo por instituições governamentais da região, estimuladas pelo cumprimento aos compromissos contraídos nas Convenções Internacionais e Regionais, como a CEDAW e a Convenção Belém do Pará. A maioria destas iniciativas, impulsadas entre 2015 e 2020, confirma a progressiva importância outorgada a temas como igualdade e equidade de gênero, a autonomia e o empoderamento econômico, sensibilização e fortalecimento de capacidades institucionais. Recentemente se integram às políticas públicas outros aspectos como o trabalho com e sobre masculinidades, os enfoques de direitos humanos, interseccionalidade e interculturalidade, assim

como o reconhecimento da diversidade sexual.

A maioria dos países da região não conta com programas ou planos nacionais específicos de prevenção das VBG, senão que a subsome nas políticas gerais de abordagem das violências. Estas políticas se focalizam prioritariamente na atenção a mulheres em situação de violência, dedicando grande parte de seu orçamento a estas ações. Contrariamente, Chile é uno dos países que conta desde 2015 com uma política específica de prevenção, denominada “Programa de Prevenção Integral de Violências contra as Mulheres de Chile”, a cargo do Serviço Nacional da Mulher e a Equidade de Gênero, dependente do Ministério da Mulher e a Equidade de Gênero.

Por outra parte, nas experiências relevadas se observa falta de evidência dos diagnósticos prévios à definição das intervenções, assim como nos resultados ou o seguimento da aplicação dos instrumentos e nos serviços prestados, o qual afetaria a gestão da informação e do conhecimento. No que diz respeito à produção de conhecimentos, os maiores avanços em alguns países da região se têm dado em torno ao registro de certas manifestações e tipos de violência, a partir de denúncias judiciais ou reportes administrativos dos serviços de atenção. É o caso dos denominados Observatórios, que são sistemas de informação que monitoram a incidência das violências e os centros de atenção das VBG. Exemplo disto é o [“Observatorio Nacional de la Violencia Contra las Mujeres y los integrantes del grupo familiar”](#) do Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis do Peru, o qual tem por finalidade monitorar, recolher, produzir e sistematizar dados e informação sobre o cumprimento das políticas públicas e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Peruano em matéria de violência de gênero.

A respeito dos âmbitos onde ocorrem as violências, se observam avanços no reconhecimento das que sucedem mais além das relações interpessoais. Entre as experiências de prevenção de VBG no âmbito público, destacam aquelas dirigidas a reduzir o assédio sexual no transporte coletivo, sensibilizar à população usuária e a transportistas e melhorar os canais para realizar denúncias sobre este tipo de violência. De igual maneira, criar espaços seguros de acompanha-

mento, contenção e orientação ante o assédio ou outro tipo de agressões sexuais. Sobre o assédio sexual no âmbito laboral ou institucional, as experiências são bastante menos numerosas e tendem a ser ações de sensibilização.

Em torno à população destinatária das ações, se avança no reconhecimento da diversidade de mulheres que são impactadas pelas violências: indígenas, afrodescendentes, mulheres rurais, comunidade LGBTTIQ+, jovens, pessoas com deficiência ou migrantes. Esta focalização reflete um interesse por obter melhores resultados atendendo às condições e necessidades específicas destes grupos, assim como responder aos compromissos internacionais assumidos pelos estados³². No entanto, segue sendo débil a incorporação e transversalização do enfoque interseccional em suas políticas, trabalhando com algumas populações em tanto setores vulnerados, porém sem aprofundar nas articulações entre os diferentes sistemas de opressão que as atravessam. Segundo um estudo recente da OIT (2020), os avanços em matéria de gênero e direitos das mulheres indígenas e afrodescendentes são limitados pois se considera que estão amparados nas legislações e políticas gerais de igualdade e eliminação das violências. Poucos são os países que têm estabelecido mecanismos institucionais e políticas públicas específicas integrando articulada e intersetorialmente os enfoques de gênero, raça ou interculturalidade e condição socioeconômica³³.

De igual modo, se observa uma tendência a homogeneizar na categoria indígenas, que se constrói em contra-

32. Em particular, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial; Resolução 68/237 da Assembleia General das Nações Unidas que declara 2015-2024 o Decênio Internacional para os Afrodescendentes e seu respectivo Programa de Ação; o Convenio sobre povos indígenas e tribais, 1989 (núm. 169) da Organização Internacional do Trabalho, OIT; e a Resolução 2891 (XLVI-O/16) da Assembleia General da OEA que aprova o Plano de Ação do Decênio das e dos afrodescendentes nas Américas (2016-2025).

33. Este estudo destaca por seus avanços a Guatemala, que conta desde 1999 com uma Defensoria da Mulher Indígena; México, cuja Lei do Instituto Nacional de Povos Indígenas reconhece a necessidade de incorporar o enfoque de igualdade de gênero nas políticas sobre povos indígenas, e ao Paraguai, que desde 2016 conta com uma unidade de mulheres indígenas dentro do Ministério da Mulher.

posição a quem não é indígena, de maneira que se desvanecem as particularidades sociais, culturais e econômicas de cada grupo étnico específico. Segundo a CEPAL (2020), são aproximadamente 800 diferentes povos indígenas os presentes em nossa região, representando quase um 10 % da população regional. Ainda a pesar de sua variada e extensa diversidade, em geral se homogeneízam suas características sob a categoria população indígena ou originaria.

No que diz respeito as mulheres afrodescendentes a situação é ainda mais complexa, pois em geral tem existido um menor reconhecimento de suas particularidades e discriminações, o qual tem resultado em uma grave invisibilização. Recentemente suas condições e situação de violências têm começado a ser documentadas e abordadas pe-

los estados e organismos internacionais (CEPAL, 2018). As poucas experiências identificadas neste estudo respeito desta população mostram estratégias de registro estadístico da população feminina afrodescendente e campanhas de visibilização das violências, assim como ações positivas em matéria de autonomia econômica.

O mapeamento de experiências realizado relevou que das 258 experiências que envolvem a governos da região, só 209 são implementadas por instituições governamentais e 49 por uma aliança de agentes que incluem dependências de governo e, maioritariamente, alguma agência do Sistema de Nações Unidas. Muito longe de ser representativas das ações governamentais desenvolvidas ao longo da década, só pretendem ser exemplo de alguns dos esforços levados adiante.

GRÁFICO N° 7
ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DESENVOLVIDAS POR INSTANCIAS GOVERNAMENTAIS



4.2.1 SENSIBILIZAÇÃO EM TORNO ÀS VBG

A sensibilização, através de jornadas, oficinas e campanhas é uma das estratégias mais utilizada pelas instâncias governamentais como ação específica de prevenção das violências. Promovem o reconhecimento e a desnaturalização de estereótipos de gênero que implicam práticas sexistas discriminatórias e violentas contra mulheres, meninas e dissidências sexuais, gerando consciência sobre a importância de modificar este tipo de comportamentos. As campanhas em particular têm avançado no uso cada vez mais frequente das redes sociais, mídia digitais e aplicações móveis. Isto amplia sua difusão, porém ao mesmo tempo supõe dificuldades em contextos de uma ampla brecha digital e de aumento dos custos para mantê-las em uso.

Entre as campanhas governamentais de sensibilização podemos identificar dois grandes grupos. Por um lado, as que têm uma abordagem integral, em tanto trabalham com múltiplos agentes e estratégias, e do outro, ações comunicacionais que difundem uma ou várias mensagens durante períodos de tempo limitados ou em datas comemorativas a modo de atividades fragmentadas entre si, cotadas em seu alcance e duração. As campanhas não se sistematizam ou avaliam, por este motivo é difícil

reconhecer seus logros ou os impactos que têm na modificação de normas sociais.

O Uruguai é um dos países que tem avançado no planejamento e execução de campanhas com abordagens integrais e mantidas no tempo, como [“Mi plan adolescente”](#), do Instituto Nacional das Mulheres. A campanha surge da [Estrategia Intersectorial de prevención del embarazo no intencional en adolescentes 2016-2020](#), e busca contribuir à prevenção da gravidez não intencional na adolescência desde um enfoque de direitos, gênero e diversidade, através da promoção do diálogo e a reflexão sobre a construção de projetos de vida diversos que questionem modelos tradicionais de gênero. Seu planejamento e implementação se baseiam em reconhecer que a gravidez não intencional em adolescentes no Uruguai é uma expressão e consequência da desigualdade social. Segundo a dependência executora, nas meninas e adolescentes menores de 15 anos, a gravidez está vinculada de algum modo de violência, já seja porque a gravidez é produto de uma violação ou relação abusiva, ou bem já que se relaciona com violências estruturais e múltiplas relacionadas com vulnerações de direitos, distintas formas de violência que obstaculizam seu pleno desenvolvimento.



NOVIÁZGOS LIBRES DE VIOLENCIA. 50 DÍAS DE REFLEXIÓN



A campanha Uruguiaia “Noviazgos libres de Violencia. 50 días de reflexión”, do Instituto Nacional das Mulheres, é uma ação coletiva a nível nacional que promove o envolvimento e a participação protagonista das/dos adolescentes. Sua execução já tem cinco edições e ainda continua vigente. Implica a realização de um evento de lançamento, a nível central, ações diversas de promoção de direitos e prevenção da violência baseada em gênero no âmbito das relações de namoro entre jovens, durante 50 dias, e uma atividade de DATAmento no contexto do dia 25 de novembro, Dia de Ação pela não violência para com as mulheres. Durante os 50 dias se levam a cabo atividades que vão desde oficinas de prevenção da VBG e de promoção de direitos em centros educativos, a mostras artísticas, recriação e criação de canções, produção de materiais audiovisuais, cartazes, intervenções urbanas, pinturas de murais, seminários, conversatórios, entre outras. Involucra a diversas instituições públicas e privadas, organizações comunitárias e prensa, de cada uno dos departamentos do país.

Cada edição da campanha escolhe uma consigna-etiqueta cujo fim é visibilizar e informar sobre os diferentes tipos de violência como uma manifestação da violência de gênero, e brindar informação da linha telefónica existente de apoio e assessoramento a mulheres em situação de violência. Ainda que está enfocada na violência doméstica ou de casal –e não se conta com avaliações de seus impactos–, aspectos relevantes desta iniciativa são sua continuidade no tempo e a priorização das e dos adolescentes e jovens como população chave para a transformação de normas sociais de gênero tendente à prevenção das violências.

Outro exemplo deste tipo de campanha é [“Impulsando cambios. Incidencia en medios de comunicación para enfrentar el hostigamiento sexual en entidades públicas de Huamanga \(Ayacucho\)”](#), desenvolvida entre 2013-2014 pelo Centro Emergência Mulher de Huamanga, dependente do Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis de Peru. Dessa forma a iniciativa [“Violência contra a mulher não dá frutos”](#) impulsada pelo governo de Pernambuco, Brasil, em 2014 com o objetivo de informar e orientar às mulheres rurais sobre a violência doméstica e familiar, através do diálogo em rodas de conversas realizadas pelas equipes da Secretaria da Mulher e as Organizações Municipais de Políticas de Mulheres. A campanha ofereceu assistência psicológica e social e orientação legal dentro de unidades móveis.

O Instituto Nacional das Mulheres de Costa Rica impulsionou a “Campanha contra el acoso sexual” com o Ministério de Obras Públicas e Transportes, a Defensoria dos Habitantes e a organização não governamental Peras do Olmo em 2016. Entre seus objetivos estava explicar o que é o assédio sexual nos espaços públicos, assim como informar sobre os lugares onde se devem interpor as denúncias e quais são as entidades que prestam apoio.

O segundo tipo de campanhas são aquelas que geram materiais comunicacionais

-cartazes, folhetos, etc., destinadas a um público geral, sem delimitar-se claramente os impactos que visam alcançar. Estas são a maioria das campanhas mapeadas, e se desenvolvem sob a assunção de que é possível prevenir as VBG brindando informação. Exemplo disto é “Señales de Alerta ante posibles situaciones de violencia contra Niños, Niñas y Adolescentes” do Peru, que é parte de um decreto executivo do Ministério de Educação -MINEDU e é veiculada através de uma cartilha com os sinais de alerta ante possíveis situações de violência contra meninos, meninas e adolescentes.

Também se registram iniciativas em torno às violências nos espaços públicos, que têm cobrado atenção governamental na última década. Exemplo disto é a Campanha [“Sensibilización sobre o assédio sexual no transporte coletivo”](#) em Belo Horizonte -Brasil, na qual mulheres integrantes da guarda civil entregam folhetos informativos. Também [“Código Acoso”](#), em Costa Rica e a Campanha [“El acoso callejero contra las mujeres es violencia”](#) do Paraguai. Outras campanhas desse tipo se instalam em eventos de concorrência massiva como os mundiais de futebol e os carnavais. Um exemplo, é o caso de “Respeita as Mina contra o assédio no Carnaval de Salvador” que desde 2019 se desenvolve em Salvador da Bahia, Brasil, a cargo da Secretaria de Política para as Mulheres do Estado de Bahia.

4.2.2 CAPACITAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

A capacitação do pessoal das instâncias públicas tem sido a estratégia dominante na maioria dos países da região em torno à prevenção das VBG. De igual maneira, também é frequente que esta estratégia se oriente a mulheres em situação de violência. Em ambos casos, se propõe ampliar o conhecimen-

to sobre o enfoque de gênero, as manifestações das VBG e seus impactos, em geral sem diferenciar substantivamente os conteúdos para um ou outro público. A maioria das propostas metodológicas estão centradas na transmissão de informação de maneira pontual e esporádica. Em menor medida só se adota o

³³ En Perú, la Ley para prevenir, sancionar y erradicar la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar -Ley N° 30364, en su artículo 46, compromete a los medios de comunicación, públicos y privados, a brindar espacios de la franja educativa del 10% de su programación para la difusión de campañas de prevención de la violencia contra las mujeres y los integrantes del grupo familiar.

formato de processos educativos mantidos ao longo do tempo que incorporam técnicas vivenciais ou outras alternativas pedagógicas.

A capacitação do pessoal estatal se orienta tanto aos funcionários/as públicos encarregados da formulação de políticas e programas, como a servidoras e servidoras públicas dedicadas à implementação das ações. Devido ao alto grau de rotação do pessoal, a débil institucionalidade de gênero e o caráter fragmentado das ações de capacitação, esta é uma estratégia de êxito incerto porém que sem embargo continua percebendo-se como necessária. A exemplo de iniciativas deste tipo são a “Escuela de Formación para la Igualdad Sustantiva” –EFIS, lançada em 2019 pelo Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la

Mujer, dirigida a pessoal de instituições públicas. Também experiências impulsionadas por governos estaduais como o Diplomado “Políticas de prevenção de violência de gênero dirigida a mulheres em situação de vulnerabilidade”, desenvolvido em 2019 pelo [Instituto de las Mujeres del Estado de San Luis Potosí de México](#), com o objetivo de fortalecer os conhecimentos e habilidades dos/das funcionários/as para incorporar em sua jornada institucional ações para a prevenção e atenção.

Em geral, o público objetivo das capacitações pode ser os e as operadoras do sistema judicial, as forças de segurança, o sistema educativo e jornalistas e meios de comunicação. No caso dos e as operadoras de justiça, a capacitação é uma estratégia para fortalecer o acesso à justiça das



LEY MICAELA



O único caso na região onde a capacitação tem se institucionalizado via uma lei é na Argentina. A Lei 27.499 “Ley Micaela” de 2019, estabelece a capacitação obrigatória na temática de gênero e violência contra as mulheres para todas as pessoas que desempenham a função pública nos poderes Executivo, Legislativo e Judicial da Nação, em todos seus níveis e hierarquias.

Esta Lei é fruto da mobilização social a partir do femicídio de Micaela García, violentada e assassinada em 2017 na província de Entre Ríos, por uma pessoa que, tendo sido condenada pelo abuso sexual de duas mulheres, estava em liberdade condicional por decisão judicial. Em seus artigos 6 e 7, a Lei encomenda ao Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade a responsabilidade de capacitar às “máximas autoridades” dos três poderes da Nação, oferecer acesso público e difundir um informe anual que dê conta de sua implementação.

As autoridades buscam através desta lei, implementar processos de formação integral que apórtem instrumentos para a identificação das desigualdades de gênero e elaborar estratégias para sua erradicação; transmitir ferramentas e (de) construir sentidos comuns, que questionem a desigualdade e a discriminação, e transformem as práticas sociais no desempenho laboral.

Os processos de capacitação estabelecem como objetivos: reflexionar sobre a necessidade de promover modos de organização institucional e políticas públicas com perspectiva de gênero; compartilhar ferramentas teórico-conceituais para identificar os processos que dão origem às desigualdades de gênero; sensibilizar sobre as múltiplas relações de poder entre os gêneros –em interseção com outras desigualdades– que se traduzem em obstáculos ao exercício pleno dos direitos; dar a conhecer o contexto normativo internacional e nacional vinculado ao gênero, diversidade e violências; e conscientizar sobre os tipos e modalidades de violências por motivos de gênero.

mulheres em situação de violência. Disto é exemplo o [“Programa estatal de capacitación y profesionalización integral”](#) implementado desde 2019 pelo Instituto de la Mujer en el Estado de Campeche (México), para capacitar a secretários de julgamento e juízes respeito dos mecanismos de supervisão e sanção às e os servidores públicos frente a incumprimentos de sua obrigação de aplicar a ordem jurídica correspondente em matéria de violência de gênero nos procedimentos judiciais. Também a iniciativa “Práticas de enfrentamento a violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça”, impulsionado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 2014.

Com respeito às experiências de capacitação a pessoal do sistema educativo, estas incidem na educação como campo privilegiado para a modificação das normas sociais de gênero. Um exemplo disto é o [“Programa de formación en educación para la igualdad y no discriminación entre mujeres y varones”](#) do Instituto Nacional das Mulheres de Uruguai (2016), que teve como objetivos sensibilizar sobre o papel do sistema educativo e de seus agentes para o acesso e o exercício dos direitos humanos e brindar ferramentas para a detecção e primeira resposta ante situações de violência de gênero no âmbito educativo. Trata-se de cursos presenciais e virtuais que se transmite através de diferentes plataformas.

Outras experiências enfocam os esforços em capacitar a docentes e pessoal educativo, com miras a produzir impacto na educação pública. Nessa direção está a experiência [“La Ruta participativa ¡De salto en salto a la violencia ponemos alto!”](#), impulsionada por instituições governamentais de Bolívia, Equador, Paraguai

e Peru, entre 2012 e 2018, no enquadre do Programa Regional ComVoMujer da Sociedade Alemã de Cooperação Internacional-GIZ.

A respeito da capacitação às forças policiais, Costa Rica, Equador e Nicaragua são mencionados no Terceiro Informe de Seguimento de MESECVI por ter reportado ações neste sentido. As forças policiais continuam sendo agentes chave na rota crítica para a atenção das VBG e a prevenção secundária, já que costumam ser a porta de entrada para a recepção das mulheres em situação de violência, e sua atuação tem sido identificada como um ponto crítico no processo. A revitimização e outras formas de violência institucional por parte destes agentes têm sido denunciadas de maneira sistemática fundamentalmente pelas organizações de mulheres e feministas. Também o Brasil tem proporcionado exemplos de capacitação à polícia para a atenção e prevenção das VBG, como o [“Projeto Integrar”](#) do estado de São Paulo. Entre 2017 e 2018, o estado levou a cabo, ações de formação a agentes da polícia civil que trabalham na atenção a mulheres vítimas de violência. Também no Brasil o projeto [“Polícia Civil por Elas”](#) de Santa Catarina, que impulsiona desde 2018 grupos de reflexão para homens sobre os modelos de masculinidade e suas consequências na geração de violência de gênero, assim como a formação de policiais civis para atender a problemática.

A estratégia de capacitação orientada a jornalistas e pessoal das áreas de comunicação dependentes da administração pública, por sua parte, busca promover a integração da perspectiva de gênero no tratamento de notícias e na geração de conteúdo. Como ocorre no caso de [“Comunicación y Género”](#), ini-

[ciativa del Instituto Sinaloense de las Mujeres](#), do estado de Sinaloa, México, que desde 2018 desenvolve oficinas dirigidos a jornalistas, abordando temas relativos a perspectiva de gênero, papéis e estereótipos de gênero nos meios de comunicação, linguagem inclusiva, direitos humanos das mulheres. Na Costa Rica também tem sido impulsadas iniciativas em esta direção: desde 2018 o programa de [“Fortalecimiento de capacidades para la comunicación orientada a la](#)

[prevención de la violencia”](#), do INAMU-Instituto Nacional das Mulheres de Costa Rica, mantém de maneira anual um processo de formação com pessoal de unidades de prensa e comunicação das instituições públicas integrantes do sistema nacional. Além disso se orienta a brindar ferramentas desde a perspectiva de gênero e direitos humanos, para que estas unidades apoiem nos processos de comunicação na promoção de uma cultura não machista.



ESCUELA ITINERANTE DE IGUALDAD SUSTANTIVA Y DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES INDÍGENAS Y AFROMEXICANAS

A Escuela Itinerante de Igualdad Sustantiva y Derechos Humanos de las Mujeres Indígenas y Afromexicanas iniciativa impulsada em 2018 pela Comisión Nacional de los Derechos Humanos de México, com o propósito de brindar maior cobertura à atenção desse grupo da população em situação de vulnerabilidade. Sua execução está encarregada pela Cuarta Visitaduría General, uma entidade especializada na proteção, defesa, promoção e difusão dos Direitos Humanos dos povos indígenas do país, e que tem entre seus objetivos “desenvolver tarefas de promoção, difusão, capacitação, proteção e defesa dos direitos humanos das mulheres e do princípio de igualdade, com o fim de eliminar as práticas de exclusão e discriminação e garantir o usufruto efetivo dos direitos humanos das mulheres.”

Esta Escola promove diplomados virtuais dirigidos a principalmente a funcionárias/os públicas/os que trabalham a matéria de igualdade substantiva, com o objetivo de fortalecer capacidades para a promoção e defesa dos direitos das mulheres indígenas e afrodescendentes em estados da República com altos índices de feminicídios. Também convocam a pessoas bilingües originárias de povos indígenas e afromexicanos e defensoras e defensores de direitos humanos das mulheres e dos povos e comunidades indígenas. Um exemplo é o Diplomado virtual 2019 o qual teve uma duração de 30 horas, ministrado em 9 módulos em 8 entidades federativas de 8 estados mexicanos. Os temas abordados incluíram: 1) Análise do Enquadre Jurídico dos DH das mulheres indígenas e a igualdade substantiva; 2) direitos econômicos, sociais e culturais; 3) Direito a uma vida livre de violência; 4) Direito à não discriminação; 5) Direitos políticos das mulheres; 6) Acesso à justiça para as mulheres; 7) Direitos dos grupos de atenção prioritária; 8) Interseccionalidade de discriminação e direitos humanos das mulheres; e 9) Responsabilidades estatais para a igualdade.

Esta instituição promove também o Diplomado Itinerante de Direitos Humanos de Povos e Comunidades Indígenas, que tem entre seus objetivos a transversalização de gênero, se enfocando em: promover uma cultura de respeito e não agressão entre as pessoas, tendo como base o diálogo para a resolução de conflitos, e fomentar entre os homens a revisão de sua masculinidade como base da convivência com as mulheres em planos de igualdade, baseada no respeito mútuo.

No Uruguai se desenvolveu o projeto [“Uruguay Unido para poner fin a la Violencia hacia Mujeres, Niñas y Adolescentes”](#) levado a cabo pelo Conselho Nacional Consultivo de Luta Contra a Violência Doméstica-CNCLVD e o Sistema Integral de Proteção à Infância e Adolescência contra a Violência – SIPIAV, que inclui um resultado específico para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais e a capacitação de operadores de meios de comunicação, a fim de incorporar a perspectiva de direitos humanos, gênero e gerações no tratamento da informação respeito da violência contra as meninas, meninos e adolescentes.

Por outra parte, algumas instituições estatais impulsionam capacitações para a prevenção dirigidas especificamente a mulheres, já seja em geral ou a sobreviventes de violência em particular. Em Costa Rica a partir do ano 2015 o [INAMU](#) tem promovido a formação e capacitação de grupos de mulheres indígenas em prevenção da violência, em modalidade de oficinas itinerantes ministradas por especialistas dos Centros de Atenção e Albergue, quem se deslocam

às comunidades.

Também no México se executam iniciativas de fortalecimento de capacidades em prevenção das VCMN dirigidas a mulheres indígenas, como o projeto [“Mujeres Abriendo Caminos”](#) impulsada desde 2019 pela Secretaria Estadual de Povos Indígenas e Afrodescendentes de Oaxaca, México. A proposta recorreu os municípios com população indígena e afro-mexicana, identificados com altos índices de violência, fornecendo oficinas de capacitação em prevenção às pessoas nas comunidades. Também capacitou a autoridades municipais e agrárias para a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e a atenção às violências contra mulheres e realizou um esforço por detectar através de atividades na ludoteca, casos de abuso sexual infantil e violência intrafamiliar. Outro exemplo deste tipo é a primeira [Escuela Itinerante de Igualdad Sustantiva y Derechos Humanos de las Mujeres Indígenas](#) dirigida a funcionários e funcionárias públicas e a mulheres indígenas, impulsada em 2018 pela Comissão Nacional de DDHH de México.

4.2.3 ATENÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: OS CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL E A PREVENÇÃO SECUNDARIA

A construção de “modelos integrais” de atenção às mulheres em situação de violência se menciona como necessidade e como avance para a maioria dos governos da região. Para isso, a estratégia principal tem sido o estabelecimento de centros de atenção nos que se concentram os recursos institucionais. Estes se localizam geralmente nas cidades capitais ou em principais cidades provinciais ou estaduais, e desde lá prestam serviços ao resto dos municípios. Consideram como prevenção

as ações que contribuem a fortalecer a autonomia pessoal e econômica das mulheres em situação de violência, em tanto poderiam evitar a repetição de episódios violentos. Concebem a prevenção em términos de prevenção primária, secundária e terciária, centrando-se fundamentalmente nas duas últimas.

Estes centros são modelos que se encontram instituídos desde antes do ano 2010. Em linhas gerais, costumam ser edificações públicas que contam com uma

série de serviços: atenção e recepção das denúncias de violência intrafamiliar –em alguns casos também atendem a adolescentes e meninos/meninas–; oferecer refúgio ou albergue a mulheres em situação de violência, com acompanhamento psicológico, legal e econômico; consultas sobre saúde sexual e reprodutiva; e às vezes proporcionar formações ou capacitações em ofícios. Alguns estão concentrados somente em um lugar, outros se encontram descentralizados e em mãos de governos provinciais ou municipais –especialmente nos estados federados–. Este modelo, que ainda é visto como a melhor alternativa de serviços integrados para as mulheres, tem a Cidade Mulher de El Salvador, em sua etapa original 2009–2012, como o exemplo mais acabado na região.

Os [Centros Emergencia Mujer-CEM](#) do Peru, parte do [Programa Nacional para la Prevención y Erradicación de la Violencia contra las Mujeres e Integrantes del Grupo Familiar- AURORA](#), se encontram entre os mais antigos; foram concebidos como serviços públicos especializados e gratuitos de atenção e prevenção da violência familiar e sexual. Em 1999 se registrou sua criação passando de 13 centros a 416 em 2022. Os serviços prestados compreendem informação legal, orientação social, defesa judicial e apoio psicológico; assim como ações de prevenção das violências e promoção de direitos das mulheres. Esta é uma das iniciativas de atenção e prevenção de mais longa duração e mais amplo alcance territorial registrada na região; ademais de contar com experiências sistematizadas e reconhecidas como boas práticas.

No caso do Paraguai o [Centro Ciudad Mujer “ÑandeKerayvoty Renda”-CCM](#), financiado pelo BID, promove a autonomia e empoderamento das mulheres através de serviços de saúde integral, apoio para o emprego e para iniciar ou melhorar em-

prendimentos próprios, além de assessoramento, contenção e assistência ante qualquer caso de violência. Por outra parte, também se conta com [“Ciudad Mujer Móvil de la Gente”](#) projeto do Ministério da Mulher financiado pela Entidade Itaipú Binacional. Recebe a contribuição dos governos, municípios e das instituições ligadas ao Sistema de Atenção a mulheres nos 17 departamentos do país, desenvolvendo ações de assessoria em direitos, assistência e contenção a mulheres em situação de violência, desenvolvimento de tarefas de autoestima, empoderamento, saúde integral da mulher, desenvolvimento de capacidades laborais e empreendimentos produtivos.

Por sua vez, a Honduras é o único país centro-americano que tem multiplicado a quantidade de centros de atenção inicial. Entre estes, [Ciudad Mujer](#) foi impulsado em 2016 pela Secretaria de Coordenação Geral do Governo de Honduras com financiamento do BID e de projetar ao início três centros, conta atualmente com seis a nível nacional (Choluteca, Choloma, Juticalpa, Tegucigalpa, a Ceiba, San Pedro Sula) e uma Cidade Mulher Móvil localizado em San Pedro Sula.

No Uruguai desde o 2011 existem Serviços de Atenção a mulheres a nível territorial, através de equipes móveis que articulam com redes locais e são uma primeira resposta ante situações de VBG em departamentos e em pequenas localidades. Estes serviços formam parte do Sistema de Resposta à Violência baseada em gênero do [Instituto Nacional de las Mujeres](#) do Ministério de Desenvolvimento Social. Na atualidade, há informação de 33 serviços de atenção funcionando em todo o país, com equipes especializadas em trata e exploração sexual, dispositivos de prevenção e uma linha telefônica –confidencial e gratuita– de orientação e consulta.



Ciudad Mujer-CM, um programa impulsionado pelo Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer no El Salvador, em 2009, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. O programa busca melhorar as condições de vida das mulheres salvadorenhas mediante a facilitação de serviços essenciais oferecidos por centros de atenção integral. O modelo aborda a brecha de gênero na participação econômica, a violência contra as mulheres e a saúde materna, articulando em um mesmo espaço físico a 18 instituições estatais para oferecer serviços de saúde sexual e reprodutiva, atenção à violência de gênero, empoderamento econômico, e cuidado infantil. Também inclui um componente de educação coletiva levado a cabo dentro e fora dos centros. Este modelo se usou como referência para replicar em outros países como México, Paraguai, Bolívia, República Dominicana e Honduras, ainda que não em todos os casos tem sido exitoso ou se tem logrado sua implementação efetiva. Em 2019 Cidade Mulher foi re-localizado sob a supervisão do atual Ministério de Desenvolvimento Local, e foi transformado em uma Gerência de Atención Integral para a Mulher, com seis centros de atención no território

Por sua parte, os [Centros de Atención y Formación Integral de las Mujeres de Venezuela](#), surgiram em 2013 para incidir na erradicação da violência contra as mulheres, através do que o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de gênero propôs como fortalecimento e formação da organização popular feminina e feminista. Ofereciam serviços de atenção psicológica, assessoria e assistência jurídica, facilitadoras integrais em prevenção de violências, consulta ginecológica, assessoria em elaboração de projetos socioproductivos, acompanhamento à organização das mulheres, promoção de atividades recreativas para a saúde integral das mulheres -atividade física e cultural-. Na atualidade, estes centros não se encontram em funcionamento.

Segundo o último Informe de seguimiento de MESECVI (OEA/MESECVI, 2020) o desfinanciamento, geralmente por câmbios de prioridades nos diferentes ciclos da gestão pública, e a falta de registro e sistematização das ações são dois dos grandes obstáculos para a consolidação destes serviços que, em seu momento, resultaram prometedores. A priorização das ações de atenção por sobre os componentes de prevenção primária e promoção de direitos continua

assim mesmo sendo um ponto crítico.

Muito além de trazer os serviços às comunidades, algumas experiências mapeadas focalizam no trabalho multigêntico e multinível para fortalecer iniciativas de prevenção das VBG, através da articulação intersetorial. Como exemplo deste tipo de trabalho é o projeto [“Mujeres pallaqueras por una vida libre de violencia”](#) impulsionado pelo Centro Emergência Mulher de San Antonio de Putina, Peru, em 2013. A experiência promoveu o reconhecimento das VBG que vivem as mulheres dedicadas à mineração artesanal, as que em suas comunidades se apresentam como “naturais” e em tanto imodificáveis. A partir disso, promoveram o empoderamento individual e coletivo destas mulheres. Também o Centro Emergência Mulher de Chota, Peru, desenvolveu em 2011 uma experiência de prevenção com mulheres evangélicas nazarenas, em pós de visibilizar e denunciar a violência familiar e sexual, a partir do trabalho com a comunidade, incluídos os pastores das igrejas. O projeto se chamou “Rompiendo el silencio”.

Outra das estratégias utilizadas no planejamento de experiências de prevenção é a formação e o trabalho das líderes ou promotoras comunitárias cujo eixo é que elas serão agentes de multiplicação, pes-

soas formadas que se convertem em referentes territoriais como agentes chaves de articulação entre instituições e comunidades. Assim é o caso do “Programa Defensoras y Defensores Comunales de Género”, lançado em 2014 pelo Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de gênero de Venezuela. Promoveu a desconcentração das ações buscando que em cada comunidade existam defensoras comunais capacitadas para tramitar fatos de violência com os entes e as organizações competentes. Entre os objetivos do programa geral, se propõe legitimar os saberes populares para a prevenção, abordagem e acompanhamento

às mulheres vítimas de violência

A riqueza deste tipo de iniciativas, que entre outras questões, contribuem ao diálogo e a articulação entre os governos e as organizações e grupos de mulheres, apresenta também numerosos desafios. Em algumas ocasiões supõe, frente à debilidade no acompanhamento e os obstáculos institucionais, uma delegação das obrigações estatais à sociedade civil. De igual maneira, a figura do “voluntariado” nas mulheres, tem sido denunciada também como invisibilização de seu trabalho e de seu aporte à manutenção de serviços cuja responsabilidade é governamental.

4.2.4 EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL

A educação e a educação em sexualidade têm sido objeto de numerosos esforços realizados pelos governos da região para a prevenção das VBG, desde uma multiplicidade de enfoques, alcances e escalas de intervenção, que vão desde programas nacionais até intervenções pontuais com caráter fragmentado entre si. Alguns exemplos de programas e ações neste âmbito:

No Uruguai, o “[Programa de Educación Sexual- PES](#)”, se implementa desde o ano 2008 em cada um dos quatro subsistemas educativos -Inicial e Primaria, Secundaria, Formação Técnico Profissional e Formação em Educação -, através do desenvolvimento de currículos específicos para cada nível, acompanhado por uma estratégia de formação de docentes com modalidade virtual. De igual modo

o “[Programa de formación en educación para la igualdad y no discriminación entre mujeres y varones](#)” fornece ferramentas conceituais e metodológicas para docentes para a detecção de VBG.

Na Costa Rica, o “[Programa de Estudio de Educación para la Afectividad y Sexualidad Integral. Tercer Ciclo](#)”, foi implementado a partir de 2017 no enquadre da visão “Educar para uma Nova Cidadania” pelo Ministério de Educação. Promove a equidade de gênero e toma em conta prioritariamente a promoção do pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades, para que estudantes de terceiro ciclo (7°-9° grados), entre as idades de 12 a 14 anos, possam construir condutas de proteção, não só durante o ciclo reprodutivo senão em toda sua vida, em um âmbito de respeito à pessoa.



EDUCACIÓN INTEGRAL EN SEXUALIDAD



Através da subscrição do Consenso de Montevideo sobre Población y el Desarrollo em 2013, o governo de México e outros países de América Latina se comprometeram a assegurar a implementação de programas de Educação Sexual para a Integridade desde a primeira infância e com um enfoque participativo, intercultural, de gênero e de direitos humanos.

A EIS é um processo de ensino e aprendizagem baseado em planos de estudos sobre os aspectos cognitivos, psicológicos, físicos e sociais da sexualidade. Seu propósito é aportar aos meninos, meninas e adolescentes conhecimentos baseados em informação científica e habilidades que lhes empoderem para desfrutar de saúde, bem estar e dignidade; impulsar relações baseadas no respeito e proteger seus direitos ao longo de sua vida.

Nesse contexto e pensando também no cumprimento dos ODS para o ano 2030, em 2018, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) levou a cabo na Cidade de México uma mesa de análise e reflexão sobre de Educação Integral em Sexualidade (EIS), com a finalidade de propiciar a análise da situação nesse momento e os desafios na matéria. Além do mais, contribui com o desenvolvimento de ferramentas e instrumentos, guias, orientações técnicas, manuais, infografias dirigidas a jovens e a pessoal educativo. Por outra parte, realizou oficinas de capacitação destinados a mais de 3,000 docentes e diretivos educativos de diferentes entidades federativas, entre outras iniciativas.

Durante o contexto de pandemia por COVID-19, se está implementando um projeto enfocado ao desenvolvimento e colocação em funcionamento de uma plataforma digital de EIS que possa chegar a todo México e América Latina, denominada PARESS. Esta plataforma gratuita inclui 36 módulos sobre EIS dirigidos a jovens de 12 a 18 anos, mães e pais, replicadores, pessoal de saúde, docentes e estudantes universitários; são 27 infografias que se traduzirão a 15 línguas indígenas; 1 guia pedagógica e 50 vídeos. A EIS está respaldada pela Constituição Política do México. No ano 2019, se publicou uma modificação no Artículo 3 para incluir a educação sexual como um direito e em tanto como uma obrigação para os garantes de direitos.

Em Cuba, a prevenção das VCMN no âmbito educativo tem sido abordada no enquadre do [“Programa de Educación de la Sexualidad con Enfoque de Género y Derechos Sexuales”](#). a iniciativa, implementada desde 2011, mostra a inclusão de temas relacionados à ESI e a saúde sexual e reprodutiva no currículo escolar em todos os níveis: pré-escolar, primaria, especial, secundaria básica, pré-universitário, educação técnica e profissional, adultos e formação do pessoal pedagógico do Ministério de Educação.

Em El Salvador, a pesar de não existir um programa como tal, a [Educación Integral de la Sexualidad](#) tem contemplado o desenvolvimento de numerosas ações na última década, como a atualização curricular nos níveis educação inicial, parvulária, básica e média. Inclui assim mesmo a capacitação dos e das docentes com o objetivo de que possam orientar aos estudantes sem preconceitos. O que se busca é prevenir a gravidez

de meninas e adolescentes e a violência sexual. Apesar de que a EIS está presente na normativa salvadorenha, as resistências de setores conservadores a sua plena institucionalização continuam sendo um obstáculo.

O México, por sua parte, tem impulsado o [“Programa de Educación en EIS para la familia, padres y madres en el contexto escolar, bajo el Modelo de familia, cultura de paz y habilidades socio emocionales para la prevención y erradicación de la violencia”](#). Também, a iniciativa “Transversalización de la perspectiva de género en el currículo escolar”, impulsada pela Secretaria de Educação Pública, que se propõe desde o início da década, revisar os conteúdos do currículo escolar com o fim de detectar conteúdos e elementos que fomentam e justificam a discriminação e as VCMN. Outra iniciativa é o projeto [“Abriendo Escuelas para la Equidad”](#) do Instituto das Mulheres, que consiste na abertura sabatina das

escolas para realizar atividades com o objetivo de prevenir, atender e diminuir a violência de gênero. Entre as ações desenvolvidas se encontram propostas artístico-culturais, projetos esportivos, de comunicação e formativos. A fase piloto se levou a cabo, a partir de seu lançamento em 2009 e até fins de 2012, em 119 centros escolares de educação secundária de 20 municípios, em 5 Estados.

Na Argentina, a Lei 26150 estabelece a [Educação Sexual Integral \(ESI\)](#) como um direito de meninas, meninos, adolescentes, jovens e pessoas adultas a receber educação sexual em estabelecimentos educativos públicos e privados. A Lei se regulamenta através do Programa Nacional de Educação Sexual Integral

que coordena o planejamento, a implementação e avaliação da ESI em todas as jurisdições do país desde 2006. A ESI se define como um espaço sistemático de ensino e aprendizagem que promove saberes e habilidades para a toma de decisões conscientes em relação ao cuidado do próprio corpo, as relações interpessoais, o exercício da sexualidade e os direitos de meninas, meninos e adolescentes. De tal modo, se constitui na principal ferramenta de prevenção de todo tipo de violência de gênero desde o âmbito educativo, em particular as violências e abusos sexuais. Trabalha em articulação com o Plano Nacional de Prevenção da Gravidez não Intencional na Adolescência (ENIA).



PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL



Na Argentina, o Programa Nacional de Educación Sexual Integral foi criado pela Lei 26150, sancionada em 2006, com o propósito de garantir o direito a receber educação sexual integral em todos os estabelecimentos educativos do país, de gestão estatal e privada, em todos os níveis e modalidades.

El Programa Nacional de Educación Sexual Integral coordena o planejamento, a implementação e avaliação da ESI em todas as jurisdições do país; definindo à Educação Sexual Integral como um espaço sistemático de ensino e aprendizagem que promove saberes e habilidades para a toma de decisões conscientes em relação com o cuidado do próprio corpo, as relações interpessoais, o exercício da sexualidade e os direitos de meninas, meninos e adolescentes. Por tanto, se constitui na principal ferramenta de prevenção de todo tipo de violência de gênero desde o âmbito educativo, em particular as violências e abusos sexuais.

Desde a sanção da Lei 26.150 de Educación Sexual Integral, o Ministério de Educação da Nação vem realizando ações para seu efetivo cumprimento. Como parte da estratégia se elaboraram e distribuíram materiais educativos a todas as jurisdições. Entre 2009 e 2016 se distribuíram 2.400.000 de exemplares de posters e folhetos de sensibilização, 1.620.000 cadernos ESI (para todas as modalidades incluindo guias para o desenvolvimento institucional), 8000 cartazes de ESI em braille, entre outros produtos. A nível audiovisual se realizaram 28 capítulos para TV e 13 curtas de ESI, entre outros.

Além disso, se somam materiais audiovisuais como sequências didáticas, programas de televisão, e vídeos que recolhem experiências concretas de escolas que vêm trabalhando em distintas províncias. Os materiais incorporam língua de sinais e áudio descrições para favorecer sua acessibilidade.

Por outra parte, se realiza formação docente permanente com capacitações virtuais e presenciais, que têm o objetivo de garantir a contextualização e adequação da proposta, e o fortalecimento de perfis de especialistas em ESI no âmbito local. Entre 2009 e 2017 se realizaram um total de 22 cursos virtuais com 50.983 docentes inscritos/as e se capacitou em 44.750 escolas de todo o país com um alcance de 116.550 docentes.

Em 2016, e a partir da sanção da Lei 27.234, começou a ser implementada a jornada Educar em igualdade na maior parte das jurisdições do país. Consiste em uma jornada anual nas escolas de todos os níveis e modalidades, com o objetivo de contribuir a que alunos, alunas e docentes desenvolvam e afiancem atitudes, saberes, valores e práticas que promovam a prevenção e a erradicação da violência de gênero. Para isso se elaborou a cartilha “Educar em igualdade” que oferece orientações e propostas didáticas em torno à violência de gênero.

Fonte: Faur, Eleonora (2018) “El derecho a la educación sexual integral en la Argentina. Aprendizajes de una experiencia exitosa”, UNFPA - Ministerio de Educación de la Nación



PLAN NACIONAL DE PREVENCIÓN DEL EMBARAZO NO INTENCIONAL EN LA ADOLESCENCIA (ENIA)



O Plan Nacional de Prevención del Embarazo No Intencional en la Adolescencia (ENIA) se leva a cabo na Argentina desde 2017, e foi pensado e desenvolvido entre os Ministérios de Desenvolvimento Social, Saúde e Educação, com o aporte de organizações relevantes da sociedade civil.

O objetivo desta articulação é prevenir os gravidez não intencionais na adolescência. Neste sentido, se trabalha para garantir os direitos dos e das adolescentes ao acesso gratuito de métodos anticoncepcionais, a educação sexual integral e assessorias nas escolas, o aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva e atividades de promoção comunitárias. O Plano ENIA é a primeira política pública em Argentina na qual se apresenta uma intervenção integral e intersetorial sobre a gravidez não intencional na adolescência. Entre suas metas se encontram: sensibilizar sobre a importância de prevenir a gravidez não intencional; potenciar o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos na adolescência; e brindar informação sobre saúde sexual e reprodutiva e métodos anticoncepcionais em forma gratuita nos serviços de saúde.

Este plano está se implementando nas 12 províncias do país onde a taxa de gravidez não intencional adolescente é mais alta. Desde então se capacita a assessores/as, conselheiros/as, docentes e pessoal de saúde para levá-lo adiante.

A implementação do Plano começou formalmente a mediados de 2017 com a definição de aspectos orçamentários e arranjos institucionais e de gestão nacional. O trabalho a nível provincial se iniciou em 2018 com o armado dos doze planos operativos provinciais, e as definições para o funcionamento articulado dos dispositivos e as prestações ao alcance dos /as adolescentes. Durante o primeiro semestre de 2018, se trabalhou na instalação do plano a nível subnacional, através da formulação dos planos operativos provinciais, uma vez culminadas as visitas às províncias e a elaboração dos planos operativos, começou a implementação de alguns dos dispositivos. A partir de Janeiro de 2019, o Plano começou a ter uma implementação plena, com todos os dispositivos em funcionamento em todas as províncias.

Segundo dados do Governo da Nação Argentina, a fins de Julho de 2019, o Plano pode reportar a dispensa de 33.392 métodos anticoncepcionais de longa duração a meninas e adolescentes nos trinta e seis departamentos priorizados das doze províncias. Em total, foram 25.214 gravidezes não intencionais foram evitadas em meninas e adolescentes e 29.968 adolescentes resultaram efetivamente protegidas do risco de ficar grávidas.

4.2.5 AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS MULHERES

A década dos anos 2010 iniciou com importantes avances em matéria de políticas públicas para a igualdade de gênero, consideradas relevantes para prevenir e reduzir as violências contra as mulheres. Não obstante, um estudo de ONU Mulheres (2017) apresentava sua preocupação em torno à sustentabilidade dos avances no empoderamento econômico das mulheres, constatando alguns obstáculos: a desaceleração econômica experimentada pela região desde o ano 2010 assim como os câmbios nas dinâmicas e estrutura dos lares; as situações de violências vividas pelas mulheres em diferentes âmbitos; e o maior tempo que as mulheres dedicam ao

trabalho doméstico e dos cuidados, comparadas com os homens.

Neste contexto, a geração de ingressos próprios por parte das mulheres resulta fundamental tanto para contribuir a seu desenvolvimento pessoal, como para romper com a dependência econômica que se apresenta como obstáculo determinante para sair de situações de violência. Nesse sentido é que são consideradas propostas de prevenção das VBG. Seguindo a mesma direção, se registram experiências que oferecem microcréditos ou subsídios para empreendimentos e transferências monetárias para possibilitar estudos, formação em ofícios ou microempresen-

tos. As destinatárias são mulheres em geral ou mulheres pertencentes a grupos considerados de maior vulnerabilidade – afrodescendentes, rurais, migrantes–.

Algumas experiências, oferecem ademais capacitação ou assessoria técnica para o desenvolvimento dos empreendimentos. Alguns programas, ademais, promovem a formação das mulheres em empreendedorismo, facilitando o acesso a outros serviços estatais, especialmente se encontram-se em situação de violência. A maior parte destes esforços se levam a cabo através da articulação de várias instituições, seja como parte das políticas de proteção social o desde os sistemas nacionais para o avanço da mulher.

Um exemplo de programa de microcréditos é “Mulher Cresce” do 2018 do [Instituto de la Mujer del Estado de Campeche, México](#). Está dirigido a mulheres chefas de família com atividade de negócios. Consiste em créditos de curto prazo, para capital de trabalho e de financiamento para ativos produtivos. Promove o “empoderamento integral”, mediante a integração de capacitação sobre direitos humanos e prevenção das violências contra as mulheres e sobre competências profissionais em educação financeira e vinculação com a Rede de programas com os que conta o estado de Campeche.

Na direção similar se encontra o “Apoio

que gere empoderamento econômico e patrimonial nas mulheres vítimas de Violência de Gênero” do estado mexicano de Chiapas, o qual oferece créditos ou subsídios estatais a mulheres que têm sido vítimas de VBG para que melhorem sua situação econômica. O programa funciona desde 2019 no enquadre da [CONAVIM](#) – Comisión Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia Contra las Mujeres –. Junto com o apoio econômico e a capacitação às destinatárias, se realiza um diagnóstico sobre violência patrimonial das mulheres, gerando indicadores, mapas e estadísticas, que alimentam a informação do Banco Estatal de dados e Informação sobre casos de Violência contra as Mulheres a cargo da Secretaria de Igualdade de gênero de Chiapas.

Iniciativa semelhante é [“Emprendedoras solidarias para enfrentar la violencia familiar”](#), um projeto do 2012 do Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis de Peru, que busca promover a autonomia econômica das mulheres na província do Callao. Está dirigido a mulheres vítimas de violência, proporcionando capacitação e assessoria técnica e empresarial através da figura de Facilitadoras em Ação de Guiçhê, incidindo na geração de alianças com instituições e o apoio para o comércio.

Outros programas na região, de modo mais restrito, desenvolvem ferramentas



PROYECTO MARGARITAS



O projeto “Margaritas. Beneficiar a trabalhadoras rurais para dotar de informação e conhecimentos que proibam a violência e conduzam à autonomia econômica”, impulsado desde 2016 pela Secretaria de Políticas para a Mulher do estado da Bahia, no Brasil, em aliança com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, buscou beneficiar às trabalhadoras rurais e proporcionar informação e conhecimentos que parem a violência e conduzam à autonomia econômica. Através das Rodas de Diálogo as participantes intercambiam experiências, recebem orientação sobre como abordar a violência, os lugares de atenção e quê fazer em caso de agressão. Ademais, a experiência levou a cabo um Mapeio de Grupos Produtivos de Mulheres e proporcionou apoio para a comercialização de produtos que se realiza em feiras agrícolas e agroecológicas, mercados, porta a porta, restaurantes, festivais e programas governamentais.

para o apoio de microempresárias, em situação ou não de violências baseadas no gênero como o portal m “[Dominicanas Emprenden](#)”, impulsionado pelo Ministério da Mulher de República Dominicana em 2017. Também a iniciativa “[São Paulo Afroempreendedor](#)” do Brasil, impulsionado em 2016 através de uma aliança entre Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o Instituto Quintessa e o Instituto Firgun, o qual concede microcréditos a mulheres empresárias afros, através do Fundo Periferia Empreendedora.

Por outra parte, se encontram experiências cujas estratégias se enfocam em grupos específicos, como o Programa “[Fomento de la mujer rural de la ciudad de Medellín](#)”, Colômbia, que promove o estabelecimento de hortas caseiras e o fortalecimento de empresas sociais com enfoque de gênero e trabalho associativo para a segurança alimentaria nos lares rurais com chefatura feminina. Em seus materiais de difusão explicitam a estratégia

geral da Área de autonomia econômica para as Mulheres, a qual trabalha junto à Área de participação Social e Política (na qual se inscreve o programa mencionado), involucrando em todos seus projetos a prevenção da violência de gênero e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Uma perspectiva diferente se observa em programas que proporcionam incentivos econômicos para favorecer a inserção laboral das mulheres em situação de vulnerabilidade. um exemplo, é o programa de Argentina “Ellas Fazem”, iniciado em 2013, que proporciona um ingresso econômico às mulheres a câmbio de finalizar seus estudos e capacitações específicas vinculadas com gênero, prevenção de violência, e promoção de direitos de família, o que favorece a abordagem integral das situações das mulheres incorporadas ao programa. Além disso, promove a conformação de cooperativas de trabalho, capacitação em ofícios, e oficinas.

4.2.6 TRABALHO COM HOMENS E MASCULINIDADES

Na última década se registram crescentes esforços por trabalhar com homens que exercem ou têm exercido violências para com uma parceira ou ex parceira. São iniciativas que têm buscado promover a modificação de comportamentos

que afetam gravemente a qualidade de vida e os direitos das mulheres. Embora, seu alcance reduzido –em geral a homens judicializados– e sua intervenção uma vez que a violência já tem se instalado são as principais críticas a estas propostas.



ESCUOLA DE DESAPRENDIZAJE DEL MACHISMO

EL MACHISMO
MATA MÁS QUE EL
CORONAVIRUS



A “Escuela de Desaprendizaje del machismo”, de Colômbia, é uma iniciativa desenvolvida no quadro do Movimiento Nacional de Desaprendizaje del Machismo lançado em 2019 pela presidência do país. A iniciativa é um dos resultados da campanha quadro #IgualdadES, planejada pela União Europeia em Colômbia, buscando promover a reflexão sobre os estereótipos de gênero no público jovem. A Escola Nacional conta com uma enquete online com 10 perguntas que permitem medir o nível de machismo em cada pessoa, assim como também produtos audiovisuais de sensibilização sobre o tema.

De igual maneira, promove a capacitação de funcionárias e funcionários públicos das Delegacias de Família, Polícia Nacional, Procuradoria Geral da Nação, prefeituras e governos estaduais, operadores e operadoras da Línea 155 e mulheres das organizações sociais. A prioridade para esta formação foram os departamentos que reportam os maiores índices de violência contra a mulher. O manual didático tem sido elaborado pela Universidade EAM (conhecida até 2006 por essa sigla, Escola de Administração de Negócios).

A iniciativa se propõe dar uma ampla difusão nos diferentes territórios colombianos, buscando superar comportamentos que atentem contra a equidade e o empoderamento das mulheres, através de mecanismos de capacitação sobre gênero que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres.

O fim principal nas políticas públicas que trabalham com homens agressores é o de reeducar e reabilitar os comportamentos violentos e construir comportamentos mais assertivos a respeito de suas relações com as mulheres. O foco das ações continua sendo o das violências nas relações de casal heterossexuais, como o programa [“Oye varón: aprende a vivir sin violencia”](#), que oferecia apoio psicológico a homens para que superem sua condição de agressores impugnando o machismo como a raiz do problema. A iniciativa foi lançada em 2012 pela Municipalidade de Lima, Peru. Na província de Córdoba, Argentina, atualmente se conta com o [“Centro Integral de Varones en situación de Violencia en la ciudad de Córdoba”](#) que assiste e avalia aos homens que exercem violência contra parceiras ou ex parceiras. O Centro oferece capacitações e oficinas de desconstrução de masculinidades e de mandatos patriarcais. Uma aposta similar é a do [“Dispositivo de Atención a Varones”](#), impulsionado pelo Ministério de Cidadania da província de Neuquén, que desde 2018 trabalha sobre a desmontagem de condutas violentas adquiridas desde uma perspectiva psicológica, social e educativa. A proposta é prevenir a reincidência das condutas agressivas em homens.

Outro programa governamental deste tipo é o implementado no âmbito do [“Centro de Intervención Conductual para Hombres”](#) da Procuradoria do Distrito Nacional de República Dominicana. O centro impulsiona capacitações sobre condutas violentas a homens que têm sido denunciados por VBG, e presta orientação sobre a procura de alternativas conciliadoras frente a conflitos com a parceira. No México, por sua parte, desde o ano 2010 se impulsiona o [“Programa de Reeducción para Víctimas y Agresores de Violencia](#)

[de Pareja”](#) a nível nacional. De igual modo, conta com iniciativas estaduais como os [“Centros Especializados para la Erradicación de las Conductas Violentas”](#) (CECOVIM) em Guadalajara, que, ademais de oferecer oficinas para homens agressores, desde 2017 se dirigem a mulheres e homens jovens, com o objetivo de prover ferramentas para a prevenção das violências em suas relações afetivas.

Al igual que em outros países, em Brasil as abordagens sobre masculinidades focalizam também maioritariamente nos homens agressores. Como é o caso do Programa [“Homem que é homem. Reflexão e responsabilização dos homens perpetradores de violência doméstica e familiar contra as mulheres”](#) impulsionado em 2015 pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Assim busca promover processos de educação e reabilitação de homens agressores através da metodologia do grupo reflexivo, similar ao usado pelos Alcoólicos Anônimos. De igual maneira, o [“Programa de Reeducação familiar”](#), implementado desde 2016 em colaboração com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania e a Procuradoria do Estado de São Paulo. Nestes programas, a prevenção se circunscreve em evitar a reincidência da violência contra as mulheres no âmbito familiar.

Mas além deste tipo de abordagens, ainda de maneira incipiente, porém com mais força nos últimos anos, nos encontramos com ações que visam o trabalho com homens e sobre masculinidades, em pós de transformar condutas e crenças que mantêm as VBG. Exemplo disto são os grupos de reflexão e/ou terapêuticos, as capacitações ou as oficinas de sensibilização. Estes se orientam fundamentalmente à população masculina em geral. Também se desenvolvem desde enfoques

muito diversos; ao igual que com outras temáticas abordadas, não se conta com informação sobre suas metodologias, resultados ou impactos.

Algumas destas experiências questionam os mandatos de masculinidade relacionados com a criação, a paternidade e a saúde sexual e reprodutiva, como estratégia para a prevenção das VBG. Sendo assim o caso da iniciativa “[Machista en Rehabilitación](#)” uma plataforma virtual interativa impulsada pelo Instituto Nacional das Mulheres de Costa Rica com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA. Fornece recursos didáticos, artigos informativos, teste de autoaplicação, com o objetivo de desvelar os mitos e preconceitos da cultura machista em geral. Tem três conselhos

para o câmbio nas masculinidades dirigidos ao âmbito do casal/namoro, às paternidades, e outro mais geral denominado “Guía para Hombres Valientes”. Também em dito país, desde sua Política Nacional de Prevenção da Violência contra as mulheres (PLANOVI 2017-2032) se propõe o programa “[Promoción de masculinidades para la igualdad y la no violencia](#)”, consistente em prover capacitações e realizar campanhas de comunicação. Como parte da mesma iniciativa se desenvolve o Curso de capacitação “Construcción de masculinidades igualitarias y prevención de la violencia”, dirigido a funcionários públicos homens, que busca oferecer o enquadramento teórico e metodológico para a aplicação do programa antes mencionado.



HOMBRES POR LA IGUALDAD



Hombres por la Igualdad é uma estratégia comunitária do Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables de Perú (MIMP) que se leva a cabo desde 2017, com o objetivo de que os homens sejam protagonistas do câmbio frente à violência de gênero.

Este coletivo impulsiona o ativismo comunitário através de conversas e oficinas lideradas por profissionais do Centro de Emergência Mulher. Está dirigido a homens entre 16 e 59 anos. Através de metodologias participativas e vivenciais se busca cambiar aquelas crenças e atitudes que naturalizam, justificam, perpetuam e reproduzem a violência para com a mulher e os integrantes do grupo familiar. Uma vez por semana, grupos de entre 15 e 20 homens se reúnem para conversar sobre a igualdade entre homens e mulheres, sobre estereótipos de gênero, o machismo, as tarefas do lar, a criação, e em geral, os compromissos que devem assumir os homens para erradicar a violência contra a mulher. Desta maneira se espera que os homens tenham um câmbio de crenças e atitudes que lhes permitam reflexionar e conhecer alternativas não violentas para afrontar as diversas situações da vida cotidiana.

A intervenção tem um enfoque comunitário: participam funcionários, sociedade civil, organizações sociais e autoridades locais. Estas reuniões buscam formar coletivos de homens que desenvolvam um ativismo comunitário que logo os leve a realizar conversas, oficinas, atividades que ajudem a desconstruir as crenças e atitudes que reproduzem e justificam a violência contra a mulher. Ademais, foi criado aconselhamento masculino por telefone, através do Chat 100, que são fornecidas por especialistas. Vários líderes comunitários são convocados pelo MIMP para que estes chamem a outros para assistir às sessões grupais.

Para 2021 segundo dados do MIMP, o programa chegava a 142 distritos e 66 províncias das 25 regiões do país, tem sensibilizado a mais de 180.000 homens, e capacitado a mais de 2500 líderes comunitários, quem fomentam uma vida baseada no respeito e a igualdade de gênero.

No Peru se implementou durante 2014 a iniciativa [“Involucrando a los varones en la prevención de la violencia de género”](#), que se propôs formar líderes desde os Centros Emergência Mulher- CEM com uma metodologia vivencial e participativa. Desde o ano 2017, se desenvolve o programa [“Hombres por la Igualdad”](#), uma estratégia comunitária do Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis-MIMP que conta com o programa estratégico “Entre patas”, um espaço de reflexão onde homens voluntários e especialistas ensinam a outros homens como controlar suas emoções, enfrentar

e resolver conflitos cotidianos na vida de casal e como padres.

No Uruguai, o programa [“Género y Masculinidades”](#), impulsado pelo Instituto Nacional das Mulheres em 2015, teve como objetivo geral incorporar um enfoque de novas masculinidades nas políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para o qual se realizaram formações às equipes técnicas e logo se elaborou um manual com insumos referidos à expressão das masculinidades nos programas e ações desenvolvidas no quadro do mencionado ministério.

4.3 EXPERIÊNCIAS IMPULSADAS POR AGÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

O relevamento realizado sobre experiências de prevenção das VBG nos últimos 10 anos na América Latina e o Caribe Hispano identifica uma forte presença das agências do Sistema de Nações Unidas, em particular UNFPA, ONU Mulheres, PNUD, UNICEF e em menor medida, ACNUR, OIM, OPS/OMS e UNESCO. Estas agências cumprem um papel triplo em torno às experiências de prevenção. Em primeiro lugar, desenvolvem programas, projetos ou campanhas. Também prestam apoio, assessoramento técnico e impulsionam ações em confluência com outros agentes, sejam públicos ou privados, como organizações sociais. Em terceiro lugar, financiam propostas e proporcionam acompanhamento o qual permite não só contar com recursos mas também outorgar legitimidade às iniciativas frente a certas instituições.

As agências de Nações Unidas assumem como mandato e tarefa essencial para cumprir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a transfor-

mação de normas sociais para alcançar a igualdade de gênero. Al igual que ONU Mulheres, UNFPA reconhece que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e as meninas contribuem de forma decisiva à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas, para dessa maneira eliminar o controle e poder dos homens sobre as mulheres e a tolerância para com a violência contra as mulheres e meninas.

As agências do Sistema de Nações Unidas têm sido usina na produção de conhecimentos e materiais que têm contribuído à investigação e sistematização de informação, debates e ferramentas para orientar a implementação de políticas públicas baseadas em evidência sobre a violência contra a mulher. A disponibilidade e seu uso é uma das linhas estratégicas de ação que a Organização Mundial da Saúde determinou para sua Estratégia e Plano de Ação sobre o fortalecimento do sistema de saúde para abordar a violência contra a

mulher 2015-2020 (OPS/OMS, 2015).

Com esta produção de conhecimentos vem sendo impulsionado durante a década o reconhecimento dos avanços e desafios para a implementação de abordagens integrais das VBG, e tem se sistematizado e compartilhado boas práticas. Igualmente tem sido apontado temas relevantes que não tinham merecido suficiente atenção e tem sido postas à disposição guias ou linhas de ação para intervir em situações concretas desde uma perspectiva de gênero e de direitos humanos. Neste campo, as conceitualizações, ênfase e perspectivas se mostram como um campo dinâmico e heterogêneo.

Um exemplo sobre o mencionado anteriormente são os estudos levados a cabo por várias agências de Nações Unidas, no contexto da iniciativa [Spotlight: Práticas](#)

[prometedoras en la respuesta a la violencia contra niñas y mujeres con discapacidad en América Latina y el Caribe Hispano \(2021\)](#); [Prácticas prometedoras y modelos interculturales replicables para prevenir y responder a las violencias contra las mujeres, jóvenes y niñas indígenas en América Latina y el Caribe \(2021\)](#); [Programas con hombres que han ejercido violencia basada en género en América Latina y el Caribe Hispano \(2021\)](#) y [Capacidades estatales y brechas de atención en los servicios esenciales para mujeres y niñas que sufren violencia \(2020\)](#).

A continuação, se resumem algumas experiências de prevenção das VBG impulsionadas por estas agências na última década, ordenadas segundo a estratégia principal utilizada.

GRÁFICO Nº 8

ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELAS AGÊNCIAS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS



Fonte: Elaboração própria em base a 668 experiências relevadas, 2021.

4.3.1 SENSIBILIZAÇÃO E CAMPANHAS

As campanhas e ações de sensibilização buscam contribuir à transformação de normas sociais, o questionamento às masculinidades hegemônicas e namoros violentos, entre outros temas que abonam à prevenção das VBG. O mapeio inclui campanhas globais implementadas também em nossa região ou campanhas a nível nacional. Por exemplo, a campanha [He forShe](#), lançada na América Latina em 2015, era parte de um movimento global para comprometer a pessoas de todas as idades, e em particular aos homens, na luta pela eliminação da violência e a desigualdade de gênero. Assim propôs a assinatura de um compromisso como agentes de câmbio pela igualdade de gênero, que involucrou a personalidades da cultura, da política, do esporte e do mundo empresarial. A nível coletivo, se promoveram as adesões de instituições de governo, empresas e universidades. Na América Latina, México tem sido o país no qual a campanha há obtido maior alcance e impacto.

Outro exemplo é a campanha [“Prevención de Noviazgos Violentos: Ni Una Más”](#) de UNFPA Bolívia, lançada também em 2015. Consistiu em oficinas de sensibilização em escolas secundárias e a difusão de mensagens através de redes sociais, com o objetivo de contribuir a fortalecer a autoestima de jovens e adolescentes como condição imprescindível para evitar círculos de violência com seus parceiros, e a identificação precoce destas violências. A campanha se coordenou com 12 governos municipais. As mensagens se localizaram também como gigantografias em edifícios públicos para multiplicar seu alcance.

Na República Dominicana, impulsada

pela oficina país de UNFPA em 2018, se impulsionou a campanha [“Amor es Sin Violencia”](#), que busca contribuir à desmontagem das crenças que responsabilizam às mulheres das violências que se exercem contra elas. A iniciativa difundiu um teste em linha que permite a usuários e usuárias avaliar seus riscos de violência no namoro, contestando à pergunta: Você está em uma relação violenta?, e um instrumento chamado violentómetro que anima a identificar escalas de violência e graus de perigosidade para as mulheres em suas relações de casal. Deste modo, a campanha difunde os serviços de atenção aos quais se pode recorrer ante estas violências.

A prevenção do abuso sexual infantil tem sido foco de campanhas nacionais, como [“La prevención empieza por casa”](#), iniciativa de UNICEF em Nicaragua, em 2017. Esta proposta articulou suas ações com o Ministerio de la Familia, Niñez e Adolescência, partindo da constatação que a maioria dos delitos sexuais ocorrem no lar e por uma pessoa conhecida pela vítima. Busca promover a escuta dos meninos e meninas e o reconhecimento de suas vivências, para combater a impunidade e o silêncio. Também este tema é o abordado por [“Ñañangareko: Una niña embarazada es una niña abusada”](#), impulsada por UNFPA em 2020 no Paraguai. Este é um esforço de articulação de quatro ministérios, que destaca os graves efeitos na saúde e o desenvolvimento de meninas e adolescentes da gravidez precoce assim como do abuso infantil. Esta situação tem consequências que afetam o desenvolvimento dos países, perpetuando o círculo de pobreza e violência. Ñañangareko propõe forta-

lecer às famílias em seu papel de garantes de direito de meninas e adolescentes e às comunidades na prevenção do abuso sexual e da gravidez adolescente. De igual maneira, a campanha promove o envolvimento da cidadania através da denúncia de qualquer caso de abuso aos serviços nacionais existentes.

Por sua parte, em Argentina encontramos a campanha [#SinMochilas](#), impulsada pela Iniciativa Spotlight, com o acompanhamento do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade e a Secretaria Nacional da Criança, Adolescência e Família do Ministério de Desenvolvimento Social da Nação. Foi apresentada em 2020, e busca visibilizar a forma em que os mandatos de gênero estão presentes desde a socialização na infância e contribuem a normalizar a violência para com mulheres, meninas e população LGBTTIQ+. Os mandatos de

gênero são a mochila que carregamos sobre a qual se promove a reflexão para questionar os estereótipos de gênero.

Também as agências do Sistema de Nações Unidas têm impulsado nos últimos anos iniciativas de sensibilização que utilizam as novas tecnologias e, em particular, ferramentas de software ou inteligência artificial como dispositivos para impulsar a modificação de normas sociais. É o caso da Plataforma [“Entre Nos, se vale preguntar!”](#), desenvolvida em 2020 por UNFPA o Salvador. Busca que adolescentes, especialmente homens, possam conversar sobre masculinidade, namoros, emoções, relações de gênero, temas que atravessam sua vida cotidiana e sobre os quais em geral não se fala. Entre Nós recreia um chat de mensagens de texto com um software conversacional, através de Facebook Messenger, que é uno dos espaços em



CARETAS, UNA EXPERIENCIA ENTRE FICCIÓN Y REALIDAD



O projeto “Caretas, una experiencia entre ficción y realidad”, é também uma iniciativa inovadora de interação em linha desenvolvida por UNICEF em Brasil, em aliança com as empresas Sherpas e Chat-Tonic, Facebook e a ONG Safernet. A proposta utiliza inteligência artificial para criar uma peça de ficção através da narração, na que uma personagem, Fabi Grossi, interatua com adolescentes e jovens de entre 13 e 24 anos através de um chat de internet e a história avança segundo estas interações. Ao longo do diálogo, a personagem conta os desafios que está experimentando e discute os riscos de filtrar imagens íntimas na Rede e as opções para pedir apoio frente a estas situações a personagem se torna em uma conselheira próxima, legitimada e eficaz para os adolescentes. Aos participantes se diz que é uma história de ficção e se preserva sua privacidade. No Brasil, desde seu lançamento em 2018, quase um milhão de pessoas, na maioria meninas, têm participado no experimento. Por seu êxito, a iniciativa foi replicada na Argentina com o nome de “Projeto Íntimos” e também na Ucrânia e Sudáfrica. Busca promover entre os rapazes e mocas um uso responsável das redes sociais e, llegado o caso, ajuda-los a lidar com estas situações de exposição não consentida.

redes sociais mais utilizado no Salvador. A estrutura do Chatbot se construiu com os aportes de diversas organizações e coletivos de homens que têm compromisso com a erradicação da violência contra as mulheres e que neste processo têm formado a Rede de Tecedores de Equidade, articulada em torno à Iniciativa Spotlight. Este tipo de ferramentas busca promover que os e as jovens falem sobre temas que por sua socialização de gênero não abordam com outras pessoas ou em outros âmbitos. Uma iniciativa similar é [“CHUKA Rompe el silencio”](#), um videojogo criado no âmbito da iniciativa Educação para a Justiça (E4J), que executa a UNODC (Oficina de Nações Unidas contra a Droga e o Deli-

to) como parte do Programa Global de Doha, em Peru, com o objetivo de prevenir o abuso sexual infantil. Chuka é uma personagem, uma Youtuber de 13 anos e jogadora, que mostra a meninas/meninos entre 7 e 12 anos os haters e monstros de um pesadelo que lhes apresenta para informar sobre os tipos de violências às que estão expostos, sensibilizar sobre as formas de responder ante as ameaças, e promover os valores sociais. É um modelo criado com o apoio de especialistas que se implementa como material educativo através de oficinas em escolas públicas, em um trabalho articulado com a Estratégia Multisetorial Barrio Seguro do Ministério do Interior e o Ministério de Educação.

4.3.2 FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

El fortalecimiento das capacidades estatais para melhorar o planejamento e a implementação de políticas públicas integrais referidas às VBG é uno dos principais pilares de ação das agências do Sistema de Nações Unidas encarregadas da problemática. Apontando a conseguir avances em torno à Agenda 2030 e em particular às metas específicas do ODS 5, a prevenção das violências, conta cada vez mais com a atenção de ações impulsadas desdestas iniciativas.

Desde inícios da década se encontram experiências tendentes à construção de abordagens integrais para a prevenção das VBG por parte dos governos da região em confluência com as agências do Sistema de Nações Unidas. A iniciativa [Construcción y Evaluación de un Modelo Integral para Prevenir la Violencia de Género en Poblaciones Indígenas en México desde um Enfoque](#)

[Intercultural nos Estados de Chiapas e Oaxaca](#), por exemplo, se desenvolveu entre 2010 e 2013 pelo Grupo Interagencial de gênero do Sistema das Nações Unidas em México, integrado por CEPAL, PNUD, UNICEF, UNFPA e UNESCO, financiado pelo Fondo Fiduciário para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Buscou construir um modelo integral de intervenção que possa aportar à implementação do quadro jurídico sobre as violências, que tinha sido aprovado em anos anteriores. A avaliação externa do Programa, realizada em 2014, ressaltou a linha estratégica de fortalecimento de capacidades nos municípios indígenas, como uma de suas fortalezas. Como boa prática reconheceu a importância de contar com um apoio e inserção comunitária mantido e respaldado pelas organizações de mulheres indígenas a nível local. De igual maneira, a identifi-

cação de agentes estratégicos com um perfil técnico nos municípios, resultou chave para construir alianças que garantam a sustentabilidade da iniciativa mais além de sua finalização.

Também com o objetivo de contribuir a gerar modelos de intervenção que favoreçam uma implementação efetiva do quadro normativo vigente no país, se registrou o Programa [“Alianza Nacional y Local Interinstitucional Comunitaria para Prevenir y Atender la Violencia contra las Mujeres en dos distritos de Panamá”](#) implementado por UNFPA, OPS/OMS e a oficina Panamá de PNUD desde 2009 a 2013. O Programa se propôs encontrar e fortalecer respostas a nível nacional e local para a diminuição da violência doméstica e sexual contra a mulher, formando alianças entre distintos agentes das comunidades abordadas. Entre as ações realizadas se destacam estudos que têm aprofundado os conhecimentos com respeito das VCMN e campanhas comunicacionais sobre os serviços de atenção e denúncia frente a situações de violência. Deste modo, se

elaborou a Guia para a instalação de “Redes Locales de Prevención de la Violencia contra la Mujer”, um produto criado a partir das experiências e as lições aprendidas, que apoiou a réplica das ações em outras 26 redes no país.

Uma perspectiva diferente é a utilizada pela iniciativa [Centros de Salud Libres de Homofobia em Uruguai](#), que buscou a promoção da saúde integral e a prevenção das violências institucionais contra pessoas LGBTI. Foi um projeto piloto implementado com impulso de UNFPA em aliança com a Universidade da República, a Rede de Atenção Primária da Administração dos Serviços de Saúde do Estado, o Ministério de Saúde Pública de Uruguai e a organização Ovelhas Negras. Buscou transversalizar a perspectiva de diversidade sexual nas instituições de saúde para prevenir as violências institucionais contra as pessoas LGBTI em esses espaços, assim como a construção de protocolos e a capacitação integral em diversidade sexual dirigidas à equipe médica, administrativo e de manutenção do sistema público de saúde.



O projeto [“Planeamiento y acción local para abordar la violencia de género”](#) foi impulsionado por PNUD no Peru em 2017. É uma das sete experiências piloto sobre prevenção da VBG desenvolvidas e enquadrada do Programa País para o período 2017-2021. Em Villa El Salvador, um dos distritos com maior número de casos de feminicídio em Lima Metropolitana em 2017, o projeto promove o fortalecimento da articulação dos serviços públicos e difusão da oferta de serviços para a prevenção, atenção, proteção e reparação para casos de VCM. De igual maneira, trabalha na formação de líderes locais e o fortalecimento de redes de mulheres e jovens; a promoção do uso equitativo de espaços públicos; e o impulso de ações esportivas e culturais para a geração e fortalecimento da autonomia emocional, social e autoestima das mulheres.

Em torno à população LGBTTIQ+, as oficinas de UNFPA e PNUD em Cuba têm contribuído com a capacitação de juristas na atualização das normativas do Código das Famílias, à vez que têm acompanhado a formulação de políticas

públicas e o fortalecimento de capacidades de serviços nacionais de orientação jurídica que atendem a esta população. De igual modo, têm assinalado ações de promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos de dita população e o for-

talecimento de redes comunitárias e temáticas que articulam os esforços contra as VBG que padecem. Outro aporte fundamental tem sido o acompanhamento a investigações sobre violência homofóbica e transfóbica na trajetória escolar de ativistas e a atualização e implementação da Estratégia de Integración Social de las Personas Trans em Cuba.

A iniciativa [“Promoción de los derechos humanos de la población migrante desde una perspectiva de género”](#) foi implementada em 2014 pela Oficina Nacional da Organização Internacional para as Migrações-OIM para Argentina, em associação com o Ministerio de Desarrollo Social del Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. O projeto impulsionou a articulação multisetorial para concertar estratégias de atenção com enfoque de gênero para mulheres migrantes. A partir daí se realizou o estudo “As mulheres migrantes e a violência de gênero: Aportes para a reflexão e intervenção”, a partir do qual se planejou uma ferramenta de capacitação dirigida às equipes da Subsecretaria de Promoção Social que realizam intervenções com mulheres migrantes vítimas de violência. Sua realização parte do reconhecimento de que a condição de migrante pode

acentuar a vulnerabilidade e exposição das mulheres a situações de VBG.

Abordando as vulnerações de direitos das mulheres migrantes, uma iniciativa da Organização Internacional para as Migrações-OIM de Costa Rica e a Conferência Regional sobre Migração em 2017 desenvolveu a [“Guía Lineamientos para la atención y protección de mujeres en contexto de migración”](#). Foi elaborada no enquadre do projeto “Fortalecer as Políticas Públicas para Proteger e Empoderar às Mulheres Migrantes em Mesoamérica” cujo ponto de partida é que as políticas migratórias costumam ignorar a brecha de gênero e não consideram as situações de vulnerabilidade que afetam de maneira particular às mulheres e meninas migrantes. A prevenção das VBG e a atenção oportuna e integral das mulheres que têm vivido situações de violência, especialmente violência sexual, nos países de origem, trânsito e destino, formam parte dos alinhamentos que estabelece a guia. O objetivo do material é estabelecer as linhas de ação para atender às mulheres, desde uma perspectiva integral e com enfoque de direitos humanos, em qualquer etapa do ciclo migratório, através de medidas efetivas que permitam superar a brecha de gênero na migração.

4.3.3 ESTRATÉGIAS MULTIAGENTES

A estratégia de trabalho com múltiplos agentes e níveis se funda em fortalecer alianças, assim como em melhorar suas capacidades para prevenir de maneira eficiente as VBG. Como exemplo desta estratégia, registramos o Programa [“Superando la Violencia contra las Mujeres”](#), desenvolvido entre 2015 e 2020 em três províncias da Colômbia pela oficina país de ONU Mulheres, em aliança

com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e em articulação com o Instituto Global das Mulheres da Universidade George Washington. O programa buscou fortalecer as ações de prevenção, atenção e acesso à justiça em relação às VBG; impulsionar transformações culturais com um forte componente em masculinidades responsáveis e não violentas; promover a

liderança das mulheres e sua autonomia política, melhorar a autonomia econômica como um fator preventivo para superar os riscos associados às violências contra as mulheres. Também implementou ações coordenadas com sócios internacionais para o desenvolvimento da Mesa de gênero da Cooperação Internacional, em função de promover a igualdade de gênero em Colômbia em deter às VBG³⁵.

Outro exemplo do desenvolvimento de estratégias multiagente é a iniciativa desenvolvida desde 2019 por UNICEF e Cure Violence Global-CVG, nas comunidades de Choloma e San Pedro Sula, Honduras, no contexto da Iniciativa Spotlight, orientada à [Prevención del homicidio, feminicidio y la VBG](#). O projeto se enfocou em fortalecer as capacidades das organizações comunitárias para identificar fatores de risco e aplicar técnicas para deter a violência e prevenir mortes violentas mediante o câmbio de normas sociais e a mediação em conflitos através da participação dos jovens e a mobilização comunitária. Busca o fortalecimento da coesão social para reduzir a VBG em comunidades altamente expostas a este tipo de contextos violentos. A iniciativa promove a liderança da mulher, atuando sobre o empoderamento pessoal, a coesão comunitária através do câmbio de normas de gênero e o em-

poderamento econômico. O modelo Cure Violence, parte da premissa que a violência, em tanto problema epidemiológico, supõe um comportamento aprendido que pode ser reduzido através de câmbios de normas e atitudes.

Por último, em torno ao trabalho específico sobre prevenção das violências para com mulheres migrantes, nos encontramos também com o projeto [“Prevención y Respuesta a la Violencia Basada en Género”](#), implementado por UNFPA Venezuela entre 2019 e 2020. A iniciativa, que põe seu foco na prevenção da violência sexual contra mulheres e meninas nos estados fronteiriços de Zulia, Táchira, Apure e Bolívar, se implementa como parte da resposta humanitária que impulsiona o Sistema de Nações Unidas em esse país. Suas ações se desenvolvem em duas linhas de trabalho. A primeira de prevenção das VBG, através de ações de sensibilização brindando informação sobre VBG a público geral e a mulheres e adolescentes em sítios de trânsito. A segunda linha de trabalho, centrada em ações de resposta frente às VBG, através da distribuição de kits de higiene feminina, serviços de atenção a adolescentes e mulheres em situação de violência e a instalação de espaços seguros para mulheres e adolescentes, orientados ao empoderamento em contextos comunitários.

4.3.4 ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS

O campo da educação tem sido também âmbito privilegiado para as intervenções impulsadas desde as agências de Nações Unidas. Os esforços em geral têm estado orientados à formação docente, para lhes oferecer ferramentas que permitam trabalhar na desconstrução de estereótipos de gênero e comportamen-

tos sexistas.

É o caso de várias das propostas de ONU Mulheres Brasil, que no enquadre de “El Valiente no es Violento”, desde 2015 avança em alianças com escolas e universidades para promover uma educação inclusiva e igualitária. Isto através do projeto “Escuela sin machismo: currículo de

35. Em 2020, como um dos produtos finais do programa, se publica [“Pautas para la transformación cultural de imaginarios sexistas y prevención de violencias contra mujeres y niñas”](#), um material que oferece uma análise exaustiva sobre a realidade colombiana com respeito às VCMN e as normas sociais e institucionais que toleram e promovem ditas violências.

gênero para estudantes de educação média”, que se propõe conscientizar a jovens sobre o direito das mulheres a viver vidas sem violências. Também da articulação promovida por [“El Valiente no es Violento”](#) que se chamou “Universidades sem violência contra as mulheres”, a qual impulsionou grupos de estudo de gênero e raça em universidades brasileiras, com coletivos feministas e a Direção de Mulheres da União Nacional dos estudantes. Estes grupos desenvolveram uma Rede colaborativa sobre a violência simbólica e física contra estudantes ingressantes, que entre outras atividades, redatou e difundiu a [Carta por el fin de las Novatadas Violentas contra gênero e raça](#). Articulada a

esta iniciativa, no 2020 se produziu o material [“Prevención y enfrentamiento de la violencia contra las mujeres y niñas. Guía con orientaciones para profesionales de la salud”](#), resultado de uma aliança entre a Secretaria de estado de Segurança Pública do Distrito Federal do Brasil, e a Secretaria de estado de Educação do Distrito Federal, em colaboração com o PNUD e ONU Mulheres. A guia oferece orientações a profissionais da educação para a promoção de relações saudáveis e respeitadas entre meninos e meninas, homens e mulheres, através de ações pedagógicas que possam contribuir à ressignificação dos padrões de comportamento desde a primeira infância.



“Centro a+: espacios adolescentes” é uma instituição cultural impulsada por UNICEF Cuba e a Oficina do Historiados da Habana, Cuba, com o apoio da União Europeia, desde 2017. Este Centro tem como propósito contribuir a uma maior inclusão social e participativa dos e das adolescentes e apoiar o desenvolvimento de suas potencialidades, com um enfoque de direito, gênero e equidade. Impulsa oficinas para gerar consciência sobre as desigualdades e estereótipos de gênero, sua repercussão e manifestação na adolescência; o reconhecimento e manejo de situações agressivas, gênero e tecnologias, bullying, cyberbullying e violência simbólica.

Também os espaços de educação não formal têm sido escolhidos como centro de estratégias de agências do Sistema de Nações Unidas orientadas à prevenção das VBG com meninas, meninos e jovens. Tal é o caso da iniciativa [“Uma Vitória Leva à Outra”](#), programa conjunto entre ONU Mulheres e o Comitê Olímpico Internacional, em aliança com WomenWin e Empodera. A iniciativa busca garantir que

as mulheres e meninas possam participar, trabalhar, dirigir e desfrutar do esporte em igualdade de condições, e foi construído no âmbito dos Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro em 2016, e continuado em uma segunda etapa desde 2018 a 2021. Desse modo, se propõe empoderar a jovens e meninas através do esporte, garantindo resultados a longo prazo na prevenção dos ciclos da violência.

4.3.5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

O fortalecimento da liderança de mulheres indígenas tem sido o foco de algumas experiências impulsadas na última década, orientadas a seu empoderamen-

to como estratégia para melhorar suas condições de vida e fortalecer seu direito a viver livres de violências. Um exemplo é a [“Escuela Global de Liderazgo de](#)

[Mujeres Indígenas](#)”, impulsada pelo Foro Internacional de Mulheres Indígenas- e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- FAO, um programa mundial implementado a nível regional desde 2013. A Escola ofereceu capacitações online e seminários presenciais na Universidade de Columbia e na sede central das Nações Unidas, como preparatórias para a participação das líderes nas sessões do Foro Permanente para as Questões Indígenas da ONU. Através desta Escola, as participantes fortaleceram seus conhecimentos sobre os instrumentos internacionais de direitos humanos e sua articulação através do desenvolvimento e execução de estratégias de incidência. A seleção de participantes se realizou por meio de um Conselho Assessor integrado por mulheres com uma ampla trajetória em processos de formação e/ou incidência no âmbito global.

Também enfocada em fortalecer a participação das mulheres indígenas nos encontramos com a iniciativa [“Saquilajb’e: una ruta clara para hacer valer los derechos de las niñas adolescentes indígenas en Guatemala”](#), desenvolvida entre 2012 e

2016 por ONU Mulheres, UNFPA, OPS/OMS, UNESCO, E UNICEF em aliança com o Governo em Totonicapan e Huehuetenango, dois departamentos do Altiplano guatemalteco. O programa se propôs promover o empoderamento das adolescentes indígenas com especial ênfase na prevenção da gravidez adolescente. A finalidade foi que as adolescentes indígenas se convertam em líderes e tenham as habilidades para participar plenamente nos processos de toma de decisões sobre os temas que afetam suas vidas. Assim sendo se propôs como resultados: promover o acesso à atenção da saúde das adolescentes com um enfoque intercultural, facilitar o acesso das adolescentes aos processos de educação formal e informal, promover seu direito a uma vida livre de violência, melhorar a gestão da informação sobre a situação das adolescentes e promover sua participação ativa nos processos de toma de decisões que afetam suas vidas. A abordagem integral e a coordenação interinstitucional foram os pilares centrais do Programa, que buscou lograr impactos positivos na vida das adolescentes através de ações articuladas, holísticas e assertivas.

4.3.6 PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Uma menção especial merece o [Programa Global Ciudades Seguras y Espacios Públicos Seguros](#), programa insígnia de ONU Mulheres, que conta com mais de 10 anos de implementação. A iniciativa foi impulsada em 2010 por ONU Mulheres através de um programa piloto em cinco cidades do mundo: Quito (Equador), o Cairo (Egípto), Nueva Delhi (Índia), Port Moresbe (Papúa Nova Guiné) e Kigali (Ruanda). O programa se inspirou, adaptou e replicou as ações do [Programa Regional Ciu-](#)

[dades Sin Violencias](#) contra las mujeres, ciudades seguras para todas y todos, da Rede Mulher e Hábitat de América Latina, desenvolvido em cinco países da região entre 2006 e 2012.

No ano 2020 este Programa Global contava com a avaliação de mais de 50 experiências implementadas. A escala e a continuidade da iniciativa têm permitido instalar uma perspectiva comparativa que elabora, implementa e avalia enfoques integrais para prevenir e responder ante



o assédio e outras formas de violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos. As avaliações do programa fazem ênfase nos logros alcançados na geração de dados e a visibilização na agenda pública das VBG. Na América Latina, o programa tem desenvolvido ações em mais de vinte cidades do Equador, Colômbia, Peru, México, Bolívia, Brasil, Honduras, Guatemala, Chile, Uruguai, República Dominicana e El Salvador, contribuindo a fortalecer a legislação para prevenir estas violências.

A iniciativa constrói alianças com os governos locais e as cidades participantes se comprometem a: 1) propor intervenções sensíveis ao gênero elaboradas pela comunidade local para responder a suas necessidades específicas, partindo da construção de diagnósticos participativos; 2) formular e aplicar normativas e políticas para prevenir e responder à violência sexual no espaço público, e garantir a adjudicação de recursos necessários para sua efetiva implementação; 3) investir em infraestruturas que melhorem a segurança dos espaços públicos e fomentem o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres; 4) promover a modificação de atitudes e comportamentos para promover o direito das mulheres e as meninas a desfrutar de espaços públicos livres de violência.

Em Quito, a primeira cidade latino-americana em se incluir neste programa global, têm alcançado modificações nas ordenanças locais e tem avançado na transversalização da perspectiva de gênero e a aplicação de protocolos internacionais de segurança para mulheres e meninas no sistema metropolitano de transporte municipal. Em consequência, foram postos em andamento diretrizes de atenção a situações de violência sexual no transporte público e para a formação do pessoal das instâncias municipais na aplicação e

cumprimento destes protocolos, com uma ênfase particular na Polícia Metropolitana. Também o [programa em Quito](#) tem desenvolvido uma metodologia de capacitação para prevenir e responder a casos de assédio e violência sexual para com meninas, focado fundamentalmente na formação e ferramentas necessárias para identificar e denunciar estas situações. Além disso, se tem trabalhado no fortalecimento das organizações de mulheres, com a aplicação da metodologia das auditorias de segurança para capacitar às mulheres de bairros do sul de Quito, a partir das quais se têm gerado planos de melhoramento nesses bairros.

Em Bogotá, Colômbia, se utiliza a aplicação “Safetipin” para identificar lugares e fatores que contribuem à percepção de insegurança nos espaços públicos por parte das mulheres, e se desenvolveu a campanha [“Me nuevo Segura”](#), para prevenir as VCMN no transporte. Em 2019 se começou a implementar o Protocolo de prevenção, atenção e sanção das violências contra as mulheres no espaço e o transporte público. Em Medellín, o programa conta com o projeto de inversão “Território Seguro para as mulheres e as meninas”, que realiza intervenções em espaços públicos para melhorar a visibilidade, a limpeza e a ordem, propiciando o desfrute e a ocupação, mais segura para mulheres e meninas. Estas ações se acompanham de atividades culturais que visibilizam a problemática, buscam a transformação dos imaginários culturais e das práticas sociais desfavoráveis para a segurança das mulheres

Em Cali tem se apostado também ao trabalho com os condutores do transporte público e privado, capacitando e certificando a um grupo de taxistas sensibilizados em equidade de gênero, chamado [“Taxistas en Equidad de Género”](#). Esta estratégia busca garantir entornos confiáveis para as mulheres na hora de se

mobilizar na cidade, promovendo um trato respeitoso, o não uso de qualificativos sexistas e sobre tudo a não reprodução de práticas machistas durante o serviço. Em Popayan também têm se implementado campanhas de comunicação como a iniciativa “Ruas sem assédio, nosso pacto”, planejada com base nos resultados do estudo diagnóstico realizado e a campanha “Valente quem respeita”, enfocada na transformação cultural como forma de prevenir as VCMN no transporte.

No México, o programa se implementa nas [Cidade do México](#) e Torreón, e mais recentemente em Puebla, Guadalajara e em cinco Municípios da [Área Metropolitana de Monterrey](#), a partir de 2019. Em Cidade de México, se lançou a aplicação de telefone móvel “Viva Segura”, que permite às mulheres destacar os fatores de risco relacionados com os espaços urbanos e a infraestrutura para informar a planejamento da cidade. Em Torreón, se buscou fortalecer o trabalho com o município local para incorporar a perspectiva de gênero no sistema de metrobús e implementar reformas ao Regulamento de Transporte Público Municipal.

Na cidade o Alto, Bolívia, a ênfase do programa esteve na geração de informação sobre as VCMN nos espaços públicos desde um enfoque intercultural, interseccional e participativo, buscando contribuir à visibilização destas violências como expressão de uma desigualdade que atenta contra seu direito à cidade e suas possibilidades de desenvolvimento. Propiciou a abertura de escolas de futebol feminino e o resgate de espaços comunais, como espaços de encontro seguros para mulheres e meninas. De igual modo, se realizaram campanhas comunicacionais contra o assédio nas ruas, com os sindicatos de transporte e meios massivos de transporte terrestre municipal e por intermédio de redes sociais digitais.

Em República Dominicana, o programa também se centrou em gerar informação e na realização de oficinas de sensibilização sobre a problemática com agentes de segurança da Zona Colonial de Santo Domingo, que buscaram contribuir à desnaturalização do assédio sexual nos espaços públicos, fortalecendo o papel dos agentes de segurança como agentes territoriais chave na prevenção das VCMN.

4.3.7 INICIATIVAS IMPULSADAS POR INSTANCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL/SUBREGIONAL

O Sistema para a Integração Centro-americana -SICA e o Mercado Comum do Sul- MERCOSUR, como instâncias de integração regional têm identificado também as VBG como obstáculos para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Durante a última década têm avançado em implementar ações específicas dirigidas a contribuir aos avances em torno à equidade de gênero, e à abordagem de

ditas violências.

O SICA desde 2013 conta com uma Política Regional de Igualdade e Equidade de gênero - PRIEG/SICA-, um instrumento público regional que posiciona a igualdade de gênero e a não discriminação contra as mulheres como uma prioridade; é o resultado de um processo técnico e político que contou com a participação de agentes regionais e nacionais dos países membros.

Esta Política propõe como um de seus sete eixos o da segurança e vida livre de violências, o qual inclui a prevenção das violências nos âmbitos públicos e privados. O Consejo de Ministras de la Mujer de Centroamérica y República Dominicana -COMMCA- é o órgão especializado em matéria de gênero e direitos humanos das mulheres do SICA.

Desde 2013 a 2016 o COMMCA desenvolveu o projeto Prevención de la Violencia contra las Mujeres em Centroamérica, em articulação com a OIM e UNFPA, com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta institucional na prevenção e atenção da violência contra as mulheres, trata e femicídio/feminicídio nos âmbitos regional, nacional e local. Entre os resultados do projeto destacam o desenvolvimento de um diplomado regional de prevenção da violência contra as mulheres que beneficiou diretamente a 308 funcionários chaves de instituições nacionais de cada país e a capacitação de mais de 4500 pessoas no uso de instrumentos internacionais e regionais sobre a atenção e prevenção da violência contra as mulheres, femicídio ou feminicídio. Além disso, se destaca o outorgamento de capital semente a 3700 mulheres vítimas de violência para o empreendimento de novos negócios, a reconstrução e equipamento de oito albergues o centros de acolhimento de mulheres em situação de violência e de 43 oficinas municipais da mulher, e o planejamento de 70 planos locais de prevenção da violência em municípios da região, que implicaram por sua vez o impulso à conformação de redes de mulheres e redes de jovens para a prevenção da violência contra as mulheres a escala local.

A trata de pessoas também tem sido na última década preocupação do MERCOSUR. As iniciativas impulsadas têm estado a cargo da Reunião de Ministras e Altas

Autoridades da Mulher do Mercosur-RMA-AM, o qual reúne às principais autoridades dos Mecanismos Nacionais da Mulher do Mercosur e representantes da sociedade civil, e em 2013 lançou a campanha “MERCOSUR, livre de trata de mulheres”, dirigida especialmente a mulheres vítimas de exploração sexual ou laboral, e a funcionários/as de postos fronteiriços e agentes governamentais. Consistiu em cartazes e autoadesivos com os números de atenção telefônica de alcance nacional e atenção de 24 horas para casos de emergência de pessoas que já estão sendo tratadas ou suspeitem que podem estar por cair em uma Rede de trata, folhetos informativos, um spot radial que adverte sobre indícios os que vale a pena prestar atenção, uma Fanpage de Facebook com toda a informação da Campanha e a Guia de Atenção a Mulheres em Situação de Trata, que sintetiza os passos a seguir e os critérios que não podem faltar na prevenção, detecção, resgate, atenção e reinserção das mulheres em situação de trata.

De igual maneira, em 2019 e impulsionada pelo Instituto Nacional das Mulheres de Uruguai, a cargo da presidência Pro-témpore da RMAAM durante esse ano, se implementou a campanha “[Escucha nuestras voces](#)”, iniciativa que busca visibilizar os aportes das mulheres afrodescendentes e indígenas do Mercosur, com o objetivo de transformar os estereótipos de gênero e racistas que contribuem às situações de discriminação e violência contra as mulheres. A campanha consiste na recuperação das vozes destas mulheres em uma série de audiovisuais, placas, postais e cartazes localizados em espaços públicos. Seu lançamento foi acompanhado pela apresentação do documento “Recomendações estratégicas para a incorporação da perspectiva étnico-racial

nas políticas de gênero do Mercosur”, entre as que figuram a necessidade de que as políticas de gênero se comprometam com a luta contra o racismo e a discriminação, assim como também de que se implemen-

tem ações tendentes ao reconhecimento da história de mulheres afro e indígenas e promovam sua participação ativa e liderança na construção das políticas que abordem suas demandas.

4.4 OUTROS ATORES COMPROMETIDOS COM A PREVENÇÃO: UNIVERSIDADES E SETOR PRIVADO

4.4.1 AS UNIVERSIDADES

As universidades latino-americanas, públicas e privadas, têm se constituído nos últimos anos como um agente importante, não só na investigação e a produção de conhecimentos sobre as VBG, senão cada vez mais no fortalecimento de alianças com outros agentes para avançar em debates, ações e estratégias de abordagem das violências, assim como no reconhecimento de como são geradas, reproduzidas e muitas vezes invisibilizadas em seus âmbitos institucionais. O mundo acadêmico contribui na produção e sistematização de ferramentas para promover os direitos das mulheres, a prevenção e a abordagem integral das VBG. Na última década as universidades têm intensificado seu compromisso sobre as VBG tanto em seu papel de docência, como na investigação e na extensão universitária.

Na Argentina desde 2014, a agenda de gênero se instalou nas instituições de educação superior. Desde então têm se multiplicado os protocolos de atuação frente a situações de discriminação e violência de gênero, assim como a transversalização do enfoque de gênero nas políticas institucionais e nas atividades substantivas de investigação, formação e extensão do sistema universitário argentino (Vázquez

Laba e Rugna, 2017). Em 2015 se lançou, mesmo assim, a [Red Interuniversitaria por la Igualdad de Género y contra las Violencias \(RUGE\)](#), com a participação de mais de 20 universidades, facultades e institutos. A Rede se definiu como um espaço de promoção de atividades académicas, experiências de gestão e intervenção, assim como de circulação de propostas para a transversalização da perspectiva de gênero no sistema universitário. Em 2018 se incorporou como organização no quadro do Conselho Interuniversitário Nacional e desde 2019, a RUGE coopera em uma aliança interinstitucional com a Iniciativa Spotlight.

Por outra parte, em Universidades de Costa Rica, Equador, o Salvador, Guatemala e Peru, se encontram experiências que buscam construir conhecimentos e visibilizar as VBG dentro da comunidade universitária, produzir linhas de ação, e em alguns casos, institucionalizar procedimentos e protocolos de ação para sua prevenção e atenção. É o caso da Universidade de Costa Rica, que em 2020 reformou seu [Reglamento Institucional contra el hostigamiento sexual](#), a partir da demanda do coletivo estudantil, ampliando seu âmbito de aplicação e incluindo uma maior definição das problemáticas que abordam. De

igual modo, se atualizaram as funções e responsabilidades da Comissão Institucional Contra o Assédio Sexual e incorporaram apartados específicos com as medidas preventivas que serão implementadas em assédio sexual, ao igual que as sanções que se aplicarão, com base nos princípios de proporcionalidade, razoabilidade e racionalidade.

Um processo similar tem seguido a Universidade Francisco Gavidia de o Salvador, que em 2020 aprovou seu [Protocolo para la detección y prevención de toda forma de violencia contra las mujeres](#). Estes alinhamentos buscam estabelecer as ações e procedimentos para brindar medidas de detecção, prevenção, atenção, proteção, reparação, sanção e acompanhamento nos casos de assédio, discriminação e violência de gênero contra qualquer integrante da Universidade, de maneira rápida, ágil e eficaz, garantindo a integridade das vítimas. No mesmo sentido, em 2018, o Ministério de Educação de Chile através da Unidade de Equidade de Gênero, pôs à disposição das instituições de educação superior um [documento](#) que contém sugestões para a elaboração de Protocolos contra o Assédio Sexual, e as insta a empreender medidas que permitam construir espaços seguros e livres de violência de gênero para estudantes, trabalhadoras e trabalhadores, a planejar estratégias orientadas a prevenir novas situações deste tipo, e a resguardar o direito à educação.

A Universidade San Carlos de Guatemala desenvolveu o [“Programa Universidad Segura y Libre de Violencia”](#), impulsado desde 2012 pelo [Instituto Universitario de la Mujer](#), no quadro da Política e Plano de Equidade de gênero na Educação Superior 2006-2014, contendo um eixo fundamental para erradicar a violência contra as mulheres universitárias. Foi implementado em articulação com a Divisão de Bem estar Estudantil Universitária-DBEU e a colaboração do Gover-

no e de ONU Mulheres. Foi uma das primeiras iniciativas da USAC que buscou declarar à universidade como um espaço seguro e livre de violência para as mulheres e coordenar ações de prevenção e informação à comunidade universitária, promovendo relações de convivência entre o pessoal acadêmico e estudantil, e entre autoridades e trabalhadores e trabalhadoras.

A Red Interuniversitaria de Investigación Feminista sobre el Acoso Sexual del Ecuador realizou o [“Estudio de prevalencia del acoso sexual universitario”](#) entre 2018 e 2020. A iniciativa estimou a prevalência do assédio sexual em sete universidades equatorianas com o objetivo de construir informação confiável que oriente a construção de políticas institucionais e nacionais de detecção, prevenção e atenção orientada a erradicação do assédio sexual no âmbito universitário. De acordo ao estudo, cinco de cada dez estudantes mulheres têm sofrido, ao menos uma vez em sua vida acadêmica, uma situação de assédio sexual, ao igual que seis de cada dez estudantes com orientação sexual diversa.

No Peru nos encontramos com a iniciativa [“Incorporando nuevos actores en la prevención de la VG”](#), que começaram a implementar em 2014 a Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), o Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis de Peru, e desde 2016, a Rede Peruana de Universidades. O Programa busca involucrar à comunidade acadêmica, estudantes, docentes e autoridades universitárias como aliados na prevenção da violência de gênero, através da elaboração de spots, vinhetas radiais, campanhas, reportagens escritos e cartazes. Este material é um instrumento de difusão dos serviços de atenção em violência nos espaços de transmissão de informação com que contam os ministérios, Banco da Nação, Defensoria do Pueblo, Congresso da República, Governos Regionais e Locais, entre outras instituições públicas e privadas.



VÍNCULOS ESPACIOS SEGUROS PARA MUJERES Y JÓVENES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE



Uma iniciativa inovadora de investigação regional são os trabalhos compilados na publicação “[Vínculos espacios seguros para mujeres y jóvenes en América Latina y el Caribe](#)”, elaborada no enquadre do Projeto “Voces e iniciativas comunitarias para la construcción de espacios seguros de América Latina y el Caribe”. O estudo é um bom exemplo de como a indagação participativa sobre algumas problemáticas sociais pode ter impactos na maneira em que as comunidades visibilizam e intervêm sobre as VBG. O trabalho foi liderado pelo Observatório de Seguridad Ciudadana de Medellín e a Universidade de Antioquia, Colômbia, junto com o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Esta investigação-ação involucrou a académicas, líderes e líderes de comunidades indígenas de Nebaj, Guatemala, e Cherán, México, mulheres ativistas comunitárias em Tegucigalpa, Honduras; Medellín, Colômbia e Tancitaro, México; cidadãos de zonas rurais e urbanas de Kingston, Jamaica; padres e jovens em Sonsonate, o Salvador, e estudantes em uma residencial urbana em Popotlán, o Salvador.

Contrariamente a ser só Fontes de informação, as mulheres e jovens participantes, guiaram o trabalho de indagação como pesquisadoras/es comunitárias/os, desde a complexidade de suas experiências cotidianas como atoras e agentes de câmbio das realidades que se propõem compreender. As VBG aparecem nos diferentes territórios entrelaçadas aos altos índices de violência e insegurança ligados ao conflito armado, às economias lideradas pelo crime organizado e as violências estatais, e afetam especialmente aos jovens e às mulheres.

O estudo se propôs resgatar as ações positivas que realizam os Estados para oferecer espaços seguros, visibilizar e fortalecer as diversas iniciativas comunitárias de resistência violenta às múltiplas agressões que sofrem, ressaltando o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil e aportando interessantes reflexões que permitem complexizar a compreensão das violências. Em particular o trabalho de investigação-ação desenvolvido por jovens mayas da comunidade ixil de Santa Maria Nebaj, Quiché, Guatemala e Equipo de Estudios Comunitarios y Acción Psicosocial-ECAP, resulta relevante para pensar a prevenção das VBG desde uma perspectiva interseccional. “Mais que espaços seguros ou prevenção de violências, o pueblo ixil requer recuperar confianças entre si, as quais têm sido quebradas como parte das lógicas do sistema de acumulação capitalista, racista e patriarcal, de não reconhecimento dos povos e as pessoas indígenas como sujeitos sociais de direito (...) Desde o Tí’ichajil, quando se fala de segurança, a palavra que se utiliza é K’uleb’alk’ul, que significa confiança” (Corio López, Jacinta L et al, 2019: 137). A partir desta perspectiva, se indaga no trabalho sobre os geradores de violência na comunidade, o cuidado do corpo e a construção de autonomias, as violências sexuais e outras expressões de violências.

Por último, Argentina tem impulsionado numerosas iniciativas através do trabalho de extensão universitária³⁶ nas universidades nacionais públicas do país. Alguns exemplos disso são as iniciativas desenvolvidas entre 2007 e 2017 pela Faculdade de Trabalho Social da Universidade Nacional de Entre Ríos. Uma delas é [Juventudes y Amores](#), proposta que facilitou oficinas em escolas secundárias com o objetivo de prevenir e abordar as violências nos namoros de adolescentes e jovens. Também [No hay trato con la trata](#), um projeto de extensão inicia-

do em 2017 que impulsionou uma proposta cultural para sensibilizar e conscientizar à cidadania, organismos e instituições sobre a trata com fins de exploração sexual. O mesmo ano, também na Província de Entre Ríos, a proposta [UniMuniJu-Red- Projeto de Extensão Universidade, Município e justiça em Rede entre 2010 e 2017](#), formou operadores/as em violência familiar e contra a mulher em sete cidades de província, buscando articular seus esforços com o trabalho que realizam os municípios e as Juntas de Governo da Província. O objetivo foi fortalecer

36. A Extensão Universitária é uma das três funções básicas nas que se baseia o desenvolvimento institucional das universidades públicas, junto à docência e a investigação. As práticas extensionistas são diversas em relação a objetos, sujeitos e estratégias de intervenção, e promovem a relação entre universidade e sociedade desde um diálogo de participação e construção coletiva de saberes.

uma Rede de trabalho para intervir em situações de risco e realizar atividades de prevenção, detecção, abordagem e acompanhamento das pessoas envolvidas nas situações de violência.

Por sua parte, em 2015 a Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosario, tem institucionalizado a [“Área de Atención a la Violencia de Género”](#) dependente da Secretaria de gênero e Sexualidades. Este espaço de atenção tem por objetivo erradicar situações de violência de gênero, assédio sexual, abuso sexual, discriminação em base ao gênero ou à orientação sexual, que afetem as relações laborais e/ou educativas das pessoas que integram a unidade acadêmica e conta com um protocolo de atuação. Em 2020 impulsou o [“Programa Mil Micaelas”](#), que busca construir uma Rede solidaria de mulheres e feminidades de toda a comunidade universitária, para dar maior impulso às tarefas de sensibilização e prevenção das violências sexistas na UNR, formando e fortalecendo uma Rede de Promotoras que promova o acompanhamento e acesso às ferramentas existentes.

Entre 2016 e 2018 a Universidade Nacional do Litoral desenvolveu a iniciativa [“La perspectiva de género en contextos de encierro: el acceso de las personas privadas de libertad a la Ley 26.485 de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres”](#). Buscou promover o acesso das pessoas privadas de liberdade –em a Unidade Penitenciária N°IV– aos direitos consagrados na mencionada lei, através de oficinas para identificar e explicitar as particularidades que as violências contra as mulheres adquirem dentro das prisões, e trabalhar para o empoderamento e o fortalecimento do

espaço coletivo como estratégia para a prevenção de ditas violências. Também criou uma consultoria sociojurídica de perspectiva de gênero em contextos de encierro incluindo a diversidade de identidades sexo-gênicas.

Desde a Universidade Nacional General Sarmiento se gerou uma [“Caixa de Ferramentas”](#), consistente em 32 microprogramas nos que, apelando ao humor e a recursos simples e linguagem cotidiana, se apresentam diversas formas em que se manifestam o machismo e o patriarcado. Estes microprogramas estão acompanhados de uma guia audiovisual web feminista, difundida por UNITV, o canal da UNGS, e se propõem como dispositivos pedagógicos de sensibilização para provocar em um público geral a reflexão sobre os estereótipos de gênero e as problemáticas que contribuem a fortalecer normas sociais que produzem e reproduzem as VBG.

Também a Universidade Nacional de Tucumán, desde a Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Desenho, tem impulsado entre 2019 e 2020 o projeto [“Género, Ciudad y Violencias”](#), que desde uma perspectiva interdisciplinar, propõe uma estratégia de abordagem e ação contra as violências de gênero e a redução de desigualdades no uso e apropriação do espaço público.

Desenvolveu cartografias sociais para visibilizar as violências e as desigualdades de gênero no território, fazendo ênfase na construção de novos quadros analíticos e interpretativos para sua efetiva aplicação nas práticas e processos de toma de decisões sobre o planejamento urbano. De igual maneira, levou a cabo instancias de formação, sensibilização e divulgação sobre violência, gênero e cidade com uma multiplicidade de agentes.

4.4.2 EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NO E PELO SETOR PRIVADO

As empresas têm sido incorporadas como aliadas nos esforços orientada a igualdade de gênero, como requisito indispensável para o logro dos ODS e a Agenda 2030. Em particular o assédio e o abuso sexual nos âmbitos laborais têm sido identificados como obstáculos para os avances orientada a igualdade entre homens e mulheres em estes âmbitos, junto com as dificuldades para a conciliação entre a vida laboral e a vida familiar, a brecha salarial, e a persistente subrepresentação das mulheres em espaços diretivos ou de toma de decisão. As violências e discriminações baseadas no gênero no espaço de trabalho se reconhecem assim como uma problemática que tem altos custos sociais e econômicos para as economias nacionais, para a produtividade e clima laboral das empresas e organizações, para o desenvolvimento das sociedades.

Ao respeito, uma das experiências que destaca é o "[Sello de Igualdad de Género](#)" para Empresas Públicas e Privadas (SIG), um programa inovador impulsado em 2009 por PNUD para América Latina. Involucra ao setor privado para pôr em andamento estândares de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no mundo empresarial. O programa tem criado uma associação dinâmica entre os setores privado e público, os sindicatos e o PNUD através de uma ferramenta que fomenta um diálogo e invita às empresas a passar do compromisso à ação, proporcionando provas dos esforços de integração da perspectiva de gênero para abordar as desigualdades neste âmbito. Para 2020 o SIG se tinha implementado em mais de 600 empresas de 14 países de América Latina e o Caribe. O programa oferece uma série

de passos e recomendações para que cada empresa possa se adequar e gerar condições de igualdade de gênero através do Sistema Integrado de Gestão da Igualdade de gênero (SIGIG). Dentro de dito sistema se encontra um componente chamado Prevenção do assédio sexual e em razão de sexo no âmbito laboral, o qual compila informação para conhecer a existência ou não de medidas de prevenção de casos de assédio sexual e laboral, o ratio de casos que se produzem e se denunciam, assim como o impacto na atenção e solução das mesmas.

Uma ferramenta similar tem se desenvolvido no quadro do "Programa Regional Combatendo a Violência contra a Mulher" (ComVoMujer) de GIZ- Sociedade Alemã de Cooperação Internacional, que impulsou um esquema estatal de acreditação no [Peru](#) e [Paraguai](#), sob o qual as empresas podem se certificar como seguras e livres de violência e discriminação contra as mulheres. Esta Certificação para negócios livres de violência contra as mulheres é uma aplicação que busca combater a violência contra as mulheres, melhorar a cooperação e o intercâmbio de experiências entre representantes regionais e nacionais de empresas que buscam incrementar seus estândares de equidade de gênero. A experiência começou em 2014 e tem sido continuada no Peru dependendo do Ministério de Mulher e Populações Vulneráveis até a atualidade.

Como parte desta iniciativa, o Programa ComVoMujer, junto com a organização IndutionOne tem desenvolvido um sistema de Certificação On-Line dirigido à capacitação em prevenção da violência contra as mulheres para pessoal de empresas, e também para organizações

e instituições interessadas. Esta proposta permite que as empresas participantes capacitem um grande número de seu pessoal na prevenção da violência contra as mulheres e temas relacionados, como por exemplo papéis de gênero e equidade o quadro normativo. Isso contribui a que assumam uma posição de “tolerância zero” fazendo frente a este problema.

Outras experiências que abordam as violências e discriminações no âmbito laboral empresarial, surgem de inquietudes ou preocupações das próprias empresas, que buscam acompanhamento de equipes externas para uma revisão interna de sua cultura institucional e abordar estas problemáticas. É o caso de Magazine Luiza, uma das maiores empresas do varejo no Brasil, que buscou os serviços de Think Eva, uma consultora de inovação social que articula com o mundo corporativo para criar soluções para as desigualdades de gênero. Em 2018 a empresa impulsionou uma [investigação interna](#) para conhecer os significados que os e as trabalhadoras construíam sobre o assédio sexual no espaço de trabalho e quais são as práticas em torno a esta problemática que não deveriam ser toleradas. A partir desses resultados, Think Eva realizou uma análise sobre a cultura institucional, as práticas e representações que mantinham as VBG no espaço de trabalho, e elaborou uma estratégia de abordagem para preveni-las e erradicá-las.

Por outra parte, encontramos algumas experiências nas quais empresas buscam gerar e melhorar suas capacidades para abordar situações de violência, assédio sexual e discriminação laboral para com suas trabalhadoras, como parte da política institucional para prevenir e diminuir a violência laboral. Por exemplo

a TV Azteca, conglomerado de meios de comunicação do México, criou a [Unidade de gênero](#) que recepciona denúncias e acompanha os casos de práticas de violência, assédio sexual e discriminação de gênero dentro da empresa.

Outras empresas, por sua parte, propõem algumas ações tendentes a prevenir ou acompanhar a mulheres que estão transitando ou podem transitar por situações de violência de casal ou familiar. É o caso por exemplo da empresa [Nuvó](#) de Uruguai, dedicada à venda direta de produtos cosméticos, a qual em 2014 começou a incluir em seus catálogos de vendas mensagens e gráficas sobre prevenção da violência doméstica e a favor do empoderamento das mulheres. Além disso, capacitou e forneceu informação e ferramentas para que as pessoas que realizam vendas a domicilio possam socializar os recursos disponíveis para acompanhar e atender a mulheres que estão atravessando situações de violência.

Também se têm multiplicado nos últimos anos as propostas de empresas privadas de transporte que se propõem como serviços oferecidos por mulheres para mulheres. Dentro destas propostas, existem algumas que também incluem fornecer informação sobre recursos existentes frente às VBG e capacitar às mulheres condutoras de taxis para que tenham ferramentas para oferecer tal informação quando seja necessário. Outras propostas deste tipo, pareceriam incluir um serviço diferencial para mulheres só como uma ferramenta de marketing para captar clientas, sem explicitar de quê maneira e com quê intencionalidade propõem sua iniciativa como um aporte à prevenção das VBG.

5. O QUE NÃO FUNCIONA NA PREVENÇÃO DAS VBG

A diversidade de experiências de prevenção das VBG desenvolvida na última década na região, da conta dois grandes avanços alcançados com respeito a sua instalação como problemática social e preocupação pública. Esta diversidade reflete, mesmo assim, as diferenças e tensões entre diversos enfoques e campos de visibilidade/invisibilidade a respeito das violências, suas manifestações e suas causas.

Por sua vez, nos permite identificar dificuldades em comum em algumas experiências e que se constitui em obstáculos para construir caminhos de ação que logrem efetivamente prevenir as VBG. Aprender dos acertos resulta, na atualidade, tão relevante como reflexionar e aprender do que não funciona, daqueles nos quais ainda se continua investindo esforços que resultam infrutuosos, quando não prejudiciais.

5.1 NÃO RECONOCER A ESPECIFICIDADE DAS VBG

Algumas das experiências relevadas não caracterizam as afetações específicas e diferenciadas das VBG nas mulheres em relação dos homens ou das violências e discriminações que vivem grupos sociais específicos. Muitas delas assumem a perspectiva de gênero como nominal, considerando só o sexo como variável sociodemográfica. Este enfoque perde então sua potencialidade para abordar as violências como problema estrutural no que se entrecruzam distintos sistemas de opressão.

As iniciativas com infâncias, adolescências e juventudes, em geral, se referem à prevenção de gravidez adolescentes ou a violência nas escolas, porém, ainda quando mencionam a perspectiva de gênero como parte de seus enfoques, tendem a homogeneizar as perspectivas a respeito das afetações das normas sociais de gênero em homens e mulheres. As estratégias de promoção de convivência pacífica, ou contra as violências nas escolas, em geral não tomam em conta o enfoque de gênero e geracional e não abordam de maneira particular as violências

específicas que vivem as meninas, adolescentes ou jovens. As violências que vivem as dissidências sexuais tampouco se abordam de maneira particular, em que quedam invisibilizadas dentro de uma noção geral de violência.

El desvanecimiento das especificidades das VBG é frequente também em iniciativas que abordam problemáticas sociais como a insegurança, nos quais prevenir as VBG forma parte de alguns de seus objetivos, componentes ou linhas de trabalho. Segundo estas propostas a violência urbana, entendida em tanto como violência delitiva, afeta às mulheres pelo lugar em onde vivem, não por sua condição de gênero. Por isso, elas são consideradas como grupo particularmente vulnerável, porém sem uma maior análise de como a dimensão de gênero articula, produz e reproduz violências específicas contra as mulheres, jovens, meninas e dissidências sexuais. As estratégias de prevenção, nestes casos, giram em torno a fortalecer práticas que “evitem” a exposição ante possíveis situações de violência, ou a modificar os fatores físicos ou de manutenção dos es-



paços nos que sucedem (iluminação, espaços vazios ou descampados, etc.). Todos os fatores que podem contribuir a uma

prevenção situacional de algumas violências, porém que não visam a desmontar as causas que as produzem.

NÃO FUNCIONA:

Descaracterizar a especificidade das VBG a respeito de outras violências ou discriminações, invisibiliza as experiências particulares das mulheres ou dissidências sexuais frente a situações de violência que lhes afetam.



5.2 NÃO RECONOCER AS INTERSECCIONALIDADES DAS VBG

Nas experiências que reconhecem a especificidade das VBG e incorporam o enfoque de gênero em suas análises, a relação entre as opressões de gênero com as de classe, raça/etnia, e idade (entre outras), continua sendo escassamente incorporada, ou sua incorporação é somente nominal ao mencionar que reconhecem certas condições das mulheres ou dissidências sexuais com as que trabalham.

De fato, se tende a homogeneizar às mulheres sem reconhecer a diversidade delas e suas opressões e condições específicas. Se bem se registraram projetos e programas dirigidos a populações indígenas e afrodescendentes, pessoas com deficiência, dissidências sexuais, mulheres rurais e migrantes, nem em todos os casos partem de uma análise dos modos particulares nos que se configuram as VBG. É o caso também das experiências que partem de uma caracterização socioeconômica das mulheres, como dato descritivo de sua condição de pobreza e vulnerabilidade, que não necessariamente se incorpora

na análise das violências. Assim sendo, se desglossam marcadores sociais que não permitem compreender a complexidade e diversidade de experiências, situações e vivências que se vem afetadas por entramados que articulam racismo, classismo e patriarcado.

A focalização em grupos específicos de mulheres não necessariamente reconhece a inter-relação entre as distintas opressões das que são objeto. É assim que se trabalha com mulheres afrodescendentes, indígenas, jovens, migrantes, rurais ou com deficiência, muitas vezes homogeneizando suas experiências frente à violência a partir de priorizar a consideração de algum aspecto por sobre outro. Em algumas experiências, que sim partem de uma leitura interseccional do problema, as dificuldades se observam para incorporar esta perspectiva na metodologia e operacionalizá-la nas distintas etapas da iniciativa, fundamentalmente na implementação e a avaliação das ações.

Ainda que estas dificuldades podem se observar de maneira mais marcada nas

experiências desenvolvidas pelas instituições governamentais, também estão presentes em iniciativas impulsadas por organizações sociais, pois implicam intensificar no conhecimento sobre as inter-relações dos sistemas de opressão.

Na América Latina e o Caribe, uma região pluricultural e com população que se identifica maioritariamente indígena ou

mestiça, resulta fundamental fortalecer a compreensão interseccional das VBG para construir estratégias mais assertivas para abordá-las. As análises contextuais da problemática, e um conhecimento dos entramados sociais, culturais e políticos da região como impulso para a elaboração das estratégias, continuam sendo um desafio a superar.

NÃO FUNCIONA:

Homogeneizar as experiências de VBG para todas as mulheres e dissidências sexuais, desconhecendo as maneiras particulares em que estas afetam a grupos específicos como afrodescendentes, indígenas, jovens, meninas, mulheres com deficiência, lesbianas e trans, entre outras.



5.3 NÃO DELIMITAR CLARAMENTE O CAMPO DA PREVENÇÃO

Quando não se circunscreve à atenção às mulheres em situação de violência, a prevenção se amplia a uma multiplicidade de intervenções que pareceriam abarcar tudo. Em um número importante das experiências relevadas se observam dificuldades para delimitar o campo da prevenção (ver Cap. 4). De um modo geral elas são incluídas como parte de um contínuo na abordagem das VBG, dando por sentado seu sentido. Isto debilita o planejamento e a implementação das ações, pela inconsistência na construção de suas hipóteses de ação.

A pesar de um consenso cada vez maior sobre a importância de “chegar antes” de que as violências ocorram, persistem as dificuldades para configurar o campo de debate e ação que foca-

lize as causas que as produzem e não só em suas manifestações mais evidentes. Em parte, estas dificuldades se relacionam com a urgência pelo “fazer”, frente a um problema cada vez mais urgente e a débil reflexividade crítica sobre a própria prática, que se vê condicionada por sua vez por uma multiplicidade de fatores (acesso a recursos, contextos hostis, arranjos institucionais desfavoráveis, disputas de sentido, etc.). Así, se incorporam como propostas de prevenção um amplo repertório de estratégias, em ocasiões sem explicitar de que maneira questionam ou modificam as causas que geram as VBG. Sensibilizar, visibilizar, empoderar, produzir conhecimento, capacitar, atender e acompanhar, proteger, educar, reduzir riscos, promover a

igualdade de gênero, transformar normas sociais, fazer incidência política, fortalecer organização, denunciar, promover o acesso à justiça. Todas estas, entre outras, se mencionam como estratégias de prevenção das violências, dando por sentado seus impactos na diminuição das violências.

NÃO FUNCIONA:

Assumir que toda intervenção que aborda as VBG contribui a sua prevenção. Nem todas as ações contribuem a modificar as normas sociais que mantém as violências ou a transformar suas causas estruturais.



5.4 FOCALIZAR AS INTERVENÇÕES NA PREVENÇÃO SECUNDÁRIA, UMA VEZ QUE A VIOLÊNCIA ESTÁ JÁ INSTALADA

A vezes nomeada como prevenção secundária, outras simplesmente como prevenção das VBG, a atenção na emergência a mulheres em situação de violência é o foco principal e a vezes excludente de algumas políticas públicas e de organizações comunitárias, grupos de mulheres ou feministas. O risco da violência femicida é uma preocupação que se impõe e que se busca evitar com estratégias diversas; a violência costuma reduzir-se à violência física por parte de parceiros ou ex parceiros, e a reação é proteger a vida das mulheres e a integridade física de suas famílias. A partir desta preocupação principal, se concentram os recursos e os esforços de uma multiplicidade de agentes, o quê dificulta a possibilidade de construir estratégias que transformem as complexas tramas que produzem e reproduzem as violências. Mesmo assim, se reforça, a figura das mulheres como as vítimas.

A denúncia judicial se promove nestes casos quase como a única via que permite obter acompanhamento e/ou proteção por parte do Estado. As organizações sociais trabalham também para facilitar a acessibilidade aos serviços de atenção e a intervenção rápida por parte das autoridades públicas, quando estas não fornecem albergue nos casos em que os agentes governamentais não possam garanti-los. Ainda quando já se conta com políticas públicas que buscam proteger a integridade física das mulheres em situação de violência, estes recursos nem sempre estão disponíveis ou apresentam barreiras já seja geográficas, culturais, idiomáticas, ou outras.

A revitimização na chamada “rota crítica”, assim como a desconfiança frente à impunidade, ineficácia ou demoras por parte das respostas estatais frente às situações de violência, configuram uma situação paradoxal. A seguir, se insiste

em respostas emergenciais, ainda que se sabe não previnem as VBG, são necessárias e perentórias, especialmente frente ao risco de femicídio. Ainda se continua focalizando em demandar ou agilizar respostas que bem longe estão de abordar eficazmente e de maneira integral e interseccional as violências, porém que continuam sendo necessárias e perentórias. É o caso também das medidas de proteção ou os protocolos para atender violências de alto risco. De igual maneira os programas de trabalho com homens agressores, que mostram atualmente muitas deficiências a nível de sustentabilidade, estando em geral construídos desde um paradigma psicologizante e de modo patológico das VBG.

A atenção na urgência e a proteção frente ao femicídio como possibilidade latente resultam assim, em muitos con-

textos, a única prioridade para a prevenção, porém igualmente da conta das persistentes dificuldades para ir mais além dela e abordar causas estruturais.

A pandemia de COVID-19 contribuiu a fortalecer a focalização das ações em torno às violências nas relações de casal ou no interior da família. As medidas de confinamento ou isolamento social coadjuvaram a agravar as condições de risco para as mulheres, adolescentes e meninas; grande parte dos esforços estatais se voltaram a promover e receptionar a demanda de intervenção. Isto não implicou em todos os casos, maiores inversões orçamentais, melhoras nas condições de trabalho para os e as servidoras públicas, ou uma adequação dos recursos existentes para agilizar a atenção e dar respostas eficazes frente à problemática.

NÃO FUNCIONA:

Centrar as intervenções preventivas em minimizar os danos uma vez que a violência já está instalada. A prevenção necessariamente deve tender a modificar as causas das VGB e não só amortecer seus efeitos.



5.5 CONSTRUIR ABORDAGENS DESCONTEXTUALIZADAS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

Na análise das experiências identificamos iniciativas nas que as características particulares do contexto social, cultural e político nas que surgem e se desenvolvem e se tornam desfiguradas, sem lograr estabelecer as conexões entre esse contexto e a proposta de intervenção

para prevenir as VBG. São propostas que assumem as VBG como manifestação de uma estrutura hierárquica entre os gêneros que parecera ser ahistórica e transcultural, desde uma perspectiva que tende a homogeneizar e universalizar o fenómeno.

Desta maneira, as intervenções poderiam ser replicadas em diferentes contextos, sem ser necessárias maiores adaptações. De modo geral, se omitem os diagnósticos ou suas atualizações que são um passo fundamental para a construção das propostas de intervenção e se aplicam modelos pré-estabelecidos sem analisar sua pertinência cultural ou as condições necessárias para implementá-los em contextos específicos. É o caso de numerosas campanhas ou atividades de sensibilização ou capacitação que se lançam como ações pontuais e fragmentadas, sem um planejamento estratégico que permita construir propostas e conteúdos que resultem significativos para a população com a que se quer trabalhar. Integrar os diagnósticos contextualizados supõe construir um conhecimento profundo e situado das VBG em cada contexto particular, a identificação de agentes e aspectos chave a ser abordados, a construção de alianças inclusivas, o reconhecimento de possíveis obstáculos ou riscos e de fatores facilitadores no processo, entre vários outros passos fundamentais.

Em uma região diversa, complexa, pluricultural e dinâmica como a latino-americana e caribenha, continua sendo im-

prescindível intensificar o conhecimento sobre as particularidades que assumem as VBG, suas persistências, os sentidos que adquire para os diferentes agentes em contextos diversos, multiculturais e locais. Também sobre as maneiras nas que o classismo, racismo e heteropatriarcado se articulam e atravessam a vida cotidiana das pessoas. De igual modo, é necessário reflexionar sobre os impactos de acontecimentos sociais, culturais e políticos nas articulações e desarticulações de sentidos respeito das violências, como campo de disputa.

Recuperar as maneiras particulares nas que certos acontecimentos permeiam os sentidos sobre as VBG e suas possibilidades de abordagem, entre elas a prevenção, possibilita também um conhecimento mais profundo de suas características e a elaboração de estratégias de intervenção contextualizadas. É o caso da perseguição e o assassinato de ativistas feministas e defensoras de direitos humanos, os discursos antidireitos de setores fundamentalistas, as cumplidades estatais que atentam contra os avances logrados com respeito aos direitos das mulheres e as dissidências sexuais, entre tantos outros.

NÃO FUNCIONA:

Desconhecer a ancoragem social, cultural e histórico das VBG em cada contexto particular. Assumir as violências como fenômeno transcultural e ahistórico invisibiliza as normas sociais de gênero específicas e os fatores que interveem em sua configuração. Sem um conhecimento destes fatores, dificilmente poderão construir intervenções assertivas a respeito da problemática.



5.6 DESENVOLVER ESTRATÉGIAS PONTUAIS E FRAGMENTADAS PARA PREVENIR AS VBG

A pesar de existir um consenso geral de que as transformações sociais e culturais necessárias para frenar as VBG são câmbios profundos que não se dão de um dia para o outro, persiste o desenvolvimento de ações pontuais, a curto prazo e fragmentadas³⁷.

A dificuldade de manter no tempo as ações ou complementá-las entre si, cobra maior relevância em torno às responsabilidades assumidas pelos Estados no campo da prevenção. Mais ainda quando todos os países da região contam com planos ou políticas que incluem a prevenção das violências como parte de seus compromissos de ação. Inclusive chama a atenção que em algumas das experiências desenvolvidas por instituições governamentais se descaracterize sua ancoragem nas políticas de enquadramento vigentes em seus contextos.

O predomínio de projetos de curto prazo e a fragmentação das ações dão conta da débil articulação interinstitucional e das dificuldades para manter as ações mais além dos ciclos de gestão governamental. Além disso, reflete a debilidade na sistematização e avaliação das intervenções, que permitiria realizar ajustes. As campanhas, iniciativas de sensibilização ou capacitação a diversos agentes, cujo impacto se considera em geral em términos de quantidade de pessoas alcançadas, são um exemplo deste tipo de experiências.

A fragmentação dos esforços em prevenção expõe também o lugar secundário que ainda tem nas políticas públicas e dilui a necessidade de construir abordagens integrais e adequadas para cada contexto particular. Isto con-

tinua sendo um importante obstáculo para fortalecer algumas iniciativas que poderiam estar mostrando caminhos do quê é promissório para a modificação das normas sociais de gênero, ou fortalecimento de capacidades ou a promoção de autonomias no coletivo de mulheres ou dissidências sexuais.

Entre as experiências de organizações sociais, de mulheres e feministas, encontramos um número importante de iniciativas de curto prazo. O acesso a recursos econômicos para desenvolvê-las é um dos principais obstáculos para manter e ampliar o alcance das iniciativas, porém não é o único. Persistem dificuldades de articulação com e entre diferentes experiências, que permitam unir resultados ou aprender de iniciativas previas e lograr impactos no mediano prazo. A falta ou débil sistematização e socialização dos processos, propostas metodológicas e resultados das experiências dificulta o reconhecimento de um acumulado no “saber fazer”, ou das aprendizagens sobre o quê não tem funcionado.

Além do mais, persiste em numerosas experiências a focalização em um agente ou problema como monocausal das VBG. Por outra parte, em algumas experiências pode se observar que suas estratégias derivam de uma perspectiva simplificadora das violências, já seja por uma débil compreensão do problema que se busca abordar e/ou das capacidades para construir teorias do câmbio que deem conta do aporte específico que se realiza. A ênfase na dimensão individual das VBG continua predominando nas lógicas de ação.

37. Um 39% das experiências relevadas são iniciativas a curto prazo, entre seis meses e um ano de duração. De igual modo, foram excluídas do mapeio numerosas iniciativas que não cumpriram com o requisito mínimo temporal de seis meses de execução como critério para ser consideradas.

NÃO FUNCIONA:
Focalizar as intervenções em ações pontuais, esporádicas, com objetivos limitados e a curto prazo não contribui para produzir transformações sociais nas causas estruturais das violências.



5.7 CONTAR COM MAIOR INFORMAÇÃO NÃO NECESSARIAMENTE PREVINE AS VBG

Um número importante das experiências relevadas privilegia estratégias centradas em oferecer informação com o objetivo de prevenir as VBG. Elas desenvolvem campanhas ou outras ações de sensibilização e capacitação sem diferenciar agentes, com o mesmo conteúdo e metodologias. Estas iniciativas focalizam suas intervenções em transmitir conteúdo geral sobre as violências: definições, tipos e modalidades de violência, quadros normativos vigentes em seus países a respeito desta problemática. Assim mesmo, costumam difundir informação sobre recursos estatais de atenção ou denuncia frente a situações de VBG.

A pesar de ser iniciativas que podem contribuir a instalar o tema em contextos hostis frente à problemática, ou catalisar processos de reconhecimento social das mulheres como sujeitos de direito, em algumas ocasiões pareceriam responder a uma lógica lineal de razoamento, que desconhece a multicausalidade e multidimensionalidade das violências. Persiste, neste sentido, a confiança em que com maiores níveis de informação se previnem as VBG,

ao se modificar as normas sociais nas que se amparam. Isto reflete uma débil compreensão do problema, ao desconhecer o complexo entramado de conflitos e mediações sociais, culturais e históricas que se enlaçam na estrutura hierárquica entre os gêneros, da qual as violências são manifestação.

A estandardização de informação que se fornece pode resultar problemática em vários sentidos. Em primeiro lugar, homogeneiza experiências, vivências e crenças diversas impactando nas mulheres em situação de violência e na sociedade em seu conjunto. Tampouco se precisa níveis de responsabilidade entre diferentes agentes e instituições estatais. Isto em particular chama a atenção em experiências de capacitação que se desenvolvem com os mesmos conteúdos para público geral e para funcionários e funcionárias governamentais. De igual modo, em campanhas de sensibilização que estão dirigidas a grupos particulares, porém não elaboram mensagens específicos para cada um deles.

Muitas destas iniciativas, porém especialmente as campanhas de comuni-

cação, apresentam escassa informação sobre de seus processos de planejamento, com quem ou como se construíram.

Em geral, são ações que, não incluem em sua elaboração mecanismos de avaliação ou seguimento.

NÃO FUNCIONA:

Focalizar as intervenções unicamente em incrementar a informação que a população tem respeito às VBG, não necessariamente impacta na transformação das causas que a produzem nem nas normas sociais que as mantêm.



5.8 NÃO CONTEMPLAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, JOVENS, MENINAS E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E A ARTICULAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NAS PROPOSTAS DE PREVENÇÃO

Em uma porcentagem elevada das experiências implementadas pelos agentes governamentais e, em menor medida, das experiências desenvolvidas por organizações sociais, de mulheres e feministas, a participação das pessoas, grupos ou comunidades envolvidas nas ações continua sendo um aspecto débil ou pendente. Em algumas iniciativas se lhes incorpora formalmente, ou se considera-as em termos instrumentais, como meio para alcançar os objetivos apresentados, não como aspecto estruturante das estratégias e como fim em si próprio.

Em geral, estas experiências consideram a participação das mulheres, jovens, meninas ou dissidências sexuais em tanto: 1) beneficiárias ou receptoras das ações; 2) multiplicadoras das iniciativas orientado um público mais amplo; 3) facilitadoras do acesso de outras mulheres aos serviços estatais. A ênfase na maioria destas experiências está posta em quantificar o

número de participantes para dar conta do alcance das ações. Pelo geral não se explicita o tipo ou as diferentes formas nas quais tem se promovido ou logrado o envolvimento de diferentes grupos ou pessoas. Tampouco se dá conta de processos de consulta, consentimento ou validação das propostas antes de ser levadas a cabo.

Somente em um número minoritário das experiências implementadas por agentes governamentais, a participação de mulheres ou jovens tem sido incluída no processo de planejamento das propostas. Da mesma maneira, poucas experiências governamentais têm construído alianças com organizações feministas ou de mulheres para a implementação conjunta das ações e nestes casos, em geral, têm sido as agências do Sistema de Nações Unidas as impulsoras da articulação.

Fundamentalmente nas experiências governamentais, porém também em algumas iniciativas de ONG, agências intergo-

vernamentais ou de cooperação internacional, a participação das mulheres, meninas, jovens e dissidências se dá por sentada em tanto beneficiárias, desconhecendo a sobrecarga que esta participação possa supor. Isto cobra especial relevância nas propostas que incentivam a multiplicação das ações por parte de mulheres ou jovens formadas como líderes ou promotoras, trabalho em geral voluntário e não remunerado. De igual modo, as dificuldades na participação se aprofundam quando se trata de mulheres afrodescendentes, mulheres indígenas e mulheres com deficiência.

Involucrar às mulheres e suas organizações na construção das experiências, desde a análise do problema e o planejamento das ações, sua implementação, o monitoramento e avaliação, pode gerar

processos participativos genuínos, que considerem os obstáculos mencionados anteriormente, assim como garantir a sustentabilidade das ações. Algo similar poderia se dizer da participação de outros agentes, como líderes comunitários, autoridades indígenas, servidores e servidoras públicas, ou outras organizações sociais. Embora, estes aspectos continuam sendo débeis em muitas das experiências relevadas, porque são processos largos e complexos que, em geral, excedem e vão mais além dos compromissos assumidos nos ciclos de financiamento, ou bem porque não são considerados como relevantes. Os maiores avances de articulação se visibilizam a nível das organizações sociais, nas estratégias conjuntas com espaços de ativismo e coletivos ou grupos de mulheres.

NÃO FUNCIONA:

Considerar às mulheres, meninas, jovens e dissidências sexuais, somente como beneficiárias das ações, sem incorporar sua participação como elemento chave para o desenvolvimento das propostas de prevenção.



5.9 FALTA DE INSTITUCIONALIDADE DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DAS VBG

A brecha entre o reconhecimento formal do direito das mulheres diversas e as pessoas LGBTTIQ+ a viver vidas livres de violências e o acesso efetivo a esse direito segue sendo um dos nódulos críticos em torno à problemática. Outro ponto é a tensão entre os avances logrados na construção de políticas públicas que abordam as VBG e a impunidade como

resultado da intervenção ineficaz das instituições governamentais.

Neste contexto, o fortalecimento das capacidades estatais para abordar as VBG continua sendo um aspecto fundamental para numerosas experiências relevadas. Tanto desde as instituições governamentais, intergovernamentais e as organizações sociais, se aposta a me-

lhorar as respostas que fornece o Estado frente à problemática. Além disso, a pesar ainda dos esforços e dos avances logrados, as políticas públicas continuam sendo ineficazes ou insuficientes para lograr modificações substantivas, que ponham fim às violências.

A falta de institucionalidade das estratégias de prevenção pode se traduzir em escasso orçamento, fragmentação e descontinuidade nas ações, falta de rendição de contas das tarefas de prevenção. Também o que as organizações sociais reconhecem como “falta de vontade política” são alguns dos obstáculos que as experiências relevadas reconhecem como barreiras para melhorar as intervenções estatais e o desenvolvimento de estratégias mais integrais. O papel secundário que ocupa a prevenção nas políticas de abordagem das VBG se menciona também como resultado do anterior.

Estas barreiras são claramente identificadas por várias experiências que analisamos e que reconhecem que o trabalho com as autoridades públicas ou que aposta a fortalecer as capacidades institucionais apresenta os maiores obstáculos e os menores logros. Contrariamente aos avances em torno ao empoderamento, organização e mobilização das organizações de mulheres e outros agentes comunitários, os logros em relação à institucionalidade se circunscrevem à incorporação formal

das VBG em normativas ou procedimentos administrativos.

De maneira consistente entre várias experiências, o diálogo e a articulação com os agentes estatais se reconhecem como limite e ponto crítico para aquelas iniciativas que se propõem trabalhar de maneira integral. Também à ausência de políticas integrais, se a agregam como debilidades a rotação de pessoal, os câmbios de gestão com as conseqüentes modificações em prioridades e modalidades de trabalho, e os modelos de rendição de contas que ignoram os processos gerados. Além disso, a falta de recursos humanos capacitados e a delegação de responsabilidades aos territórios locais sem descentralizar recursos econômicos.

Frente a estes obstáculos, a sustentabilidade das ações resulta também debilitada. É o caso também de iniciativas impulsadas por ONG ou agências do Sistema de Nações Unidas que promovem o fortalecimento das capacidades governamentais, porém que não logram permear as estruturas institucionais. Neste sentido, as estratégias de capacitação dos e das funcionárias e as equipes técnicos, assim como também as estratégias orientadas a estabelecer normativas, ou pautas de ação para abordar as VBG, resultam necessárias, porém não suficientes para fortalecer as capacidades estatais em respeito à problemática.

NÃO FUNCIONA:

A débil ou inexistente institucionalidade para a prevenção das VBG, que dá conta do lugar secundário ou periférico que ainda hoje ocupa na abordagem das violências.



5.10 DÉBIL SISTEMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

Poucas das experiências relevadas, tanto de organizações sociais como de governos, apresentam avaliações a sistematização de suas intervenções. Se bem, os projetos financiados por agências de cooperação bilateral ou das Nações Unidas incluem este aspecto dentro do planejamento dos mesmos, as avaliações levadas a cabo nem sempre se compartilham publicamente.

A não realização e a falta de difusão de tais avaliações se constitui em um obstáculo para aprender da experiência, potencializar aspectos promissórios e construir sobre um acumulado que permita fortalecer as iniciativas. Além do mais, da conta das dificuldades para incluir a avaliação e a sistematização desde o planejamento, como passos necessários para reflexionar não só sobre seus resultados e impactos, senão também e fundamentalmente sobre os processos e aspectos que permitem ou obstaculizam os avances em torno aos objetivos.

Os modelos de gestão baseados em resultados, si bem têm contribuído a fortalecer o planejamento e a implementação de programas de prevenção das VBG, deveriam se incrementar, pois facilita que os governos definam e distribuam o orçamento público para as ações que se proponham. Em aquelas experiências cujo planejamento inclui a avaliação e a sistematização das mesmas, a tendência é apresentar o cumprimento de metas em términos quantitativos- número de atividades realizadas ou pessoas alcançadas-, sem detalhe ou referência a logros qualitativos ou de processos. Pouco sabemos sobre dos impactos concretos de muitas das experiências relevadas na vida cotidiana das mulheres, suas famílias e entornos. A dificuldade para valorar que tipo de trans-

formações geram as intervenções se deve não só a que se reflexiona pouco sobre o que se faz, senão também à complexidade da problemática, e as dificuldades para construir indicadores significativos sobre estes impactos. De outro lado, quando as avaliações se realizam costumam ser levadas a cabo imediatamente finalizadas as ações; são escassos os estudos que indagam sobre os impactos das intervenções vários anos depois de finalizadas, o qual permitiria registrar corrigir e fortalecer aspectos relevantes, e pensar em políticas de Estado a mediano e longo prazo.

Como se mencionou, a “urgência pelo fazer” debilita a sistematização sobre a prática em prevenção. Isto se traduz em planejamentos de intervenção frágeis, e na repetição ou insistência em formatos, estratégias e propostas que não necessariamente têm demonstrado ser efetivas. Este ponto é particularmente problemático em torno a algumas ações governamentais, nas que se investem recursos públicos sem contar com evidência que permita desenvolver propostas sólidas e integrais. A ausência de avaliação e sistematização significativa e vinculante das políticas públicas é um nó crítico que é imprescindível abordar de maneira urgente.

Uma menção particular merece aqui também a tendência a identificar boas práticas ou práticas exitosas. Isto tem contribuído sem dúvidas à aprendizagem coletivo sobre distintos aspectos relacionados às abordagens das VBG, tem aportado a promover processos de reflexão nos próprios agentes que implementam as ações, tem socializado metodologias e estratégias que resultaram prometedoras. No entanto, a ênfase posto no que sim tem funcionado pode ter contribuído a descuidar a necessidade de

contextualizar as intervenções. De igual modo, tem passado a um segundo plano a reflexão sobre o que não tem funcionado o tem sido infrutuoso e por quê. Este

é um ponto sobre o que segue sendo necessário indagar, como Fonte de aprendizagem fundamental para fortalecer as ações de prevenção.

NÃO FUNCIONA:

Centrar a avaliação das ações de prevenção no reporte dos alcances, sem consolidar capacidades para o monitoramento e a avaliação de processos e resultados. A ausência ou débil reflexão sobre as próprias intervenções não permite retificar, adequar ou melhorar as ações, evitando o investimento de recursos (técnicos, humanos, financeiros) em esforços infrutuosos.



5.11 ÊNFASE NO FORTALECIMENTO DA AUTONOMÍA INDIVIDUAL DAS MULHERES, ENTENDIDAS COMO SUJEITOS VULNERÁVEIS

Ainda persistem as dificuldades, fundamentalmente nas experiências desenvolvidas pelas instituições governamentais, para a implementação de políticas que vão mais além da conceição das mulheres como vítimas ou como sujeitos vulneráveis que buscam resolver de maneira individual a multiplicidade de situações que vulneram seus direitos. De maneira geral, suas propostas se restringem à prestação de serviços ou a transferência de recursos com uma lógica que as localiza como beneficiárias das ações estatais. Por recursos se entendem não só transferências monetárias, como é o caso dos subsídios ou microcréditos a mulheres em situação de violência, senão também aqueles que buscam fortalecer suas capacidades de enfrentar as condições que se constituem em obstáculos para reconhecer ou pedir ajuda frente a esta situação. Isto dá conta,

como se mencionou, de uma conceição da prevenção restringida a evitar maiores danos quando a violência está já instalada.

Outra variante que assume a destinação de recursos não está vinculada à assistência em emergência senão à promoção da autonomia econômica das mulheres através de capacitações em ofício e/ou microcréditos para o desenvolvimento de empreendimentos laborais. A dependência econômica se reconhece como fator determinante para a perpetuação das VBG, localizando em geral a responsabilidade de se providenciar nas mesmas mulheres. Como estratégia desvinculada de outras, estas propostas desconhecem os múltiplos fatores que contribuem a esta dependência, vinculados à pobreza estrutural, os altos níveis de informalidade laboral nos países da região, a persistente divisão sexual do trabalho e a quase exclu-

siva responsabilidade das tarefas de cuidado que recai nas mulheres, entre outros.

Os fatores de proteção frente às VBG, continuam sendo os menos abordados nas experiências relevadas. Os espaços de sociabilidade e de encontro, as redes comunitárias e a organização das mulheres são escassamente consideradas nas experiências governamentais como aspectos que contribuem a prevenir as violências ou gerar apoios frente às mesmas. Estes são fatores que sim estão presentes de maneira mais estendida entre as experiências das organizações sociais, feministas e de mulheres.

Persiste em geral, em todos os agentes relevados, a concepção das autonomias das mulheres em chave individual. Numerosas experiências desenvolvidas por ONG e organizações de mulheres põem o foco no fortalecimento de “habilidades para a vida” o das capacidades individuais para facilitar a ampliação do desenvolvimento

pessoal das mulheres, e como forma de evitar ou se proteger das VBG. A autonomia é entendida de maneira individual e se relaciona com a possibilidade de tomar decisões. Fortalecer o amor próprio e a autoestima é mencionada por estas estratégias como aspecto fundamental do empoderamento subjetivo.

Se bem esta dimensão resulta necessária, não parece suficiente para modificar as raízes profundas das VBG. É imprescindível avançar também, no reconhecimento dos impactos que as VBG têm no coletivo de mulheres, apostando a politizar estas violências -aposta e alcance dos movimentos feministas-, e a fortalecer às mulheres como sujeito político. As transformações sociais e culturais necessárias para modificar as causas das violências supõem, mesmo assim, impugnar as relações hierárquicas de poder entre os gêneros, e comover as sensibilidades sociais em relação às desigualdades que mantêm.

NÃO FUNCIONA:

Considerar às mulheres somente em tanto sujeitos vulneráveis, que necessitam assistência ou acompanhamento frente às VBG. Isto não contribui a fortalecer suas autonomias individuais e coletivas.



6.**OS CAMINHOS PROMISSÓRIOS PARA A PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS**

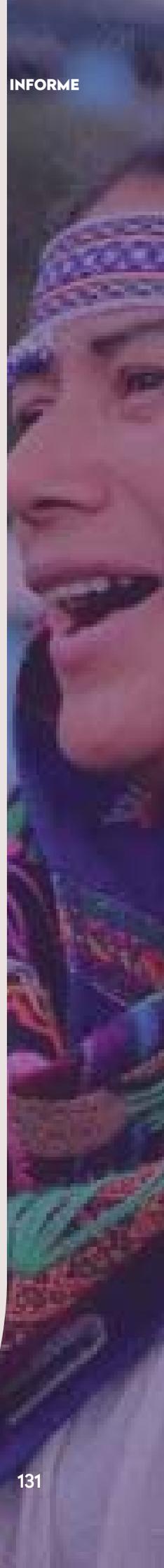
Neste estudo se consideram experiências promissórias para a prevenção das VBG aquelas que mostram a potencialidade de desafiar e transformar as normas sociais e culturais de gênero. São iniciativas que contribuem a visibilizar e ampliar a compreensão das VBG nos espaços públicos, não só as que se produzem no casal ou no âmbito familiar. Estão também as dirigidas a grupos de mulheres e meninas particularmente excluídos e vulnerados, como indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQTIQ+, entre outras. Neste sentido, são propostas que aprofundam na multiplicidade e inter-relação de condições estruturais, os padrões socioculturais e as práticas socio-comunitárias, institucionais e sociais que produzem e reproduzem as violências.

Consideramos relevantes os modos em que estas experiências questionam ou contribuem a transformar a tolerância social orientada as VBG, a promover masculinidades não violentas e corresponsáveis, o a ampliar os “pisos de igualdade” e de reconhecimento social igualitário de mulheres e pessoas LGBTQTIQ+. São também experiências que aportam ao fortalecimento das autonomias de mulheres e meninas, e envolvem a participação ativa e o compromisso de diferentes agentes, interpelando suas relações e interações na vida cotidiana e as formas nas que estas contribuem a produzir e reproduzir os entramados de

discriminação e subordinação.

Finalmente são experiências que, ainda se desenvolvendo em articuladas e em diferentes escalas territoriais, retomam os sentidos construídos no local-comunitário-institucional, já que partem de uma profunda compreensão deles para construir suas intervenções; são experiências de caráter situado, o que as torna incomparáveis com outras ainda compartilhando tema ou estratégia desenvolvida. Este estudo não partiu de um afã avaliativo de cada iniciativa em particular, senão da intenção de identificar, em base aos critérios e indicadores, aquelas estratégias, metodologias e abordagens que poderiam indicar caminhos mais promissórios para a prevenção.

Os cinco indicadores que se apresentam a continuação contribuem a qualificar aqueles aspectos que dão conta da potencialidade de uma experiência de contribuir a caminhos mais promissórios para a prevenção. São aqueles aspectos que nos dão “pistas para a ação” neste campo. Entendendo que uma experiência particular pode mostrar alguns aspectos mais promissórios que outros, ou bem que as dificuldades no acesso à informação podem dificultar a consideração de um aspecto em concreto, consideramos como promissória aquela experiência que satisfaça ao menos com dois dos indicadores construídos.



6.1 INDICADORES SOBRE OS CAMINOS PROMISSÓRIOS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

GRÁFICO Nº 9 INDICADORES DO QUÊ É PROMISSÓRIO NAS EXPERIÊNCIAS RELEVADAS



Fonte: elaboração própria, 2021.

6.1.1 IMPACTO

São consideradas iniciativas promissórias aquelas que se propõem e avançam em modificações não só na vida das mulheres e/ou pessoas LGBTQTTIQ+ que atravessam situações de violência, senão também nas normas sociais e práticas de seu entorno mais amplo (familiar, comunitário, institucional, social), tendendo a modificar as condições da manifestação das violências. Vão ser tomados em conta três aspectos: a modificação das normas sociais, a promoção das autonomias e a legitimidade.

Em primeiro lugar, a experiência relevada questiona explicitamente as normas

sociais heteropatriarcais no quadro do contexto específico no qual atua, e contribui a desnaturalizar práticas, crenças e valores, avançando sobre o plano dos imaginários sexistas. É uma proposta que desafia os papéis e estereótipos de gênero, e busca aportar à construção de masculinidades não violentas. Questiona as violências contra as mulheres e dissidências, revisando o papel e a posição dos homens frente às mesmas.

Quando involucra instituições governamentais, inclui a violência institucional e mostra caminhos promissórios se expressa potencialidade para modificar

as práticas ao interior das instituições que produzem e reproduzem o lugar subordinado das mulheres e dissidências sexuais. Assim também quando contribui a ampliar a compreensão das dinâmicas institucionais envolvidas e a identificar obstáculos nas capacidades governamentais para a abordagem integral da problemática.

Assim se consideram promissórias as experiências governamentais que, partindo do reconhecimento do quadro legal -quando este é integral-, permitem que as iniciativas nutram de sentido a normativa com planos, políticas e programas que situem o alcance da prevenção e a compreensão das VBG.

No que se refere à promoção das autonomias, em segundo lugar, a experiência que aporta uma perspectiva de integralidade é aquela que reconhece e considera a inter-relação entre as autonomias das mulheres e dissidências sexuais -tanto física, como econômica tanto na toma de decisões (CEPAL, 2011)- e logra fazer evidente o vínculo entre sexismo, racismo, patriarcado e as VBG e seu impacto sobre estas.

É promissória em tanto considere al-

guma destas questões: se proponha transformações situadas -locais e/ou comunitárias- nos entornos próximos às mulheres e dissidências sexuais; busque ampliar as margens das autonomias coletivas desde um enquadre interseccional que reconheça múltiplas opressões; e/ou promova a vinculação entre as demandas de distintos grupos entre se e com diferentes agentes. Neste ponto, resulta relevante uma experiência se as atividades e estratégias que utiliza visam bem à transformação social ou a reparação transformadora³⁸.

Por último, a legitimidade supõe que os agentes envolvidos na experiência reconhecem sua potencialidade para gerar câmbios nas condições (já sejam subjetivas, institucionais, comunitárias e sociais) que contribuem a produzir e reproduzir as VBG, já que logra interpelar as atitudes e práticas violentas e propicia a ampliação dos pisos de igualdade para mulheres e dissidências sexuais. Então os diferentes agentes legitimam e validam suas estratégias, encontrando nelas pistas para a prevenção, podendo ser replicadas, adaptadas, multiplicadas e/ou apoiadas em outros contextos.

6.1.2 INTEGRALIDADE E INTERSECCIONALIDADE

O segundo indicador se refere aos abordagens integrais das VBG que algumas experiências impulsionam, evitando abordar isoladamente as relações entre o sistema heteropatriarcal, racista e capitalista e sua persistência, e o continuum das violências que produzem.

Em primeiro lugar, se considera promissor aquilo que no planejamento das intervenções de prevenção das VBG parte dos sentidos, linguajes e culturas dos grupos específicos com os que trabalha,

considera sua caracterização territorial e integra as interseções vividas pelas mulheres e meninas, desde sua pertença étnica ou racial, ou sua condição de migrante, jovem ou pessoa com deficiência. Isto implica construir as iniciativas desde esta análise e o desenvolvimento de uma lógica de ação interna, que não se impõe aos agentes, senão que contribui a interpelá-los.

Consideram-se as formas particulares nas que as experiências abordam a

³⁸ Segundo Segato (2021) a reparação transformadora consiste na modificação das condições de vulnerabilidade previas às violações aos direitos humanos, de maneira que as vítimas não sejam enviadas de retorno à mesma situação estrutural de violência e discriminação, mas sim que se corrijam ditas condições. Não se trata de julgar, sentenciar, condenar e punir, senão de transformar as condições que deram origem ao dano sofrido.

compreensão das violências e os contextos da intervenção. No primeiro caso estaremos ante iniciativas com maiores níveis de compreensão, já seja porque ampliam a análise das VBG, seu alcance e suas modalidades ao iluminar contextos pouco visibilizados em tal comunidade, instituição ou grupo social; ou porque evidência sua ancoragem em condições estruturais, constituindo-se em uma violação aos DDHH. Avança em vincular e compreender as interseções das VBG com outras violências, baseadas na pertinência étnica, a raça, a deficiência, a con-

dição de migrante, entre outras.

Com respeito dos contextos em que se produzem as VBG, a proposta considera como estes podem se constituir como propícios ou habilitantes de formas inovadoras de intervenção ou, pelo contrário, como cenários hostis que obstaculizam o avance das ações (como a perseguição a defensoras de DDHH, conflito armado, ou de avançada de forças conservadoras). Contribui a reconhecer e compreender o papel que novos agentes, instituições e práticas socioculturais e institucionais ocupam nestes contextos.

6.1.3 CONSISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

O terceiro indicador considera que uma experiência mostra caminhos prometedores quando seu planejamento de trabalho incorpora um conjunto de estratégias que propõe câmbios sustentáveis, que perdurem muito além das ações concretas desenvolvidas. Em particular se constroem suas intervenções tendendo a fortalecer a coerência interna entre objetivos propostos, estratégias apresentadas e logros a alcançar, em relação aos tempos contemplados para o desenvolvimento das ações. De igual modo, se considera de que maneira isto é consistente com os recursos -huma-

nos, técnicos e financeiros- disponíveis. Especial atenção cobram as alianças possíveis e necessárias entre diversos agentes, seu envolvimento e a geração de estratégias de participação, consulta e/ou compromisso político e programático para o logro de seus objetivos. Adicionalmente, neste indicador, uma experiência mostra caminhos prometedores se desenvolve suas ações buscando que as modificações que persegue perdurem no tempo, se multipliquem e/ou expandam e logrem estender seus alcances mais além do momento no que se desenvolve a intervenção.



6.1.4 INOVAÇÃO

Um quarto indicador assinala a iniciativas que aportem ações de novidade na prevenção em relação ao tema principal sobre o qual intervém a comunidade específica com quem desenvolva as ações, ou as violências que vinculem em seu enfoque, estratégias ou câmbios impulsados. Estamos falando de experiências que incursionam em campos e metodologias de novidade que, adaptadas às audiências específicas (meninas/os, adolescentes, adultas ou adultas maiores, homens), estão mostrando uma maior potencialidade de impacto.

São especialmente atendíveis aquelas experiências que hajam abordado: a geração de espaços seguros para mulheres e meninas e a prevenção das VBG no es-

paço público, violência política, violência digital, masculinidades, VBG em processos migratórios, envolvimento de forças de segurança ou outros agentes, violências nos âmbitos educativos ou em situações humanitárias por emergências. Também interessam experiências que combinam e exploram estratégias de intervenção ligadas ao arte, esporte, TICs, educação popular, EIS, ou ações de impacto coletivo a nível comunitário ou que apostam à comunicação para o câmbio. Dessa maneira, as que apresentam a abordagem interseccional de grupos atravessados por múltiplas opressões e aquelas que mostram como as modalidades do exercício das VBG são inter-relacionadas, simultâneas, contínuas e graduais.

6.1.5 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIO COMUNITÁRIA

Por último, se considera que uma experiência mostra caminhos promissórios para a prevenção das violências quando promove o envolvimento ativo dos sujeitos, organizações e outros agentes relevantes para o tema ou no contexto particular no que se inscrevem as intervenções. A participação como critério promissório refere não só à participação e compromisso das comunidades com os valores e objetivos dos projetos ou programas em termos consultivos, senão também estratégicos (no planejamento, monitoramento e avaliação). Refere ademais ao registro e incorporação de estratégias de prevenção emergentes nos processos co-

munitários, desde as “necessidades sentidas” da população envolvida.

Para incorporar estratégias desde a comunidade, se consideram dois aspectos. Em primeiro lugar, a relevância que tem para esses determinados grupos sociais ou agentes específicos um tema em particular em um contexto e um momento específicos, resultando disto um planejamento colaborativo que forma parte da agenda programática da experiência. E, em segundo lugar, quando surge destes agentes encarar a prevenção das VBG e a participação é autenticamente sentida como necessária sem que lhes resulte alheia ou externa.

6.2 ACIERTOS E FORTALEZAS nas EXPERIÊNCIAS RELEVADAS

Recopilar e analisar uma década de experiências em prevenção das VBG supõe identificar aqueles processos que pareceriam ser mais prometedores para o logro das transformações sociais, culturais e institucionais desejadas. A débil sistematização e avaliação das iniciativas de prevenção, fazem desta uma tarefa complexa. Em quase a totalidade dos casos não se conta com informação sobre os impactos das iniciativas na redução das violências. A reflexão gira então em torno às pistas prometedoras que algumas experiências proporcionam, a respeito de como avançar e fortalecer a transformação das práticas e normas sociais associadas aos padrões

discriminatórios e geradores de violências. Reflexão centrada mais nos processos que nos resultados.

Os cinco indicadores propostos são um ponto de partida para desenvolver uma análise qualitativa das experiências, em tanto, não podem ser considerados em términos absolutos. Na análise se valoriza cada experiência pontualizando os elementos e os modos em que esta considera -ou não- estes critérios e indicadores. A continuação, se apresentam os aspectos promissórios encontrados nas experiências analisadas que poderiam ser relevantes para a elaboração de iniciativas mais integrais e prometedoras.

GRÁFICO N° 10
CAMINHOS PROMISSÓRIOS PARA PREVENIR AS VBG



Fonte: elaboração própria, 2021.

6.2.1 DESAFIAR E IMPUGNAR AS NORMAS SOCIAIS E CULTURAIS DO HETEROPATRIARCADO

As iniciativas que impugnam as normas sociais e culturais costumam desenvolver suas estratégias construindo alianças entre múltiplos agentes com estratégias complementárias. Algumas destas experiências partem de ações de sensibilização a respeito das VBG, porém incluem estratégias que se propõem transformar as relações hierárquicas entre os gêneros e não só modificar as sensibilidades sociais em respeito das VBG.

Ademais de ressaltar e visibilizar situações concretas de violência, demonstram como se manifestam as violências, como se expressam em diferentes âmbitos, e inter-relacionam tipos e manifestações. Evidenciam, ao mesmo tempo, sua complexidade e a trama que as sustenta. Por sua vez consideram o impacto que tem a reprodução de normas sociais nos direitos humanos de mulheres, meninas, jovens e dissidências, e propõem narrativas alternativas que reivindicam direitos, afastando-se do discurso vitimista ou

de sujeitos vulneráveis.

Em síntese, são experiências que politizam as VBG ao desafiar sua naturalização e ao evidenciar as causas estruturais das mesmas, gerando evidências sobre sua relevância e impactos. São propostas que, da mesma forma, constroem suas ações seguindo uma planificação estratégica e um enfoque participativo, que resulta fundamental para o desenvolvimento de propostas mais eficazes.

Desafiar e impugnar as normas sociais do heteropatriarcado não necessariamente logra transformá-las. Além disso, o quê é promissório aqui radica no que se visibiliza a necessidade de avançar nesse caminho, reconhecendo que é necessário, porém não suficiente visibilizar as VBG como uma vulneração aos direitos humanos das mulheres e dissidências sexuais. Assumem assim um enfoque de gênero transformador, que aponta a modificar as causas da desigualdade e as violências e não só a visibilizá-las.



“¡Basta! Acabemos con las violencias contra las mujeres y niñas”, é uma iniciativa global que desde 2017 OXFAM impulsiona em oito países da região –Bolívia, Colômbia, Cuba, o Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua e República Dominicana-. Liderada por jovens e ativistas, organizações feministas e de mulheres, promove a transformação dos imaginários e as normas de gênero em jovens de 15 a 25 anos. A iniciativa parte de um diagnóstico profundo sobre as normas sociais que pretende modificar, construindo suas mensagens desde contextos situados que reconhecem particularidades e questionam o sentido comum sobre a problemática das violências.

A proposta analisa como os sistemas sociais afetam a prevalência da violência de gênero, sendo esta uma realidade inegável na região. Os dados que se desprendem do estudo diagnóstico “[Rompiendo moldes: transformar imaginarios y normas sociales para eliminar la violencia contra las mujeres](#)” afirmam que sete de cada dez jovens na América Latina e o Caribe consideram as violências de gênero como um problema grave em seu país. Destacam, do mesmo modo, oito normas patriarcais chave entre os e as jovens da região: desde o direito dos homens ao controle do corpo das mulheres até os ideais distorcidos do amor romântico, que contribuem às altas taxas de violência de gênero. Desta maneira, o estudo desenvolvido contribui a expor a natureza sistêmica dos problemas sociais e oferece vias de solução.

A campanha constrói suas ações a partir de processos participativos e interativos com as organizações de jovens e feministas. Busca abordar uma multiplicidade de temas que atravessam a vida dos e as jovens, como cyberbullying, assédio nas ruas e relações de amor e amizade. As atividades compreendem produtos comunicacionais –[vídeos](#), spots, comícios, festivais de cine, competições escolares de planejamento de cartazes exigindo o fim do matrimônio infantil, a decoração de rickshaw com mensagens positivas sobre a igualdade de gênero, concertos de grupos feministas, [“experimentos sociais”](#), e [“retos poéticos”](#). Na diversidade de estratégias desenvolvidas pelos coletivos que em cada país implementaram a campanha, se observa riqueza metodológica e criatividade. Resultam significa-



**¡BASTA!
ACABEMOS
CON LAS
VIOLENCIAS
CONTRA LAS
MUJERES
Y NIÑAS (2)**

tivas porque têm sido construídas nos contextos socioculturais de cada país onde se implementam. As ações e os mensagens buscam mesmo assim o envolvimento ativo dos e as jovens na luta contra as violências. O promissório radica em que consegue integrar as diferentes iniciativas, através da definição de alguns critérios conceituais, observando-se profundidade e diversidade temática e clareza no horizonte de transformação social que se propõe.

Em cada país, a campanha adotou um slogan que buscou aproximar a proposta ao público objetivo:

1. Bolívia: "Actúa. Detén la violencia"
2. Colômbia: "Parece normal pero es violencia"
3. Cuba: "Evoluciona"
4. El Salvador: "¡BASTA! Acabemos con la violencia hacia las mujeres y las niñas"
5. Guatemala: "Mi compromiso es"
6. Honduras: "¡BASTA! Acabemos con la violencia hacia las mujeres y las niñas"
7. Nicarágua: "No soy yo, es tu violencia"
8. República Dominicana: "Reseteate RD"

A iniciativa destaca também por ser mantida no tempo e por compartilhar e publicar periodicamente a sistematização e o monitoramento de suas ações, como é o caso do Informe de progreso e aprendizagens 2016-2019. Dessa maneira, tem construído um Sistema de monitoramento feminista para realizar seguimento de suas ações, resultados e impactos.

6.2.2 ANALISAR E COMPREENDER AS VBG DE MANEIRA SITUADA E INTERSECCIONAL

Assim consideram-se promissórias aquelas experiências que, situando as VBG em contextos específicos –geográficos, culturais, étnicos, econômicos, sociais e políticos–, reconhecem a interdependência das opressões dos sistemas de gênero, raça/etnia e classe; e fundamentalmente como afetam de maneira diferencial a mulheres, jovens e meninas, indígenas, afrodescendentes, migrantes, com deficiência, assim como também a pessoas LGBTTIQ+, entre outras.

Aquelas experiências que incorporam estas perspectivas mais complexas, assumem a interseccionalidade quando incorporam em suas análises sobre as VBG as dimensões histórico-sociais de construção e ancoragem, em um contexto ou população particular, do racismo, classismo, colonialismo e patriarcado como sistema de opressão articulados e interdependen-

tes. Este enfoque é o ponto de partida e enquadre para seu processo de trabalho nas experiências com mulheres indígenas ou afros. É uma perspectiva que não costuma se encontrar nas abordagens em zonas urbanas, nas quais em muitas ocasiões se assume certa homogeneidade da população ou não se explicitam as condições socioculturais, étnicas, raciais, de idade, etc.

Algumas experiências promissórias trabalham em torno aos obstáculos para o acesso à justiça e de como isto afeta a mulheres diversas e pessoas LGBTTIQ+. Suas estratégias, por tanto, buscam incidir na eliminação das barreiras para o tratamento justo das situações de violência que afetam a saúde e a vida das mulheres. São experiências que favorecem as denúncias, que promovem a acessibilidade ao sistema judicial e a recepção de denúncias, porém também iniciativas que

ressaltam a impunidade ou a discricionariedade do estado no tratamento judicial das situações de violência.

Outras iniciativas abordam as barreiras culturais e linguísticas para o acesso à justiça das mulheres indígenas. É o caso de experiências que impulsionam a difusão de materiais em línguas indígenas, partindo de que a comunicação na língua materna de mulheres, meninas e dissidências é condição indispensável para o acesso a seus direitos básicos.

Por outra parte, também constroem uma mirada interseccional sobre as VBG algumas experiências que ampliam e complexizam a noção de acesso à justiça, desde a cosmovisão dos povos indígenas.

As experiências que têm se mostrado como mais promissórias neste aspecto, têm sido desenvolvidas em uma escala bem delimitada. Neste sentido- e ainda que não se pode afirmar que deve ser as-

sim-, as experiências que mostraram mais potencialidade são aquelas desenvolvidas em uma escala geográfica pequena.

O alcance do bairro ou comunitário outorga uma base territorial e permite a interação cara a cara, a chegada a uma multiplicidade de agentes, a identificação de processos de construção das normas sociais que se querem modificar, e inclusive vincular os projetos com serviços de apoio e fazer incidência nos governos locais. Certas experiências -al partir de uma intervenção pequena- puderam ampliar e complexizar a ação até inclusive se multiplicar em distintos contextos. Isto se conhece como planejamento emergente, se apoia e constrói a partir de um processo desde baixo. As experiências exemplo disto são aquelas que introduziram inovações metodológicas, ampliaram compreensões preexistentes, incorporaram novos agentes, etc.



“Ejercicio de Derechos de las Mujeres Adultas Mayores Víctimas de Violencia, desde un Enfoque de Género: 2016-2018 en dos regiones del Perú: Ayacucho y Huánuco”, impulsado pela Red Nacional de Promoción de la Mujer y ONU Mujeres, trabalhou com mulheres adultas maiores em zonas que foram cenário de conflito armado, centrando o olhar nas brechas no exercício de direitos pela persistência de um padrão de discriminação e exclusão para com as populações indígenas.

Partiu de reconhecer que “Ayacucho y Huánuco são duas regiões afetadas pela violência política. As duas décadas de violência são uma experiência vital que marca de maneira definitiva sus percepciones, seu ser no mundo e seu futuro. É frente à violência desatada pelo Sendero Luminoso e as Forças Armadas que as mulheres respondem e se organizam. Muitas das atuais dirigentes se forjam nesta luta na que entram como esposas, mães e irmãs dos mortos e desaparecidos. Porém, elas também sofreram em seus próprios corpos a violência, um tema abordado de maneira importante no projeto” (*Informe de evaluación, 2019: 8*).

Incluiu atividades de sensibilização às autoridades públicas e buscou fortalecer as capacidades das mulheres para melhorar o exercício de seus direitos nas comunidades, o acesso à justiça e serviços; maior protagonismo e liderança em ações de incidência e reivindicação de direitos que visem gerar políticas públicas que garantam justiça e reparação perante as violações históricas, assim como também atenção oportuna de acordo com a idade e proteção frente a violações cotidianas a seus direitos.

Para este fim adaptou suas metodologias e propostas à cultura e língua quéchua, a mais estendida entre as mulheres de más de 50 anos na região. As experiências de violência política no enquadramento do conflito armado são o problema no qual se faz foco e o que se aborda através das histórias pessoais na língua quéchua -sua língua materna-. Ademais, um tema que se menciona como frequente no Informe de avaliação é que durante o projeto as mulheres conseguiram identificar as múltiplas



violências que enfrentam a diário “Não só a nível familiar, mas também a violência que sofrem nas instituições do Estado, como as delegacias, os estabelecimentos de saúde, o Ministério da mulher. Identificá-los, nomeá-los, tem sido um primer passo para enfrentá-los. Os comitês de vigilância são uma resposta a isso, assim como o uso do espaço público. As mulheres alçam sua voz, se fazem ouvir” (2019: 13).

Assim mesmo o trabalho de comprometer as autoridades locais e regionais no reconhecimento da problemática das mulheres adultas maiores foi um processo intenso que conseguiu colocar o tema na agenda social e pública. A iniciativa se apoiou e construiu a partir do processo organizativo da Red Nacional de Promoción de la Mujer (RNPM), integrando o conhecimento da zona, as atividades propostas e o trabalho com lideranças, que vinham de experiências diversas de participação das organizações integrantes desta Red. Sua metodologia integrou o enfoque interseccional e escutou às mulheres adultas maiores e jovens.

6.2.3 A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO COMO ORIENTADORA DA AÇÃO

Desenvolvem aspectos promissórios as experiências que integram a produção de conhecimentos durante todo o processo de intervenção. Aquelas que mostram resultados mais coerentes e consistentes são as que partem de investigações diagnósticas e participativas, com enfoques interculturais e interseccionais, e/ou implementam estratégias de investigação -ação com agentes locais que conhecem profundamente o contexto.

Isto permite a identificação dos pontos críticos com respeito à produção e reprodução das VBG em comunidades ou contextos particulares e o planejamento de ações de prevenção que projetem o câmbio de normas sociais e que ofereçam mecanismos de monitoramento e avaliação das ações. Nestes processos de indagação, o contexto aparece não como descrição ou cenário onde se sucedem as intervenções, senão também que servem para determinar o que é realista e possível fazer. A siste-

matização participativa das aprendizagens do processo e a avaliação final formam parte também desta perspectiva.

Qualquer ação de prevenção, por pequena que seja a escala geográfica, requer um diagnóstico prévio de contexto e a consideração de quais são as possibilidades para seu desenvolvimento. No campo das VBG isto não é menor já que a naturalização das opressões de gênero adquire diferentes formas segundo o contexto, em que é preciso estabelecer quais condições estão habilitando-as e quais são os agentes, processos, aspectos mais prometedores para contribuir a sua transformação.

Quando as intervenções são construídas em base à produção participativa de conhecimento, logram estruturar estratégias mais efetivas, étnica e culturalmente adequadas e possivelmente mais sustentáveis. Conhecer para poder transformar é a premissa básica que orienta esta lógica de intervenção, e tem mostrado interessantes resultados.



PROGRAMA ABRIENDO OPORTUNIDADES



Programa Abriendo Oportunidades. É um projeto do Conselho de População (Population Council) centrado em meninas e adolescentes entre 8 e 17 anos, com o propósito de fortalecer a transição orientada a juventude e idade adulta e incrementar sua promoção e retenção escolar. Na América Latina se enfoca em meninas e adolescentes indígenas rurais principalmente. Iniciou em Guatemala em 2004 em cinco comunidades se estendendo a mais de 350 no ano 2022. No México o Programa mudou de nome a Abrindo Futuros, iniciando em 2015 em oito comunidades do estado de Yucatán.

O modelo de intervenção parte da geração de evidência através de estudos de até dois anos de duração, os quais têm servido para identificar as barreiras particulares que as meninas indígenas vivem na interseção de seu gênero, etnia e condição socioeconômica. Isto serve para abordar estas barreiras através de novas aprendizagens e incidir na definição de políticas públicas adequadas a estas realidades. Na lógica do programa, proporcionar oportunidades educativas acessíveis e apoiar o desenvolvimento de habilidades para a vida, pode retrazar e inclusive prevenir os riscos gerados pelas situações derivadas das barreiras enfrentadas.

Para a abertura do Programa se busca o consenso com as autoridades comunitárias, mediante a assinatura de um contrato, a realização de um mapeio na comunidade para identificar e caracterizar à população de meninas e adolescentes e ao mesmo tempo, obter um espaço seguro onde trabalhar.

São convocadas a todas as meninas a participar em sessões semanais; elas são recebidas por uma mulher jovem de uma comunidade próxima, designada e preparada como mentora, para guiar às estudantes na aprendizagem de novos conhecimentos e o desenvolvimento de ativos para a convivência, a prevenção da violência e o desenvolvimento de sua autonomia. O conteúdo das sessões semanais está condensado em uma guia curricular com base em três eixos transversais: direitos humanos, gênero e Interculturalidade e Pertinência. Contem seis módulos de trabalho com uma duração aproximada de três meses cada um e uma duração total de 24 meses.

Em 2011, Abrindo Oportunidades recebeu a medalha UNFPA-Guatemala por seu trabalho no empoderamento e educação das meninas e adolescentes mayas.

Outro elemento chave do esquema de trabalho é a avaliação periódica do impacto. Foram registradas avaliações do programa em 2007, 2011 e 2019.

A introdução à Guia Curricular Integrada de 2015 afirma “Durante 10 anos se têm acumulado lições valiosas muitas vezes aportadas pelas mesmas jovens que lideram o programa em suas comunidades. O diálogo constante de toda a equipe de trabalho há permitido contar hoje com a presente versão. Esta é valiosa para a prevenção de violência baseada em gênero, a educação em direitos humanos e a educação integral em sexualidade.”

Por sua parte, a avaliação de 2017 de Abrindo Futuros em México, mostrou que o programa teve efeitos positivos na educação financeira das meninas (poupanças nos últimos três meses), no conhecimento sobre sua saúde sexual e reprodutiva (sobre planejamento familiar) e a geração de capital social (relações fora do lar). Apesar disso, também indicou que não se observavam avanços na retenção escolar, o matrimônio infantil e a gravidez adolescente, devido a que não se conseguiu manter uma participação continua das jovens entre 15 e 18 anos, possivelmente por falhas no planejamento do programa ao não considerar as necessidades específicas deste grupo de idade.

A produção de conhecimentos continua sendo um desafio durante o processo de implementação das ações e como ferramenta para a sistematização e avaliação dos programas, projetos e políticas. Como se mencionou, este é um déficit importante em relação das iniciativas de prevenção

das VBG na região. Produzir diagnósticos como ponto de partida das iniciativas e contar com indicadores para orientar os avanços das intervenções, permite comparar antes e depois das iniciativas e, em tanto, obter aprendizagem e melhorar as estratégias e ações.

6.2.4 COMBINAR E COMPLEMENTAR LINHAS ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO

As experiências que concebem a prevenção das VBG de maneira integral e complementam suas estratégias, têm avançado em fortalecer às organizações de mulheres e suas ações territoriais e de incidência política, discutir e interpelar ao Estado, capacitar a diferentes agentes estatais e não estatais, comprometer a diferentes agentes comunitários para modificar normas sociais, entre outras ações.

Também foram desafiantes e criativas aquelas que partiram do modelo socio ecológico, entendendo a interação dinâmica entre os distintos níveis (família-comunidade-sociedade) e tentaram vincular a grupos de mulheres de base comunitária com organizações intermediárias - ONG, fundações- propiciando o nexo entre estes distintos níveis e promovendo o diálogo político.



Um exemplo claro de abordagem para a prevenção das VCMN a partir da implementação de estratégias complementárias é o Programa Regional “[Ciudades sin Violencia hacia las mujeres, ciudades seguras para todas y todos](#)”, implementado pela Rede Mulher e Hábitat de América Latina e o Caribe em seis países da região, entre 2006 e 2012. As cidades onde se desenvolveu o programa: em Bogotá (Colômbia), Rosario (Argentina), Santiago (Chile), Lima (Peru), San Salvador (El Salvador), e cidade de Guatemala.

A iniciativa se levou a cabo através de seis linhas estratégicas de ação, que buscaram contribuir a prevenir as violências contra as mulheres nos espaços públicos: 1) produção de conhecimento e inovação, sobre a violência das mulheres nas cidades e a relação violência social / violência urbana / violência de gênero; 2) sensibilização e capacitação de agentes, mediante campanhas públicas e transferência de ferramentas a organizações de mulheres, funcionárias/os de governo, jovens e diversos agentes para aportar ao planejamento de ações e políticas para cidades sem violência para com as mulheres; 3) experiências territoriais participativas, junto com organizações de mulheres, com o objetivo de promover cidades mais seguras e aportar a câmbios culturais nas relações entre os gêneros; 4) fortalecimento de redes para a incidência em política, através de ações articuladas entre redes de mulheres, feministas e mulheres autoridades locais; 5) assistência técnica, a funcionários e funcionárias de governo local e áreas políticas de gêneros e equidade; 6) formação especializada para equipes técnicos e funcionárias/os públicos.

Estas linhas têm sido a guia para um trabalho de sistematização das experiências e conhecimentos acumulados sobre a violência de gênero e a percepção de insegurança urbana que experimentam as mulheres, o desenvolvimento de experiências demonstrativas em três cidades da região (Bogotá, Rosario e Santiago), fortalecendo o papel das organizações de mulheres e o diálogo com os governos para a construção de uma agenda política e territorial consensuada, transversalizando o enfoque de gênero e segurança.

El Programa foi reconhecido como exitoso a nível internacional e suas ações se ampliaram e multiplicaram através do Programa Global Cidades Seguras e Espaços Públicos Seguros, programa insígnia de ONU Mulheres, na atualidade. Sus logros se apoiaram basicamente no trabalho articulado e mantido com uma multiplicidade de agentes e na complementariedade de estratégias, que promoveram do mesmo modo o fortalecimento das capacidades de incidência política das mulheres organizadas.

6.2.5 FORTALECER AS AUTONOMIAS COLETIVAS DE MULHERES E DISSIDÊNCIAS SEXUAIS

As ações de prevenção das VBG costumam estar orientadas à dimensão individual, tanto das violências como das ações para evitá-las. De modo geral se centram em dotar às mulheres de instrumentos para pedir ajuda ou evitar se expor às violências, ou bem aos homens para que sejam capazes de reconhecer as representações, práticas e comportamentos machistas que reproduzem as violências contra as mulheres. Mais além da necessidade de considerar estes aspectos, centrar o foco na dimensão coletiva para a abordagem das violências permite deslocar a construção das mulheres como vítimas e os homens como vitimários, e impugnar a perspectiva hegemônica do problema. Fortalecer as autonomias coletivas, neste sentido, aporta no caminho por desnaturalizar e desprivatizar as violências.

As autonomias individuais se afirmam e potenciam quando são respaldadas por esforços coletivos e redes socio comunitárias fortalecidas. Com autonomias nos referimos à possibilidade das mulheres de contar com a capacidade e com condições concretas para tomar livremente as decisões que afetam suas vidas³⁹. O que afirmamos aqui é que as autonomias não são só das mulheres individuais, senão das mulheres como coletivo.

A construção de alianças resulta fundamental para o envolvimento de uma multiplicidade de agentes e sua participação se fortalece quando se apoia em processos construídos desde as próprias comunidades que em si mesmas são diversas e plurais. Através das autonomias individuais se colocam em jogo as auto-

nomias conquistadas coletivamente, e vice-versa, os avances coletivos se jogam cotidianamente nas experiências individuais e os vínculos interpessoais.

Fortalecer as autonomias desde um enfoque coletivo implica reconhecer o corpo como território de disputa que põe na vida pública algo pensado faz muito tempo como um problema pessoal privado: as VBG. Ainda não há âmbito nem prática isenta da sexualização patriarcal e isto requer que ainda as experiências que trabalham sobre as autonomias individuais, inclusive em términos de empoderamento, visibilizem as desigualdades e sistemas de opressão vigentes sobre os corpos.

A partir desta concepção de autonomias coletivas, as experiências mais prometedoras foram as que puderam construir estratégias de prevenção no local-comunitário- institucional, tomando como ponto de referência a compreensão e cosmovisão das mulheres e pessoas LGTTBIQ+ e das comunidades envolvidas.

Também, as experiências demostraram que o empoderamento coletivo das mulheres é promissório na medida em que é entendido como fortalecimento das suas vozes e capacidades como parte ativa nas decisões públicas que afetam suas vidas. Aqui encontramos experiências que contribuem à organização das mulheres e seu fortalecimento como sujeito político, ainda que este empoderamento não apareça explicitamente vinculado à prevenção das VBG, mas sim na medida em que se integre às agendas de trabalho e gere condições para a diminuição das discriminações e suas condições estruturais.

39. O Observatório para a Igualdade de gênero da CEPAL diferencia entre a autonomia econômica, física e na tomada de decisões, a partir da afirmação de que para o alcance de uma maior autonomia são necessárias diversas questões: liberar às mulheres da responsabilidade exclusiva pelas tarefas reprodutivas e de cuidado, o que inclui o exercício dos direitos reprodutivos; pôr fim à violência de gênero e adotar todas as medidas necessárias para que as mulheres participem na toma de decisões em igualdade de condições. <https://oig.cepal.org/es/autonomias>



RED DE MUJERES DEL SUR



A “[Red de Mujeres del Sur](#)” é o resultado de um processo organizativo desenvolvido entre 2015 e 2019 nos departamentos do sul do Paraguai: Itapúa, Misiones e Ñeembucú, pela organização KuñaRóga com o apoio técnico da Associação de Investigação e Especialização sobre Temas Iberoamericanos (AIETI) e o financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento(AECID).

Tem como objetivo dar impulso ao trabalho articulado e em conjunto de instituições e organizações de mulheres para a participação real e efetiva e a incidência em políticas públicas que garantam a equidade de gênero e o exercício pleno dos direitos das mulheres. A proteção das mulheres frente à violência de gênero é uma de suas linhas estratégicas de trabalho.

“Kuñanguéra Joaju Surgua” (Rede de Mulheres do Sul em idioma guarani) teve uma primeira fase enfocada na construção de redes distritais, com o fim de articular o trabalho a nível local e regional e gerar uma agenda de trabalho. Entre as atividades implementadas estão a formação em políticas públicas com enfoque de gênero e a formação para ser vozeiras, assim como o fortalecimento dos comitês produtivos.

Oficialmente a Rede de Mulheres do Sul nasceu em 2015 com mais de 300 mulheres diversas: campesinas, urbanas, integrantes de comissões, comitês, sindicatos, associações, militantes de partidos políticos, microempresárias, profissionais, docentes, funcionários locais e líderes políticas. Seu primeiro logro foi construir a Agenda pelos direitos das Mulheres, a qual teve entre seus cinco eixos a institucionalização dos mecanismos para a Igualdade nos governos locais e a promoção de iniciativas para a autonomia econômica das mulheres.

A segunda fase, entre 2017 e 2019, consistiu no fortalecimento e incidência da Red. Então se executaram as atividades planejadas na Agenda e se centrou no processo formativo e de incidência, com processos de capacitação em gênero, orçamento participativo, cidadania, democracia, participação política e desenvolvimento, através de um sistema de formação a formadoras.

Como resultado do trabalho da Rede se criaram as Mesas Interinstitucionais para a proteção e atenção integral a mulheres em situação de violência. Estas mesas buscam coordenar os esforços de várias instituições (procuradorias, delegacias, Juizado de Paz, Secretaria da Mulher, centros de saúde, organizações da sociedade civil) para poder oferecer assistência integral às mulheres e meninas vítimas de violência através da articulação estratégica e a elaboração de um plano de ação local construído sobre os eixos de prevenção, proteção e atenção.

Durante o processo da Rede se têm conformado mesas em Encarnação, Santa Rosa, Santa Maria, Ayolas e Pilar. Atualmente a Rede conta com mais de 400 integrantes ativas.

“A Rede me tem ajudado a ter autonomia própria, poder de decisão, nos tem ajudado a animarmos e apoiar a outras mulheres na participação política. Graças a isso pude me fortalecer, estive como candidata a vereadora municipal e me ajudou bastante a participar em política” (Lorena Pérez, líder da Rede distrital de San Juan).

6.2.6 FORTALECER AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES, FEMINISTAS E DE DISSIDÊNCIAS SEXUAIS

As experiências que incorporam entre seus objetivos o fortalecimento das organizações de mulheres, feministas e de dissidências sexuais têm mostrado pistas de ação promissórias para a prevenção das VBG em vários sentidos. Por uma parte, porque impugnam a subvalorização das mulheres através de pôr em valor sua ação coletiva, sua potência e suas capacidades.

Por outro lado, porque constroem e mantêm redes de apoio, referência e solidariedade, que mantêm a vigilância social, política e comunitária sobre as violências. Dessa maneira, já contam com conhecimentos e experiência acumulada no “saber fazer” a respeito das violências e com a possibilidade de construir propostas para avançar desde os territórios. Entendendo que a prevenção

das VBG é um processo e não uma ação pontual, seu desenvolvimento se potencia quando os projetos se vinculam com organizações sociais de trajetória –que contam com experiência previa–, em qual incluir o fortalecimento das mesmas é chave para gerar melhores resultados e condições para a transformação.

Trabalhar com organizações sociais com experiência não só favorece a continuidade senão também a acumulação de aprendizagens e experiências. Em temas específicos como o contexto de pandemia COVID-19 têm logrado impacto aquelas experiências que puderam atuar agilmente e dar resposta estratégica porquê de base já mantêm um constante contato com as populações com as que trabalham. Também algumas experiências mostraram aspectos promissórios em relação a seu desenvolvimento em contextos muito hostis, como os de con-

fliito armado e deslocamento forçado. Estes contextos têm marcado fortemente a construção de masculinidades, baseadas na violência sexual extrema. Outras situações dos contextos latino-americanos atuais, que atravessam as situações de VBG que se buscam prevenir são as conflitualidades territoriais relacionadas ao narcotráfico e economia das drogas; as violências institucionais –como os casos recentes do Chile e da Colômbia; os neoconservadorismos político-religiosos com discursos e práticas fundamentalistas instaladas nos âmbitos governamentais, como são os casos no Paraguai, Brasil, Honduras. Nestes contextos, as experiências de prevenção relevadas puderam se desenvolver e se manter graças ao suporte oferecido pelas organizações sociais, feministas e de mulheres.

Fortalecer organizações e líderes vai muito além de assinalar capacidades téc-



COMISIÓN DE MUJERES LÍDERES ADOLESCENTES DE LIMA METROPOLITANA



Comisión de Mujeres líderes adolescentes de Lima Metropolitana (Comulia). Desde 2020 Comulia impulsa a organização de mulheres jovens com o objetivo de potenciar a voz das jovens como sujeitos de direito. É um esforço organizativo promovido originalmente pela Municipalidade de Lima, desenvolvido com o apoio da UNICEF, que busca fortalecer os processos de empoderamento das adolescentes, incentivando suas lideranças e participação frente às violências de gênero. A experiência se apresenta como conformada por mulheres adolescentes organizadas de todas as Limas, pertencentes a diversas organizações sociais e culturais que buscam fazer escutar sua voz como sujeitos de direito para a construção de uma sociedade justa e digna”.

Sendo assim, impulsa Mesas de Trabalho que têm como objetivo ser um espaço de participação autônomo para apresentar propostas que beneficiem o desenvolvimento das meninas e mulheres adolescentes desta cidade. Trabalha em aliança com organizações locais e internacionais como as agências das Nações Unidas, entre outras, para a organização de atividades como oficinas de capacitação e campanhas de sensibilização.

Exemplos destas é a criação de murais com mensagens sobre a violência contra as mulheres e a importância de sua prevenção. Para isso, a mesa de trabalho “adolescências organizadas pela igualdade” impulsada pela Municipalidade de Lima Metropolitana, em aliança com a Agência da ONU para os Refugiados, HIAS, a Federação Internacional da Cruz Vermelha (IFRC) e a Cruz Vermelha Peruana, pintaram murais localizados no parque zonal Cahuide (Ate), o parque zonal Manco Cápac (Carabayllo) e a paróquia Santíssimo Sacramento (San Martín de Porres).

A criação dos murais foi um trabalho conjunto entre as organizações que integram tal mesa de trabalho e artistas. O objetivo é construir mensagens sobre as violências às que se enfrentam as adolescentes no dia a dia e sensibilizar às pessoas sobre a importância de erradicá-las.

Outras atividades incluem a participação no encontro intergeracional Adolescências Organizadas e Acumuladas, auspiciado pela municipalidade de Lima o 16 de outubro de 2021, buscando criar um diálogo aberto entre meninas e adolescentes com mulheres líderes de diferentes âmbitos, com fins de empoderamento.

nicas ou de incidência. Implica também promover a formação de sujeitos coletivos em sua dimensão política, assumindo que é parte da estratégia de prevenção das VBG.

Outros exemplos promissórios são aqueles processos impulsados desde a sociedade civil e as mulheres organizadas para fortalecer a institucionalidade de gênero, como a conformação de mesas interinstitucionais, redes distritais, agendas pela equidade e a igualdade, encontros regionais, convênios com instituições públicas, incidência pública e mediática, e demais ações enfocadas a fortalecer os diálogos entre diferentes níveis e dependências governamentais.

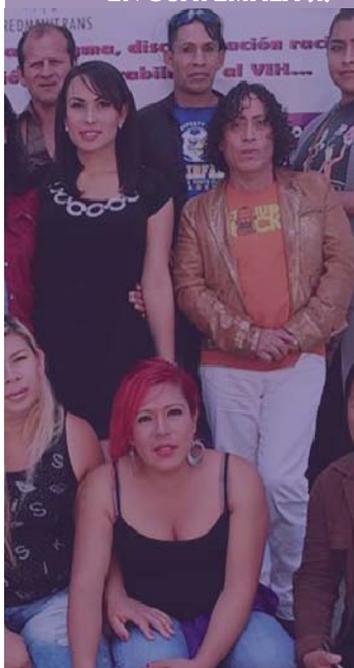
Também nos mostram caminhos promissórios para a prevenção das violências as organizações de mulheres e feministas que se vinculam e articulam ao redor de temas estratégicos –direitos sexuais, aborto, feminicídios, violências nos espaços públicos, direitos das pessoas trans–, potencializando sua voz coletiva e suas estratégias de

incidência política, o qual permite projetar a ação a escala maior e lograr impacto.

A aposta política feminista por construir genealogias aporta à memória histórica a respeito das ações e abordagem em torno às VBG. Os registros internos, os debates e a construção desde a experiência acumulada contribuem à inovação metodológica e a maximizar os impactos das intervenções. Também permitem revisar seus próprios modos organizativos e vinculá-los com a qualidade das intervenções. Este aspecto contribui à prevenção das VBG, em tanto aporta à construção de um sujeito político em chave coletiva, que disputa sentidos em torno a quais são os caminhos necessários para abordagens mais integrais da violência. O desafio se apresenta ao integrar distintos lenguajes e modelos de registro destas experiências, para completar paulatinamente o mapa do fato em prevenção, e fundamentalmente aprender do que tem funcionado e o que não tem contribuído às transformações culturais necessárias.



CAMPAÑA INCLUSIÓN SOCIAL DE LAS MUJERES TRANS EN GUATEMALA (1)



[Campanha Inclusión Social de las Mujeres Trans en Guatemala.](#) A Red Multicultural de Mujeres Trans de Guatemala surge no ano de 2011 como uma organização que atende as demandas e necessidades da população de mulheres trans no país desde um enfoque multicultural. Seus eixos de trabalho são: 1. Promoção e defesa dos direitos humanos para as mulheres trans em Guatemala para uma sociedade e Estado inclusivos, sem violência e livre de discriminação por motivos de expressão e identidade de gênero; 2. Promoção da saúde integral sem violência e discriminação para as mulheres trans em Guatemala; 3. Movimento social para uma Guatemala livre de discriminação e violência contra as mulheres trans e 4. Fortalecimento organizacional para a proteção e defesa dos direitos humanos, inclusão e livre violência contra mulheres trans em Guatemala.

Desde 2015 a 2019 se implementou a Campanha de Inclusão Social das Mulheres Trans em Guatemala, buscando contribuir a seu empoderamento e visibilização, impulsando que as políticas do país garantam seu acesso à educação, saúde, trabalho, liberdade e igualdade, direitos cívicos e políticos, deveres do estado e proteção a grupos étnicos. De igual modo, fomentou a interlocução e construção de alianças e incidências tendentes a lograr a câmbios do imaginário social para prevenir as violências contra a comunidade transexual. Desde então se têm vinculado a processos relacionados à atenção e prevenção do VIH, a denúncia como meio de visibilização coletiva, e a geração de ações políticas através do desenvolvimento de alianças. O objetivo geral da iniciativa é contribuir à inclusão social das mulheres trans em Guatemala por meio de um exercício de vedoria cidadã sobre as condições de violência nas instituições para o livre acesso aos serviços públicos com equidade e igualdade.

Um dos aspectos relevantes que monitoriza a campanha são as situações de discriminação e violência que vivem as mulheres trans por parte das instituições públicas. Segundo a Redmmutrans, existem razones estruturais e sociais que não lhes permite ingressar livremente às instituições para exercer seus direitos e aceder aos serviços públicos de igual



**CAMPAÑA
INCLUSIÓN SOCIAL
DE LAS MUJERES
TRANS EN GUATEMALA (2)**



modo que o resto da população. Entre elas, a violência psicológica que vivem ao ser chamadas com pronome masculino ou seu nome legal, sem respeitar sua identidade e expressão de gênero; e o temor a ser discriminadas, pelo qual preferem não concorrer às instituições, com tal de não ser tratadas de maneira preconceituosa, já seja por parte dos serviços de saúde, justiça ou outros. De igual modo, se denuncia a falta de políticas, diretrizes e protocolos específicos de atenção para as mulheres trans que provenham as violências institucionais contra elas e promovam um trato igualitário.

Em 2019, se apresentaram ante o estado guatemalteco um conjunto de recomendações surgidas no âmbito da campanha, que assinalam a favorecer o desenvolvimento de ações e perspectivas que permitam melhorar a inclusão das mulheres trans. Esta iniciativa se complementa com ações para a promoção da participação política e cidadã, através do Observatório para a Promoção do Voto das Mulheres TransGuatemaltecas.

6.2.7 APOSTAR À TRANSFORMAÇÃO MEDIANTE PROCESSOS DE MEDIANO E LONGO PRAZO

As experiências nas que podemos identificar processos mais promissórios em términos de impactos, são aquelas de uma extensão maior a três ou quatro anos. Também em aquelas iniciativas de organizações que concatenam ou continuam uma linha de trabalho ao longo do tempo, mantendo ou combinando propostas, projetos, intervenções.

A maioria destas experiências se propõe uma abordagem que pretende lograr transformações nas normas sociais de gênero nos âmbitos social, comunitário e/ou institucional. Dado que comover e questionar o sistema que produz e reproduz as violências patriarcais supõe transformações a longo prazo –que logrem impactar nas normas e valores sociais, as dinâmicas institucionais, as práticas de sujeitos e coletivos, a organização política e econômica de nossas sociedades–, o tempo é um fator chave. As transformações não costumam ocorrer de um dia para outro, nem dependem exclusivamente da solidez, alcance e legitimidade da própria iniciativa, senão que também envolvem aspectos contextuais e conjunturais que se apresentam no desen-

volvimento da mesma.

As experiências que constroem suas estratégias a partir da indagação e a análise sobre as particularidades que assumem as VBG em uma comunidade, instituição ou contexto particular, e articulam a intervenção com processos que já se vêm desenvolvendo –organizativos, de incidência ou institucionais– têm mostrado ser ainda mais interessantes quando consideram a variável tempo em chave genealógica. Quer dizer, quando reconstruem, durante o processo, o tempo que tem levado poder nominar as violências e iniciar o continuar ações em matéria de prevenção nessa comunidade ou grupo, historiando assim e dando consistência política à perspectiva sobre a prevenção. Tomar tempo para caracterizar e contextualizar com maior precisão a situação tanto das mulheres e dissidências foco da intervenção, como das práticas que se pretendem cambiar, também é parte deste processo. O acesso e continuidade dos recursos e financiamento para esta tarefa e para o desenvolvimento integral das experiências é chave para concretar a prevenção.



**ENREDADAS:
TECNOLOGÍA PARA
LA IGUALDAD**

EnRedadas: Tecnología para la Igualdad tem seus inícios em uma reflexão coletiva, desde uma perspectiva feminista que valora o potencial da Internet, porém questiona o uso que vem sendo dado à tecnologia e a falta de espaços para o desenvolvimento das mulheres, não só como usuárias mas não também como criadoras de conteúdo. Surge em 2013 como um espaço de reflexão em linha-sem país estabelecido-, para promover o uso ético da tecnologia, como uma estratégia para diminuir a brecha de gênero em termos de acesso e participação das mulheres. “Queremos falar sobre: o gênero, as identidades, o ciberfeminismo, o desenvolvimento de software livre, a violência e a segurança na Red.” A respeito da violência contra as mulheres, Enredadas afirma que “estar em Internet para as mulheres não sempre resulta fácil, sobre tudo si você é mulher jovem, lesbiana ou bissexual, ativista feminista ou uma moça com escassos recursos e referentes, pois são muitas as violências às que estamos expostas em Internet, em contextos e plataformas onde se perpassa na tela o machismo e hostilidade. Como feministas, a violência nos passa de perto e vivemos em estado de alerta, com essa sensibilidade temos conhecido casos e testemunhas de moças sobreviventes de violências onde a Internet tem sido uma ponte entre elas e seus agressores, porém seguimos acreditando que si mudamos essa cultura que fomenta essas violências não é necessário renunciar às cosas úteis e poderosas que também podemos encontrar na rede”

Entre seus objetivos estão apresentar ao ciberfeminismo como uma aposta política contemporânea para promover os direitos das mulheres através da Rede; desenvolver estratégias para enfrentar expressões de desigualdade e violência na Internet; promover o uso de software livre como uma proposta política e ética para interatuar com a tecnologia. Através de oficinas, conversatórios, painéis, vídeo-conferências e campanhas virtuais se propuseram fomentar o uso das novas tecnologias para criar consciência e convidar à defesa dos direitos humanos por meio destas. Pelo menos durante 3 anos consecutivos organizaram um LadeFest que incluía atividades artísticas e lúdicas para as mulheres, entre elas festivais de cine sobre temas relacionados, oficinas, concertos, etc.

Assim sendo há dois grupos metas: por um lado, mulheres ativistas, de todas as idades, que estejam interessadas em trabalhar o tema da tecnologia como uma ferramenta para o câmbio social; e por outro, mulheres envolvidas no desenvolvimento de sistemas e ferramentas: comunidade software livre, estudantes de engenharia em sistemas, professoras e pesquisadoras. O diálogo entre estes dois grupos permitiria o desenvolvimento de conteúdos que respondam às necessidades específicas das mulheres, em sua vida cotidiana ou como ativistas.

**6.2.8 QUESTIONAR A MASCULINIDADE HEGEMÓNICA
A PARTIR DE DISPOSITIVOS COMUNITÁRIOS**

O trabalho com homens é parte das linhas de ação de projetos ou políticas públicas contra as VBG de maneira crescente. Mostram aspectos mais promissórios as experiências que trabalham com homens e revisam não só os impactos da socialização patriarcal em suas práticas e atitudes, senão que também problematizam seus privilégios e as estruturas que constroem a masculinidade hegemônica, contribuindo à tolerância frente às VBG.

A maioria das experiências que abordam masculinidades trabalham no reconhecimento das relações de poder entre os gêneros e a desconstrução do sistema de privilégios; costumam considerar que é um aprendizagem socio cultural, na qual a estratégia habitual é a capacitação e reeducação para homens agressores. No entanto, algumas experiências mostram aspectos promissórios ao trabalhar o modelo ecológico integrando as metodolo-

gias da educação popular.

Algumas experiências trabalham com os homens na promoção da desconstrução dos mandatos de masculinidade hegemônicos e isto tem um impacto na compreensão das autonomias individuais e coletivas, como base necessária para qualquer estratégia de prevenção das VBG. Estas partem do questionamento aos estereótipos, práticas e atitudes machistas presentes em suas comunidades, e desde desse lugar buscam reflexionar sobre a autonomia das mulheres e apoiar seu fortalecimento comunitário. Deste modo, concretam alianças com movimentos de direitos das mulheres desde uma perspectiva feminista.

A partir disso, se promovem grupos de reflexão de entre 15-25 participantes, que se reúnem semanal ou quinzenalmente. Dessa maneira, se conta com facilitadores que levam a cabo regularmente visitas domésticas para manter aos homens envolvidos no programa. Os temas chave abordados em estes grupos foram a socialização da masculinidade, poder, violência, consumo de drogas e álcool e paternidade responsável. Para este fim, se utilizaram técnicas educativas como a apresentação e discussão sobre películas e vídeos, ou pintado de murais. Dessa maneira, a análise de histórias foi particularmente exitosa nas oficinas com grupos de homens.

El papel dos facilitadores se resalta como fundamental para motorizar e manter o trabalho com os homens. De igual modo, a sistematização da experiência tem posto em relevância a necessidade de manter os processos de convocatória e convite para participar aos homens, já que se requer muito tempo e persistência para conseguir-lo. Também a importância de

proponer as atividades em horários e ciclos do ano que facilitem aos homens participar já que não se contrapõe com suas atividades produtivas (por exemplo, considerar os ciclos das colheitas nas comunidades que se dedicam à agricultura).

A integralidade das experiências em prevenção das VBG através de projetos que envolvem o trabalho com homens, se expressa em aqueles que ampliam sua compreensão e as vinculam com masculinidades em vários planos temáticos e estratégias. Deste modo as estratégias abordam a sensibilização, a transformação de normas sociais desde uma idade precoce e desde o âmbito educativo, e se propõem motorizar câmbios nas normas socio-afetivas e de cuidados em contextos familiares.

Outro dos aspectos promissórios das experiências em masculinidades, emerge quando promovem a participação e mobilização comunitária e mista, através da articulação com organizações enfocadas em diversos temas, como por exemplo saúde ou meio ambiente. A incorporação de uma linha de trabalho com homens dentro de uma estratégia maior que complementa o trabalho com outros agentes, resulta uma forma interessante de avançar para abordar mais integrais da problemática. Isto é relevante porque marca a diferença com aquelas experiências que apelam só ao câmbio atitudinal de homens desde um enfoque condutual. Estas últimas vinculam os comportamentos à falta de informação, ao consumo de álcool, a pobreza ou asdoenças psíquicas, sem considerar os níveis comunitários, sociais ou culturais que contribuem a que se configurem as situações de violência.



INVOLUCRANDO A LOS HOMBRES PARA LA ELIMINACIÓN DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO

“*Involucrando a los hombres para la eliminación de la violencia de Género*” (2010-2016) foi uma experiência desenvolvida por Trócaire que esteve dirigida a reduzir o alto nível de incidência da VBG nos territórios de intervenção de suas organizações sociais, através da redução dos níveis de risco que enfrentam mulheres pobres vivendo em comunidades marginadas das zonas rurais e urbanas de Nicaragua e Costa Rica. Por essa razão se articulou com 11 organizações, involucrando à Associação de Homens contra a Violência (AHCV) e o Centro de Serviços Educativos em Saúde e Meio Ambiente (CESESMA).

O impacto se busca através do trabalho com homens em seus próprios contextos comunitários, desde uma metodologia que combina a educação popular de base comunitária, o enfoque psicossocial e processos de capacitação que se levam a cabo diretamente com homens e a comunidade utilizando diferentes métodos e técnicas. Deste modo o programa busca involucrar a meninos, adolescentes homens e homens com o objetivo de permitir-lhes refletir criticamente sobre seu próprio comportamento, valores e atitudes, e desenvolver formas não patriarcais de masculinidade e de se relacionar com mulheres e outros homens. Os homens envolvidos neste programa provem das mesmas comunidades onde as organizações sociais promovem o empoderamento das mulheres e o acesso à justiça, em qual alguns dos participantes são parentes de mulheres vítimas de VBG que já têm recebido apoio de programas desenvolvidos por Trócaire.

Em base à proposta de educação popular sua metodologia se baseia em cinco princípios-guia fundamentais: 1. Toma a própria realidade e experiências como ponto de partida: suas crenças, atitudes, valores, comportamentos, relações, etc. Associadas com sua masculinidade; 2. Promove espaços seguros para processos coletivos de reflexão crítica e analítica sobre normas culturais e sociais sobre gênero e masculinidade; 3. Permite um questionamento crítico de atitudes, valores e comportamentos que levam a sua transformação; 4. Assegura que se articulem propostas individuais e coletivas para o câmbio de comportamentos patriarcais; 5. Permite pôr em prática esses câmbios na vida cotidiana e em relações de casal, familiares e comunitárias.

6.2.9 INCORPORAR AS DIMENSÕES SUBJETIVO-CORPORAIS ÀS PROPOSTAS DE PREVENÇÃO

É promissório para a prevenção das VBG incorporar as dimensões subjetivo-corporais nos enfoques e ações que se desenvolvem. São nos corpos onde se materializam não só os impactos das múltiplas opressões de gênero, mas também são territórios de disputa de sentidos para a abordagem da prevenção, seus alcances, hipótese e intenções.

Considerar as dimensões subjetivo-corporais supõe complexizar a noção de sujeito com a que se trabalha, incorporando as emoções e desejos como aspectos envolvidos na problemática das VBG. As metodologias vivenciais, lúdicas e recreativas são algumas das privilegia-

das para abordá-los.

A dimensão corporal é particularmente enfatizada nas experiências que trabalham com juventudes, desdobrando principalmente duas estratégias: uma centrada na detecção precoce de situações de violência, que inclui a abordagem dos diversos tipos, modalidades e âmbitos em que se desenvolvem as VBG; e outra que engloba uma série de temas e ações específicas nas relações de namoros não violentos.

Algumas experiências são promissórias pela maneira em que envolvem às jovens apostando pela promoção de lideranças em base à autoconfiança e as

autonomias coletivas. De igual maneira, são destacáveis estas iniciativas ao entrelaçar saúde, sexualidade, desigualdade e direitos ao território, como temas relacionados e imbricados que contribuem ao mantimento das estruturas de poder patriarcal que sustenta as violências.

As estratégias com jovens mais des-

taçáveis com respeito à inovação em ferramentas e/ou metodologias foram aquelas que foram muito além da transmissão de informação, desenvolvendo produtos artísticos de caráter recreativo e lúdico (como murais, quermesses, campanhas, etc.) adaptados à linguagem habitual para as e os jovens.



DESEAR (DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS) CON INCLUSIÓN



“DeSeAr (Derechos sexuales y reproductivos) con Inclusión - Promoviendo el acceso a los derechos sexuales y reproductivos de mujeres y niñas con discapacidades en Argentina”

Iniciado em 2018 e ainda vigente, contou com o apoio do Fondo Fiduciário da ONU para Eliminar a Violência contra a Mulher e é implementado por FUSA AC e Red por los Derechos de las personas con Discapacidad (REDI). O projeto consiste em promover que as mulheres e meninas com deficiência que vivem em diferentes regiões de Argentina, possam exercer plenamente seu direito à saúde sexual e reprodutiva, em condições de igualdade e não discriminação. Contempla a especificidade de situações onde as violências em matéria de saúde sexual e reprodutiva impactam na autonomia reprodutiva e no exercício dos direitos fundamentais de mulheres e meninas, e trabalha a partir de uma concepção das autonomias corporais violentadas por sua desarticulação mediante oficinas grupais.

Esta experiência considera que as VCMN com deficiência nos temas vinculados a seus direitos sexuais e reprodutivos se expressam muito além do casal e das relações interpessoais, e afetam a integralidade de suas vidas.

A concepção das autonomias corporais violentadas no âmbito dos DDSSRR, assim como sua desarticulação mediante a visibilização grupal das mulheres participantes e sua adjudicação a um paradigma de direitos humanos cerceados, favorece um impacto coletivo- e não só individual- para as mulheres envolvidas.

Ao ser um projeto de escala nacional pode se ver como aparecem as diversas realidades e contextos e, paralelamente, os temas que as atravessam a todas, como as esterilizações forçadas a meninas com deficiência, o acesso à informação e anticoncepção, o desfrute prazenteiro da sexualidade.

A conformação de oficinas, que são o impulso do ingresso de muitas mulheres e meninas à rede, promove uma perspectiva integral sobre as VCMN associadas à deficiência e a plataforma para sua abordagem coletiva. Através destas oficinas presenciais se trabalha: na identificação de suas experiências e perspectivas em relação a quais são as formas prevalentes e/ou mais graves de violência que experimentam no âmbito da saúde sexual e reprodutiva e como estas formas de violência impactam em sua autonomia reprodutiva e no exercício de seus direitos fundamentais; o desenvolvimento de ferramentas que permitam às integrantes deste grupo fortalecer sua capacidade para abordar estas formas de violência, replicar seu conhecimento entre outras mulheres e meninas com e sem deficiência, e se tornar em líderes dos esforços orientados a promover o respeito de seu direito à SSR.

Ademais das oficinas e capacitações a equipes de saúde, têm realizado a campanha #SomosDesear, e têm desenvolvido uma aplicação chamada “Nossa Decisão”, uma ferramenta inovadora ao incorporar TICs para a própria comunidade envolvida.



7. RECOMENDAÇÕES

As recomendações seguintes emergem da reflexão sobre as aprendizagens atingidas pelas experiências relevadas, assim como dos obstáculos e dificuldades persistentes que se identificaram nas propostas de prevenção das VBG. Estão agrupadas em quatro áreas estratégicas chave. A primeira é a dos enfoques integrais, indispensáveis para a prevenção hoje em dia. Em segundo lugar, as estratégias para

transformar normas sociais de gênero e prevenir as VBG. Uma terceira área é o fortalecimento institucional focado nos Estados e suas políticas públicas para a prevenção. Por último, a consolidação das organizações de mulheres e feministas.

Em linhas gerais, se correspondem com alguns dos seis pilares da Iniciativa Spotlight para avançar em torno aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ⁴⁰.

7.1 ENFOQUES CRÍTICOS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

7.1.1 IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DE ENFOQUES INTEGRAIS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

Os resultados do estudo permitem afirmar que se requer fortalecer a aplicação dos enfoques de gênero, de direitos humanos, interseccional e intercultural nas ações de prevenção de todos os agentes, para avançar na construção de abordagens eficazes e promissórias. Estes enfoques contribuem a garantir uma intervenção mais eficaz, já que permitem identificar situações que não sempre são reconhecidas.

Ainda que os enfoques de gênero e de direitos humanos estão sendo incorporados formalmente de maneira progressiva no planejamento de políticas públicas e programas desenvolvidos pelas organizações sociais, sua implementação efetiva nas abordagens das VBG e sua prevenção continua sendo um desafio.

A respeito do enfoque de gênero, seu conteúdo deve incluir não só a visibilização das desigualdades de poder entre os gêneros, senão sobre todo a expli-

tação de suas causas estruturais, questionando a masculinidade hegemônica e gerando a possibilidade de cambiar as condições para evitar que as violências se produzam.

A respeito do enfoque de direitos humanos, se trata de reconhecer às mulheres como sujeitos de direitos que devem ser garantidos pelo Estado, e não como beneficiárias. Sua integração é particularmente relevante no contexto de democracias debilitadas e ameaçadas, e no que defensoras e defensores de direitos humanos e outras ativistas políticas estão sendo perseguidas e atacadas.

A respeito do enfoque interseccional o desafio é ainda maior, pois se trata de integra-lo não só em torno a políticas e ações em populações específicas, senão como um reconhecimento e abordagem da diversidade de realidades que impactam de maneira diferencial a mulheres e dissidências sexuais

⁴⁰ Spotlight é uma iniciativa mundial das Nações Unidas que tem recebido um generoso apoio da União Europeia. Seu objetivo é eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas, a partir de considerar seis pilares de atuação: 1) Quadro legislativo e político; 2) Fortalecimento institucional; 3) Prevenção, câmbios de normas e condutas; 4) Serviços de qualidade enfocados na prevenção e resiliência; 5) Geração de dados de qualidade para as políticas e programas enfocados à VCMN e feminicídio; e 6) Empoderamento de grupos organizados de mulheres.

de diferentes idades, raças, etnias, condições de deficiência, status migratório, ancoragens territoriais, etc. Para lográ-lo, resultam imprescindíveis ações de prevenção que partem de diagnósticos baseados na análise local e contextualizado da situação de grupos particulares de mulheres e suas necessidades, assim como a valorização de suas estratégias de resistência e resiliência individuais e coletivas frente às violências. Isto permitiria compreender as condições que as afetam e as cosmovisões étnicas e culturais das quais for-

mam parte, assim como a especificidade das violências que vivem.

Igualmente importante é a identificação das condições e barreiras de acesso à informação e às ações e políticas estatais, a fim de propor e fazer os ajustes necessários para superá-las. Por isso, se requer abertura para transformar as lógicas assistencialistas com que tem se operado até o momento e aprender das formas, condições e cosmovisões destas populações. Só então começará a mudar o paradigma de respostas universalizantes para as mulheres.

7.1.2 FORTALECER OS ESPAÇOS DE INTERCÂMBIO SOBRE ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS E BOAS PRÁTICAS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

Os espaços de debate e intercâmbio continuam sendo âmbitos privilegiados para construir aprendizagens que permitam melhorar as ações de prevenção das violências. Resulta necessário, neste sentido, não só debater e identificar boas práticas para a prevenção das VBG, senão também avançar na reflexão sobre aquelas experiências, estratégias e metodologias que não têm funcionado, o que se têm encontrado com obstáculos para seu desenvolvimento. Aprender do

que não funciona resulta necessário para construir abordagens mais efetivos.

Pareceria necessário, assim mesmo, facilitar e fazer estes intercâmbios mais acessíveis para a multiplicidade de agentes envolvidos nas ações de prevenção, em particular para as organizações de mulheres e feministas de base territorial, as instituições e organizações nos bairros, e outros agentes envolvidos na implementação efetiva das ações de prevenção.



7.1.3 GERAR CONHECIMENTOS E FORTALECER MECANISMOS DE MONITORAMENTO SOBRE OS TIPOS EMERGENTES DE VBG E SUAS MANIFESTAÇÕES

Manter a vigilância sobre manifestações emergentes das VBG na região, o monitoramento de suas magnitudes e impactos, resulta fundamental em um território cambiante e convulsionado como o latino-americano e caribenho. Isto permite não só gerar evidências para a construção de propostas de abordagem, senão também intensificar os análise sobre as causas estruturais das mesmas.

As violências digitais são um exemplo claro de uma manifestação das VBG que recentemente tem chamado a atenção e sobre a qual é necessário contar ainda com uma maior informação. É um tipo de violência que, ademais, se tem incrementado

no contexto da pandemia de COVID-19.

De igual modo, o incremento da violência racista e as crescentes violências institucionais contra mulheres e dissidências sexuais, são só alguns exemplos de manifestações das VBG sobre as quais é necessário intensificar o conhecimento e monitorar sua prevalência. Também as violências contra as defensoras de direitos humanos e dos territórios, a violência política, e as práticas nocivas contra meninas e adolescentes são temas sobre os quais é necessário manter uma vigilância ativa e produzir conhecimentos de maneira sistemática. Só assim conhecendo as poderão ser elaboradas propostas efetivas para preveni-las.

7.2 ESTRATÉGIAS PARA TRANSFORMAR NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO E PREVENIR AS VBG

7.2.1 PROFUNDAR O DEBATE PÚBLICO SOBRE A NECESSIDADE DE TRANSFORMAR AS NORMAS SOCIAIS QUE MANTÉM AS VBG

A modificação das normas sociais de gênero implica um câmbio profundo a diferentes escalas, desde as subjetivas até as sociais e políticas. Para isso é fundamental que o planejamento das ações se nutra da perspectiva de múltiplos setores e conte com orçamentos significativos, de maneira que seja possível levar a cabo campanhas, ações e programas de alcance massivo para a promoção da equidade de gênero, o empoderamento das mulheres e a prevenção das VBG. A sua vez, é imprescindível que estas ações se apresentem e promovam de maneira acessível e diferenciada para públicos específicos.

A modificação destas normas implica também impugnar a construção da masculinidade hegemónica, considerando como esta se constrói e reproduz nos diferentes âmbitos e em diferentes escalas.

Os meios de comunicação jogam neste ponto um papel de muita incidência, tanto em relação às representações que instalam com respeito às VBG, como à reprodução da desvalorização e discriminação das mulheres, o sexismo, a misoginia e os discursos de ódio contra a população LGBT-TIQ+. Resulta imprescindível favorecer a revisão dos conteúdos em respeito a estes temas que se difundem desde

os meios de comunicação, através de editoras/es de gênero, da formação periódica de profissionais da comunicação, e do incentivo para que os

meios de comunicação desenvolvam campanhas de difusão e sensibilização sobre a problemática das VBG e sua prevenção.

7.2.2 FAVORECER A SUSTENTABILIDADE E AMPLIAÇÃO DOS PROCESSOS PROMETEDORES DE PREVENÇÃO DAS VBG

É recomendável manter no tempo aqueles processos que têm mostrado impactos positivos para a prevenção das VBG. As modificações sociais e culturais que requer a prevenção das violências só são possíveis a mediano e longo prazo.

Para isso é necessário manter as ações durante períodos suficientemente longos, de maneira tal que permitam gerar evidência sobre metodologias, enfoques promissórios e impactos. O monitora-

mento e a avaliação periódica que facilitem realizar ajustes resulta neste sentido fundamental. Ante isto, se sugere que os planos e projetos financiados e executados por governos e agências de cooperação contemplem este aspecto. A sustentabilidade das ações é possível, somente si se conta tanto com recursos, assim como com vontade política que permita o desempenho de processos de longa manutenção.

7.2.3 ATUALIZAR CONTEÚDOS E INOVAR METODOLOGIAS PARA A GERAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS, QUE PROPICIEM MODELOS ALTERNATIVOS DE RELAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS

A educação se apresenta como o campo imprescindível para a transformação das normas sociais de gênero, com foco nas infâncias e juventudes. A desconstrução do mandato de masculinidade, assim como a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das meninas e adolescentes, resulta fundamental. Especialmente considerando necessidades e interesses particulares nos respetivos ciclos vitais.

Resulta necessário avançar em reformas educativas que incorporem conteúdos específicos para promover a igualda-

de de gênero em todos os níveis, incluídos o da formação profissional do setor docente e universitário. De igual maneira, uma revisão dos currículos escolares e a formação dos e as profissionais da educação desde uma perspectiva de gênero, direitos humanos e interseccional, respeitosa das diversidades e suas manifestações.

A sua vez, resulta fundamental intensificar na implementação da educação sexual integral ou a educação integral da sexualidade como ferramenta privilegiada para a prevenção das violências.

7.2.4 PROMOVER O ENVOLVIMENTO E AS ALIANÇAS DE MÚLTIPLOS AGENTES

As estratégias multiníveis e multiagente ressaltam nas experiências relevadas como promissórias para prevenir as VBG em uma multiplicidade de contextos. Isto implica, por uma parte, estabelecer e manter uma coordenação e diálogo fluidos entre setores estatais e da sociedade civil. De outro lado, a nível das políticas públicas, seu fortalecimento e a criação de novos mecanismos interinstitucionais de integração entre os programas e serviços locais, subnacionais e nacionais, que abordam as VBG e sua prevenção.

Um terceiro aspecto é propiciar o envolvimento das organizações sociais, nos bairros e comunitárias, as famílias, as

instituições religiosas ou qualquer outro agente relevante em cada contexto, para favorecer a transformação das normas de gênero, as práticas discriminatórias e violentas contra as mulheres, meninas e diversidades sexuais e incidir na modificação dos níveis de tolerância social para com as violências.

A identificação e a construção de alianças com estes agentes resultam fundamental. Para isso, é necessária uma análise atento de cada contexto, assim como também a disposição ao trabalho coletivo e atribuição de recursos financeiros, humanos e técnicos para que isso seja possível.

7.2.5 FORTALECER AS ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

O nível comunitário, local, é particularmente relevante para a prevenção das VBG. Resulta fundamental, neste sentido, fortalecer processos de organização comunitária que permitam manter e impulsar a transformação de normas sociais e práticas sexistas. De igual modo, favorecer a ampliação da base de mulheres organizadas já que são elas as que permitem manter os processos de trabalho e lhes dar profundidade. Isto tem sido chave em muitos dos caminhos promissórios identificados e merece uma especial atenção ao planificar propostas e intervenções para prevenir as VBG.

Por outra parte, segue sendo necessário promover o envolvimento de agentes chave nos contextos comunitários, que resultam relevantes tanto para o mantimento das normas sociais de gênero que justificam as VBG, como para motorizar seu questionamento e transformação. É

o caso de líderes religiosos, organizações sociais e comunitárias, referentes comunitários, políticos ou étnicos, entre outros. De igual modo, pessoas do serviço público dos setores de justiça, da educação, e saúde. Trabalhar para que se compreenda que a responsabilidade de prevenir as violências é uma tarefa compartilhada e que é necessário o compromisso de toda a comunidade é um passo fundamental para construir estratégias de prevenção mais exitosas.

A articulação das ações de prevenção e os processos de desenvolvimento comunitário mais amplos, no que diz respeito da equidade de gênero a nível territorial, têm mostrado caminhos promissórios para a prevenção das violências. Isto é, a vinculação das ações de resposta e prevenção das VBG, com respeito a trabalhos comunitários sobre outros temas que interessam e preocupam à comunidade.

7.3 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E FEMINISTAS

7.3.1 PROMOVER O RECONHECIMENTO E O FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES FEMINISTAS

O papel que as organizações de mulheres e feministas desempenham no debate, na geração de conhecimentos, a atenção e a prevenção das violências, tem sido e continua sendo imprescindível. Nessa direção, o financiamento de suas ações – que costuma ser um aspecto crítico – deveria se manter e ampliar.

É necessário reconhecer e fornecer ferramentas para contribuir à sustentabilidade de suas ações de maneira autônoma. Também, avançar na consolidação de espaços de formação e intercâmbio

que permitam fortalecer suas capacidades para a incidência política e o diálogo intersetorial.

Nesta direção resulta importante brindar ferramentas para o fortalecimento das vozes e a participação política e comunitária das organizações de mulheres e feministas jovens, indígenas, afrodescendentes, com deficiência, e a multiplicidade de expressões feministas emergentes, muitas delas que constroem seu ativismo feminista desde situações de vulnerabilidade.

7.3.2 FORTALECER AS INSTANCIAS E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Fortalecer as alianças entre os Estados e as organizações sociais e feministas só é possível mantendo processos de participação na toma de decisões sobre a direção das políticas públicas em matéria de VBG. Em torno à criação e o fortalecimento dos mecanismos participativos para o monitoramen-

to das políticas, resulta fundamental avançar em fortalecer sua incidência na orientação destas ações estatais. De igual maneira, a participação deve incluir a diversidade de sujeitos e formas organizativas que atualmente formam parte do movimento de mulheres e feministas em nossos países.



7.4 FORTALECIMIENTO INSTITUCIONAL

7.4.1 PROMOVER A CRIAÇÃO DE PROGRAMAS E PLANOS ESPECÍFICOS E INCREMENTAR O ORÇAMENTO PÚBLICO PARA A PREVENÇÃO DAS VBG

É necessário promover a criação e fortalecimento de políticas específicas de prevenção das VBG, e sua vinculação com os planos já existentes, tanto de VBG como de igualdade de gênero. Dessa maneira, é necessário avançar em sua institucionalização para garantir sua sustentabilidade, muito além dos períodos de governo.

Por outra parte, a dotação de recursos suficientes aos Mecanismos de Avance da Mulher na região, é uma condição necessária, porém não a única, para melhorar as propostas de prevenção das violências. É ainda ineludível fortalecer as capacidades institucionais e, em particular, a formação dos/das funcionárias e de pessoas no serviço público, para a incorporação de enfoques in-

tegrais nas políticas de prevenção das violências, assim como para favorecer o reconhecimento e a dissolução dos obstáculos institucionais que se constituem em impedimentos para a incorporação destes enfoques.

É importante considerar que investir em prevenção não só assegurará um exercício de direitos, mas também contribuirá, a sua vez, a reduzir os custos que supõe a atenção e sanção frente a qualquer manifestação de violência. Para isso é necessário incrementar a dotação orçamental específica para a prevenção das VBG, contar com programas de capacitação permanente das equipes técnicas e favorecer a articulação interinstitucional para fortalecer as ações neste campo.

7.4.2 DESENVOLVER ESTUDOS REGIONAIS E NACIONAIS, PARA IDENTIFICAR OS OBSTÁCULOS E TRAVAS QUE DIFICULTAM A ABORDAGEM INTEGRAL DAS VBG NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

A superação dos obstáculos institucionais que dificultam a pronta e devida diligência dos casos de VBG tem sido uma recomendação reiterada pelo Comitê de Expertas do MESECVI, assim como uma demanda das organizações feministas e de mulheres. Dando continuidade a esta demanda, se recomenda intensificar no estudo de tais obstáculos, com o fim de implementar as propostas para superar as travas e problemas identificados.

A pesar de que se conta já com materiais, protocolos e orientações específicas orientadas a melhorar as capacidades estatais para incorporar o enfoque de gênero,

nas políticas públicas em nossa região, e para o desenvolvimento de ações específicas de resposta e prevenção às VBG, os obstáculos institucionais são persistentes, complexos e múltiplos. Por esses motivos, conhecer mais em profundidade e de maneira situada ditos obstáculos e impedimentos, resulta sumamente importante para poder abordá-los de maneira mais eficaz. A sustentabilidade e implementação efetiva dos avances normativos e programáticos a respeito das VBG, requer ser incrementada e só identificando quais são os impedimentos para realizá-los, sim será possível avançar nesse caminho.

7.4.3 FORTALECER AS CAPACIDADES PARA A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS, ASSIM COMO A SISTEMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS IMPULSADOS.

Por tanto, resulta imprescindível dotar aos governos de maiores e melhores capacidades para a avaliação periódica de suas ações de prevenção. Isto supõe incluir a avaliação desde o planejamento das intervenções, e a elaboração de indicadores e mecanismos de registro e sistematização dos avances, os obstáculos e os facilitadores no processo. É recomendável que estes processos recuperem as condições socioculturais e conjunturais que formam parte da problemática abor-

data, avançando no desenvolvimento de indicadores e registros integrais qualitativos, de caráter dinâmico e sensível que incorporem a perspectiva dos diferentes agentes envolvidos.

Ademais de favorecer a rendição de contas, a avaliação permite fortalecer aprendizagens e orientar /reorientar esforços, mitigar riscos e aproveitar oportunidades do contexto para impulsar processos de transformação que contribuam para prevenir as violências.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosato, R., e Sendra, M. (2018). Movimentos feministas na era digital. As estratégias comunicacionais do movimento Ni una Menos. *Encontros. Revista de Ciências Humanas, Teoria Social e Pensamento Crítico*. Cabimas. Universidade Nacional Experimental Rafael María Baralt. CLACSO (Ano 6, N°8), p. 117-136. Recuperado de: http://doi.org/biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/ceshc-unermb/20180909030404/07__Accosatto.pdf

Aguayo, F., e Nascimento, M. (Eds) (2016). Duas décadas de estudos de Homens e Masculinidades na América Latina: avances e desafios. *Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latino-americana* p. 207-220. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.09.a>

Ambrona, A. G. (2008). História da violência contra as mulheres: misoginia e conflito matrimonial em Espanha. Cátedra Edições.

Arenas Conejo, M. (2015, Maio). Um Olhar Interseccional à Violência contra as Mulheres com Diversidade Funcional (AnInterseccionalGlance at ViolenceagainstWomenwithFuntional-Diversite). *Oñati socio-legal series*, 5(2). Recuperado de: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2611006

Baez, J. M. (2016). Políticas educativas, jovens e sexualidades na América Latina e o Caribe. As lutas feministas na construção da agenda pública sobre educação sexual. López, A., Díaz Canals, T. Et al: *Movimento de mulheres e luta feminista na América Latina e o Caribe*. Buenos Aires, Argentina. CLACSO. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11336/109528>

Betancor Harretche, M. V. (Junio de 2011). Empoderamento: ¿uma alternativa emancipatoria? *Margen*(61), 1-14. Recuperado de: <https://www.margen.org/suscri/margen61/betancor.pdf>

Bichieri, C. (2019). Nadar contra à corrente: como uns poucos podem cambiar os comportamentos de toda uma sociedade. Paidós.

Bichieri, C. E Mercier, H. (2014). Norms and Beliefs: How Change Occurs. EnXenitidou, M., & Edmonds, B. (Eds.), *The complexite of social norms*. (p. 37-54). Springer International Publishing. Recuperado de: https://doi.org/10.1007/978-3-319-05308-0_3

Blazquez Graf, N., Harding, S. G., et al. (2010). *Investigação feminista. Epistemologia Metodologia e Representações Sociais* (Primeira ed.). UNAM, Centro de Investigações Interdisciplinárias em Ciências e Humanidades: Centro Regional de Investigações Multidisciplinárias Faculdade de Psicologia. http://biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/ceiich-umam/20170428032751/pdf_1307.pdf

Bronfenbrener, U. (1979). *The ecologe of Humam Development*. Harvard UniversitePress
Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2018). *Mulheres Afrodscendentes na América Latina e o Caribe. Dívidas de Igualdade*. Nações Unidas. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43746/4/S1800190_es.pdf

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2019). Planos de igualdade de gênero na América Latina e o Caribe: mapas de rota para o desenvolvimento. Observatório de Igualdade de gênero na América Latina e o Caribe. Estudos, N° 1. https://www.cepal.org/sites/default/fis/publication/fis/41014/S1801212_es.pdf

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2020) os povos indígenas de América Latina – Abya Eyla e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: tensões e desafios desde uma perspectiva territorial. Recuperado de: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45664-povos-indigenas-america-latina-abya-yala-la-agenda-2030-desenvolvimento-sustentavel>

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (10 de Febrero de 2021). A autonomia econômica das mulheres na recuperação sustentável e com igualdade. Informe especial COVID-19. N° 9. Recuperado de: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). (2022) Panorama social de América Latina. 2021. Recuperado de: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-panorama-social-america-latina-2021>

Comitê de América Latina e o Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM). (2015). Padrões de Violência contra as Mulheres na América Latina e o Caribe. Informe apresentado à Relatora da ONU sobre Violência contra a Mulher, suas Causas e Consequências, Rashida Manjoo. CLADEM. <https://cladem.org/publicaciones-regionais/informe-patrones-de-violencia-contra-las-mulheres-en-america-latina-e-el-caribe-2015/>

Corio López, J. L., Cedillo Díaz, S. A., et al. (2019). K'ujb'ab'k'u'l: a confiança como pilar da história, a memória, a defesa da vida e o território em Nebaj, Quiché, Guatemala. Em Angarita Cañas, P. E. E Sánchez Henao, C. (Eds.) Vínculos: espaços seguros para mulheres e jovens na América Latina e o Caribe, p. 129-164. IDRC/CRDI, Observatório de Segurança Humana de Medellín, INER-Universidade de Antioquia e CLACSO. <http://doi.org/biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/iner-udea/20200724105438/Vinculos-espacos-seguros.pdf>

Cos-Montiel, F. (2019). Eliminar a violência contra as mulheres na América Latina e o Caribe: objetivo imprescindível para o desenvolvimento Sustentável, a igualdade e a paz. Análise Carolina, (19), 1. p. 1-13. https://doi.org/10.33960/AC_19.2019

Essayag, S. (2016). do compromisso à ação: Políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e o Caribe. PNUD-ONU Mulheres. <https://doi.org/oig.cepal.org/es/documentos/compromiso-la-accion-politicas-erradicar-la-violencia-mulheres-america-latina-caribe>

Essayag, S (2018) Dossier “Violência contra mulheres e meninas na América Latina”. Políticas públicas e planos nacionais de violência contra as mulheres na América Latina e o Caribe. Em Revista Estudos de Políticas Públicas Vol. 4 Núm. 2. julio - noviembre 2018. Universidade de Chile

Faur, Eleonora (2018) “O direito à educação sexual integral na Argentina. Aprendizagens de uma experiência exitosa”, UNFPA - Ministério de Educação da Nação.

Gago, V. (2019). A potência feminista. O desejo de mudar tudo. Traficantes de Sonhos. Gandárias Goikoetxea, I. (2017) Um neologismo à moda?: Repensar a interseccionalidade como ferramenta para a articulação política feminista. Investigações Feministas 8.1, p.73- 93. <https://doi.org/10.5209/INFE.54498>

Harper, S e Marcus, R (2015) Social norms, gender norms and adolescent girls: a brief guide. Overseas Development Institut. Londres. Disponível em: <https://cdn.odi.org/media/documents/9818.pdf>

Heise, L. (1994). Violência contra a mulher. A cara oculta da saúde, Washington, Programa Mulher, Saúde e Desenvolvimento–Organização Panamericana da Saúde (OPM).

Incháustegui Romero T., Olivares Ferreto, E. (2011), Modelo ecológico para uma vida livre de violência de Gênero, Comissão Nacional para Prevenir e Erradicar a Violência contra as Mulheres. <http://cedoc.inmulheres.gob.mx/Igamv/v/MoDecoFinalPDF.pdf>

Iniciativa Spotlight, UNFPA e CHIRAPAQ. (2021). Práticas prometedoras e modelos interculturais replicáveis para prevenir e responder às violências contra as mulheres, jovens e meninas indígenas na América Latina e o Caribe. 2021.

Iniciativa Spotlight, UNFPA e Humanite & Inclusion. (2021). Práticas prometedoras na resposta à violência contra meninas e mulheres com deficiência na América Latina e o Caribe Hispânico. 2021.

Iniciativa Spotlight, UNFPA, Promundo-US e EME Fundação Cultura Saúde. (2021). Programas com homens que têm exercido violência baseada em gênero na América Latina e o Caribe Hispânico. 2021.

Jara Hollidae, O. (2018) a sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis. Centro Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano (CINDE) <https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2019/09/La-Sistematizaci%C3%B3n-de-Experi%C3%A9ncias-pr%C3%A1tica-e-teor%C3%ADa-para-otros-mundos-poss%C3%ADveis.pdf>

Joinet, L. (2007). Princípios internacionais sobre impunidade e reparações. Comissão Colombiana de Juristas. Bogotá. Recuperado de: https://www.coljuristas.org/documentos/libros_e_informes/principios_sobre_impunidad_e_reparaciones.pdf

A Barbera, M. C. (2016). Interseccionalidad=Interseccionalite. Eunomia. Revista em Cultura da Legalidade, (12), p. 191-198. <https://ojs2017.uc3m.es/index.php/EUNOM/article/view/3651>

Larraín, S. (2007) Violência de Gênero: o desafio da prevenção. Em Alda, E. E Beliz, G. (Eds.) ¿Cuál é a saída? a agenda inconclusa da segurança cidadã, p.149-187. Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Overseas Development Institute (2015) Social norms, gender norms and adolescent girls: a brief guide. Recuperado de: <https://cdn.odi.org/media/documents/9818.pdf>

Michau, L., Horm, J., Bank, A., Dutt, M., & Zimmerman, C. (2015). Violence against women and girls 4. Prevention of Violence against women and girls: lessons from practice. Lancet(385). 1682-1684. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)61797-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61797-9)

Montero, M. (1984). A psicologia comunitária: origens, princípios e fundamentos teóricos. Revista Latino-americana de Psicologia, 16(3), p. 387-400. Recuperado o 11 de maio de 2021, de <https://www.redalec.org/articulo.oa?id=80516303>

Moreno Uriza, C. (2015) a Prevenção da Violência Contra as Mulheres E as Meninas no Contexto Educativo: Práticas Promissórias em 14 Países de América Latina E o Caribe. United Nations Development Fund For Women (UNIFEM).

Organização de estados Americanos. Mecanismo de Seguimento da Convenção Belém Do Pará (MESECVI). (2017). Terceiro Informe Hemisférico sobre a Implementação da Convenção Belém Do Pará. Prevenção de Violência contra as Mulheres nas Américas. Caminhos por recorrer. Recuperado de: <https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/TercerInformeHemisferico-ES.pdf>

OEA - MESECVI (2020) Terceiro informe de seguimento à implementação das recomendações do Comitê de Expertas do MESECVI. [Preparado pelo Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI). Comissão Interamericana de Mulheres]. (OAS. Documentos oficiais ; OEA/Ser. L/II) Recuperado de: <https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/Tercer-Informe-Seguimento-ES.pdf>

Organização das Nações Unidas (ONU). (2006). Pôr fim à violência contra a mulher. das palavras aos fatos. Estudo do Secretário Geral. http://www.un.org/womenwatch/daw/public/VAW_Stude/VAW-Spanish.pdf

Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2020). Leis e políticas públicas ao respeito de povos indígenas e tribais: Perfis de países de América Latina que têm ratificado o Convenio sobre povos indígenas e tribais, 1989 (núm. 169).OIT. Recuperado de: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---gender/documents/publication/wcms_758166.pdf

Organização Panamericana da Saúde(OPS) e Organização Mundial da Saúde(OMS). (2015). A violência contra a mulher. Estratégia e Plano de Ação sobre o fortalecimento do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. (Aprobado pelo 54.º Conselho Diretivo e 67.ª Sesão do Comitê Regional das OMS para as Américas levado a cabo do 28 de septiembre ao 2 de outubro do 2015). OPS e OMS. Recuperado de: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18386/CD549Rev2_esp.pdf?sequence=8&isAllowed=e

Platero Méndez, L. R. (2012). Interseções: corpos e sexualidades na encrucilhada. Bellaterra Pintos, B.M. E Vega Solís, C. (2002). Governar a violência: notas para uma análise da rearticulação do patriarcado. Política e sociedade em ResearchGate, 39(2), p. 415-435. https://www.researchgate.net/publication/27594999_Governar_la_violencia_apuntes_para_un_analisis_de_la_rearticulacion_del_patriarcado

PNUD e Corporação Andina de Fomento (CAF) (2020). Marco de abordagem integral para a prevenção, atenção e reparação da violência contra as mulheres e as meninas. [Echttps://oig.cepal.org/sites/default/fis/2020_marco_de_abordagem_integral_para_la_preencion_atencion_e_reparacion_de_la_violencia_contra_las_mulheres_e_las_ninas.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/fis/2020_marco_de_abordagem_integral_para_la_preencion_atencion_e_reparacion_de_la_violencia_contra_las_mulheres_e_las_ninas.pdf)

PNUD - ONU Mulheres (2017) do Compromisso à Ação: Políticas para erradicar a Violência contra as Mulheres na América Latina e o Caribe. Recuperado de: <https://www.undp.org/es/latin-america/publications/del-compromiso-la-accion-pol%C3%ADticas-para-erradicar-la-violencia-contra-las-mulheres-en-am%C3%A9rica-latina-e-el-caribe>

Quiteria, F. (18 de Agosto de 2017). Amnistia Internacional. Recuperado o 4 de 10 de 2021, de América Latina avança para com o desfrute de direitos para pessoas trans: <https://www.amnistia.org/ve/blog/2017/08/3407/america-latina-avanza-en-el-disfrute-de-derechos-para-pessoas-trans#:~:text=Entre%20estos%20se%20encontran%20Argentina,sin%20necesidad%20de%20operaciones%20genitais>

Repetto, F. (2004) Capacidade estatal: requisito para o melhoramento da política social na América Latina. Documentos de trabalho del INDES, 52(1). <https://doi.org/publications.iadb.org/publications/spanish/document/Capacidad-Estatal-Requisito-para-el-Mejoramiento-de-la-Pol%C3%ADtica-Social-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>

Ríoseco Ortega, L. (2005). REPOSITORIO DIGITAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Boas práticas para a erradicação da violência doméstica na região de América Latina e o Caribe. (CEPAL, Ed.) CEPAL. <http://hdl.handle.net/11362/5795>

Rivera Garretas, M. (2001). A violência contra as mulheres não é violência de gênero. DUODA Revista d'Estudis Feministes núm 21-2001., Nº. 21, 2001, p. 37-42. <https://raco.cat/index.php/DUODA/article/view/62578/90754>

Rodigou Nocetti, M (2021) Fazer frente à naturalização da violência; desarmar mandatos, preconceitos e estereótipos; construir novos mundos. Recuperado de: https://www.prevenir-violenciasdegenerolac.org/_fis/ugd/15ddb6_6fb40b31f8d24787a61879b3b389dcc4.pdf

Sagot, M. (2000). A ruta crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina. Estudos de caso de diez países. Organização Panamericana da Saúde. <https://doi.org/10.13140/2.1.4019.8726>

Sagot, M. (2008). Os limites das reformas: Violência Contra as Mulheres e Políticas Públicas na América Latina. Ciências Sociais, 2(120), p. 35-48. Recuperado de: <https://doi.org/10.15517/RCA.V0I120.10523>

Sánchez Lucumí, C. L. E Oliveros Ortiz, S. (2014). A reparação integral às vítimas mulheres: uma aproximação à aplicação do enfoque diferencial de gênero no contexto do conflito armado colombiano. Universitas Estudiantes, 11, p. 163-185. Recuperado de: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33893.pdf>

Scott, J. W. (1996). O Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Em Lamas, M. (Comp.), O gênero: a construção cultural da diferença sexual, p. 265-302, PUEG. https://doi.org/www.fundacionhenredumant.org/images/stories/biblioteca/Genero-Mulher-Desenvolvimento/El_Genero_Uma_Categoria_Util_para_el_Analisis_Historico.pdf

Segato, R. (2003). As estruturas elementais da violência. Saltar ao final da galeria de imagens. Universidade Nacional de Quilmes.

Segato, R. (2018). Contra-pedagogias da crueldade. Prometeo. Buenos Aires.

Segato, R. (22 de Janeiro de 2020). Eles provam a si próprios que são homens a través da violência. <https://www.anred.org/2020/01/22/rita-segato-se-prueban-a-si-mismos-que-son-homens-a-traves-de-la-violencia/>

Segato, R. (2021) uma proposta de modalidades de intervenção para a abordagem da Prevenção da Violência Baseada em Gênero. Recuperado de: https://www.prevenirviolenciasdegenerolac.org/_fis/ugd/15ddb6_d49d833d92af4d038ee50f803de4df59.pdf

Sosa Salazar, E. (2019). Os princípios de titularidade, exigibilidade e igualdade e não discriminação como princípios de aplicação dos direitos no estado equatoriano. Revista Universidade e Sociedad. p.428-436. cielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2218-36202019000500428

UNFPA (2020). Como cambiar as normas sociais é crucial para lograr a igualdade de gênero. Fondo de Población das Nações Unidas. <https://www.unfpa.org/social-norms-change>
UNFPA Oficina Regional de América Latina e o Caribe (2020). Capacidades estatais e brechas de atenção nos serviços essenciais para mulheres e meninas que sofrem violência.

Vargas, V., & Cuevas, D. (Maio de 2020). Há vinte e cinco anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing. Montevideo, Uruguai: Articulação Feminista Marcosur. <https://www.mulheresdelsur-afm.org/wp-content/uploads/2020/07/AFM-A-25-a%C3%B1os-de-la-IV-Conferencia-Mundial-sobre-la-Mulher-en-Beijing.pdf>

Vazquez Laba, V. E Rugna, C. (2017). Ação coletiva em torno à agenda feminista sobre violência de gênero nas Universidades Nacionais argentinas. Boletín Científico Sapens Research V 7(1) - 2017, p. 13-21. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6181599>

World Health Organization (WHO). (2021): Violence Against Women Prevalence Estimates, 2018: Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. World Health Organization. <https://www.who.int/publications/item/9789240022256>



ÍNDICE DE EXPERIÊNCIAS (Por ordem de aparição)

Movimiento Ni Una Menos	55
Performance “Un violador en tu camino”	55
Guardianas de la diversidad	57
Curso de Capacitación “Defensoras y Defensores de los derechos a la ciudadanía”	59
Cursos sobre estrategias contra la violencia	60
Asociación de Mujeres de Juntas Parroquiales Rurales del Ecuador (AMJUPRE)	62
Rede de Mulheres Negras do Nordeste	62
Sumamos Mujeres	64
Chicas Bici-bles	65
Mapas de lo Efímero y Red MIAA	65
Mujeres activando	66
Promoviendo los derechos de mujeres y jóvenes en los municipios de Tecoluca y Zacatecoluca	67
Aportando a la construcción de un sistema judicial que procese, sancione y repare adecuadamente la violencia sexual	68
Tribunal Popular contra la impunidad	70
Mujeres indígenas. Mi ciudad, mi espacio: Respuestas locales frente a la violencia y la discriminación	71
Erradicar la violencia contra la mujer y la niña y aumentar el acceso a la justicia para mujeres mayas rurales	72
Plan de Formación de Hombres Promotores de No Violencia	73
Consortio Pro-cuidados	75
Formación de Brigadistas para la prevención de noviazgos violentos y embarazo adolescentes	77
Red por los Derechos Sexuales y Reproductivos en México (ddeser)	78
Por Mí, Por Tí, por los Dos	79
Noviazgos libres de Violencia. 50 días de reflexión	82
Ley Micaela	84
Escuela itinerante de Igualdad Sustantiva y Derechos Humanos de las Mujeres Indígenas y Afromexicanas	86
Ciudad Mujer-CM	89
Consenso de Montevideo sobre Población y el Desarrollo	91
Programa Nacional de Educación Sexual Integral	92
Plan Nacional de Prevención del Embarazo No Intencional en la Adolescencia (ENIA)	93
Proyecto Margaritas. Beneficiar a trabajadoras rurales para dotar de información y conocimientos que prohíban la violencia y conduzcan a la autonomía económica	94
Escuela de desaprendizaje del machismo	95
Hombres por la igualdad	97
Caretas, una experiencia entre ficción y realidad	101
Planeamiento y acción local para abordar la violencia de género	103
Centro α+: Espacio adolescentes	105
Vínculos: espacios seguros para mujeres y jóvenes en América Latina y el Caribe	113

¡Basta! Acabemos con las violencias contra las mujeres y niñas. Rompiendo moldes: Transformar imaginarios y normas sociales para eliminar la violencia contra las mujeres	135
Ejercicio de Derechos de las mujeres adultas mayores víctimas de violencia, desde un enfoque de género: 2016-2018 en dos regiones del Perú: Ayacucho y Huánuco	137
Programa Abriendo oportunidades	139
Ciudades sin violencia hacia las mujeres, ciudades seguras para todas y todos	140
Red de Mujeres del Sur	142
Comisión de mujeres líderes adolescentes de Lima Metropolitana (Comulia)	143
Campaña Inclusión Social de las Mujeres Trans en GUatemala	144
EnRedadas: Tecnología para la igualdad	146
Involucrando a los hombres para la eliminación de la violencia de género	148
DeSeAr (Derechos sexuales y reproductivos) con inclusión - Promoviendo el acceso a los derechos sexuales y reproductivos de mujeres y niñas con discapacidades en Argentina	149

Todas las experiencias se encuentran georreferenciadas en

<https://mapee.com.ar/ciscsa/prevenir/>

Para más información, accede a nuestra web:

<https://www.prevenirviolenciasdegenerolac.org/>

ANEXO 1

CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA O RELEVAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

CRITÉRIOS	CONTEÚDO
ALCANCE TEMPORAL	Consideram-se experiências desenvolvidas entre 2010 e 2020. Inclui políticas e programas em vigência a dezembro de 2020 com ao menos 6 meses de implementação
ALCANCE GEOGRÁFICO	19 países de América Latina e Caribe Hispano Parlante, agrupadas por sub-região: <ul style="list-style-type: none"> a. Centroamérica e México- México, Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicaraguá, Costa Rica, Panamá, Cuba, República Dominicana- b. Países Andinos-Ecuador, Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia- c. Cone Sul- Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina
ALCANCE TERRITORIAL	Consideram-se experiências situadas nos bairros ou comunitárias, municipais, regionais ou nacionais dentro de um país. Também experiências de alcance subregional ou regional, que incluem a dois ou mais países da América Latina e o Caribe Hispânico.
TIPO DE INTERVENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> a. Política pública: entendida como o conjunto de decisões que toma um agente grupo de agentes político-institucionais para resolver um problema público que forma parte da agenda governamental. b. Programa ou projeto: entendido como o conjunto de atividades que, originadas no Estado ou na sociedade civil, buscam um câmbio e/ou impacto específico em uma determinada população objetivo e está limitado no espaço e no tempo, com uma duração não menor de seis meses. Não inclui intervenções pontuais de curta duração. c. Campanhas: dentro de políticas públicas ou programas e projetos; e fora deles proveniente de articulações do ativismo na região. d. Produção de conhecimentos: investigações ou outras iniciativas que desenvolveram ferramentas conceituais ou metodológicas com o objetivo de visibilizar violências específicas, enfoques inovadores ou debates estratégicos a respeito da prevenção das VBG. Esta foi uma categoria que foi incorporada durante o processo de trabalho. e. Protocolos ou alinhamentos de ação: propostas de intervenção que constroem pautas ou guias para a abordagem das VBG e se enunciam como ações de prevenção. Esta categoria também foi incorporada durante o processo e a partir das primeiras experiências relevadas.

ANEXO 1

CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO PARA O RELEVAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

CRITÉRIOS	CONTEÚDO
POPULAÇÃO INVOLUCRADA	<p>A identificação de experiências começou a se realizar tendo em conta alguns grupos populacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Mulheres por critério geracional –enfocada às crianças, juventude, idade adulta, ou terceira idade– ◆ Indígenas ◆ Afrodescendentes ◆ Pessoas com deficiência ◆ Pessoas LGBTIQ ◆ Mulheres Migrantes ◆ Mulheres Privadas de liberdade (cárceres e hospitais psiquiátricos) ◆ Ativistas feministas e defensoras de direitos humanos <p>Este listado não foi excludente, mas sim foi o ponto de partida, sendo incorporados diversos grupos sociais que foram envolvidos em iniciativas de prevenção.</p>
TIPOS E CONCEITO DE VIOLÊNCIAS	<p>Interessam experiências que captam a complexidade das VBG, já seja que aprofundam em um tipo particular de violência, reconhecem o continuum delas, compreendem sua ancoragem no patriarcado e/ou consideram o enfoque de direitos humanos.</p>
ESTRATÉGIAS	<p>Interessam experiências que combinam e exploram diversas experiências de intervenção, com especial ênfase em aquelas iniciativas inovadoras –Arte, esporte, TICs, estratégias comunitárias, educativas, economia popular, entre outras– e de impacto coletivo a nível territorial/comunitário.</p>
TEMAS ESTRATÉGICOS	<p>Como ponto de partida, se buscou incorporar experiências que abordem os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ Masculinidades ◆ Juventudes ◆ Espaços seguros para mulheres e meninas e prevenção das VCMN/VBG no espaço público ◆ Comunicação para o Cambio (C4D) e inclusão da arte e as TICs ◆ Iniciativas no contexto de COVID-19 e em emergências e situações humanitárias ◆ Involucramento de forças de segurança <p>De igual modo, este listado de temas estratégicos não foi excludente, senão que buscou ampliar o âmbito de visibilidade de outros temas abordados.</p>

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
ENTREVISTAS PESSOAIS			
Federico Polleri	Criador da obra teatral: Êxodo. Ensayo sobre masculinidades	Argentina	09/11/2020
Wanda Muñoz	Consultora internacional - Red de Seguridad Humana en América Latina y El Caribe (SEHLAC)	México	05/11/2020
Diana Patricia Bordier Morteo	Unicef-México	México	18/02/2021
Sebastián Essayag	PNUD	Panamá	04/02/2021
Camila Arguedas Najarro	PNUD	Panamá	04/02/2021
Susana Chiarotti	Comitê de Expertas MESECVI	Argentina	18/02/2021
Emely Flores Rivas	Secretaría Técnica de la Mujer del Consejo de Ministras de Centroamérica y República Dominicana -STM COMMCA	El Salvador	17/03/2021
Alejandra Valdés	División de Assuntos de Gênero-CEPAL	Chile	17/02/2021
Miriam Camas	Fondo Centro-americano de Mulheres	Guatemala	24/11/2020
REUNIÃO DE CONSULTA PAÍSES ANDINOS			
Ximena Machicao Barberly	Socióloga feminista	Bolívia	29/01/2021
Alejandra Vera	Advogada feminista-Corporación Mujer Denuncia e Muévete	Colômbia	29/01/2021
Magdymar León Torrealba	AVESA, Psicóloga clínica e Prof. Em Maestria de estudios sobre la Mulher	Venezuela	29/01/2021
Clea Guerra Romero	Advogada feminista-Flora Tristán	Perú	29/01/2021
Mónica Novillo	Coordinadora de la Mulher	Bolívia	29/01/2021
Sathya Rengifo	Las Comadres Púrpuras	Venezuela	29/01/2021

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
REUNIÕES DE CONSULTA MÉXICO⁴¹			
ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS			
Miriam Pascual	Advogada zapoteca, defensora de DDHH - Eurení AC	México	12/02/2021
Yolitzin Jaimes	Cooperativa feminista "Las Revueltas"	México	12/02/2021
Flor Alma Gómez	Colectiva feminista Comunitario Los Altos de Chiapas	México	12/02/2021
Lusbey Méndez Santis	Promotora cultural - Municipio Huixtán Promotora ODS México	México	12/02/2021
TRABALHO COM HOMENS E MASCULINIDADES			
Fernando Espinosa Rúa	Psicólogo e colunista	México	26/02/2021
Aarón Hernández	Colectivo Los Históricos	México	26/02/2021
Alexis Hernández	Colectivo Los Históricos	México	26/02/2021
Daniel Estrada	Colectivo Los Históricos	México	26/02/2021
Andrés Carreño	Colectivo Los Históricos	México	26/02/2021
Jorge Aldana	Colectivo Los Históricos	México	26/02/2021
Paulo Octavio Gutiérrez Perez	Consultora Delibera A.C.	México	26/02/2021
Carlos Miranda Videgaray	Consultora Jumaltik Equidad Sur A.C	México	6/02/2021
Alfredo Rasgado	Colectivo a Puerta Negra	México	26/02/2021
Héctor Frías	Psicólogo e consultor	México	26/02/2021
Tlacaélel Paredes Gómez	Hombres Diversos	México	26/02/2021

40. Os grupos do México estiveram convocados e facilitados por Teresa Incháustegui e Maru Suárez de Garay; María Cruz Hernández; Edith López Hernández; Norma Esther Andrade; Karla Micheel Salas.

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
REUNIONES DE CONSULTA MÉXICO⁴⁰			
ORGANIZAÇÕES DE JÓVENES UNIVERSITARIAS			
Susana Ochoa	Consejera política de un partido político de Guadalajara llamado Futuro	México	19/02/2021
Sonia Alejandra Martínez García	Colectivo Aquelarre	México	19/02/2021
Fernanda del Carpio	Brujas: Colectiva de Feministas Universitarias	México	19/02/2021
Samantha Santana	Parvada A.C.	México	19/02/2021
Liliana Flores	Brujas: Colectiva de Feministas Universitarias	México	19/02/2021
Fabiola Villa	Amor y Rabia	México	19/02/2021
ORGANIZAÇÕES DE DIVERSIDADE SEXUAL			
Isack Zacarias	Impulso Trans	México	15/02/2021
Yolanda Castro Apreza	Antropóloga lesbiana feminista Asociación civil KinalAntzetik	México	15/02/2021
Olivia Rubio	Ativista lesbiana	México	15/02/2021
Selene Nhame	Nosotras Nosotras Durango	México	15/02/2021
Olivia Rubio	Advogada, ativista LGBT	México	15/02/2021
Tito Mitjans Alayón	Trans masculina, migrante, afrocubana	México	15/02/2021
REUNIÃO DE CONSULTA NICARAGUA (1)			
Ruth Marina Matamoras	Grupo Venancia	Nicaragua	13/01/2021
Carme Clavel Arcas	JASS Mesoamérica	México	13/01/2021
Felicita Lainez	FUNDECOM	Nicaragua	13/01/2021

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
REUNIÃO DE CONSULTA NICARAGUA (2)			
Douglas Mendoza	Puntos de Encuentro	Nicaragua	13/01/2021
Maryce Mejía	Red Mujeres Contra la Violencia	Nicaragua	13/01/2021
Mariela Bucardo Chávez	Puntos de Encuentro	Nicaragua	13/01/2021
Klemen Lorena Altamirano	Colectiva de Mujeres de Masaya	Nicaragua	13/01/2021
Ana María Bermúdez	REDMAS (Red de masculinidad por la igualdad de género)	Nicaragua	13/01/2021
Catherine Mejía Álvarez	Grupo de Mujeres Sacuanjoche	Nicaragua	13/01/2021
Tania Fley	Grupo de Mujeres Sacuanjoche	Nicaragua	13/01/2021
REUNIÃO DE CONSULTA PAÍSES DO CONE SUL			
Marcela Frenicia	Fondo de Mujeres del Sur	Argentina	17/12/2020
Ada Rico	La Casa del Encuentro	Argentina	17/12/2020
Florencia Rovetto	Área de Género y Sexualidades de UNR RUGE	Argentina	17/12/2020
Virginia Franganillo	Observatorio de Género y Pobreza de Argentina	Argentina	17/12/2020
Clyde Soto	Centro de Documentación y Estudios	Paraguai	17/12/2020
Myrian González	Centro de Documentación y Estudios	Paraguai	17/12/2020
Moli Molinas Cabrera	Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas CONAMURI	Paraguai	17/12/2020
Gabriela Carrier	Colectivo La Pitanga	Uruguai	17/12/2020
Margarita Humphreys	La Morada	Chile	17/12/2020
Tania Macuer	SUR Corporación	Chile	17/12/2020

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
REUNIÃO DE CONSULTA COSTA RICA, PANAMÁ, CUBA E REPÚBLICA DOMINICANA			
Salomé García Bacallao	Yo Sí Te Creo	Cuba	13/01/2021
Sergia Galván	Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe	República Dominicana	13/01/2021
Álvaro Campos Guadamuz	Instituto Wem	Costa Rica	13/01/2021
Larissa Arroyo	Associação Cidadã Aceder	Costa Rica	13/01/2021
Chevy Solís	Espacio Encuentro de Mulheres	Panamá	13/01/2021
REUNIÃO DE CONSULTA O SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS			
Maite Rodríguez Blandón	Rede Mulher e Hábitat	Guatemala	14/01/2021
Adelay Carias Reyes	Asociadas em Justo (JASS)	Honduras	14/01/2021
Yolanda Aguilar Urizar	Centro Q'anil	Guatemala	14/01/2021
Fabiola Ortiz	Grupo Guatemalteco de Mulheres	Guatemala	14/01/2021
Sonia Acabal	Rede da não Violência Contra as Mulheres	Guatemala	14/01/2021
Verónica Salazar (Bea)	Coletiva Feminista para o Desenvolvimento Local	El Salvador	14/01/2021
Helen Ocampo	Centro de Direitos de Mulheres (CDM)	Honduras	14/01/2021
Rocío Mendoza	Leer para Soñar	El Salvador	14/01/2021
Daysi Yamileth Flores Hernández	Asociadas em Justo (JASS)	Honduras	14/01/2021

ANEXO 2

LISTADO DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES ENTREVISTADAS

NOME	INSTITUIÇÃO	PAÍS	DATA
REUNIÃO GRUPO DE REFERÊNCIA UNFPA			
Leah Tandeter	Especialista VBG - ONU Mulheres	Argentina	7/10/2020
Fernando Carcache	Puntos de Encuentro	Nicaragua	7/10/2020
Vilma Castillo	Puntos de Encuentro	Nicaragua	7/10/2020
Waldistrudis Hurtado	FUNDARIS 21 (20) anos e Trenzadas Somos Más	Colombia	7/10/2020
Paola Yanéz	Rede de Mulheres Afrodescendentes	Bolívia	7/10/2020
Mabel Bianco	FEIM	Argentina	7/10/2020
Sandra Patricia Mojica	OXFAM	Colombia	7/10/2020
Aileen Charleston	OXFAM	Estados Unidos	7/10/2020
Lorena Levano	Consultora para o Banco Mundial	Perú	7/10/2020
Valeria Vásquez	Diretora Executiva - REDLAC	México	7/10/2020
Mélani Montoya Montes	Oficial de Formação - REDLAC	México	7/10/2020
REUNIÃO REPRESENTANTES OFICINAS PAÍS UNFPA			
Valeria Ramos	UNFPA	Uruguai	6/10/2020
Yolanda Ávila	UNFPA	Guatemala	6/10/2020
Mirtha Rivarola	UNFPA	Paraguai	6/10/2020
Ondina Castillo	UNFPA	El Salvador	6/10/2020
Melissa Bustamante	UNFPA	Perú	6/10/2020
Livia Quintana	UNFPA	Cuba	6/10/2020
Mónica Yaksic	UNFPA	Bolívia	6/10/2020
José Antonio Ruiz	UNFPA	México	6/10/2020
Mary Carmen	UNFPA	Venezuela	6/10/2020
Victoria Vaccaro	UNFPA	Argentina	6/10/2020
Catherine Rivera McKinley	UNFPA	Panamá	6/10/2020

ANEXO 3
GLOSARIO

TERMO	DEFINIÇÃO
CONTINUUM DE VIOLÊNCIAS	<p>El término alude à interação das violências contra as mulheres e as meninas e busca visibilizar as condições estruturais e o entrecruzamento de violências-desigualdades-discriminações que vivem tanto no âmbito privado como no público. A ideia de continuum permite compreender que as violências são parte de tramas contextuais, onde interatuam agentes, tipos de violências, e temporalidades, que remetem às mesmas causas. O enfoque das violências em plural, e como um continuum da conta das conexões e complexidades que se dão no cruzamento de práticas, espaços, temporalidades e discursos.</p>
DISSIDÊNCIAS SEXUAIS	<p>Conceito usado para se referir às pessoas e posições que questionam as políticas que privilegiam a heteronormatividade. Não alude a uma identidade específica senão a um “modo de operação política que questiona as operatórias da norma, pondo em relação a heteronormatividade com as questões de classe, raça, capacitismo” não é sinônimo de movimento LGBT, mas sim tenta pensar as políticas sexuais como inerentes a qualquer política” (Flores, 2019).</p>
EXPERIÊNCIAS	<p>Processos sócio-históricos dinâmicos e complexos, que abarcam um conjunto de dimensões objetivas e subjetivas da realidade histórico-social. Supõem: a) as condições do contexto como condição de possibilidade para seu desenvolvimento; b) situações particulares institucionais, organizativas, grupais ou pessoais que fazem de cada experiência única e irrepitível; c) uma concatenação de ações, já sejam intencionadas ou imprevistas, planejadas ou emergentes; d) o entrecruzamento de percepções, sensações, emoções e interpretações de cada uma das pessoas e coletivos/instituições que vivem essas experiências, ou seja dos próprios protagonistas; e) incluem determinados resultados ou efeitos que modificam em todo ou em parte os elementos ou fatores existentes anteriormente; f) constroem relações entre as pessoas e os coletivos envolvidos, que sempre são relações de poder: de subordinação, de resistência, de opressão, de solidariedade ou de crescimento mutuo (Jara, 2018).</p>

ANEXO 3 GLOSARIO

TERMO	DEFINIÇÃO
HETEROPATRIARCADO	Sistema sociopolítico sustentado em hierarquias sexo-gênicas marcadas pela supremacia do gênero masculino, a heterossexualidade como norma e mandato, e o binarismo sexual como única alternativa, que dissipa as diferentes manifestações sexuais, genéricas e identitárias.
FEMICIDIO/ FEMINICIDIO	Atualmente no âmbito internacional, ainda que os termos femicídio e feminicídio têm uma origem diferente, se usam indistintamente para dar nome ao mesmo problema, o assassinato de mulheres só pelo fato de sê-lo. Neste estudo se usam ambos termos como sinónimos, já que os dois são usados na região, dependendo das legislações adotadas. Foi atribuído à Diana Russell e Jill Radford (1992) com seu texto <i>Femicide: The Politics of Women Killing</i> , ter dado um conteúdo jurídico e social ao conceito femicídio, ao defini-lo como o assassinato de mulheres, cometido por homens, pelo fato de ser mulheres. Posteriormente, Marcela Lagarde retoma esta noção de Russell e Radford e a renomeia como feminicídio. Para esta autora, o término feminicídio presta melhor em cobrir as razones de gênero e a construção social por trás destas mortes, assim como a impunidade que as rodeia. (Comitê de Expertas/os em Violência (CEVI/MESECVI: Declaração sobre o femicídio, 2008).
INTERSECCIONALIDAD	É uma ferramenta analítica que contribui a identificar as maneiras nas que diversas Fontes estruturais de desigualdades estabelecem relações recíprocas e interdependentes. No que diz respeito as VBG nos permitem analisar de quê maneiras afetam a grupos sociais particulares de forma diferenciada e de maneira vinculada a outros sistemas de dominação, como são a raça, a classe, a idade, ou status migratório, entre outros.
LEIS DE VIOLÊNCIA DE PRIMERA GERAÇÃO	São as primeiras legislações que foram emitidas na região sancionadas a maioria na década dos anos '90 que abordaram as violências contra as mulheres centradas na violência física ou sexual, entre um homem e uma mulher em uma relação de casal. Estas leis consideravam fundamentalmente a violência como um fato excepcional no foro íntimo do lar ou em instituições de prisão (cárceres e psiquiátricos).

ANEXO 3
GLOSARIO

TERMO	DEFINIÇÃO
LEIS DE VIOLÊNCIA DE SEGUNDA GERAÇÃO	Também chamadas “integrals”, são aquelas legislações que apresentam uma conceição mais ampla das violências de gênero, especificando tipos, modalidades e âmbitos em onde sucedem. Reconhecem o caráter estrutural das VBG, do sistema patriarcal que instaura uma distribuição desigual de poder entre os gêneros. São normativas mais avançadas ao reconhecer a necessidade de transformar as normas, estereótipos e práticas sociais do sistema sexo-gênero que produzem e reproduzem as VBG, como vias para a prevenção e erradicação das violências.
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA	Modelo de masculinidade predominante, no qual a configuração da prática de gênero dos homens encarna a posição dominante masculina e a subordinação feminina. Assim se trata de um padrão de práticas que legitima, produz e reproduz o domínio de homens sobre mulheres, e de alguns homens sobre outros que desenvolvem as chamadas masculinidades subordinadas.
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	Conceito que parte de considerar que as mulheres e meninas se encontram circunstancialmente “em situação de violência”, o qual transcende a ideia victimista, apelando à transitoriedade e não a um sitio estanco. Por tanto falar de “mulheres vítimas” as coloca em um estado passivo, difícil de se pensar na ação, pelo contrário a expressão “em situação de violência” dá conta de que é uma circunstância da qual é possível sair.
NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO	Conjunto de expectativas, crenças e regras formais e informais compartilhadas por um determinado grupo de pessoas que regem as condutas sociais. São históricas e se legitimam por meio de mandatos sociais respeitados por quem integra esse grupo. Operam em função das diferenças sexo-gênero, estabelecendo um ordem hierárquico que privilegia aos homens sobre as mulheres. Modelam os corpos, as práticas, as experiências, as crenças, desde o modelo de masculinidade hegemônico e a subordinação das mulheres e o feminino. Elas permeiam a normativa legal sobre a pátria potestade, o matrimônio e divórcio, as leis de herança, as normativas que penalizam o aborto, entre outras.

ANEXO 3 GLOSARIO

TERMO	DEFINIÇÃO
PESSOAS LGBTTTQ+	A sigla refere a lesbianas, gays, bissexuais, travestis, trans, queer e más, dando conta da multiplicidade de identidades, expressões e orientações sexuais que reivindicam direitos e políticas que as contemplem.
TRANSFORMAÇÃO DE NORMAS SOCIAIS DE GÊNERO	Estratégia que propõe subverter o conjunto de regras que têm permeado as condutas sociais no contexto do sistema patriarcal, promovendo novas e mais equitativas relações sociais. Esta ação resulta fundamental aos fins da prevenção já que, as expectativas sociais das pessoas sobre o que fazem e/ou aprovam as demais pessoas de seu grupo social, desempenham um papel primordial na construção de uma sociedade mais justa.
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MENINAS (VCMN)	É toda ação que causa dano, afeta direitos e pode privar da vida às mulheres e meninas em razão de seu sexo, tanto no âmbito público como no privado. Na maioria dos casos é gerada por homens que respondem a condutas derivadas do exercício de uma masculinidade hegemônica, em um sistema social patriarcal.
VIOLÊNCIA DE GÊNERO/BASADA EM GÊNERO (VG/VBG)	Remete a todo ato dirigido contra qualquer pessoa que pretende confrontar o sistema de relações e hierarquias sexo-gênero imperante, com o fim de corrigi-la ou submetê-la ao mesmo, e é dirigida às mulheres, meninas e outras identidades genéricas que não respondem à heteronormatividade. Engloba ao menos três tipos de violências: 1) a VCMN; 2) a violência entre homens para marcar a supremacia do macho alfa ou para demonstrar a virilidade ante os outros homens; 3) a violência contra às pessoas da diversidade ou dissidência sexual-genérica LGBTTTQ+ por não corresponder às normas heterocispatriarcais de gênero.
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR / DOMÉSTICA (VI/VD)	Remete a aquelas violências perpetradas no âmbito doméstico ou do lar, entre pessoas que compartilham laços familiares ou de convivência. Ainda que se refere em geral às violências por parte de homens a parceiras mulheres, também inclui as violências cometidas contra meninos e meninas. A partir dessa denominação se baseiam as leis de violência de primeira geração.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que fizeram possível levar a cabo este estudo, seja proporcionando informação de suas experiências ou gerando aportes à versão final. Em especial às representantes de organizações integrantes do Grupo de Referência da Iniciativa Spotlight, às pessoas entrevistadas, aos governos que responderam à solicitude de informação, aos grupos consultados e às coletivas, comitês, institutos, associações e organizações sem fins de lucro, organizações sociais, feministas ou de mulheres que forneceram informação sobre suas experiências por via eletrônica.

Implementam

CISCSA Ciudades Feministas - Córdoba, Argentina.

Colectiva Feminista para el Desarrollo Local - San Salvador, El Salvador.

Prevenir violências de Gênero: experiências e aprendizagens na América Latina e o Caribe Hispano, 2010-2020

Paola Blanes; Sonia Baires ; Paula Morales. - 1a ed -

Córdoba: CISCSA

San Salvador: Coletiva Feminista para o Desenvolvimento Local, 2022.

Livro digital, PDF

Arquivo Digital: descarga e online

ISBN 978-987-48650-2-1





 prevenir.vbg

 @prevenirvbg

 @PrevenirVbg

prevenirvbg@gmail.com

www.prevenirviolenciasdegenerolac.org



**Iniciativa
Spotlight**



Esta é uma iniciativa impulsionada pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, no âmbito da Iniciativa Spotlight, uma aliança global da União Europeia e das Nações Unidas que busca eliminar a violência contra mulheres e meninas em todo o mundo. Na América Latina, a Iniciativa Spotlight é implementada por ONU Mulheres, PNUD e UNFPA, com participação ativa de mecanismos intergovernamentais, organizações da sociedade civil e outras agências do Sistema das Nações Unidas.



CISCSA
CIUDADES FEMINISTAS

CISCSA Ciudades feministas

ciscsa@ciscsa.org.ar

<https://www.ciscsa.org.ar/>

Córdoba, Argentina



Colectiva Feminista para el desarrollo local

asociacioncolectivafeminista@gmail.com

<https://colectivafeminista.org.sv/>

El Salvador, El Salvador